

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Escola de Arquitetura  
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU

Raquel Elizabeth Byrro Oliveira

**DOSSIÊ DE AUSÊNCIA: o patrimônio arquitetônico em condição de vacância  
na região central de Belo Horizonte**

Belo Horizonte  
2020

Raquel Elizabeth Byrro Oliveira

**DOSSIÊ DE AUSÊNCIA: o patrimônio arquitetônico em condição de vacância  
na região central de Belo Horizonte**

**Versão final**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Conservação e Preservação Ambiental e Patrimonial e os Instrumentos de Gestão

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro

Belo Horizonte  
2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

O48d

Oliveira, Raquel Elizabeth Byrro.

Dossiê de ausência [manuscrito] : o patrimônio arquitetônico em condição de vacância na região central de Belo Horizonte / Raquel Elizabeth Byrro Oliveira. - 2020.

194f. : il.

Orientadora: Vanessa Borges Brasileiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural – Belo Horizonte (MG) – Teses. 2. Patrimônio histórico – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Monumentos – Preservação – Teses. 4. Espaço urbano – Teses. I. Brasileiro, Vanessa Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85

Ficha catalográfica: Elaborada por Andreia Soares Viana – CRB 6/2650.



**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
RAQUEL ELIZABETH BYRRO OLIVEIRA**

Matricula número 2018712432

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte, reuniu-se por videoconferência a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho intitulado *Dossiê de Ausência: O patrimônio arquitetônico urbano em condição de vacância na região central de Belo Horizonte* requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração “Teoria, produção e experiência do espaço”. Abrindo a sessão, a orientadora – Professora Vanessa Borges Brasileiro – após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à aluna Raquel Elizabeth Byrro Oliveira para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

- (X) Aprovação;
- ( ) Aprovação condicionada à entrega das revisões constantes nesta Ata e aceitas pela orientadora, no prazo de 30 dias;
- ( ) Reprovação.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Sessão, com as seguintes considerações da Comissão Examinadora:

A pesquisa apresenta ampla discussão acerca da preservação do patrimônio em vacância em Belo Horizonte, com importante rebatimento e reflexão sobre a atualidade, cuja narrativa, solidamente apoiada nas bases conceituais, aponta para o pensamento sobre o patrimônio de modo dinâmico e participativo. Avança na reflexão crítica acerca do tema a partir de narrativas possíveis, abertas por uma perspectiva que incorpora as práticas insurgentes, podendo se desdobrar em investigações futuras.

Comentários adicionais: \_\_\_\_\_



Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora, a saber:

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro (Orientadora-EA-UFMG) VB Brasileiro

Profa. Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes (EA-UFMG) M. Silviano

Prof. Dr. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar (UFOP) T. Flávio

Ciente: RAQUEL ELIZABETH BYRRO OLIVEIRA  
Discente Raquel Elizabeth Byrro Oliveira

Atesto que as alterações exigidas \_\_\_\_\_ cumpridas.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Orientadora: \_\_\_\_\_  
Professora Vanessa Borges Brasileiro

Homologada a \_\_\_\_\_ Aprovação \_\_\_\_\_ pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em  
Arquitetura e Urbanismo em 11 / 11 / 2020

Coordenador(a): APM  
Prof. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos  
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU – EA/UFMG

## AGRADECIMENTO

Acho que esse é um daqueles momentos em que a vida permite que sejamos clichês. Então, que os mais ousados me desculpem, mas vou ter que recorrer aos versos de Clarice Lispector: “Enquanto escrever e falar vou ter que fingir que alguém está segurando a minha mão. Oh pelo menos no começo, só no começo”.

Às tantas mãos que segurei nesse caminho e que me ajudaram a chegar até aqui: obrigada.

A Deus, simplesmente por ser tudo: força e paz, abrigo e amor.

A minha mãe (*in memoriam*), que, entre tantos ensinamentos, compartilhou despretensiosamente o mais valioso de todos eles: a esperança. Em mim, no outro e na vida.

Ao meu pai, que me ensinou a sonhar através de suas histórias, seus velhos livros, vinis empoeirados e filmes que vimos juntos.

Ao meu irmão, por ser torcida e proteção.

A Paula, por ser casa e calma.

A Vanessa, pelo respeito e por todas as trocas; por ser guia e inspiração.

Aos meus amigos, pelo companheirismo, pelo afeto e pelos sorrisos compartilhados.

E a todas as outras mãos que me seguraram, das diversas formas e intensidades possíveis: as professoras Marcela e Renata, pelos conselhos e receptividade durante esse processo; ao Coletivo Kasa Invisível, pelas conversas e por se fazer insurgência; ao corpo de professores do NPGAU, pela importante contribuição na minha formação pessoal e profissional; a FAPEMIG, pelo apoio; ao Museu Abílio Barreto, pelos materiais disponibilizados, e a todas e todos que me acompanharam até aqui.

## RESUMO

Pesquisas apontam para a predominância de quase 60% de imóveis históricos ou tombados no conjunto de edifícios em desuso na região central de Belo Horizonte. Reféns de longos processos de inventário ou falta de documentação de propriedade, por exemplo, alguns desses imóveis permanecem em desuso há mais de 20 anos. Diante disso e a partir do entendimento da obsolescência como algo historicamente construído no campo da arquitetura, o ponto principal a ser discutido nesta pesquisa é o porquê tal patrimônio compõe a maioria dos imóveis vacantes no centro de Belo Horizonte, permanecendo obsoletos, sem que sua função social seja cumprida e um novo uso definido. Pensar a respeito do patrimônio abandonado nos grandes centros é lidar com a controvérsia de uma preservação muitas vezes alheia à cidade contemporânea e a suas necessidades. O entendimento da forma espacial, das escolhas sobre permanência, uso, demolição, preservação e abandono - ao estarem associadas à produção do espaço - são aqui entendidos como reflexos de dinâmicas sociais e valores historicamente construídos e designados a esses espaços. Para fins metodológicos, este estudo se restringirá à região do Hipercentro da capital, onde será feito um mapeamento dos imóveis históricos em condição de vacância na região. Uma análise vertical e aprofundada a partir do Método Cartográfico servirá, ainda, como estudo e discussão acerca das orientações econômicas, políticas e ideológicas desenvolvidas desde o surgimento das primeiras noções sobre patrimônio no Brasil e que, tendo reflexos nos dias de hoje, dão respaldo ao planejamento urbanístico e à gestão patrimonial atuais. Por fim, a noção de patrimônio e de desuso - abordada por meio de uma perspectiva histórica, social e espacial - será tratada tendo em vista as possibilidades de transformação a partir da politização da própria sociedade e da ação local.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Vacância. Obsolescência. Hipercentro. Ação local.

## **ABSTRACT**

Researches points to the predominance of almost 60% of historic or listed buildings in the set of buildings in disuse in the central region of Belo Horizonte. Hostages of long inventory processes or lack of property documentation, for example, some of these properties have remained in disuse for more than 20 years. Given this and from the understanding of obsolescence as something historically built in the field of architecture, the main point to be discussed in this research is why such heritage makes up the majority of vacant properties in downtown Belo Horizonte, remaining obsolesces, without its function be fulfilled and a new use defined. To think about the abandoned heritage in the big cities is to deal with the controversy of preservation, often alien to the contemporary city and its needs. The understanding of the spatial form, the choices about permanence, use, demolition, preservation and abandonment - when they are associated with the production of space - are understood here as reflections of social dynamics and values historically constructed and assigned to these spaces. For methodological purposes, this study will be restricted to the Hipercentro region of the capital, where a mapping of historic properties in vacant conditions in the region will be made. A vertical and in-depth analysis based on the cartographic method will also serve as a study and discussion about the economic, political and ideological orientations developed since the emergence of the first notions about heritage in Brazil and which, having reflections nowadays, support the urban planning and heritage management. Finally, the notion of heritage and disuse - approached through a historical, social and spatial perspective - will be addressed in view of the possibilities of transformation based on the politicization of society itself and the local action.

Keywords: Cultural heritage. Vacancy. Obsolescence. Hypercenter. Local action.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Percepções dos motivos pelos quais o tombamento pode aumentar ou diminuir o valor da construção. Adaptado de Chartered Surveyor Weekly, 1991. Fonte: Larkham, 2005. .... 35
- Figura 2:** Reportagem sobre a Kasa Invisível, publicada na plataforma online do Jornal O Tempo, em 18/02/2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/a-edificacao-da-resistencia-1.1575272>>. .... 36
- Figura 3:** Planta da casa da esquina, elaborada pelo construtor José de Castro, década de 1930. Fonte: APCBH. Material disponibilizado pelo Coletivo Kasa Invisível ..... 41
- Figura 4:** Planta das duas outras casas do conjunto, elaborada pelo construtor José de Castro, década de 1930. Fonte: APCBH. Material disponibilizado pelo Coletivo Kasa Invisível ..... 41
- Figura 5:** A primeira tentativa de tombamento, iniciada pelo Município, tinha como foco a casa da esquina, representada na foto acima. Fonte: Adriano Ferreira. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/adrianof14/39695454514>. Acesso em: 04 de junho de 2020..... 42
- Figura 6:** Material produzido pelo Coletivo Kasa Invisível contra o processo de despejo das ocupações. O design gráfico e a identidade visual são ferramentas importantes na comunicação adotada pelo Coletivo. Imagem coletada das redes sociais do Coletivo ..... 43
- Figura 7:** Divisão do novo Plano Diretor para ADE Avenida do Contorno - setores. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2019 ..... 53
- Figura 8:** Ilustrando o ponto de vista de Villaça, a matéria “Quem ganha com o Plano Diretor”, paga pela Prefeitura de São Paulo e publicada em página inteira pela Folha de São Paulo, em 2002, “diz que todos - todos, sem meias palavras - toda a população..... 57
- Figura 9:** Levantamento de campo realizado em março de 2020. Elaboração da autora. O levantamento do Projeto Recipientes (2017) e a versão atual deste mapeamento estão disponíveis no link: <<https://bityli.com/wQ2Xb>> ..... 59
- Figura 10:** Diagrama - Espaços de Ausência. Eventos nível macro: primeiros anos de formação de Belo Horizonte. Elaboração da autora ..... 70

<b>Figura 11:</b> Localização das primeiras residências no projeto original de Belo Horizonte. Fonte: VILLAÇA, 2001 .....	71
<b>Figura 12:</b> Áreas edificadas entre 1900 e 1940 em Belo Horizonte. Fonte: VILLAÇA, 2001 .....	73
<b>Figura 13:</b> Diagrama - Espaços de Ausência. Eventos nível macro: décadas de 1930 e 1950. Elaboração da autora .....	74
<b>Figura 14:</b> Eventos nível macro. Recorte da Cartografia - Espaços de Ausência entre as décadas de 1950 e 1970. Elaboração da autora .....	87
<b>Figura 15:</b> Eventos nível macro. Recorte da Cartografia - Espaços de Ausência entre as décadas de 1970 e 1990. Elaboração da autora .....	98
<b>Figura 16:</b> Eventos nível macro. Recorte da Cartografia - Espaços de Ausência entre as décadas de 1980 e 2000. Elaboração da autora .....	112
<b>Figura 17:</b> Informativo Cultural do Conselho Federal de Cultura do MinC, de novembro e dezembro de 1989.....	118
<b>Figura 18:</b> Eventos nível macro. Recorte da Cartografia - Espaços de Ausência entre as décadas de 2000 e 2018. Elaboração da autora .....	130
<b>Figura 19:</b> Uso dos imóveis. Fonte: Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, 2007 .....	137
<b>Figura 20:</b> Imóveis vazios, subutilizados, reocupados e em processo de reocupação . Fonte: Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, 2007.....	139
<b>Figura 21:</b> Imóveis tombados e de interesse cultural. Fonte: Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, 2007 .....	140
<b>Figura 22:</b> Diagrama explicativo do “contrato de leitura”. O movimento do Estado em direção aos diferentes atores revela, a partir das diversas formações de grupos (e, conseqüentemente, antigrupos), os discursos e controvérsias presentes na construção da narrativa do patrimônio cultural no Brasil. Diagrama elaborado pela autora. ....	151
<b>Figura 23:</b> “Refresco no início da noite na Praça do Palácio” é uma das centenas de aquarelas feitas por Jean-Baptiste Debret quando trabalhou no Brasil, entre os anos de 1816 e 1831. Fonte: Wahooart. Disponível em: <encurtador.com.br/sFMP5>. Acesso: 09 de jul. de 2020 .....	157
<b>Figura 24:</b> Materiais produzidos pelo Coletivo Kasa Invisível. (1) Acima, à esquerda: “Ação Antifascista” é um dos capítulos do livro "Receitas Para o Desastre - Um Livro De Receitas Anarquista", do coletivo CrimethInc., que foi editado e disponibilizado	

pela Kasa, para leitura e impressão. (2) Abaixo, à esquerda: Chamada para artistas, músicos e outros atores independentes interessados em participar da Feira Okupa Skina, realizada periodicamente pelo Coletivo. (3) Acima, à direita: Convite aberto para as oficinas de restauração em patrimônio, responsáveis pela reabilitação estrutural e funcional do conjunto. (4) Abaixo, à direita: Convite aberto para as reuniões com o “Grupo de Estudos Libertários”, um evento periódico, aberto e gratuito que tem como objetivo a ampliação do debate acerca de autores de tradição autonomista, anarquista e marxistas não-ortodoxos. Imagens coletadas nas redes sociais do Coletivo. .... 174

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Trajetória do Gasto Social Federal, 1995 e 2010: Cultura. Fonte: SIAFI/SIDOR e Ipeadata. Elaboração: Disoc/Ipea, 2012. ....	132
<b>Gráfico 2:</b> Total captado com a Lei Rouanet e áreas de captação, em 2018. Fonte: Jornal O Globo .....	142

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Distribuição da população brasileira de 1940 a 1991, de acordo com os censos demográficos do IBGE. Fonte: BOTEGA, 2007 .....	90
---	----

## LISTA DE SIGLAS

ADE	Áreas de Diretrizes Especiais
AI-5	Ato Institucional nº 5
Aprosmig	Associação das Prostitutas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMH	Banco Nacional de Habitação
CAbas	Coeficiente de Aproveitamento básico
CDPCM/BH	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
CFC	Conselho Federal de Cultura
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FICART	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FNA	Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAC	Instituto Brasileiro de Arte e Cultura
IBDU	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítio
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde Pública
MinC	Ministério da Cultura
NAU	Nova Agenda Urbana
NUFURB	Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir

PAC-CH	Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PCH	Programa de Cidades Históricas
PPPs	Parcerias Público-Privadas
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
SEC	Secretaria da Cultura
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SNIC	Sistema Nacional de Informações Culturais
STF	Supremo Tribunal Federal
TAR	Teoria Ator-Rede
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 DOSSIÊ DE AUSÊNCIA.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 O percurso de formação e deterioração dos centros principais do Brasil: contexto de construção da pergunta de pesquisa .....</b>	<b>25</b>
<b>2.2 O Hipercentro de Belo Horizonte hoje: o patrimônio entre o poder público, a sociedade e o mercado.....</b>	<b>36</b>
<b>3 ETIMOLOGIA DO VAZIO: Espaços de Ausência - o Hipercentro em transformação e a construção do patrimônio cultural .....</b>	<b>67</b>
<b>3.1 Um breve histórico sobre o desenvolvimento de Belo Horizonte .....</b>	<b>70</b>
<b>3.2 O "surto de construções": 1930-1950.....</b>	<b>74</b>
<b>3.3 Renovação Urbana: 1950 - 1970.....</b>	<b>87</b>
<b>3.4 Preservação Urbana: 1970 - 1990 .....</b>	<b>98</b>
<b>3.5 Reinvenção Urbana: 1980 - 2000.....</b>	<b>112</b>
<b>3.6 Ocupação Urbana: 2000 - 2018 .....</b>	<b>130</b>
<b>4 NARRATIVA POSSÍVEL: A sociedade e a gestão do patrimônio .....</b>	<b>150</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>194</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“Detectar a possibilidade de um momento arquitetônico naquilo que se vê como meros silêncios ou vazios do ponto de vista da arquitetura dominante. Recuperar as infraestruturas que facilitam a vida cotidiana na cidade, muitas das quais merecem reconhecimento, é recuperar histórias que não a história da construção para o consumo.”*

(Saskia Sassen)

Os primeiros passos para este trabalho começaram ainda durante o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, fruto de uma disciplina que se desdobrou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A epígrafe acima, com a fala da socióloga holandesa Saskia Sassen, iniciou aquele trabalho e será, aqui, também, o início destes escritos. O principal incômodo que originou as primeiras pesquisas, ainda na graduação, gravitava em torno da quantidade de imóveis vazios ou subutilizados nos grandes centros das cidades brasileiras frente à imensa demanda por moradia, espaços de lazer e cultura e pontos de apoio à sociedade e à cidade em geral.

Para Andréa de Lacerda Pessôa Borde (2003), a primeira impressão que os vazios urbanos nos causam, em nossas dinâmicas e trajetos cotidianos, é o de certo estranhamento:

Em meio ao burburinho da cidade, ao fluxo intenso de pessoas que vem e que vão, esses terrenos são estranhamente silenciosos. Se alguns deles, ocupados por estruturas obsoletas, evocam tempos idos - quando irradiavam uma prosperidade que se acreditava não ter fim - outros, vacantes, marginais, provocam sentimentos ambíguos: ora nos despertam sonhos de novas estruturas urbanas, ora a sensação de que devemos evitá-los em nossos trajetos. (...) Produtos dos processos de urbanização, mas também da ausência de planejamento e de características específicas a cada um deles, os vazios urbanos são áreas da cidade que espacializam as contradições sociais e econômicas produzidas por essa época de lógicas neoliberais: desvitalizações, desterritorializações, e, sobretudo, deseconomias urbanas. (BORDE, 2003, p.1).

O caminhar pelas ruas das cidades faz-nos deparar, constantemente, com esses vazios. Nessa lógica, o estranhamento - quer pela esperança por lê-los como potência ou pelo medo ao evitá-los - é o sentimento predominante. Seja pelas lógicas desiguais do mercado, pelo crescimento acelerado e não planejado das nossas cidades, pelo baixo orçamento público (muitas vezes, uma socapa para a

falta de prioridade com que ele é aplicado) ou pelo desinteresse dos agentes envolvidos, os espaços vazios nas cidades são reflexo da nossa maneira de pensar o espaço urbano. Um pensamento geralmente pautado em funcionalismos pretensiosos, articulados à ideologia das “grandes obras”, incessantemente subjugada ao marketing político. Nesse contexto, os vazios urbanos vociferam contradições: são espaços sem uso em cidades carentes de lugares para abrigar iniciativas cidadãs. Enquanto a Constituição, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor legitimam e exigem a função social da propriedade, os edifícios e terrenos vacantes deliberam seu desserviço à coletividade.

Quando na graduação, os pensamentos acerca deste trabalho perpassavam por um questionamento base: “E se houvesse um jeito de ocupar esses imóveis ociosos, dar a eles a visibilidade necessária e reintegrá-los à dinâmica da cidade como equipamentos públicos a serviço da sociedade?” (OLIVEIRA e ZANQUETTA, 2017, p.3). Diante dessa pergunta, a que Borde (2003) diria ser um estranhamento despertado pelo sonho de novas estruturas urbanas, o *Projeto Recipientes - Edifícios Centrais em Desuso*, produto processual e final do TCC, propôs-se a debater e investigar, por meio de experimentações e ensaios, o tema dos vazios urbanos na região central de Belo Horizonte, definida como a área interna à Avenida do Contorno. A origem da palavra que deu nome ao projeto serviu-nos, também, como norte para as nossas pesquisas. Recipientes, enquanto adjetivo, significa aquele “que recebe. Do latim, *recipiens*, ‘o que recebe de novo, o que recupera’, do verbo formado por re-, ‘de novo’, mais *capere*, ‘tomar, pegar’” (ORIGEM DA PALAVRA, 2017). O *Recipientes* buscou discutir, dessa maneira, de forma lúdica e provocativa, o problema dos edifícios centrais em desuso em Belo Horizonte; buscando, junto à sociedade, explorar as diversas maneiras com as quais aqueles espaços poderiam retornar à cidade e às dinâmicas sociais de seus moradores. Buscou, enquanto ensaio, ser uma reminiscência: um vislumbre deliberado de retomada de consciência em relação a esses espaços.

Concomitante às ocupações e ações, o *Projeto Recipientes* desenvolveu um mapeamento dos edifícios em situação de desuso ou subutilização na Região Central da capital, disponibilizado no site do projeto<sup>1</sup>. O mapeamento foi realizado a partir dos dados do projeto colaborativo *EmBreveAqui*, do Grupo Indisciplinar

---

<sup>1</sup> O mapeamento elaborado pelo Projeto Recipientes está disponível em: <https://projettorecipientes.wixsite.com/recipientes/mapeamento>

(UFMG)<sup>2</sup>, e de pesquisas a campo, responsáveis pelo reconhecimento e atualização do levantamento. A partir desse primeiro processo, foram identificados 57 edifícios vazios ou subutilizados, de propriedade pública ou privada, abrangendo usos originais como comércios, moradias e uso misto.

São as inquietações geradas por esse levantamento que dão início à pesquisa tratada nesta dissertação. Isto porque, dos 57 edifícios levantados inicialmente, 34 deles, ou seja, aproximadamente 60%, são imóveis tombados ou pertencentes ao antigo traçado urbano na capital. São antigos casarões privados, imensos equipamentos públicos e casas tombadas pelo patrimônio estadual e municipal, “que funcionam como vestígios de uma época inicial da ocupação da cidade, remanescentes de outros tipos de apropriação do espaço e uso do solo ou frutos de descumprimento da legislação municipal” (OLIVEIRA e ZANQUETTA, 2017, p.43).

Pensar acerca do patrimônio abandonado nos grandes centros é lidar com a controvérsia de uma preservação muitas vezes alheia à cidade contemporânea e às suas necessidades. A questão do patrimônio foi discutida brevemente pelo *Projeto Recipientes*, atentando-se desde aquela época para o fato de que,

ao não ser tratada adequadamente como política pública, o tombamento pode gerar “contenedores vazios” que acabam se tornando centros culturais ensimesmados, equipamentos gentrificadores ou, como aqui discutido, espaços abandonados ou subutilizados - frutos do preconceito e falta de informação sobre obrigações e direitos dos proprietários. (OLIVEIRA e ZANQUETTA, 2017, p.68).

Aqui, a noção de patrimônio e de desuso será abordada a partir de sua perspectiva histórica, social e espacial, formadora do conceito no Brasil e que vislumbra possibilidades de transformação a partir da politização da própria sociedade (BARBALHO, 2018).

Reféns de longos processos de inventário ou falta de documentação de propriedade, por exemplo, alguns dos imóveis mapeados pelo *Recipientes* permanecem em condição de vacância há mais de 20 anos. Diante disso e a partir do entendimento da obsolescência como algo historicamente construído no campo da arquitetura (LARKHAM, 2005), o ponto principal a ser discutido nesta pesquisa - e

---

<sup>2</sup> O projeto *EmBreveAqui* busca identificar espaços como lotes, terrenos, imóveis, áreas residuais, etc. na RMBH e ocupá-los com ideias desenvolvidas pelos membros do projeto e por alunos vinculados a disciplinas de graduação da Escola de Arquitetura da UFMG. O objetivo é discutir, a partir de ocupações efêmeras, instalações ou infraestruturas permanentes, a questão dos vazios urbanos e as políticas públicas possíveis à superação do desuso. Para mais informações sobre o projeto: <[https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Em\\_Breve\\_Aqui](https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Em_Breve_Aqui)>

a pergunta estruturante desta dissertação - é o porquê tal patrimônio compõe a maioria dos imóveis vacantes no centro de Belo Horizonte, permanecendo obsoletos, sem que sua função social seja cumprida e um novo uso definido. Referência no desenvolvimento desta dissertação, questiono-me, ainda, quais outras narrativas são possíveis de se construir, tendo em vista uma nova abordagem sobre como entendemos e usufruímos do patrimônio material. Diante desse cenário e tendo em vista o raciocínio de Larkham, o problema torna-se múltiplo e outras perguntas ainda são necessárias de se ponderar:

Primeiro, o que deve ser preservado? Intimamente aliada a isso está a questão de quem identifica os prédios e áreas dignos de preservação, e se essa identificação atende à aprovação da população que vive, trabalha e recreia nessas áreas. De fato, como uma segunda faceta do problema, até que ponto aqueles que influenciam o desenvolvimento e aqueles afetados por ele têm visões consistentes sobre a área na qual o desenvolvimento é proposto? Em terceiro lugar, como é a conservação/preservação a ser realizada: os edifícios e áreas identificados são, de alguma forma, removidos do ciclo de vida natural de construção, uso, obsolescência, decadência e demolição? Em quarto lugar, qual é a natureza e escala das mudanças propostas e realizadas para o tecido físico urbano? (LARKHAM, 2005, p.4, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Sendo o espaço urbano socialmente construído (LEFEBVRE, 2008a), sua produção é indissociável do processo histórico de uma determinada sociedade, tornando o uso e ocupação do solo expressões das dinâmicas, interações e relações dialéticas dessa sociedade com o espaço e através dele, nos seus diversos níveis e segmentos. Dessa forma, é possível dizer que as configurações espaciais são resultantes de processos sociais, que moldam e modificam o espaço já existente, assim como o espaço existente é condicionante das novas práticas que nele ocorrerão. Para Ana Fani Alessandri Carlos (2011), a partir da premissa do “espaço produto”, isto é, de um espaço enquanto produto imanente às relações sociais em um determinado momento histórico, a análise do espaço geográfico estaria atrelada à sua leitura enquanto um elemento dinâmico, sujeito a uma “autocriação constante”,

---

<sup>3</sup> “There is thus a multiple problem. First, what is to be preserved? Closely allied to this is the question of who identifies the preservation-worthy buildings and areas, and whether this identification meets with the approval of the population living, working and recreating in these areas. Indeed, as a second facet of the problem, to what extent do those influencing development and those affected by it have consistent views about the area in which development is proposed? Thirdly, how is conservation/preservation to be carried out: are the buildings and areas identified in any way removed from the natural life-cycle of construction, use, obsolescence, decay and demolition? Fourthly, what is the nature and scale of changes proposed and carried out to the physical urban fabric?” (LARKHAM, 2005, p.4)

vinculada à subjetividade do indivíduo; e não apenas um agente passivo, meramente organizável (CARLOS, 2011).

A fim de investigar de que maneira processos e acontecimentos influenciaram o contexto de vacância do patrimônio arquitetônico da região central de Belo Horizonte, esta pesquisa se apoia no *Método Cartográfico* produzido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar, da Universidade Federal de Minas Gerais. Em diálogo com as teorias dos autores pós-estruturalistas Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Bruno Latour, o grupo desenvolve um método de trabalho próprio que se apóia em “conceitos relativos à informação, ao saber, ao conhecimento e à episteme, tentando ressaltar a maneira como eles são construídos e como as relações de poder atravessam essa construção” (LOPES *et. al.*, 2019).

A cartografia é desenvolvida tanto a partir o conceito de *rizoma*, proposto por Deleuze e Guattari (1995), quanto por seu entendimento tradicional, vinculado à produção de mapas. Nesse contexto, o *rizoma*, para além dos ensinamentos próprios à geografia clássica, reconhece a cartografia “como tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo” (RENA *et. al.*, 2015, p.15 *apud* LOPES *et. al.*, 2019). Os mapas territoriais, por sua vez, tornam-se um recurso gráfico e experimental, que auxilia na visualização e comunicação das informações. A cartografia, apoiada no conceito de *rizoma*, não é algo estático, com começo e fim determinados. Antes, pelo contrário, é uma “experimentação e construção de mapas móveis e abertos, suscetível a constantes conexões, a partir da qual a realidade é apresentada e modificada” (DELEUZE; GUATTARI, *op. cit.*, p.22 *apud* LOPES *et. al.*, 2019). Dessa maneira, em termos de produção do espaço, há de se reconhecer que os “regimes de verdade ao longo da história”, ao estarem sempre sujeitos ao poder (FOUCAULT, 1979), aproximam-se do que as autoras definem como “campo de forças”. Isto posto, “as dinâmicas entre grupos são configuradas e reconfiguradas sistematicamente” (LOPES *et. al.*, 2019).

A Teoria Ator-Rede (TAR) do antropólogo, sociólogo e filósofo francês Bruno Latour serve ao *Método Cartográfico* como referência teórico-metodológica pela proximidade conceitual entre *rizoma* e *rede*. Na TAR, o conceito de *rede* é entendido como uma formação flexível, aberta e relacional, instituída a partir de movimentos constantes, conexões e articulações de nós formados por diferentes atores e formações de grupos. Sua capacidade de lidar com a multiplicidade de atores

humanos e não humanos permite a exploração de divergências e contradições inerentes aos recortes de realidades propostos, incidindo luz sobre os nós dessa *rede* em construção. A linha condutora dessa análise estrutura-se a partir do rastreamento de conexões entre as controvérsias criadas pelos atores envolvidos, uma vez que são estes os únicos responsáveis por definir e ordenar o social (LATOUR, 2012). Dentro do método, a construção de uma cartografia deve ter o “intuito de se alimentar de incertezas e mapear controvérsias emergentes (LATOUR, 2012) na produção do espaço urbano” (LOPES *et. al.*, 2019), atentando-se aos rastros deixados pelas formações de grupos. Desse modo, o papel do analista não é o de impor uma ordem prévia, mas, antes, deve considerar “vislumbrar ordem *depois* de deixar os atores desdobrarem o leque inteiro de controvérsias” (LATOUR, 2012, p.44. grifo do autor).

Em seu livro “Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede” (2012), Bruno Latour apresenta cinco fontes para alimentar essas incertezas: 1) não há grupos, apenas formação de grupos; 2) a ação é assumida; 3) os objetos também agem; 4) questão de fato vs. questão de interesse; e 5) escrever relatos de risco. Fundamentais ao Método, serão pontos estruturantes na condução desta pesquisa e, por isso, exigem maior aprofundamento. A maneira como produzimos o espaço urbano se desenvolve a partir de “mecanismos de visibilização e de legitimação de um fato ou acontecimento em detrimento de outros” (LOPES *et. al.*, 2019). Desse modo, o entendimento acerca das escolhas sobre permanência, uso, demolição, preservação e abandono do patrimônio material - vinculadas à produção do espaço ao longo do tempo - são aqui percebidas como reflexos de dinâmicas sociais, movimentos de associação e desassociação de grupos, controvérsias e valores historicamente construídos. Esse movimento do social é, assim, revelado por meio da cartografia que deverá ser construída a partir das cinco incertezas da teoria latouriana.

A primeira fonte de incertezas parte do entendimento de que não existem grupos fixos, antes, ao contrário, apenas formações de grupos, sujeitos a movimentos constantes que variam conforme o contexto e os interesses de cada momento. Como Latour afirma, “não há ‘inércia social’, uma ordem estável. O que há são performances e aquilo que tem que ser explicado” (LATOUR, 2012, p.63). Por isso, cabe ao analista ter como ponto de partida as controvérsias acerca dos agrupamentos, os traços deixados por suas associações e os mecanismos de

fabricação responsáveis por manter vivo o agrupamento. Faz-se necessário, ainda, identificar aqueles atores reconhecidos como porta-vozes que falam pela existência do grupo. Sempre em ação, esses “oficiais de recrutamento” definem regras, precedentes, justificativas e todo um leque de características que servem na consolidação das fronteiras de um grupo. Simultâneo e essencial ao processo de delimitação de fronteiras está a comparação de um grupo em relação a outros. Logo, “para cada grupo a ser definido, aparece logo uma lista de *antigrupos*” (LATOUR, 2012, p.56. grifo do autor). Como Latour aponta e como veremos ao longo desta pesquisa, muitos dos recursos usados na demarcação e proteção das fronteiras de um grupo apoiam-se em conceitos como tradição, natureza, genética ou a ferramentas, como as leis. Deliberadamente confundidas com costumes, hábitos, moda ou a própria história, essas demarcações “parecerão tão inquestionáveis que serão tomadas como coisa certa” (LATOUR, 2012, p.58) e rastrear seus vestígios se torna uma ação complexa, principalmente quando em meio aos acontecimentos.

Para a segunda incerteza, “a ação não ocorre sob o pleno controle de consciência; a ação *deve ser* encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos” (LATOUR, 2012, p.72. grifo do autor). Sua origem, incerta, reflete um constante movimento que, assim como a delimitação das fronteiras dos grupos, está constantemente opondo-se a outras “ações rivais”, acrescentando ou eliminando novas ações ao processo de relato. De forma relacional e simultânea, o que explica o uso do hífen no conceito “ator-rede”, “o ator está submetido a forças de poder presentes na *rede*, mas também interfere e age nessa *rede*” (LOPES *et. al.*, 2019). Com base na ideia da ação como algo necessariamente em movimento, a identificação das ações (assim como dos atores) desta pesquisa fundamenta-se na possibilidade de identificar seus traços, rastreando as transformações e desdobramentos que, de alguma maneira, impactaram no contexto de vacância do patrimônio arquitetônico da região central da capital.

As ações não são desencadeadas apenas pelo que ele define como atores humanos. Segundo Latour, toda e qualquer coisa que, de algum modo, modifique uma situação, criando assimetria e fazendo diferença do contexto da *rede* em que está inserida, pode ser considerada um ator. Desse modo, a terceira incerteza se apóia no fato de que, além de servir como pano de fundo para nossas ações, os objetos tem a capacidade de “autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar,

sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc.” (LATOURE, 2012, p. 109). Em se tratando do recorte desta pesquisa, objetos físicos (como imóveis em desuso) ou simbólicos (como a legislação específica do patrimônio) são exemplos de atores não humanos em torno dos quais podemos rastrear diversas controvérsias.

A quarta incerteza diz respeito à natureza dos fatos. No contexto da cartografia, a noção de “verdade” deve ser entendida a partir de sua sujeição ao “âmbito de um estilo de vida”, não enquanto uma convenção mas, antes, como uma “perspectiva histórica” (FLECK, 1981, p.100 *apud* LATOUR, 2012, p.167). Desse modo, não devemos buscar uma unificação ou tentativa de estabelecimento de uma ordem prévia em relação à realidade, transformando-as em “questões de fato”. Ao contrário, cabe ao analista a constante vigilância para que as questões cartografadas estejam sempre em permanente movimento, evidenciando-as enquanto questões de interesse, atentos para que a realidade não seja unificada, homogeneizada (LOPES *et. al.*, 2019).

Por fim, a quinta incerteza compreende a dimensão da escrita, do relato feito pelo analista. Para Latour, essa é sempre uma atividade de risco que deve se apoiar em uma escrita construtivista, oposta a qualquer vestígio de absolutismo ou possível relativismo. Em um bom relato, os atores, tratados como mediadores, são descritos a partir de seus movimentos e os efeitos e transformações que geram na *rede*. A partir da narrativa, traçada pelo rastreamento das transações desencadeadas pelas associações de atores e formações de grupos, o movimento do social torna-se visível ao leitor (LATOURE, 2012).

A primeira etapa desta pesquisa pretende construir um *Dossiê de Ausência*, cujos objetivos principais são atualizar o mapeamento iniciado pelo *Projeto Recipientes*<sup>4</sup> e contextualizar o Hipercentro e o patrimônio hoje. O *Dossiê* é responsável, também, pela apresentação da Kasa Invisível: uma ocupação cultural e por moradia que reside, desde 2013, em um conjunto de três imóveis de estilo Art Déco, localizado às margens da Praça Raul Soares. O recorte proposto para esse primeiro momento compreende os anos de 2019 e o primeiro semestre de 2020, definindo o contexto mais atual em relação ao Hipercentro e à própria Kasa. Dessa forma, os conceitos, narrativas e discursos se fundamentam na legislação

---

<sup>4</sup> Diferente do proposto pelo Projeto Recipientes, esta dissertação irá restringir sua área de estudos para a região do Hipercentro, formada pelos limites da Avenida do Contorno, Avenida BIAS Fortes, Avenida Álvares Cabral, Rua Ezequiel Dias e Rua Sapucaí.

urbanística e patrimonial mais atuais; assim como na leitura do Hipercentro como local de manifestações políticas, sociais e culturais.

O contato com a Kasa se deu no início da pesquisa e em meio aos primeiros levantamentos sobre os edifícios vazios, ainda durante a graduação. Sua escolha não pretende ser um estudo de caso; muito mais, porém, funciona como um ponto fundamental na articulação das incertezas e questionamentos sobre a gestão do patrimônio na cidade contemporânea. Para além de seus limites físicos, funciona, ainda, como um transbordamento a partir do qual noções como cultura, patrimônio, memória, ociosidade, vazio, autogestão ou ação direta podem ser discutidos, enriquecendo o debate sobre as possibilidades de se pensar o papel da sociedade na gestão da cidade e do patrimônio. Dessa forma e à luz das incertezas da teoria latouriana, o Coletivo responsável pela gestão da Kasa Invisível e o próprio conjunto são atores mapeados, cujos discursos, pautas e associações revelam o movimento do social relativo ao contexto do patrimônio vacante da região central de Belo Horizonte.

Para esse primeiro momento, a pesquisa fundamenta-se no livro "Conservation and the city" (2005), de Peter Larkham e a partir do qual construo a pergunta de pesquisa e fundamento os conceitos de obsolescência; e dos livros "Espaço intra-urbano no Brasil" (2001) e "Reflexões sobre as cidades brasileiras" (2012) escritos por Flávio Villaça e que embasam as discussões sobre as noções de *centro principal* e *centro novo*, assim como norteiam os estudos sobre a formação, física e simbólica, dos centros antigos das grandes cidades.

Tendo em vista o entendimento do espaço como político (LEFEBVRE, 2008a), a segunda etapa desta pesquisa busca mapear os atores humanos e não humanos, assim como o rastreamento dos eventos e controvérsias por eles desdobrados e construídos ao longo do tempo que, de alguma maneira, influenciaram a noção de patrimônio cultural. Propõe-se, dessa forma, desenvolver um cruzamento entre complexidades sociais, políticas, culturais, econômicas e urbanas, sejam elas institucionais ou informais; um diagrama, "um mapa, ou melhor, uma superposição de mapas" (DELEUZE, *op. cit.*, p.53 *apud* LOPES *et al.*, 2019) que deixe visível os atravessamentos e interesses e as relações de força entre os atores envolvidos. Não há como definir uma leitura temporal e linear do processo cartográfico. Sua associação a uma linha do tempo, aqui, funciona mais como uma ancoragem, que permite, inclusive, a leitura associativa e contextual das ações e

formações dos grupos. Trata-se de uma *Etimologia do Vazio* que tece a *rede* de conexões entre os diversos elementos e ideologias passadas e contemporâneas, que ainda - ou provavelmente - se reproduzem no presente e corroboram para o contexto de abandono do patrimônio no Hipercentro de Belo Horizonte.

Saber de onde se fala e qual contexto dá aporte a determinadas posturas é saber que nenhuma escolha é neutra ou, mesmo, inocente. Além disso, é entender que nada é isolado ou específico; que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 1979, p.12 *apud* LOPES *et al.*, 2019); que “nada se formula puramente em função do meio e tudo em função da história” (LEFEBVRE, 2011 *apud* SILVA, 2015, p.33). Dessa maneira, junto à compreensão dos processos de mudanças morfológicas da cidade, correlacionam-se, indissociavelmente, os agentes dessas mudanças; sejam eles organizações, instituições, indivíduos específicos, leis, recomendações - ou seja, atores humanos e não humanos - responsáveis direta ou indiretamente pelas decisões tomadas e materializadas em práticas macro e microescalares ao longo da história. Tomo por nível macro aquele relativo aos acontecimentos de escala internacional, nacional, estadual e municipal, como o decreto reconhecendo Ouro Preto como Monumento Nacional, em 1933 ou a elaboração da Carta de Veneza, em 1964. O nível micro, por sua vez, corresponde aos acontecimentos no tocante aos imóveis ocupados pela Kasa Invisível e sua situação junto à Praça Raul Soares e ao patrimônio como um todo. Essa aproximação preenche a leitura do patrimônio e do espaço a partir do cotidiano e será importante no que diz respeito à potência da ação local e coletiva na construção de uma outra narrativa sobre a cidade, a cultura e o próprio patrimônio.

A identificação dos atores que compõem a Cartografia, como recomenda Latour (2012), foi feita mediante o papel de mediadores que assumem ao longo do relato. Muito mais do que meros intermediários, os atores, humanos e não humanos, foram reconhecidos a partir de suas conexões e dos rastros deixados por suas associações e controvérsias. Como sugere o *Método Cartográfico*, a distinção desses atores e de suas ações se dá a partir de quatro perguntas básicas, cujas respostas permitem o rastreamento dos grupos e a conexão entre eles; além de permitir sua contextualização no tempo:

*o que?* (evento), *por que?* (narrativas ou figurações), *quem?* (atores-humanos) e *o que?* (atores não humanos). As respostas a essas perguntas

configuram os nós da rede em construção, a partir dos quais será possível identificar as formações dos grupos (*como?*) e as conexões entre os nós (*quais as relações de força?*). Ao organizar essa rede em uma linha do tempo (*quando?*), torna-se possível mapear seus desdobramentos e algumas das controvérsias mais evidentes. (LOPES *et. al.*, 2019).

A noção de *diagrama*, incorporado ao *Método Cartográfico* a partir dos conceitos trabalhados por Foucault (1979 *apud* LOPES *et. al.*, 2019) e Deleuze (2006 *apud* LOPES *et. al.*, 2019), é apropriada nesta dissertação como a dimensão visual da cartografia. O diagrama *Espaços de Ausência*<sup>5</sup> é estruturado, dessa maneira, como uma sobreposição de mapas (DELEUZE *ap. cit.*, p.53 *apud* LOPES *et. al.*, 2019) e camadas; usado como recurso gráfico para a construção da informação, revelando os atores humanos e não humanos, assim como seus discursos, ações, movimentos e atravessamentos. Acredito que sua disposição a partir do recurso visual do diagrama contribui para a leitura transversal das informações cartografadas. Feita de forma multiescalar e não linear, é a tentativa de uma maior aproximação com o próprio processo de produção desta pesquisa e de como a vida se manifesta na prática.

O recorte temporal proposto pelo mapeamento recua a 1897, ano de fundação da cidade de Belo Horizonte. O entendimento acerca dos primeiros anos de formação da capital tem como objetivo construir um breve histórico sobre a capital a partir dos atores, grupos e discursos associados a seu delineamento como a nova capital do estado. De modo progressivo, o mapeamento analisará as décadas subsequentes, dividindo-as em outros cinco períodos. Tendo como base as reflexões de Vera Chacham (1996), o primeiro período, “O surto das construções”, corresponde às décadas de 1930 a 1950, e abrange o início e fortalecimento do cenário industrial brasileiro, assim como marca a data de fundação do primeiro órgão de patrimônio do país, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os três períodos subsequentes apoiam-se na divisão desenvolvida por Vargas e Castilho (2009). Os períodos por elas propostos são então chamados: “Renovação Urbana”, que marca as décadas de 1950 e 1970; “Preservação Urbana”, entre os anos de 1970 e 1990; e “Reinvenção Urbana”, entre 1980 e 2000<sup>6</sup>. Por fim, o último período, “Ocupação Urbana”, compreende os anos de 2000 a 2018,

---

<sup>5</sup> O Anexo 1, *Espaços de Ausência*, também está disponível no link abaixo:

[https://drive.google.com/drive/folders/1c\\_e3Z0-EIQfhtZYOsCZmcT33FalD3\\_Pz?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1c_e3Z0-EIQfhtZYOsCZmcT33FalD3_Pz?usp=sharing)

<sup>6</sup> Segundo Vargas e Castilho (2009), a superposição temporal faz parte da classificação.

e define uma fase caracterizada pelo uso das ruas, do espaço público e das redes virtuais como ferramentas de luta, resistência, lazer e cultura. Este é o período imediatamente anterior ao contexto analisado no *Dossiê de Ausência*.

O aporte teórico para a construção da *Etimologia do Vazio* fundamenta-se nas reflexões de Bruno Latour, em “Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede” (2012), a partir do qual se estruturam as noções de *ator*, *grupo* e *anti grupo*, *porta-voz*, *ação*, *rede*, *nó*, *evento*, *discurso*, *narrativa* e *controvérsia*. Tais conceitos servem à construção da Cartografia e identificação dos desdobramentos e disputas em jogo no campo do patrimônio cultural e de seu estado de vacância na cidade contemporânea. Heliana Comin Vargas e Ana Luisa Howard Castilho, com o livro “Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados” (2009) e Vera Chacham, no texto “A memória urbana entre o Panorama e as Ruínas” (1996), por sua vez, embasam a divisão cronológica e o recorte temporal proposto.

A terceira e última parte desta pesquisa busca construir uma *Narrativa Possível* que permita uma reflexão sobre o desuso do patrimônio arquitetônico no Hipercentro, a partir das descrições e recuos desenvolvidos teórica e empiricamente nas duas etapas anteriores. À luz das questões e conceitos trabalhados ao longo deste estudo, a etapa final busca, ainda, responder à pergunta que move esta pesquisa, assim como debater sobre as diversas camadas que a envolvem. Caberá, neste momento, uma análise mais atenta a conceitos como *memória*, *história*, *valor*, *educação patrimonial* e *ação local*, a serem explorados tendo em vista as contradições até hoje existentes no campo do patrimônio cultural brasileiro e as novas possibilidades de se pensar o patrimônio nos centros das grandes cidades do país. A *politização da sociedade* será aqui tratada a partir da reflexão sobre educação patrimonial, práticas insurgentes, o pensamento estadocrítico e o papel da sociedade no resgate, gestão, apropriação e valorização do patrimônio cultural material. Tal como um (re)conhecimento, a *Narrativa* será elaborada à luz de uma possível *Teoria dos Valores* - aqui, mais próxima de um ensaio do que de qualquer pretensa proposição - que permitirá olhar a forma como lidamos com o patrimônio a partir da noção de valor e de seu entendimento como objeto de uma construção social, passível de sofrer influências de modas e pensamentos mais ou menos dominantes ao longo da história. Essa análise será feita tendo em vista as noções de valor, desenvolvidas por Argan (2005) e Lefebvre (2008a; 2008b), que partem do pressuposto de uma construção subjugada ao tempo e às dinâmicas sociais.

O aporte teórico para esta última fase tem como base o conceito de *memória coletiva*, desenvolvido no livro homônimo, de Maurice Halbwachs (1990); o conceito de *lugar de memória*, elaborado no livro “Entre memória e história: a problemática dos lugares” (1993), de Pierre Nora; e o conceito de valor, discutido a partir de Giulio Carlo Argan, com o livro “História da arte como história da cidade” (2005) e de Henri Lefebvre, com os livros “Espaço e Política” (2008a) e “O Direito à Cidade” (2008b). O pensamento *Estadocrítico*, desenvolvido por Marcelo Lopes de Souza nos artigos “Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta” (2010) e “Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?” (2012) serve, ainda, às discussões sobre as *práticas insurgentes* e a *ação local* na construção de uma outra narrativa possível de gestão do patrimônio arquitetônico.

## 2 DOSSIÊ DE AUSÊNCIA

Como apresentado na *Introdução*, o *Dossiê de Ausência* é responsável pelo mapeamento do contexto atual do Hipercentro de Belo Horizonte a partir dos atores, formações de grupos, discursos e controvérsias responsáveis pela estruturação da rede que, neste primeiro recorte, compreende os anos de 2019 e o primeiro semestre de 2020. Soma-se ao Dossiê o levantamento dos imóveis tombados e históricos em condição de vacância na região; assim como o processo de construção da pergunta de pesquisa, apoiado no estudo sobre o percurso de formação e deterioração dos centros principais no Brasil.

### 2.1 O percurso de formação e deterioração dos centros principais do Brasil: contexto de construção da pergunta de pesquisa

*"(...) nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo - movimento - torna-se centro. No social, nada é; tudo torna-se ou deixa de ser."*

*(Flávio Villaça)*

As ideias de Flávio Villaça, que serão usadas neste capítulo, permitem que façamos uma leitura dos centros das cidades enquanto espaços socialmente construídos; ou, como também defendido por Lefèbvre (2008a; 2008b), um produto social determinado pelo modo de produção vigente em cada sociedade e que não pode, conseqüentemente, ser resumido apenas às suas características físicas. Formados por um mesmo e único processo, os centros e as cidades constituem-se ao mesmo tempo, não sendo causa ou consequência, anterior ou posterior, ovo ou galinha (VILLAÇA, 2001). Será este o entendimento que servirá de base para as reflexões aqui propostas. Neste capítulo em especial, os livros "Espaço intra-urbano no Brasil" (2001) e "Reflexões sobre as cidades brasileiras" (2012), escritos por Flávio Villaça, serão usados como bibliografia estruturante e ponto de partida dos estudos sobre o processo geral de formação dos centros principais das grandes cidades brasileiras.

Segundo Villaça (2012), a formação dos centros na cidade apoia-se em dois fatores indissociáveis e simultâneos: a possibilidade de redução do tempo gasto nos

deslocamentos espaciais da população e a reunião de instituições de interesse coletivo. Ou seja, a partir de uma relação dialética, o centro se constitui como tal mediante o desenvolver da própria cidade, que simultaneamente o reafirma enquanto centralidade e a ele não pré-existe. Manuel Castells afirma, ainda, que “o centro urbano então não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana” (CASTELLS, 1983, p. 275).

Se faz necessário ressaltar que "as estruturas, por si só, não são suficientes para constituir um centro, por mais monumentais que sejam e por maior que seja sua carga simbólica" (VILLAÇA, 2012, p.102). O centro e seus serviços (desde o comércio até a convergência do sistema viário) só existem se e quando ambos existem. Ou seja, ao mesmo tempo e por um mesmo e único processo; não sendo independentes um do outro. Isto porque o espaço social não deve ser pensado enquanto receptáculo de coisas - a dita tábula rasa -, mas, sim, *constituído* por elas. Assim, mesmo o centro de uma cidade planejada, como Brasília ou Belo Horizonte, só passa a existir à medida que a cidade se constitui, saindo de uma definição abstrata, ideal, planejada, para efetivamente tornar-se uma centralidade a partir da sua apropriação e afirmação, pela sociedade (VILLAÇA, 2012).

Por milênios, a aglomeração de estruturas associadas à vida econômica, política e religiosa constituiu os centros das cidades a partir de uma enorme carga ideológica e de monumentalidade, que exaltavam Deus e o Estado. A partir da consolidação do capitalismo, as cidades começam a se afastar desse modelo, compondo outra forma de pensar o centro. Segundo Villaça (2012), as cidades que se desenvolveram durante o século XVIII representam um primeiro momento desse afastamento e são chamadas de "cidades capitalistas". Nesse tipo de cidade, o centro é estruturado a partir de uma clara separação entre Igreja e Estado, voltando-se para um uso simbólico de exaltação exclusiva do poder político e do Estado burguês, de suas conquistas e de seus valores capitalistas. A Igreja, por sua vez, é relegada a segundo plano e o desenho das cidades destina-se à defesa da dita democracia burguesa. O uso de uma arquitetura de fortes traços neoclássicos e de um traçado urbano com uso intenso de perspectivas foram estratégia e linguagem típicas desse período (VILLAÇA, 2012).

Com o fortalecimento do capitalismo na economia, na cidade e no cotidiano, a partir de meados do século XIX a produção do espaço foi definitivamente dominada pelo mercado e pela difusão da propriedade privada. As cidades que se desenvolveram nesse período são chamadas "tipicamente capitalistas" e se distinguem drasticamente das outras pelo abandono total e inédito da simbologia e monumentalidade do centro (VILLAÇA, 2012). Nessa cidade, a iniciativa privada é a principal responsável pela produção do espaço urbano central, sendo o Estado apenas um regulamentador indireto de uma produção baseada na propriedade e uso privado do solo. Segundo Villaça (2012), o centro da cidade tipicamente capitalista não exaltar nada: "Será dominado pela atividade privada de comércio e serviços, pela propriedade privada da terra urbana e pelo mercado imobiliário. Em resumo, pelo lucro" (VILLAÇA, 2012, p.110). Sob a égide da funcionalidade, cabe agora ao Estado a competência de fiscalizar a qualidade das produções arquitetônicas e urbanísticas; o que pode ser um problema em se tratando de países de imponderada subserviência aos interesses do "livre mercado", como o Brasil.

A formação das metrópoles brasileiras compreende a cidade tipicamente capitalista, exposta por Flávio Villaça. No Brasil, a força do mercado imobiliário produziu a quase totalidade do espaço urbano - no centro e fora dele -, ficando a produção da cidade "à mercê de um Estado frágil, pouco competente (mesmo em comparação com outras nações latino americanas) e com limitada ação, tanto direta como indireta" (VILLAÇA, 2012, p.111). Na ausência de qualquer marca de um urbanismo capitalista ou pré-capitalista que vinculasse ao centro algum tipo de força simbólica maior ou presença ativa e regulamentadora do Estado, os centros das cidades brasileiras foram, ao longo dos anos e sob estratégias do capital imobiliário, totalmente dominados pelo comércio varejista e de serviços. Segundo o autor, "isso é importante, inclusive, para se entender como e porque esse tipo de centro, sem a herança de um urbanismo anterior, será espacialmente mais frágil e mais sujeito a mudanças espaciais e a 'decadência', como vieram a ser os centros de nossas metrópoles" (VILLAÇA, 2012, p.114).

Leonardo da Rocha Botega aponta, ainda, que o modelo de urbanização no Brasil "esteve amplamente ligado ao caráter de capitalismo dependente que a formação econômica e social brasileira adquiriu, sobretudo, após a passagem do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial de desenvolvimento" (BOTEGA, 2007, p.65). Segundo o autor, a partir do momento que essa passagem

ocorre sem uma ruptura real entre modelos, a manutenção da estrutura agrária baseada no latifúndio e na concentração de renda torna-se fator “determinante no fenômeno do êxodo rural que irá acompanhar a urbanização brasileira” (BOTEGA, 2007, p.65). Desse modo, o processo de crescimento da população urbana brasileira - que entre 1940 e 1990 saltou de 31,3% para 74,8% - é marcado pelo caráter extremamente fragmentado e excludente do espaço urbano. Em um contexto no qual a maioria da nova população urbana é composta pelas classes populares, cuja demanda não é prioridade na lógica da “cidade do capital”, a exclusão social e a concentração de renda tornam-se marcas de uma urbanização voltada, basicamente, para o mercado imobiliário (BOTEGA, 2007).

É possível pensar a fragilidade da ideologia de Estado forte, em se tratando de sua materialização nos centros das cidades brasileiras, quando pensamos a arquitetura e o urbanismo que lhe serviu. Segundo Stella Bresciani, seria a pomposidade de construções como o Parlamento, a Prefeitura, a Universidade e o Teatro Municipal, os exemplos dessa arquitetura símbolo de uma cultura laica e burguesa (BRESCIANI; 1985 *apud* CHACHAM, 1996, p.201). Se pensarmos em termos de Brasil, quase todas as sedes de poderes do Estado foram comprados de grandes milionários ou inicialmente construídos para outros fins; sendo só posteriormente adaptados ao uso institucional (VILLAÇA, 2012).

O discurso em torno da fragilidade simbólica do Estado e sua ausência de força enquanto produtor direto do espaço urbano não faz do centro um local ausente de disputas ou, mesmo, disputas mais equilibradas. Em uma sociedade desigual, as diferentes classes tem condições distintas de acessibilidade ao centro. Dessa maneira, essas distinções permitem a sua leitura enquanto um objeto de disputa, reforçando ainda mais seu caráter simbólico. Seja através de mecanismos estruturantes (como o favorecimento do deslocamento espacial a partir de um determinado tipo de transporte), seja através de construções ideológicas (que resultam em dinâmicas de valorização ou depreciação de determinadas áreas da cidade), as transformações territoriais percebidas nos centros evidenciam os interesses contraditórios intra e interclasses. Evidentemente, o resultado da disputa entre classes mostra-se geralmente favorável às camadas detentoras de poder econômico - que, majoritariamente detém, também, o poder político e o controle direto ou indireto do Estado. Prova disso, como aponta Villaça (2012), é que até meados do século XX, os centros das grandes cidades brasileiras - enquanto esse

local de acirrada disputa - pertenciam, em grande parte, às classes de mais alta renda, que ali moravam e trabalhavam. Para as camadas de menor renda, o centro não foi, originalmente, pensado como local de consumo, muito menos moradia e lazer<sup>7</sup>.

Esse local de disputa, de excepcional valor de uso mediante sua localização e aglomeração de funções, foi o primeiro centro a se formar e a ele Villaça dá o nome de "centro principal"; que assim se configurou atendendo ao comando e usufruto das classes média e alta, perdurando enquanto tal até a década de 1950. O período posterior aos anos 50 e 60 marca o início do abandono do centro principal enquanto local de compras, serviços, lazer e, posteriormente, empregos pelas camadas de alta renda. Estas passam a ocupar regiões periféricas ao centro antigo, às quais Villaça nomeia "centro novo". No contexto de Belo Horizonte, a Savassi é o novo centro que se fortalece, destinado ao consumo das classes dominantes. Outros exemplos nas cidades brasileiras são as imediações do Iguatemi, em Salvador; a região da Avenida Paulista/Faria Lima, em São Paulo; e a Boa Viagem, no Recife. Esta época coincide com um certo saturamento do centro principal, ao mesmo tempo que o capital privado buscava novas possibilidades de investimento em áreas "menos saturadas".

No caso da Savassi, em Belo Horizonte, o que houve no Bairro Funcionários, região já previamente planejada por Aarão Reis, não se caracteriza como uma expansão urbana e, sim, uma mudança de uso (ANDRADA, 1985 *apud* LEMOS, 1985). Os sintomas de certo saturamento do centro tradicional, aliados ao fenômeno da metropolização da capital, fizeram com que esses novos centros, mais sofisticados, fossem vistos como alternativa para investimentos e serviços. As construções da região, predominantemente de uso residencial, passaram por adaptações para receberem novos usos vinculados ao comércio e ao lazer. Com o aumento da procura, as antigas construções foram demolidas gradativamente, substituídas por novos edifícios (LEMOS, 1985).

---

<sup>7</sup> Como apontam autoras como Berenice Martins Guimarães (1991) e Alícia Duarte Penna (1997) não houve, no projeto inicial de Belo Horizonte, qualquer preocupação dos responsáveis técnicos em pensar moradia e lazer para as classes mais baixas dentro dos limites da cidade planejada. O preço dos lotes, a rígida legislação e, mesmo, o cerceamento de modos de vida e moradia das classes trabalhadoras inibiu e, na prática, impediu a ocupação da região central pela camada mais pobre da sociedade. Apesar disso, regiões como o Barro Preto ou locais como a Pedreira Prado Lopes e a Barroca foram ocupadas, de maneira muitas vezes informal, pela classe popular. Ocupações como a Pedreira e da Barroca foram expulsas pela prefeitura ainda na primeira metade do século XX (OLIVEIRA, 2011).

Como apontado por Villaça (2012), todo esse processo foi facilitado pelas novas condições de mobilidade territorial, popularizadas pelo uso privado e individual do automóvel, assim como pela feroz atuação do mercado imobiliário em favor de novos empreendimentos e contínua renovação do estoque construído. No período que começa a partir dos anos 50 e se intensifica nas décadas de 1960 e 1970, é o pensamento rodoviarista o principal paradigma para as ações e projetos nas áreas centrais das cidades, desenvolvendo-se por meio de projetos focados na adaptação do tecido existente às necessidades do automóvel. Nesse contexto, o Estado participa na produção de um sistema viário adequado ao aumento da taxa de motorização da elite brasileira, contribuindo para a produção de um espaço cada vez mais marcado pela melhoria de acessibilidade de uns em detrimento da de outros. Sob o desenho da cidade: grandes estacionamentos, prédios com duas ou três vagas na garagem, novas e largas avenidas, intermináveis viadutos, elevados e vias expressas. Aquilo que de alguma maneira impedisse minimamente esse pensamento, era deixado de lado ou demolido em prol do dito progresso.

Vargas e Castilho (2009) complementam esse pensamento apontando que é a partir da saída de atividades "nobres", destinadas às classes mais altas, e atividades ligadas ao poder público que o uso do centro principal é substituído por outras práticas de menor rentabilidade, de caráter muitas vezes informal ou ilegal, praticadas e consumidas por classes de menor poder aquisitivo. "Consequentemente, a arrecadação de impostos diminui e o poder público reduz a sua atuação nos serviços de limpeza e segurança públicas" (BALSAS, 2000 *et al. apud* VARGAS e CASTILHO, 2009, p.4). Nessa escolha sobre o que fica e o que sai do centro principal, o Estado tem papel fundamental quando decide, por exemplo, pela construção de centros administrativos ou equipamentos públicos dentro das novas áreas de expansão ocupadas pela elite ou quando prioriza meios de transporte individuais ou, ainda, quando pouco se impõe diante da iniciativa privada - muitas vezes, inclusive, confundindo-se com ela.

No caso de Belo Horizonte, o impacto ora da ação, ora da inação do poder público contribuiu, de forma direta ou indireta, para que a deterioração do centro principal se agravasse. Segundo o PLAMBEL<sup>8</sup> (1978), apenas 0,05% da totalidade

---

<sup>8</sup> A Lei Estadual nº 6.303/74, responsável pela instituição da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, criou, também, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PLAMBEL, uma autarquia estadual formada a partir do grupo técnico da Fundação João Pinheiro. O Plano Metropolitano desenvolvido pela Superintendência também ficou conhecido como PLAMBEL. Contextualizado no governo

dos investimentos em obras implantadas na cidade na década de 1960 destinaram-se à melhoria dos serviços públicos naquela região (*apud* LEMOS, 1985). Do ponto de vista do uso, alguns monumentos e marcos foram ressignificados pelo capital, reapropriados pela iniciativa privada ou desapareceram; alterando, de certo modo, o caráter de intercâmbio, de lugar de encontro e lazer, presentes até então. Com o tempo, o centro passou a apresentar um caráter difuso e ambíguo, com espaços cada vez mais sem identidade e memória, impessoais, enfraquecidos a cada nova demolição ou desativação dos tradicionais "pontos de encontro" (LEMOS, 1985).

Isso em vista, a partir dos anos 50, os centros principais de muitas grandes cidades brasileiras presenciaram o início e intensificação da chamada "decadência" e "deterioração" (VARGAS e CASTILHO, 2009), experimentando (progressivamente, mas ainda não totalmente), a partir do final da década de 1960, uma redução no seu ritmo de crescimento, com a década de 1970 marcada pela consolidação dos centros novos (VILLAÇA, 2001). Esse processo de decadência dos centros principais consistiu, basicamente, no seu abandono como local de emprego, comércio, moradia e lazer pelas camadas de alta renda, sendo, então, tomado como local de consumo pelas camadas mais populares da sociedade. Dessa forma, os "pontos" centrais perdem espaço para os "pontos" dos novos centros, que atraem a burguesia (VILLAÇA, 2001). Além disso, segundo Villaça, "os edifícios do centro tradicional, abandonados, perderam seu valor imobiliário e foram deixados deteriorar" (VILLAÇA, 2001, p.282).

Sendo a arquitetura um componente essencial à forma da cidade, o abandono de edifícios e sua conseqüente degradação é, também, a degradação do próprio ambiente urbano no qual está inserido (PONTES, 2006). O que Villaça aponta como uma "ideologia da deterioração" (VILLAÇA, 2001) nada mais é do que a naturalização de um processo social. Ao associar o movimento de evolução de ruína do centro ao envelhecimento natural e inevitável do seu corpo arquitetônico e urbanístico, as camadas dominantes, a iniciativa privada e o poder público se eximem da responsabilidade frente a uma cadeia de eventos intimamente relacionada ao contexto de desigualdade. Villaça aponta, ainda, que "não foi a deterioração que provocou o abandono. Na verdade, o que primeiro 'deteriorou' no

---

militar, embora "responsável por uma rica e extensa experiência de planejamento integrado, pela elaboração de diagnósticos e planos de alto nível técnico e pela formação de uma geração de planejadores ainda atuantes na RMBH", o planejamento vigente caracterizou-se pelo "excessivo centralismo e autoritarismo, não abrindo espaço para a participação efetiva dos municípios nem da sociedade" (CEDEPLAR, s/d). O programa foi extinto em 1996.

centro não foram os edifícios, mas a sua localização, os seus vários 'pontos'" (VILLAÇA, 2001, p.282). Em sua análise sobre o centro de São Paulo, o autor reforça o papel das classes dominantes no processo de decadência do centro nas décadas de 1950 e 1960:

Por que na década de 1920 não foi produzida a ideia de que os centros tradicionais estavam se deteriorando? Afinal, os edifícios centrais que existiam na época - os coloniais - eram mais velhos (tinham mais anos de idade) do que os da década de 1940, cujo tempo de construção era então de poucas décadas. Nas décadas de 1910 ou 1920, não tendo condições de mobilidade territorial que lhe permitissem abandonar o centro tradicional, nossas burguesias renovaram-no. (VILLAÇA, 2001, p.345).

À medida que a população urbana envelhece e a sociedade modifica suas condições sociais, econômicas e tecnológicas, novas demandas são direcionadas ao Estado e as políticas de planejamento das cidades sofrem pressão ou necessidade de serem revistas. Nesse contexto, por exemplo, mudanças nos modais de transporte exigem obras de ampliação de vias ou de criação de infraestruturas de transporte coletivo. Da mesma forma, "edifícios tornam-se estruturalmente, funcionalmente e economicamente obsoletos" (LARKHAM, 2005, p.4, tradução nossa)<sup>9</sup>. Quando não planejado, a pressão em relação ao espaço urbano e à sua arquitetura modifica a cidade, expandindo-a em direção aos interesses do mercado, favorecendo um crescimento que se dá de forma desordenada e fragmentada, construindo, em consequência, espaços extremamente excludentes e desiguais.

Para Peter Larkham (2005), a maioria das mudanças realizadas no espaço urbano e nas edificações está associada, de alguma forma, à obsolescência, sendo esta uma consequência indireta do envelhecimento material ou simbólico da arquitetura. Para o autor, a obsolescência que pode afetar os edifícios pode ser considerada de cinco tipos: estrutural, funcional e econômica como as categorias mais importantes, juntamente com a obsolescência de aluguel e da comunidade (LEWIS, 1965; SIM, 1982 *apud* LARKHAM, 2005). O autor destaca a obsolescência estrutural e a funcional como as mais importantes, considerando a associação do patrimônio aos altos custos de manutenção. A obsolescência estrutural diz respeito às dimensões materiais do edifício que sofre com a ação do tempo e, por isso,

---

<sup>9</sup> "Substantial planning problems arise as townscapes age and as the social and economic conditions under which they were created change. Buildings become structurally, functionally and economically obsolete." (LARKHAM, 2005, p.4)

exigem investimentos periódicos. À medida que envelhecem, esses reparos tornam-se mais caros ou constantes. Quando não feitos, a ausência de reparos acelera o processo de deterioração dos imóveis, levando-os à demolição ou abandono. A obsolescência funcional, por sua vez, indica uma inadequação do usuário, seja por mudanças particulares (como o número de filhos) ou mais gerais à sociedade (como a demanda por garagens) e que impactam a vida útil das construções. Um edifício pode se tornar obsoleto funcionalmente sem, necessariamente, tornar-se obsoleto estruturalmente. Segundo Nathaniel Lichfield (1988), essa lógica pode, ainda, ser aplicada a tecidos urbanos históricos.

De acordo com o pensamento de Lichfield (1988) e Larkham (1996), a obsolescência pode ser entendida como um *processo histórico* no campo da arquitetura e do urbanismo, independente de seu potencial patrimonial. Segundo os autores, esse processo se inicia desde o momento em que edificações e áreas urbanas são utilizadas pela primeira vez. As transformações das necessidades sociais, ao longo do tempo, tornam tecnologias, formas de consumo e padrões comportamentais, com maior ou menor intensidade, ultrapassados. Uma situação que pode evoluir no decurso de anos, décadas ou até séculos, mas que é compreendida no momento em que as necessidades do usuário não são mais atendidas. No caso da arquitetura, a permanência do estado de obsolescência leva ao desuso, ao abandono ou, até mesmo, à demolição de um edifício.

O jornalista e escritor de arquitetura Charles Knevitt certa vez citou o provérbio de que “é mais fácil construir duas chaminés do que manter uma” (KNEVITT, 1985 *apud* LARKHAM, 2005, p.9, tradução nossa)<sup>10</sup>. Diante desse raciocínio, é possível reconhecer nos atores responsáveis pelo processo de formação das grandes cidades brasileiras a associação da obsolescência a uma condição basicamente irreversível no campo da arquitetura e urbanismo. Fundamental às dinâmicas capitalistas, a velocidade de substituição dos bens de consumo é, historicamente, dissimulada a partir de discursos de modernidade, funcionalidade, moda, pertencimento. O objetivo, no fim, é o lucro alcançado a partir da especulação dos terrenos urbanos.

---

<sup>10</sup> “Maintenance has always been a financial problem to conservation, with Knevitt (1985, p.119) quoting a proverb that ‘it is easier to build two chimneys than to maintain one’.” (LARKHAM, 2005, p.9)

Para Larkham, “existe um amplo consenso de que as áreas urbanas devem mudar ou elas estagnarão” (LARKHAM, 2005, p.2, tradução nossa)<sup>11</sup>. Segundo o autor, é a partir desse raciocínio que as cidades ocidentais, em sua maioria de ordem capitalista, fundamentam seu ciclo de criação de riquezas. Este imperativo, indo contra critérios estéticos ou qualitativos, coloca em choque a exploração de terras para ganhos financeiros e a preservação de áreas de potencial patrimonial; alimentando a tensão entre o velho e o novo, o familiar e o desconhecido, assim como corrobora para o direcionamento da preservação da arquitetura assumida pela elite e a destruição de estruturas a ela “discordantes” (LARKHAM, 2005).

Em relação ao patrimônio, o gráfico da figura 1 mostra que, embora haja uma percepção de que o tombamento pode agregar valor e prestígio, aumentando o preço final de venda de um imóvel, os bens culturais ainda são comumente associados a altos custos de conservação, o que torna a preservação uma questão que muitos proprietários ou mesmo o poder público evitam ou se ausentam em administrar. As pesquisas realizadas pelo *Projeto Recipientes*, que apontaram para episódios comuns de objeção à ideia de tombamento e, mesmo, ao próprio patrimônio, evidenciam esse processo em nível local. A manutenção da situação de subutilização ou anúncios falsos de compra e venda foram identificadas como estratégias de protelamento do uso e artifícios de dissimulação frente a fiscalização. A objeção, muitas vezes, chegou a posturas extremas como danificação ou, mesmo, destruição clandestina dos imóveis pelos próprios proprietários. O que identificamos nas pesquisas de campo e que reforçam os estudos desenvolvidos por Larkham, é que tais atitudes, muitas vezes, são fruto de uma espécie de “atmosfera” que recobre os bens patrimoniais ou históricos, associando-os sempre a altos custos de manutenção, a uma incompatibilidade com as atuais dinâmicas estéticas e práticas ou, ainda, a seu uso exclusivamente turístico ou institucional. Sendo, ainda, fruto de uma ideologia que coloca o direito de propriedade no mesmo patamar de direitos como a vida ou à liberdade individual.

Embora desde a década de 1930 a ideia de modernidade seja usada como argumento para a construção da paisagem, é principalmente a partir dos anos 50 que a pressão sobre os centros principais, baseada em uma filosofia de modernidade e desenvolvimento, ganha força nas diversas cidades do Brasil

---

<sup>11</sup> “This introductory chapter sets out the dilemma at the heart of this book. There is a widespread agreement that urban areas must change, or they will stagnate.” (LARKHAM, 2005, p.2)

(VILLAÇA, 2001). Em um período de forte investimento capitalista em muitos países ocidentais, a redução ou destruição da chamada “cidade antiga” recebeu relativa consideração por parte do poder público (LARKHAM, 2005) ou mesmo da sociedade. Nesse contexto, a visão que se cria de que edifícios e áreas históricas são um fardo - seja para o especulador (que deseja se livrar desses espaços para maiores ganhos financeiros) ou para o administrador (que ressenete o tempo e o dinheiro gastos na manutenção de uma construção antiga) - é construída, paralelamente, à ideia de que novas estruturas possuem algum tipo de imunidade à manutenção e ao tempo (BINNEY, 1981 *apud* LARKHAM, 2005).

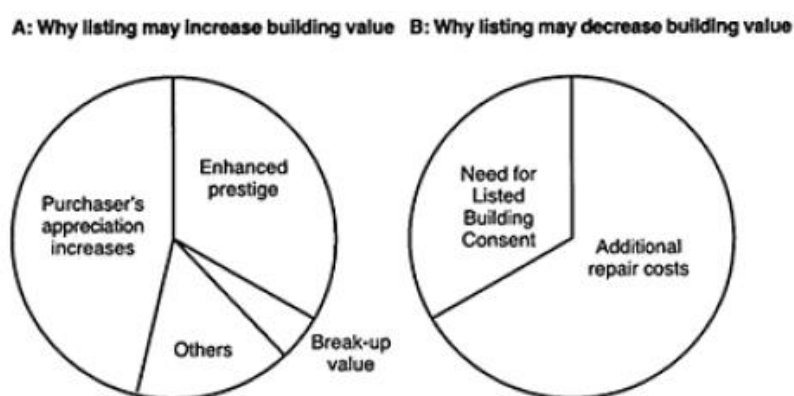


Figura 1: Percepções dos motivos pelos quais o tombamento pode aumentar ou diminuir o valor da construção. Adaptado de Chartered Surveyor Weekly, 1991. Fonte: Larkham, 2005.

Como o outro lado de uma mesma moeda, o discurso de preservação do patrimônio vem sendo cada vez mais usado em esforços de requalificações urbanas megalomaniacas, assinadas por nomes famosos no campo da arquitetura, e que funcionam como estratégias de marketing e comercialização dos espaços urbanos. A seletividade desse patrimônio, geralmente associado à arquitetura de elite ou ao remodelamento de áreas consideradas “insalubres”, evidencia um padrão de assepsia não só estético, como social; não só estilístico, como ambiental. Em contextos multiculturais e diversos como o brasileiro, essa seletividade ou higienização torna-se ainda mais problemática uma vez que está associada ao reforço de uma estrutura social, econômica e cultural fortemente segregadora.

Isto posto, o próximo capítulo pretende discutir de que maneira o processo de formação e deterioração dos centros principais das cidades brasileiras, descrito por Villaça (2001; 2012), pode ser percebido no Hipercentro de Belo Horizonte atualmente. Da mesma maneira, propõe-se discutir como a gestão da obsolescência

a partir da demolição é uma postura reconhecida em ações do poder público, da iniciativa privada e, mesmo, do pequeno proprietário.

## 2.2 O Hipercentro de Belo Horizonte hoje: o patrimônio entre o poder público, a sociedade e o mercado

*“Por onde começamos? Como sempre, o melhor é começar em meio às coisas, in medias res. Que tal uma leitura de um jornal?”*

(LATOIR, 2012, p.49)

The image shows a screenshot of a news article from the website 'O TEMPO'. The header is dark green with the 'O TEMPO' logo in white. Below the header is a navigation bar with links for 'SUPER NOTÍCIA', 'RÁDIO SUPER', 'SUPER.FC', 'TEMPO TV', 'O TEMPO BETIM', 'CLUBE O TEMPO', 'ASSINE O TEMPO', and 'VERSÃO DIGITAL'. The article's breadcrumb trail is 'Portal O Tempo > Diversão > Magazine > Artigo'. The category is 'OCUPAÇÃO'. The title is 'A edificação da resistência'. The sub-headline is 'Localizada no centro, Kasa Invisível funciona como ponto cultural e de luta contra a especulação imobiliária'. The author is 'Por LAURA MARIA' and the date is '18/02/18 - 03h00'. There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, Email, and Print. The main image shows a modern building with a curved facade against a blue sky with clouds.

Figura 2: Reportagem sobre a Kasa Invisível, publicada na plataforma online do Jornal O Tempo, em 18/02/2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/a-edificacao-da-resistencia-1.1575272>>.

Em fevereiro de 2018, cinco anos depois do Coletivo Kasa Invisível ocupar o conjunto de três casas Art Déco, localizado na esquina entre a Rua Guajajaras e Avenida Bias Fortes, em Belo Horizonte, o jornal local O Tempo publicou, em sua plataforma online e mídia impressa, uma pequena reportagem sobre o assunto. Nas pesquisas sobre a ocupação, esta é a única reportagem encontrada, disponibilizada em um veículo tradicional de comunicação, que aborda diretamente o tema. Dando

voz aos membros do Coletivo, o tom da reportagem é de nítido apoio - a ver pelo título - e busca dar visibilidade aos objetivos e fundamentos que movem a ocupação.

Questionados sobre a razão do nome Kasa Invisível, Luther Blisset<sup>12</sup>, um dos 15 integrantes do Coletivo formado por artistas, estudantes e autônomos, afirmou:

“Um espaço abandonado fica invisível. Quando a família achou que não era mais utilizado, ficou invisibilizado. É um espaço que as pessoas passam por ele, mas não veem o seu potencial. Mas é a partir dessa condição que se cria uma potência em transformar um ponto negativo na força de um coletivo”. (O TEMPO, 2018).

Essa fala articula muitos pontos importantes, que surgiram enquanto questionamentos pessoais já nos primeiros momentos desta pesquisa e que, dessa maneira, tornaram-se fundamentais em seu direcionamento. A partir dela, é possível visualizar as muitas camadas e interrogações em relação ao patrimônio em desuso em Belo Horizonte, além de já apontar alguns dos principais atores e os movimentos que permitem o rastreio de suas controvérsias. Nesse cenário, o conjunto dos três imóveis se move entre a ausência do poder público, o interesse disfarçado de desinteresse da iniciativa privada e a apatia ou mesmo medo de parte da sociedade. O avançado processo de arruinamento escancarou décadas de descumprimento de sua função social, tornando-o “invisível” quanto mais distante era visto das dinâmicas e possibilidades anunciadas pelo mercado.

Sua leitura enquanto potência é, porém, reconhecida na fala de Blisset a partir da manifestação do poder do coletivo e de sua capacidade de pensar e fazer política através do cotidiano, transformando “um ponto negativo” em um espaço democrático e a serviço da cidade. A Kasa Invisível é um espaço de cultura, de luta e de moradia que discute, a partir das próprias experimentações e práticas, pautas como o direito à habitação social no centro das grandes cidades brasileiras e o acesso gratuito ou a baixo custo à cultura. O grupo, que se autodenomina anticapitalista, antiestado, apartidário (com tendências antipartido) e autogestionado, propõe, ainda, repensar as relações contemporâneas sustentadas por preceitos capitalistas e de monetização, de maneira a fazer frente à especulação imobiliária e à ausência (ou pressão) do Estado. Desse modo, buscam outras formas de relação econômica e

---

<sup>12</sup> Por questões de “segurança e estilo” (O TEMPO, 2018), todos os membros do grupo optaram pelo uso de codinomes.

social que não aquela pautada no capital ou na dependência direta do poder público; sendo a troca, a gratuidade e o voluntariado os mecanismos de construção e pré-requisitos de articulação básicos do Coletivo.

Localizada às margens da Praça Raul Soares, a Kasa se impõe enquanto um espaço que ocupa - pelo menos administrativamente - o metro quadrado mais caro da capital, o bairro de Lourdes, funcionando, assim, como uma importante fronteira entre um dos bairros mais ricos da capital e o Hipercentro. Cientes da qualidade de centralidade geográfica dentro de Belo Horizonte, a Kasa pretende ser um ponto referencial, um intermediário potencializador de propostas que pensem o centro, o patrimônio, a habitação social, a economia solidária e os processos relacionados à comunidade vizinha ao imóvel, funcionando, dessa maneira, também como uma centralidade simbólica.

O objetivo da Kasa Invisível é ser um território autogestionado e interligado a outros movimentos sociais e coletivos, para que, por meio de muitas mãos e processos horizontais, seja possível a materialização de espaços que acolham, desenvolvam, criem, intermediem e apoiem iniciativas cidadãos pela cidade. Assim como o Espaço Comum Luiz Estrela<sup>13</sup> - já uma grande referência supralocal - apoiou o processo de construção da Kasa, esta busca, hoje, apoiar outros movimentos como, por exemplo, o Quilombo Souza<sup>14</sup>, no bairro Santa Tereza. Para o Coletivo, o poder que atravessa o espaço é o poder da resistência e do acesso à cidade. Por isso, ao longo desses sete anos, promoveu diversos encontros, feiras com artistas e produtores locais, grupos de estudo e debates, mutirão, oficinas de restauração, cinema etc.; todos estes eventos que buscaram, de alguma maneira, usar o território da Kasa para dar visibilidade aos discursos fundamentais ao grupo.

---

<sup>13</sup> O Espaço Comum Luiz Estrela teve início no dia 26 de outubro de 2013, sob comando de um grupo de artistas e ativistas de Belo Horizonte, que ocupou o casarão histórico da Rua Manaus, nº 348, no bairro Santa Efigênia. De propriedade do governo estadual, a edificação estava abandonada há 19 anos. O Luiz Estrela foi criado com o “objetivo não apenas de salvar o imóvel tombado da total deterioração, mas também de se converter em um espaço livre de formação artística, aberto e autogestionado”. Segundo os integrantes e apoiadores, a experiência do Espaço representa “o desejo compartilhado da sociedade assumir para si as rédeas dos processos de transformação e de efetivá-los coletivamente e colaborativamente, salvaguardando, independentemente do poder público, a memória da cidade”. Para mais informações: [https://espacocomumluizestrela.org/?fbclid=IwAR30\\_vWmNIWWho5gQIVIkXvq9RretnaJrfPSMaJ-HFCRvRlRAAaKMRJts-1s](https://espacocomumluizestrela.org/?fbclid=IwAR30_vWmNIWWho5gQIVIkXvq9RretnaJrfPSMaJ-HFCRvRlRAAaKMRJts-1s)

<sup>14</sup> A Vila Teixeira, reconhecida em 2019 pela Fundação Cultural Palmares como Comunidade Quilombola Família Souza, localiza-se no bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte. Há mais de 70 anos vivem no local cerca de quarenta pessoas, pertencentes a dezesseis famílias. A área é alvo de disputa judicial há 50 anos, quando os herdeiros de Artur Ramos (um dos primeiros proprietários do terreno, que vendeu a área ainda no começo do século XX para um comprador que, em 1923, vendeu para Dona Elisa, ex-escrava e matriarca da Vila Teixeira) entraram com ação de desocupação, em 1970. Em 2019, a Justiça de Minas Gerais determinou a reintegração de posse do terreno aos herdeiros Ramos. Atualmente, após pressão dos moradores e apoiadores, o processo está temporariamente suspenso.

Os três imóveis Art Déco que compõem o conjunto ocupado pelo Coletivo Kasa Invisível estavam abandonados há mais de 20 anos e foram encontrados com algumas de suas características já alteradas (como janelas, portas e alpendres fechados com alvenaria) ou estruturas prestes a ruir pela ausência de qualquer tipo de manutenção. Segundo os membros do grupo, a casa era objeto presente nos deslocamentos cotidianos de alguns ocupantes, que por ela passaram muitas vezes durante anos. Sempre atentos ao fato de estar completamente abandonada e muito deteriorada - invisível aos olhos de muitos -, os membros do Coletivo a tinham na memória, como tinham, também, diversas outras casas na mesma condição. Mas foi por sua localização estratégica, seu desuso prolongado e seu caráter histórico que o conjunto foi escolhido para materializar o desejo antigo de alguns integrantes em ter um espaço de arte e moradia autogestionado na região central de Belo Horizonte.

Em diálogo com o que foi discutido no tópico 2.1, a fala de outro membro do Coletivo, Ommar Motta<sup>15</sup>, aponta a ideia de modernidade e obsolescência como noções ainda em voga nas dinâmicas do centro da capital: “Belo Horizonte é uma cidade sem memória. O que ela faz é dar cabo de uma ideia para lançar sempre o novo. (...) A ideia desse novo é a de descartar coisas, como se o velho não tivesse ensinamento nem tradição” (O TEMPO, 2018). É contra esse processo que, na tentativa de “preservar e renovar” (O TEMPO, 2018), o Coletivo deu início, em 2018, ao pedido de tombamento do conjunto.

O pedido de tombamento prevê a autogestão do imóvel, orientada pelo Coletivo, que também se empenha na aquisição do direito à propriedade através do usucapião especial de imóvel urbano. O grupo tem, ainda, como base legal o Artigo 216, § 1º da Constituição Federal, que compartilha a responsabilidade pela proteção e promoção do patrimônio nacional com a comunidade, prevendo, inclusive, a adoção de medidas acautelatórias. O peso de ser um imóvel histórico em paulatino

---

<sup>15</sup> Segundo o blog “Praça Livre BH”, responsável, desde as primeiras manifestações da Praia da Estação, em 2010 (a ser discutida nesta pesquisa), pela cobertura e divulgação das informações sobre o evento, a Praça da Estação, a Prefeitura e outras manifestações e práticas insurgentes na capital, assim descreve a figura simbólica de Ommar Motta: “Ommar Motta são muitas caras e expressões, homem ou mulher, marias-josés na multidão. Quer simplesmente poder viver a cidade como palco de suas fruições, e estar nos espaços que são seus. Quando das ‘boas novas’ que caíram sobre a Praça da Estação, em Belo Horizonte (um decreto parecido com sítios impostos por regimes autoritários), Ommar Motta se inconformou, foi à praça e a ocupou. Lançou suas muitas vozes a vários cantos da cidade, multiplicando modos, tirando sarro, jogando, conversando, trocando, vivenciando atos, convocando para a ação. Não é chegada@ às lideranças, não quer ser massa de manobra, menos ainda fazer bodes expiatórios. Age por conta própria”. O uso do nome por um(a) dos(as) membros(as) do Coletivo revela a associação e formação de grupos entre os atores responsáveis por movimentos como a Praia da Estação e a ocupação Kasa Invisível. A última postagem do blog, de 25 de setembro de 2018, descreve, justamente, o processo de ocupação da Kasa Invisível. Disponível em: <<https://prcalivrebh.wordpress.com/>>. Acesso em: 04 de set. de 2020.

arruinamento, fruto do descaso dos herdeiros legais<sup>16</sup> e da Prefeitura, foi importante enquanto uma das bandeiras na luta em nível institucional. Ao denunciarem o visível abandono do conjunto, o grupo trabalha pela preservação da memória de um dos poucos edifícios históricos ainda existentes no bairro de Lourdes (sua localização legal) e pertencente ao conjunto da Praça Raul Soares.

Durante as pesquisas, o grupo descobriu que o projeto dos três imóveis são de autoria do arquiteto espanhol José de Castro, construídos em um mesmo terreno, no final da década de 1930, para um mesmo cliente, Sr. Cândido Gonçalves (figura 3 e 4). Segundo os membros do Coletivo, um processo de tombamento, focado em uma das casas (figura 5), já foi solicitado, em outro momento, pelo Município. Porém, de acordo com a Prefeitura, a dificuldade de identificação e contato com os herdeiros legais impediu que as pesquisas avançassem. É importante ressaltar a contradição por trás desse discurso, tendo em vista a possibilidade de localização dos antigos proprietários a partir do registro de IPTU do conjunto. Vale destacar, ainda, que, por desconhecimento ou arbitrariedade, a tentativa da Prefeitura de proteger apenas um dos imóveis evidencia a linha de atuação de muitos processos de salvaguarda, que parecem apoiados em uma leitura isolada ou predominantemente estética dos bens culturais. Em outubro de 2019, como fruto da luta do Coletivo, o conjunto foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM/BH), após parecer favorável da Diretoria de Patrimônio (DPAM). Segundo os integrantes da Kasa, o DPAM reconheceu o importante trabalho da ocupação para a recuperação e manutenção dos bens e do resgate de sua memória histórica e afetiva, além das discussões sobre a função social da propriedade e do patrimônio.

---

<sup>16</sup> O termo “herdeiros legais” será usado para se referir aos filhos do proprietário original do imóvel, Sr. Cândido Gonçalves. A nomenclatura dupla atenta para o fato de que, nesta pesquisa, esses atores são reconhecidos apenas por seu vínculo ao ex proprietário, em termos legais, a partir de uma situação de herança. Na prática e a partir do que prevê a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade, esses direitos se perdem a partir do momento em que violam suas obrigações legais, descumprindo a função social da propriedade por mais de 20 anos. Dessa maneira, a legitimidade da contestação do Coletivo Kasa Invisível pela propriedade do imóvel por usucapião é, aqui, reconhecida tendo em vista preceitos legais.

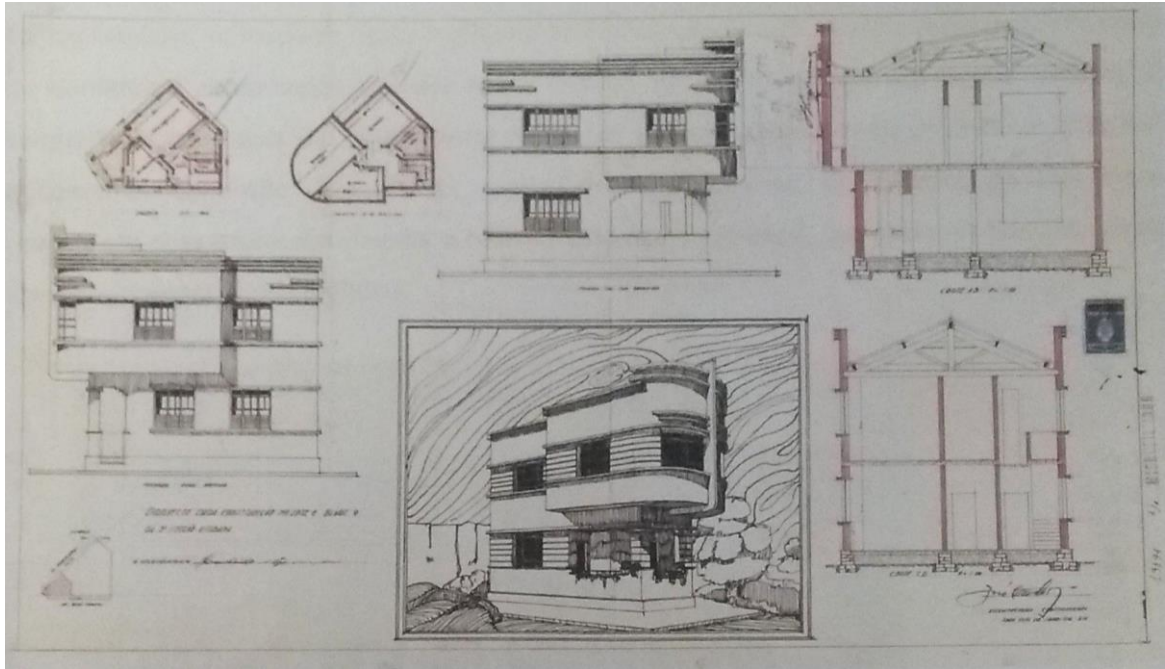


Figura 3: Planta da casa da esquina, elaborada pelo construtor José de Castro, década de 1930. Fonte: APCBH. Material disponibilizado pelo Coletivo Kasa Invisível

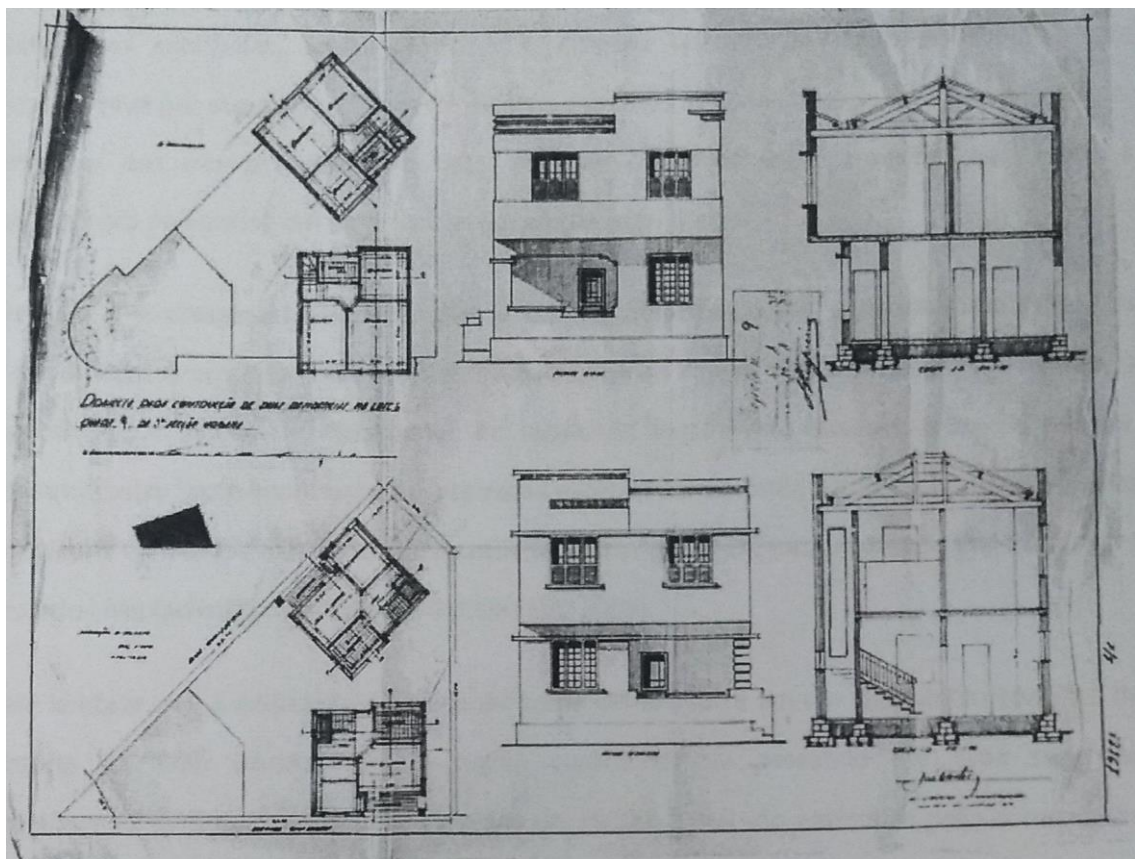


Figura 4: Planta das duas outras casas do conjunto, elaborada pelo construtor José de Castro, década de 1930. Fonte: APCBH. Material disponibilizado pelo Coletivo Kasa Invisível



Figura 5: A primeira tentativa de tombamento, iniciada pelo Município, tinha como foco a casa da esquina, representada na foto acima. Fonte: Adriano Ferreira. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/adrianof14/39695454514>>. Acesso em: 04 de junho de 2020

O caráter “invisível” e silencioso da Kasa, como uma das camadas que justificam seu nome, é, ainda, fruto das estratégias iniciais da ocupação que tinham como objetivo garantir a posse ininterrupta e sem contestação dos imóveis pelos cinco anos necessários ao pedido de aquisição pelo direito de propriedade por usucapião. Diferente de ocupações como o Espaço Comum Luiz Estrela e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins<sup>17</sup> - que tiveram como tática mostrar-se ao maior número de pessoas (e apoiadores) possíveis - a Kasa Invisível buscou, em seus primeiros anos, uma atuação “às escondidas”, que garantisse o lapso temporal necessário ao pedido de posse. Em 2018, já passados os cinco anos necessários juridicamente, os herdeiros do Sr. Cândido Gonçalves que, em sua maioria, não moram em Belo Horizonte, tiveram conhecimento da ocupação e entraram com

<sup>17</sup>A Casa de Referência da Mulher Tina Martins é fruto da Ocupação Tina Martins que, em 2016, ocupou o prédio do antigo restaurante universitário da UFMG, localizado na Rua Guaicurus, número 315; abandonado há mais de dez anos. Com o apoio do Movimento de Mulheres Olga Benário e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a ocupação exigia a aplicação efetiva de políticas públicas voltadas para mulheres. A partir de muita pressão do grupo e de apoiadores, o Governo do Estado de Minas Gerais firmou um acordo de concessão de uso de outro espaço, também um imóvel histórico desocupado, localizado na Rua Paraíba. Atualmente, a Casa é um ponto de referência, formação política, apoio e acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade.

pedido de reintegração de posse. Atualmente, o processo corre na justiça. A estratégia do grupo, porém, evidenciou o descaso dos herdeiros legais em relação aos imóveis. Segundo o grupo, outros imóveis da mesma família já tiveram a propriedade contestada por usucapião.

Em nota (figura 6), no dia 27 de maio de 2020, o Coletivo Kasa Invisível anunciou em suas redes sociais que no dia 18 de março, mesmo em meio ao cenário de isolamento social devido a pandemia pelo COVID-19, a justiça proferiu uma sentença a favor do pedido de reintegração de posse, solicitado pelos herdeiros legais do conjunto. O pedido de suspensão da decisão, feito pelos ocupantes, também foi negado pela justiça. Apesar da solicitação de suspensão de cumprimento de mandados de reintegração de posse e de despejo, feitos por entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA), o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), a Defensoria Pública Geral e o Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB), ocupações por todo o Brasil correm risco de despejo. Em um dos momentos mais críticos da história moderna, especuladores e poder público, em parceria, aproveitam o foco em questões relacionadas à gestão imediata da crise, para aprovar processos de despejo.



Figura 6: Material produzido pelo Coletivo Kasa Invisível contra o processo de despejo das ocupações. O design gráfico e a identidade visual são ferramentas importantes na comunicação adotada pelo Coletivo. Imagem coletada das redes sociais do Coletivo. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CAtZmeGJW0Y/>>. Acesso: 05 de outubro de 2020

### **Práticas insurgentes: a Kasa Invisível e o método**

A noção de *territorialidade*, abordada por Marcelo Lopes de Souza em relação às práticas insurgentes, é central, aqui, para o entendimento sobre os modos de ação utilizados pela Kasa Invisível. Para o autor, as práticas insurgentes podem ser divididas em seis tipos gerais: a “territorialização em sentido estrito”, relacionada à apropriação e controle dos espaços através da presença física, como no caso dos *squatted* e piquetes; a “territorialização em sentido amplo”, ilustrada por ações como pichações e, em alguns casos, grafites que, embora sem presença física duradoura, usa símbolos provocativos na tentativa de desafiar prerrogativas legais e regras espaciais impostas; a “refuncionalização/reestruturação do espaço material”, que se dá pela necessidade de adaptação dos espaços, sejam elas mínimas ou maiores, às necessidades e dinâmicas propostas pelo novo uso; a “ressignificação de ‘lugares’”, onde a cultura, o simbolismo e o discurso são usados como ferramentas de luta; a “construção de circuitos econômicos alternativos”, que buscam outras possibilidades de renda distintas das relações de produção capitalistas; e a “construção de redes espaciais”, estratégia necessariamente multiescalar, que procura criar redes e parcerias com outras ocupações a fim de aumentar a visibilidade pública, o poder de resistência e a solidariedade, por exemplo (SOUZA, 2010).

Um olhar mais demorado em relação à Kasa Invisível permite que reconheçamos, em maior ou menor grau, todos os tipos de práticas descritas por Souza. As experiências da Kasa, a partir da ação direta e da escala local, tendo em vista a noção de territorialidade, permitem (re)pensar pontos como a função social do patrimônio arquitetônico (e isso pode e deve extrapolar as tradicionais ideias relacionadas a museus ou destinações administrativas), seu uso em processos sociais relacionados à cultura e à emancipação social, a apropriação popular de ferramentas tradicionalmente rígidas como o tombamento e o uso do patrimônio como um espaço através do qual seja possível transcender, de forma transescalar, a discussão de temas como identidade, apropriação, valor, memória, afetividade.

Abordagens ainda frágeis ao campo do patrimônio, as contradições e controvérsias evidenciados a partir da Kasa nos permitem pensar: de que outras maneiras a sociedade pode se apropriar do patrimônio cultural para além do seu histórico e exclusivo consumo turístico e estético? De que maneira a associação entre atores locais pode se tornar central na escolha, apropriação e gestão desse

patrimônio? Aqui, entendo que mudanças de comportamentos coletivos acontecem de forma gradativa, propagando-se a partir de um ou mais pontos (NUNES, 2016). Diante disso, como a Kasa Invisível, o Espaço Comum Luiz Estrela, a Tina Martins e outras ocupações permanentes ou temporárias podem, enquanto pontos de liderança (ou, pelo menos, inspiração) ensaiar e por em prática discursos que ajudem a introduzir mudanças e alternativas de comportamento que serão adotadas ou adaptadas por outros atores sociais, superando a ausência ou pressão do Estado e combatendo os processos especulativos do mercado?

A Kasa Invisível não pretende ser tomada como ponto de chegada dentro das discussões aqui propostas. Entendo-a, na verdade, como ponto de atravessamento e de partida. Ela é, em si mesma, de forma simbólica e prática, uma convergência de todo o contexto político, social, econômico, cultural e ideológico que constrói as noções oficiais e subjetivas, conceitos e pré-conceitos, teorias e práticas que compõe a narrativa hegemônica sobre o patrimônio material no Brasil. É dizer que, menos como exemplo específico, a Kasa funciona mais como um nó, uma confluência, fruto das controvérsias quanto ao modo de se pensar a cidade antiga e a cidade contemporânea no Brasil, seja pelas lentes do poder público, da iniciativa privada ou da sociedade. Ao mesmo tempo, como o teste metodológico que ajudará a preencher os eventos mapeados no nível micro, a aproximação com a Kasa ajudará na estruturação de outra narrativa possível para o patrimônio arquitetônico em condição de vacância.

Desse modo, a opção pela Kasa Invisível, em particular, justifica-se por sua condição de ponto de encontro de diversas contradições que permitem, por sua vez, um processo de rastreamento que extravasa as dimensões mais imediatas do imóvel e da própria ocupação. Em um primeiro momento, trata-se de um conjunto de construções de estilo Art Déco, de propriedade privada, tombado a pedido de um Coletivo que ocupou o local após vinte anos de desuso; sua localização central e limítrofe em relação a um bairro de classe alta dialoga, ainda, com um dos principais conjuntos urbanos da cidade, tombado em nível estadual e municipal. Mas um olhar mais atento sobre a Kasa permite reconhecê-la como um ponto de disputa entre a iniciativa privada (em termos gerais e a partir do pequeno proprietário), o poder público (seja na figura da Prefeitura, seja nos órgãos de patrimônio) e a sociedade (aqui reconhecida tanto na figura do Coletivo como na de grupos contrários à ocupação).

Para contextualizar essa discussão e a própria Kasa, proponho, a partir do *Dossiê de Ausência*, compreender o cenário e as dinâmicas atuais do Hipercentro de Belo Horizonte entre os anos de 2019 e primeiro semestre de 2020. Como um dos pontos estruturantes deste tópico, abordaremos o Hipercentro a partir de sua legislação urbanística e patrimonial contemporâneas; de seu caráter simbólico enquanto espaço de manifestações políticas, sociais e culturais; e da percepção popular e midiática a questões como o tombamento. Como já discutido anteriormente e tendo como base as ideias defendidas por Flávio Villaça (2011; 2012) e Manuel Castells (1983), analisaremos o centro tradicional de Belo Horizonte a partir de seu caráter simbólico e dialético, constituído de relações econômicas, políticas e sociais, e dependente dos outros diversos elementos e atores formadores da cidade. Como um espaço mutável e flexível, o centro é, dessa maneira, entendido enquanto o lugar natural de “tudo o que concerne à produção e à emissão de informações (...) amplamente dependentes do meio de troca de ideias e do conteúdo social do centro, enquanto expressão do ambiente urbano” (CASTELLS, 1983, p. 283). Dessa maneira, o centro é entendido, aqui, como o local de maior visibilidade coletiva e midiática, acomodando uma variedade de manifestações políticas, sociais e culturais que legitimam, reforçam e resultam de seu valor simbólico enquanto centralidade no imaginário coletivo.

### **O uso político das ruas**

Uma das principais expressões dessa potencialidade e valor simbólico é percebida no uso do centro como palco para manifestações populares. A visibilidade e acessibilidade tornam suas ruas ponto estratégico para diversos atos públicos e lutas sociais. Por manifestações sociais tem-se aquelas ocupações momentâneas, feitas por um grupo de pessoas “com o objetivo de expor as reivindicações, expressar uma solidariedade, ou de celebrar uma comemoração, e que contenha diretamente ou indiretamente a expressão de opiniões políticas” (FILLIEULE; PECHU, 1993, p.12 *apud* MAGALHÃES, 2013, p.10). A “ação direta, de rua”, torna-se, assim, o principal meio de expressão e pressão de grupos que vêm na tentativa de disseminação de suas ideias uma importante forma de somar novos simpatizantes, aproximando-se mais de seus objetivos.

O sociólogo francês Michel Offerlé, um dos autores que investigam o uso da rua como local de manifestação, aponta que no contexto de busca por maior visibilidade popular e midiática, a escolha dos espaços torna-se um aspecto fundamental de análise. Desde a dificuldade de apropriação de locais antes destinados aos automóveis, até as questões associadas aos aspectos simbólicos e organizacionais, o peso da rua é um elemento determinante na exposição do discurso dos manifestantes. Exatamente por essa escolha ser determinante, cada manifestação “conhece sua praça” (OFFERLÉ, 1990 *apud* MAGALHÃES, 2013, p.21): cada manifestação toma para si, enquanto mensagem, o peso simbólico do lugar que escolhe ocupar; e é por isso que o centro torna-se um ponto tão importante nesse contexto. A ocupação das ruas, desde sua função simbólica até seu aspecto prático enquanto estandarte, é assim resumida por María Luz Morán:

Manifestar-se significa essencialmente “sair à rua”, ocupar um espaço público que seja visível para o maior número de pessoas possível, e desfilar por ele. A ideia de movimento, de deslocamento, é consubstancial à manifestação; e sendo possível deve fazer-se através do espaço por excelência: a parte central da rua, e não tanto os passeios. Os lugares concretos onde se desenvolvem as manifestações têm também uma grande importância. Devem gozar de uma grande visibilidade e, além disso, estar carregados com um forte conteúdo simbólico. Daí a preferência por “invadir” certas ruas ou praças do centro histórico, assim como por transportar a celebração de muitas manifestações desde os locais onde os conflitos são produzidos até cidades importantes, preferivelmente aquelas nas quais se concentra o poder político: as capitais dos Estados ou das províncias. (MORÁN, 2005, p.100 *apud* MAGALHÃES, 2013, p.23-24).

No artigo “As manifestações no espaço público: a rua como lugar de expressão política”, o cientista social Fabiano Rosa de Magalhães (2013) aborda dois contextos de manifestações em Belo Horizonte que exemplificam a escolha do lugar enquanto uma decisão não arbitrária. O primeiro é referente à “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, um movimento realizado em 1964 por segmentos da classe média temerosos com o “perigo comunista” associado ao governo de João Goulart. A escolha de saída da Igreja São José em direção à Praça Tiradentes marca um trajeto que, simbolicamente, inicia-se no centro e segue para fora dele. Uma praça poucas vezes lembrada como tal, a Praça Tiradentes é, ainda, a interseção entre duas grandes avenidas da cidade, a Avenida Afonso Pena e a Avenida Brasil. O fluxo intenso de automóveis torna-a, dessa maneira, pouco convidativa - e até mesmo perigosa - para a permanência. Apoiado nas sugestões

de Ana Fani Alessandri Carlos (1996), Magalhães descreve a Praça Tiradentes como um local marcado “pelo vazio e pelo interdito (...). Um espaço em que a monumentalidade reforça o lugar do poder, constituindo-se, por isso, um lugar para se ver, mas não para se ficar” (MAGALHÃES, 2013, p.21). A Marcha de 1964 reuniu cerca de 200 mil pessoas<sup>18</sup> e contribuiu para a legitimação do golpe militar que resultou nos 25 anos de ditadura no Brasil.

Do outro lado do espectro político-social, o início dos anos de 1980 é marcado pelos clamores de “Diretas Já!”, que ocuparam as ruas de todo o país; explodindo em manifestações que, em Belo Horizonte, tomaram as ruas do centro da cidade. Em fevereiro de 1984, mais de 400 mil pessoas<sup>19</sup> reuniram-se na Praça da Rodoviária, ocupando a Avenida Afonso Pena até a Praça Sete, no coração da capital. O “Grito dos Excluídos” - nome dado ao conjunto de manifestações, encabeçadas por grupos populares, que ocorrem no Brasil desde 1995 - é outro ato que tem a Praça Sete como local de ocupação. O movimento - que tem como objetivo “questionar as estruturas de poder e dominação, inclusive tomando-se como referência o próprio símbolo do Sete de Setembro, que expressaria a Independência do Brasil” (MAGALHÃES, 2013, p.22) - soma como bandeira questões emergentes de cada ano, que se coloquem contrárias a ideias conservadoras e autoritárias. Em 2019, o Grito dos Excluídos iniciou seu percurso no baixio do Viaduto Santa Tereza, percorrendo a Avenida dos Andradas e a Avenida Amazonas, terminando o ato na Praça Sete. Naquele ano, bandeiras como educação pública de qualidade, sustentabilidade, oposição à reforma da previdência, ocupações urbanas e violência contra a mulher foram temas levantados pelos participantes.

Para o cientista social e professor Ricardo Ferreira Ribeiro (2013), a Praça Sete, no Hipercentro da capital, é e sempre foi um local de grande visibilidade,

---

<sup>18</sup> “Em 22 de janeiro de 1964, um grande ato público realizado em frente à Matriz de São José, no centro de BH, reuniu ‘milhares de pessoas’ que repudiavam um ‘congresso comunista’ – que na realidade se tratava de uma reunião sindical. A corda bamba do conflito de poderes culminou em 13 de março de 1964 na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” convocada pela classe média, que reuniu cerca de 200 mil pessoas na capital mineira e legitimou o golpe militar” (ESTADO DE MINAS, 2017). Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/12/04/interna\\_politica,921678/bh-em-seus-120-anos-empres-foi-palco-de-manifestacoes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/12/04/interna_politica,921678/bh-em-seus-120-anos-empres-foi-palco-de-manifestacoes.shtml). Acesso em: 31 de março de 2020

<sup>19</sup> O estopim para o fim da Ditadura Militar estourou no início dos anos 1980, período que marca um dos momentos mais importantes do século 20 na história nacional: as Diretas Já. O movimento civil começou a ser estruturado em março de 1983 e, já no início de 1984, explodiram as manifestações a favor das eleições diretas em todo o país. Em fevereiro, mais de 400 mil pessoas – recorde de público do movimento até então – se reuniram na Praça da Rodoviária, com um palanque montado nas Ruas dos Caetés e Rua Curitiba, ocupando a Avenida Afonso Pena até a Praça Sete, para mostrar apoio ao movimento em Belo Horizonte. Um dos momentos mais icônicos da história política mineira teve palco durante o comício: a bandeira brasileira foi hasteada no símbolo maior do centro da capital, o pirulito da Praça Sete. (ESTADO DE MINAS, 2017). Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/12/04/interna\\_politica,921678/bh-em-seus-120-anos-empres-foi-palco-de-manifestacoes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/12/04/interna_politica,921678/bh-em-seus-120-anos-empres-foi-palco-de-manifestacoes.shtml). Acesso em: 31 de março de 2020

favorecendo, dessa maneira, as questões sociais que ali se expressam junto às manifestações. Enquanto “coração da cidade”, a Praça soma sua potencialidade simbólica à tradição dos teatros e da cultura; enquanto corredor, é onde a cidade “efetivamente se encontra”. O diálogo presente na ocupação de um espaço central e cotidiano como a Praça permite, ainda, uma forte associação entre a força popular manifestando-se em um local também popular; união essa que faz ecoar uma luta cada vez mais coletiva e partilhada. Os atos que ocupam o Hipercentro se fazem por e para pessoas que ocupam o Hipercentro. Em simbiose, o popular torna-se objeto e objetivo. Esse mesmo raciocínio se aplica à Kasa Invisível. Sua localização, intensificada pela contraditória relação com o bairro de Lourdes, expõe a necessidade de apropriação e criação de um espaço central na cidade que, exatamente por isso, precisa ser feita a partir de uma gestão popular.

Essa toada - que reverbera o pensamento de que quando se ocupa o centro, ocupa-se a cidade e fala-se para um número maior de pessoas - pode ser percebida na intensificação da retomada da região central de Belo Horizonte enquanto pólo para novas atividades culturais, conduzidas tanto pela iniciativa pública e coletiva, quanto pela iniciativa privada. Muitas vezes performando a posição de grupo e anti-grupo imediato, a iniciativa privada e a coletiva possuem discursos distintos em relação ao centro e, por isso, costumam ocupá-lo de formas e objetivos diferentes. Exemplos são o carnaval de rua, shows gratuitos de artistas independentes e festivais de arte de rua que buscam democratizar o acesso à cultura e à cidade; enquanto, por outro lado, rotas gastronômicas e festivais pagos discursam sobre uma ocupação do centro que, em sua maioria, expõe possibilidades de segregação e gentrificação.

O carnaval de rua de Belo Horizonte talvez seja o mais complexo, multiescalar e plural desses eventos. A representatividade de atores, discursos, movimentos, formações de grupos e controvérsias presentes nas dinâmicas envolvidas nessa que é uma das mais importantes festas e manifestações da capital é evocada, aqui, por sua capacidade de ilustrar a potência do movimento coletivo e local na retomada de espaços e usos da cidade. Desde o seu resgate, no final dos anos 2000, o carnaval acontece como um ato político. Suas origens coletivas e populares são fruto da desobediência a políticas públicas excludentes, que proibiam, regulamentavam e coíbam o uso pleno dos espaços públicos de Belo Horizonte, à época, sob gestão do prefeito Márcio Lacerda. Tendo início entre grupos de amigos

e conhecidos, hoje o carnaval é, sem dúvidas, um dos maiores e mais importantes eventos da capital. Segundo a Belotur, em 2019, a cidade reuniu cerca de 4,3 milhões de pessoas, sendo 204 mil deles, turistas. Em 2020, o número subiu para 4,5 milhões, sendo 211 mil turistas.

Com diversos blocos na região central, o carnaval contribui deliberadamente para a ressignificação, mesmo que momentânea, de muitos espaços cuja dinâmica cotidiana e artifícios do mercado imobiliário contaminaram com estigmas sociais. Bandeiras e discursos sobre o direito à cidade, aos espaços públicos, à liberdade, sustentabilidade, lazer e à visibilidade de pautas de grupos minoritários são outros pontos que fazem parte da identidade do carnaval da capital. Nos seus primeiros anos, o evento sofreu forte repressão da Prefeitura e da Polícia Militar, sendo uma manifestação, ao mesmo tempo, de festividade e resistência, sustentado pela criatividade e vontade de ocupar a cidade, compartilhada pelos atores. Mais de dez anos depois, o carnaval de Belo Horizonte ainda é sinônimo de resistência e acesso à cidade, embora tenha sido fortemente pressionado pela iniciativa privada. Com números cada vez maiores, o carnaval pode ser lido como um importante nó que expõe, no mínimo, três formas diferentes de lidar com o centro e com a cidade: de um lado, o grupo formado pelos participantes dos blocos e muitos foliões que ainda procuram ser resistência diante das dinâmicas de lucratividade, privatização e cerceamento do espaço público e das práticas cotidianas; de outro, a iniciativa privada, que tenta se associar ao carnaval, monopolizando práticas econômicas; e, por fim, o poder público que ora atua em benefício dos foliões, ora se associa à iniciativa privada e ao poder de polícia e repressão de certos atores<sup>20</sup>.

### **O Hipercentro de Belo Horizonte a partir do novo Plano Diretor**

No campo legal, o ano de 2019 marcou a aprovação do novo Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 11.181/19), revisando a legislação anterior e o zoneamento da cidade. O texto, que tramitava na Câmara Municipal desde 2014, foi alvo, durante todo o processo, de polêmicas, críticas e grande resistência, principalmente do setor empresarial da construção civil. A rejeição se deu, sobretudo, em virtude da alteração do coeficiente básico de aproveitamento do solo

---

<sup>20</sup> O texto de Juliana Afonso, "O carnaval, a política e a reconquista da cidade", publicado em 2017 no jornal independente O Beltrano, constrói uma pequena retrospectiva que permite uma boa visualização e reflexão sobre as dinâmicas, conflitos, ações e associações dos principais atores envolvidos no carnaval de rua de Belo Horizonte desde os seus primeiros anos. Disponível em: <https://www.obeltrano.com.br/portffolio/o-carnaval-a-politica-e-a-reconquista-a-cidade/>. Acesso em: 29 de julho de 2020

e do mecanismo proposto de Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC). Os discursos dos setores favoráveis à aprovação do novo Plano se apoiaram no entendimento de que tais diretrizes de desenvolvimento urbano e de ocupação do solo tem como fundamento o princípio da função social da propriedade e da cidade, presente em lei desde a Constituição Federal de 1988, e do Estatuto da Cidade, de 2001. Embora já mencionada no Plano Diretor da capital em 1996, a função social da propriedade é um dos pontos norteadores da revisão de 2019; sendo pensada a partir do compromisso da Nova Agenda Urbana (NAU), firmado na terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Sustentável (Habitat III), de 2016.

Outra alteração prevista pelo novo Plano é a unificação do Coeficiente de Aproveitamento básico (CABas) para todo o Município. Até então, Belo Horizonte possuía um CABas que variava entre 0,05 e 2,7. Com a revisão, definiu-se um Coeficiente igual a 1, o que iguala o aproveitamento em relação ao lote para toda a cidade. O Coeficiente de Aproveitamento é o índice que define a área edificável básica e máxima de uma construção, tendo em vista as dimensões do lote. Segundo o Estatuto da Cidade, esse valor, que pode variar de região para região, deve levar em conta a infraestrutura existente e a intenção de crescimento proposta para determinada zona urbana. A possibilidade de se edificar para além desse limite poderá ser exercida a partir da OODC; um mecanismo de contrapartida pago ao Poder Público pelo potencial construtivo adicional que será usado pelo beneficiário. A OODC é outra ferramenta já prevista anteriormente no Estatuto da Cidade e no próprio Plano Diretor belorizontino, quando revisto em 2010. O novo Plano busca, desta vez, atenuar a forte valorização dos terrenos do Centro, estimulando novas frentes de crescimento, reforçando novas centralidades e uma redistribuição de infraestrutura. Segundo o projeto, a receita arrecadada será destinada às obras de infraestrutura urbana, de qualificação de centralidades, de moradias populares e de mobilidade urbana apoiada no transporte coletivo e não motorizado<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Em 2008, em processo levantado em Florianópolis (SC), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou a constitucionalidade da Outorga Onerosa (ou “solo criado”) e manteve, diante do entendimento do Plenário da Corte, a regulamentação da OODC, mediante o artigo 9º da Lei 3.338/89. O relator, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito, “saliou que a parcela de solo criada, chamada de outorga onerosa do direito de construir, é uma remuneração ao município paga pelo proprietário apenas com relação ao que for construído acima do índice determinado pela lei. Nesse sentido, o ministro lembrou do julgamento do RE 387047, realizado no Plenário, em que a maioria dos ministros do Supremo acompanhou o voto do ministro Eros Grau, relator daquele processo, que revelou seu entendimento de que a parcela do solo criado é um ônus, e não um tributo” (STF, 2008). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=98009>>. Acesso em: 19 de março de 2020

A revisão do Plano Diretor discursa, ainda, sobre o uso misto dos espaços. No Hipercentro, por exemplo, é incentivado o uso residencial através de meios como moradias para a população de baixa renda e o reaproveitamento de construções desocupadas ou abandonadas. O Plano estimula o emprego da fachada ativa em empreendimentos comerciais ou de uso misto; levantando, ainda - e em consonância com as diretrizes da Nova Agenda Urbana -, a discussão sobre o direito a uma cidade sustentável, “entendida como aquela que proporciona o acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações” (PBH, 2019, Art. 2º).

A preservação e requalificação do patrimônio cultural é entendida pelo novo Plano como uma das maneiras de se alcançar essa cidade sustentável, inclusiva e resiliente; sendo a salvaguarda um dos mecanismos garantidores do acesso democrático à cultura e à preservação da ambiência e modos de vida característicos de certas regiões da cidade. Quanto à proteção e valorização do patrimônio cultural, o texto reforça a definição de Áreas de Diretrizes Especiais (ADE), como as ADEs Avenida do Contorno, Rua da Bahia Viva, Lagoinha, Floresta, Santa Tereza e Residencial Central como formas de proteção da paisagem cultural dessas regiões da cidade (figura 7).

No tocante ao Hipercentro, as ADEs Avenida do Contorno e Rua da Bahia Viva<sup>22</sup> são reconhecidas a partir de seu valor simbólico, cultural e paisagístico e tem como objetivos específicos a proteção e valorização do patrimônio local e traçado urbano histórico; a valorização do centro enquanto área de convivência de atividades múltiplas; o estímulo à apropriação e usufruto democrático da região por grupos sociais diversos; o incentivo ao uso residencial e misto; o fomento às atividades criativas e culturais, assim como à qualificação e apropriação de edificações vazias ou subutilizadas. Em acordo com a Nova Agenda Urbana, o novo Plano ainda prevê

---

<sup>22</sup> Segundo o Capítulo VIII do novo Plano Diretor de Belo Horizonte, relativo às ADEs, temos: “Art. 216. A ADE Avenida do Contorno é destinada a reforçar a identidade da área central por meio da proteção de porção do território reconhecida por seu valor simbólico e cultural, correspondente à área urbana incluída no plano de Aarão Reis. § 1º Incluem-se na ADE Avenida do Contorno os seguintes setores, identificados no Anexo VII desta lei: I - setor Hipercentro; II - setor Floresta; III - setor ADE Residencial Central; VI - setor ADE Rua da Bahia Viva; V - setor ADE Savassi; VI - setor ADE Distrito da Moda, subsetor Barro Preto; VII - setor ADE Vale do Arrudas, de forma parcial. (...) Art. 223. O setor ADE Rua da Bahia Viva é aquele que, em virtude de sua importância histórico-cultural associada à sua vocação de lazer, demanda a adoção de medidas para o incremento de seu potencial, que incluam: I - a elaboração de estudos técnicos para a instituição de parâmetros e posturas urbanísticas específicas, bem como para intervenções físicas pertinentes; II - a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico local, tais como apoio técnico e articulação entre parceiros; III - o incentivo às atividades da economia criativa condizentes com suas vocações culturais. ”. (Prefeitura de Belo Horizonte, 2019)

a valorização e promoção do patrimônio cultural em diálogo e participação das comunidades locais, da definição de regras específicas para as ADEs de interesse cultural e pelo uso da Transferência do Direito de Construir (TDC)<sup>23</sup> como forma de subsidiar a restauração de bens culturais (PBH, 2019).

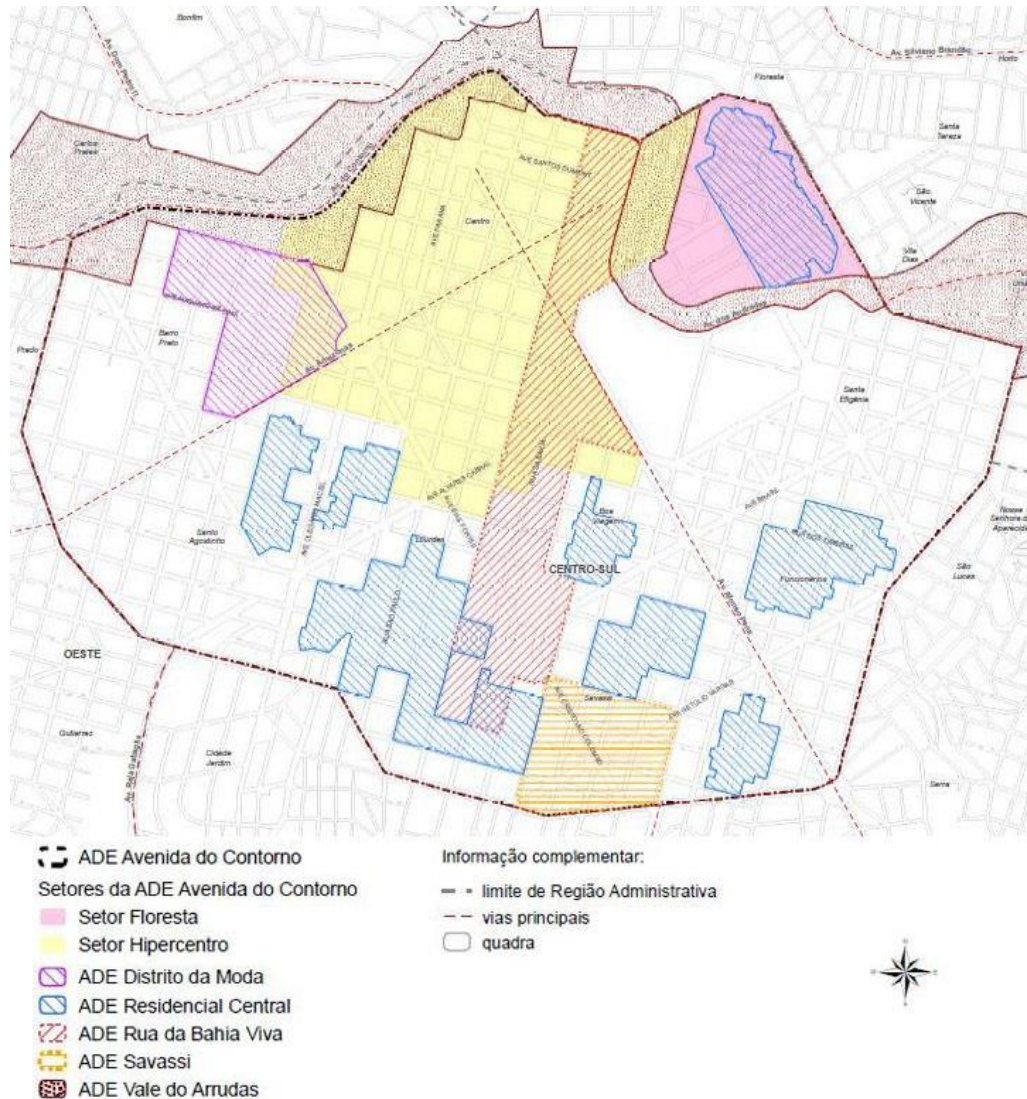


Figura 7: Divisão do novo Plano Diretor para ADE Avenida do Contorno - setores. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2019

<sup>23</sup>A ferramenta de Transferência do Direito de Construir está prevista no Estatuto da Cidade, desde 2001. O instrumento prevê, mediante autorização do poder público municipal, a possibilidade de um proprietário exercer seu potencial construtivo não utilizado em outro lote, ou vendê-lo a outros proprietários. Essa transferência pode ocorrer de forma total ou parcial, a um ou mais terrenos. O Estatuto da Cidade estabelece que a TDC seja utilizada em áreas onde o poder público tenha interesse na implantação de equipamentos urbanos e comunitários; na preservação ambiental, paisagística, social ou cultural de uma região de interesse histórico; ou para servir a programas de regularização fundiária e de habitação de interesse social.

Muitas são, porém, as controvérsias e apontamentos possíveis de serem feitos em relação ao Plano Diretor e seu papel enquanto política de planejamento urbano. O que seriam exemplos de prerrogativas recém acordadas, que favoreceriam a situação da Kasa Invisível e de outras ocupações urbanas, por exemplo, entram em contradição com a aprovação do pedido de despejo proferido no primeiro semestre de 2020, evidenciando o histórico hiato entre o que é previsto em lei e o que é posto em prática. Diante desse e de outros fatores, um parêntese se faz necessário e apoia-se, aqui, nas considerações e críticas elaboradas por Flávio Villaça e Ermínia Maricato.

Enquanto Villaça (2005) critica todo o contexto da legislação urbana brasileira e seu demasiado apego a uma burocracia que, muitas vezes, desenvolve-se apenas enquanto argumento, sendo impraticável e inutilizado ao longo do tempo, Maricato (2013) discute sobre a arbitrariedade que, também impulsionada pelo excesso de burocracia e tecnicismo, é percebida na forma com a qual lidamos com a ideia de Plano Diretor ao longo do tempo. Não é o objetivo, aqui, elaborar uma crítica direta ao Plano Diretor aprovado, em 2019, em Belo Horizonte. Como aponta Villaça, “o que se pretende atacar são as *ilusões* do Plano Diretor” (VILLAÇA, 2005, p.91, grifo nosso); seus pressupostos, seus métodos, sua elaboração, suas prioridades e a suposta *expertise* de seus criadores. Pretende-se pensá-lo tendo em vista suas contradições e limitações internas, sua incapacidade de frear processos especulativos ou antidemocráticos e sua conseqüente fragmentação da cidade.

Na entrevista “Brasil tem obra sem plano e plano sem obra”, dada por Maricato à Câmara Municipal de São Paulo, em 2013, a autora discute sobre o processo de revisão do então Plano Diretor da capital paulista. Segundo Maricato, “os planos diretores são leis, e, como grande parte da legislação brasileira, muitos deles não são aplicados ou são aplicados de acordo com as circunstâncias” (MARICATO, 2013, n.p). Pelo peso simbólico que assumiu ao longo dos anos, o Plano Diretor tem um importante papel na construção do fetiche e do mito, principalmente pela mídia - um ponto que também será discutido por Villaça -, entorno do repetitivo discurso de que “a cidade não tem planejamento” e, por isso, caberia aos planos diretores a solução milagrosa para os problemas urbanos.

A grande questão levantada por Maricato não é contra a ferramenta do Plano Diretor, propriamente dita. Seus apontamentos evidenciam o fato de que vivemos em uma cultura do discurso: “São cidades que têm planos, porque todas as cidades

brasileiras têm, mas elas não seguem os planos” (MARICATO, 2013). Segundo a autora, não por falta de técnica, mas por uma questão “exclusivamente política”. Diante da legislação, esse discurso, em sua maioria até mesmo muito pró-justiça social (como vemos, por exemplo, no caso do Estatuto da Cidade), está muito distante da realidade e das práticas cotidianas brasileiras. A cidade, enquanto construção ideológica, divide-se, assim, entre a cidade real e aquela lida hegemonicamente pela elite, a partir dos conceitos técnicos. Determinações muitas vezes vagas não são autoaplicáveis ou suficientemente fortes para se opor aos interesses dos mais poderosos e seu inviolável trato com a propriedade privada, por exemplo. A constante necessidade de demandar leis complementares é ainda outra questão que, segundo Maricato, corrobora para o enfraquecimento do Plano Diretor como uma prioridade a ser aplicada, tornando-o um “amontoado de boas intenções” pouco fiscalizadas e postas em prática. Em resumo, a autora aponta:

Eu lembro muito de uma frase do Sérgio Buarque de Hollanda, que no Raízes do Brasil comenta como você tem uma cultura livresca no país. Uma cultura de discurso, que está distante da realidade. Ele diz que a vida morre asfixiada, enquanto você tem uma esfera de produção literária, de discursos, de debates que não se cola na realidade. Enquanto isso, a cidade é um desgoverno, porque é orientada por interesse privados. Quem pode mais, chora menos. (MARICATO, 2013).

No texto “As ilusões do Plano Diretor” (2005), Flávio Villaça dialoga com o pensamento de Maricato acerca do prestígio dado ao Plano Diretor pela elite e imprensa brasileiras, que veem nele a única resposta para as grandes questões existentes nas nossas cidades. Como destaca o autor, tem-se a ideia (ou é conveniente fingir que se tem) de que esses problemas são potencializados, basicamente, pelo rápido crescimento das áreas urbanas; e não pela desigualdade econômica e de poder político da população - estes, sim, impasses que de fato alimentam os dilemas urbanos. Dessa maneira, como exemplificado na figura 8, segundo a concepção ampla, encabeçada pela minoria dominante, “se tais problemas persistem é porque nossas cidades não tem conseguido ter e aplicar esse miraculoso Plano Diretor” (VILLAÇA, 2005, p.10).

Para Villaça (2005) e Maricato (2013), há uma discrepância entre o discurso tecnocrático - encabeçado pela classe dominante e baseado em uma leitura ideologizada e quase milagrosa do que viria a ser um Plano Diretor - e a realidade

da cidade prática, cotidiana e experienciada pela maioria da população. Diante disso, o desprezo muitas vezes percebido junto à maioria da população em relação aos planos urbanos em geral, reflete não uma ignorância, desinteresse ou incompetência na busca por soluções dos problemas da cidade. Seria, na verdade, uma abstenção que se deve ao fato de que o Plano Diretor pouco tem a dizer diretamente às classes populares e pouco ou nada orienta os rumos futuros de grande parte da cidade (VILLAÇA, 2005). O peso teórico e a exigência da legislação brasileira em obrigar os municípios a terem numerosos planos urbanos se torna um dos principais pontos que reforçam a irresponsabilidade na sua elaboração e aplicabilidade; e que, além disso, “muito contribui para sua desmoralização e a da própria lei, pois frequentemente a prática acaba por revelar que a lei não é para valer” (VILLAÇA, 2005, p.19). Essa idealização milagrosa ressaltaria, então, nada mais do que uma “enxurrada de Planos” pagos e logo engavetados e que, em resumo,

de uma lado, contribui para desacreditá-los e desmoralizá-los, e de outro, e contraditoriamente, ajuda a sustentação de sua imagem de salvação tecnocrática. Esse apelo contribui também para mostrar que os planos não são elaborados para serem levados a sério. São cortinas de fumaça para tentar ocultar o fracasso da classe dominante em resolver problemas urbanos. Os planos soam uma clara manifestação da força da ideologia da tecnocracia que ainda perdura entre nós. A fé no poder miraculoso dos planos tem sua origem no discurso competente e na tecnocracia que se alojou na esfera da administração municipal brasileira, mais que em qualquer outra esfera de governo. (VILLAÇA, 2005, p.20-21).

Refletindo sobre a revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte à vista do que foi discutido por Maricato e Villaça, o que nos levaria a crer, por exemplo, que tal revisão será, enfim, capaz de fazer valer a função social da propriedade? Isso porque, colocada como carro chefe na revisão de 2019, a função social já é um preceito teoricamente em vigor desde 1934; sendo reforçada na Constituição de 1988, no Estatuto da Cidade de 2001 e, em nível municipal, no Plano Diretor de 1996 e 2010. O OODC, ferozmente defendido por uns e repudiado por outros, é mais um exemplo de mecanismo já existente na legislação federal e municipal e que parece reviver, com a revisão do Plano, uma nova aura de credibilidade. O que, porém, servirá como sustentação ao otimismo que tanto pedem à população? O que há de tão diferente que faça o contexto atual ser, enfim, o momento estratégico que

reúne a força necessária para enfrentamento dos grandes embates com o mercado imobiliário e o capital financeiro? Procuraremos responder a essas perguntas no capítulo *Uma Narrativa Possível*.

FOLHA DE SÃO PAULO COTIDIANO tempo-fóto, a 4 de julho de 2002 C5

# QUEM GANHA com o novo PLANO DIRETOR.

A Prefeitura de São Paulo apresentou à Câmara a proposta do novo Plano, resultado de um amplo debate durante oito meses, a ser agora conduzido pelos vereadores. Todos querem uma cidade melhor. Quem ganha com o novo Plano:

- A construção civil, porque o Fundo de Urbanização criado pelo Plano, que receberá a receita da cotação onerosa, só poderá investir em obras públicas (pavimentação, saneamento, transporte, habitação).
- Os trabalhadores, que com o Bilhete Único, os corredores de transporte e as novas linhas de metrô, priorizados no Plano, deixarão de perder horas em transportes.
- Os moradores de bairros, porque o Plano prevê limites e estôques, evitando prédios gigantescos que sombreiam as casas e congestionam as ruas.
- Os moradores em loteamentos clandestinos e favelas, porque com a aprovação do Plano poderão vir a ter sua casa legalizada, com endereço e em um bairro urbanizado.
- As famílias de classe média, hoje empurradas para longe, porque as operações urbanas do Plano criará ofertas em bairros centrais, dotados de infraestrutura e empregos.
- O meio ambiente, porque segundo o Plano os valões dos corredores se transformarão em parques lineares, o lixo será reciclado e a drenagem prevista para evitar enchentes.
- Os moradores em cortiços, que poderão ser atendidos, porque o Plano cria Zonas Especiais de Habitação de Interesse Social em terrenos vazios e edifícios desocupados na área central e urbanizada.
- Os empreendedores imobiliários de visão, porque as novas operações urbanas do Plano, a serem planejadas e definidas em lei própria, abrem novas oportunidades.
- Os moradores das atuais Z-1, cujas características são respeitadas pelo Plano.
- O trânsito, que será gradualmente descongestionado, com vias novas ligando bairros, estas aumentadas em estações de metrô e novas linhas de transporte de massa.
- O Centro, porque os projetos estratégicos do Plano lhe devolverão os moradores, as atividades e a qualidade que perdeu.
- A segurança do cidadão e o futuro do jovem, porque as ações estratégicas do Plano contemplam o aumento local em situações sociais de risco, graças à vida a cidade, porque o Plano, além de prever uma nova Polícia Militar lutando de qualidade, gera recursos para a polícia e cria uma nova segurança para o planejamento urbano, garantindo a participação para que o previsto se torne realidade.

**SÓ PERDE**  
quem especula, quem não se importa com os empreendimentos, quem acha que bairros subidos e sem sol são "otimos", quem não liga para a perpetuação de favelas e quem, por isso, acha que não há pressa em aprovar o Plano.

PREFEITURA DE São Paulo  
CULTURA DA RECONSTRUÇÃO

Figura 8: Ilustrando o ponto de vista de Villaça, a matéria “Quem ganha com o Plano Diretor”, paga pela Prefeitura de São Paulo e publicada em página inteira pela Folha de São Paulo, em 2002, “diz que todos - todos, sem meias palavras - toda a população”

O estado de vacância e ociosidade dos imóveis na região central de Belo Horizonte são exemplos que refletem a contradição entre o que é exigido em lei - pelo Plano Diretor, Constituição Federal ou Estatuto da Cidade, por exemplo - e o que é, de fato, percebido na “cidade real”. Enquanto a legislação prevê a função social da propriedade como uma condição ao direito de propriedade, é a dinâmica do mercado a principal peça a determinar os ciclos de uso, basicamente fundamentados na lucratividade do setor privado. Isso porque, como aponta Peixoto,

“na lógica do mercado a produção de um valor de uso só se justifica pela obtenção da mais-valia, ou seja, de um valor de troca superior ao capital inicialmente investido no processo de produção” (PEIXOTO, 2011, p.25). Tendo isso em vista, a dinâmica da vacância imobiliária, inserida na lógica do mercado, referencia-se a partir do valor de troca, considerando o valor de uso e as necessidades sociais apenas quando estas estão diretamente associadas à lucratividade. Quando nos aproximamos do campo do patrimônio, a contradição entre a teoria e a prática soma-se ao pouco peso que a legislação patrimonial estabelece em muitos casos. Uma construção histórica ou tombada em condição de vacância é, dessa maneira, de tantas formas quanto possível, um somatório de controvérsias que expõe a fragilidade de diversos âmbitos da lei diante do que seria uma jurisprudência amparada, basicamente, em questões políticas ou econômicas - se é que em algum momento foi realmente possível distinguir os dois.

### **Levantamento dos imóveis em condição de vacância no Hipercentro**

Sobre esse cenário de abandono, como já destacado na Introdução, o levantamento feito pelo *Projeto Recipientes*, em 2017, listou 34 imóveis históricos em condição de vacância ou subutilização na área central de Belo Horizonte. Naquele momento, 27 desses imóveis localizavam-se no Hipercentro da capital. A atualização do levantamento, realizada em março de 2020, retirou onze desses imóveis, já ocupados ou em avançado processo de restauração, e incorporou à lista outros seis, não reconhecidos no primeiro levantamento. Dessa maneira, o mapeamento atual reconhece 22 imóveis em condição de vacância ou subutilização no Hipercentro da capital (figura 9).

Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar alguns padrões mais ou menos dominantes; do ponto de vista de uma leitura atual da paisagem do Hipercentro, até as formas de ocupação e adaptação de seus edifícios. De maneira geral, o mapeamento identificou três categorias básicas da atual situação dos 22 imóveis levantados. Edifícios *desocupados*, como aqueles em desuso por cinco anos ou mais; *subutilizados*, cujo aproveitamento é inferior ao mínimo definido pelo Plano Diretor (ESTATUTO DA CIDADE, 2001); e *indefinido*, sendo aquele imóvel ainda em desuso ou subutilização, com a presença de anúncios de “Vende-se” ou “Aluga-se” ou com placas de obras já aprovadas, mas sem previsão de início. Os dados que fundamentam o mapeamento foram reunidos a partir de pesquisas junto ao Arquivo

Público, ao CDPCM/BH, ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), ao site colaborativo Guia do Bem; além de entrevistas, visita de campo e reportagens produzidas pela mídia tradicional e independente.

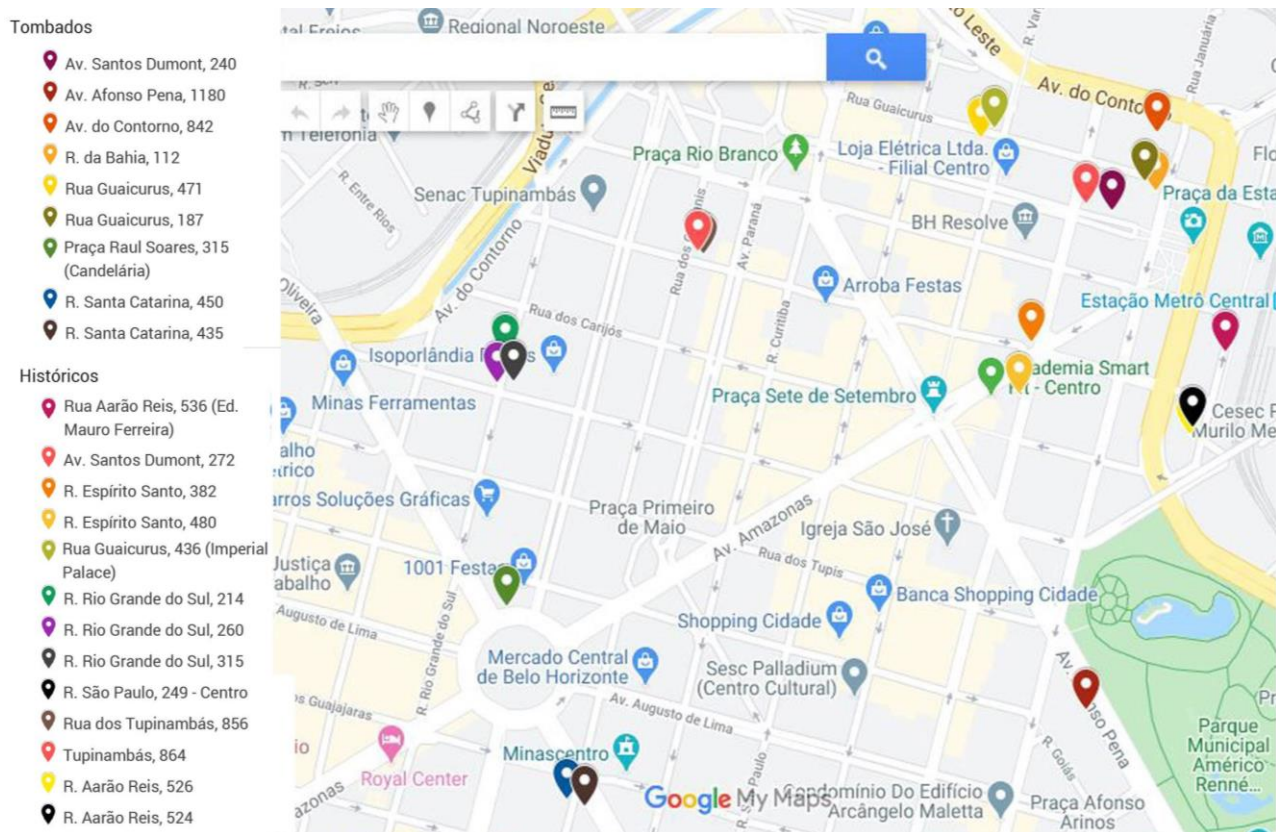


Figura 9: Levantamento de campo realizado em março de 2020. Elaboração da autora. A sobreposição do levantamento do Projeto Recipientes (2017) e a versão atual deste mapeamento estão disponíveis no link: <<https://bityli.com/wQ2Xb>>

Um dos primeiros pontos observados - que dificultou, inclusive, esta listagem - é a recorrência de imóveis subutilizados, com andares superiores usados apenas como depósito ou, então, totalmente inutilizados. A presença de grandes redes e filiais, tais como a Farmácia Araújo e as Lojas Rede, são exemplos de comércios que ocupam o andar inferior dos imóveis, enquanto reservam os andares superiores para depósitos ou pequenos estoques. Outras vezes, principalmente no caso dos pequenos comércios, os andares superiores são, de fato, inutilizados. Dessa maneira, identificar o uso em todos os andares, confirmando sua subutilização ou vacância, tornou-se uma das principais dificuldades deste levantamento. Por se tratarem, em sua maioria, de antigas casas unifamiliares, pequenos prédios residenciais e equipamentos institucionais, a adaptação arquitetônica dos imóveis

listados parece ser um dos primeiros problemas enfrentados pelas ocupações comerciais subsequentes.

Outro ponto fundamental a ser discutido, necessário para que possamos entender, de forma ampla e multifacetada, o contexto de vacância dos imóveis históricos em Belo Horizonte e no Brasil, diz respeito à presença significativa de representantes públicos nesse cenário. Do 22 imóveis levantados, cinco deles são de propriedade pública; dentre os quais quatro são da Universidade Federal de Minas Gerais e estão em desuso desde o início das mudanças de algumas escolas, secretarias e serviços para o campus Pampulha, a partir da década de 1960. Dessa maneira, a maioria desses imóveis - na verdade, grandes edifícios ou complexos que ocupam todo um quarteirão - estão vazios ou subutilizados há décadas. Como padrão predominante, os edifícios possuem vigilância 24 horas por dia; postura que se revelou, durante a pesquisa de campo, como medida inibidora de possíveis “invasões”<sup>24</sup>.

Dos onze imóveis retirados do primeiro levantamento de 2017, apenas um deles é de propriedade pública: o edifício que abrigou as antigas oficinas da Fundação Christiano Otoni, associada à Escola de Engenharia da UFMG, e localizado na Rua dos Guaicurus. Atualmente, os galpões finalizam sua restauração e serão utilizados como anexo para o Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte. Outros imóveis pertencentes ao corpo de edifícios da Escola de Engenharia também terão a mesma destinação; porém nenhum deles iniciou suas obras de adaptação e, por isso, ainda permanecem no levantamento atual. Isso em vista, é possível identificar que embora um número significativo de imóveis tenha saído de sua antiga condição de vacância, a maioria dos edifícios públicos, levantados inicialmente, permanecem na mesma condição. Seja por questões financeiras - principal justificativa para o adiamento das obras de requalificação e adaptação - ou pelo valor político e midiático atribuído à produção do “novo”, do “moderno” e do “tecnológico”, a forma de gestão da cidade antiga, feita pelo poder público - mesmo que esse seja, em parte, a universidade -, é muito simbólica e fortalecedora do discurso predominante de sujeição do valor de uso à lucratividade. Esse cenário é ainda mais complexo quando se tem em vista que todos os imóveis públicos levantados são tombados em nível municipal e estadual e, mesmo assim,

---

<sup>24</sup> O termo “invasões” foi usado de forma recorrente durante as conversas com comerciantes locais e vigias de alguns dos espaços e reflete o posicionamento contrário ao que nesta pesquisa é tratado como uma prática legítima de luta pelo uso e ocupação democrático e popular da cidade e, principalmente, de seu Centro.

deterioraram frente às décadas de desuso e ausência de manutenção. Alguns desses edifícios já foram ocupados por movimentos sociais e por moradia. Após o despejo, muitas vezes justificado pelo fato de que receberiam novos usos, os locais continuam desocupados<sup>25</sup>.

Outro ponto importante - e curioso - a ser destacado é a predominância do estilo Art Déco entre os imóveis vacantes no Hipercentro de Belo Horizonte. Das 22 edificações listadas, treze delas (ou seja, quase 60% do total) são exemplares desse estilo. Das outras nove restantes, cinco são de estilo Eclético, duas são Protomodernas e duas Modernas. Segundo o professor Leonardo Barci Castriota, o estilo Art Déco foi bem recebido nos anos 30 entre todas as camadas sociais e exerceu “um grande fascínio no imaginário popular e na arquitetura comercial” (CASTRIOTA, 200, p.22). A razão para isso, de acordo com Castriota, pode ser entendida a partir de seu papel de transição que, embora anunciasse o racionalismo das vanguardas, identificando-se com a modernidade, manteve uma linguagem ornamental que facilitou sua recepção e integração à vida cotidiana da cidade. Embora uma linguagem usada pelo Estado (em escolas, hospitais ou mesmo na Prefeitura de Belo Horizonte) e no entretenimento (em cinemas, teatros e ginásios), ao exercer uma “função intermediária entre as propostas de vanguarda e amplas camadas da população” (CASTRIOTA, 2000, p.22), o Art Déco popularizou-se entre classes médias e operários muito mais do que entre a elite e a classe de intelectuais (que, já naquele momento, estruturava-se em prol do Modernismo). Talvez, por isso, o estilo tenha levado tanto tempo para ser considerado patrimônio e seu desuso ao longo dos anos tenha causado tão pouco impacto. A permanência da condição de vacância do conjunto de imóveis da Kasa Invisível por tantos anos é exemplo desse processo de seletividade estética.

Perceptível desde os primeiros levantamentos, a área de maior concentração de imóveis em condição de vacância ou subutilização na capital corresponde à Rua dos Guaicurus e suas proximidades. Ao todo, a área concentra, hoje, sete dos 22 imóveis levantados. A “desvalorização simbólica” da região (ABRAMO, 2007 *apud*

---

<sup>25</sup> Exemplo desse cenário é o Coletivo Tina Martins que ocupou o prédio do antigo refeitório da Escola de Engenharia da UFMG, localizado na Rua Guaicurus, nº 315. No mesmo ano, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a mudança no cenário federal, as pressões pela reintegração de posse aumentaram e o grupo perdeu a disputa pelo uso do imóvel. De forma vitoriosa, entretanto, conseguiram um novo espaço, na região da Savassi, onde atuam desde então. A reintegração de posse do prédio da Rua Guaicurus justificava a desocupação do edifício para seu uso enquanto escritório e canteiro de obras do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG). A visita de campo feita em janeiro de 2020 confirmou a permanência do desuso e não identificou qualquer vestígio de início das supostas obras.

PEIXOTO, 2011) parece ser uma das possíveis explicações para essa paisagem. Encabeçada pela depreciação fictícia feita pelo mercado, a estratégia de desvalorização simbólica de uma região - não necessariamente associada e iniciada com sua decadência física e funcional - impulsiona a desqualificação e estigmatização de parte do estoque antigo de edificações e de certas áreas da cidade. Os atores de maior renda, impulsionados pelo mercado em constante processo de ocupação de novas áreas, deslocam-se à procura de condições mais seguras, edificações mais inovadoras e regiões compartilhadas por grupos semelhantes (ABRAMO, 2007, p.126 *apud* PEIXOTO, 2011).

No caso da Rua Guaicurus, um dos estigmas que ali perpetua é o de ser uma das mais tradicionais zonas de prostituição de Belo Horizonte e uma das maiores do país (O BELTRANO, 2017). É, ainda, uma região tradicionalmente ocupada por imigrantes; principalmente chineses, angolanos e haitianos, que, a cada ano, ocupam um maior número de lojas em shoppings populares e de rua. Segundo o jornal independente O Beltrano (2017), existe um projeto, encabeçado pela Prefeitura, de revitalização da área que, pelas poucas informações disponíveis, causa receio à maioria das pessoas que trabalham e vivem na região. A comunidade local torna-se temerosa com o possível apagamento do histórico de vida e trabalho de cerca de 5 mil mulheres, 25 hotéis (conhecidos como “sobe e desce”) e todas as vozes e empregos associados ao contexto e dinâmica da Guaicurus:

É como se funcionasse um pacto velado entre a sociedade belo-horizontina conservadora e a rua dos Guaicurus para que o chamado baixo meretrício (a zona de prostituição barata) permaneça como está, às escondidas, sem escândalo, mas também sem direitos básicos. Finge-se que não existem as prostitutas e apaga-se a rua do mapa urbano. (BELTRANO, 2007).

A proposta do “Distrito Guaicurus”<sup>26</sup>, idealizada pela associação de atores diretamente atuantes na região, é um dos principais projetos de ressignificação do

---

<sup>26</sup> Segundo a descrição do perfil oficial do projeto, o Distrito Guaicurus assim se apresenta: “Com a intenção de preservar e valorizar a mais tradicional Zona Boêmia de Belo Horizonte acreditamos que para este Projeto se concretize pressupõe-se uma composição entre o poder público, a iniciativa privada, a comunidade acadêmica e a sociedade civil, estabelecendo uma sinergia que beneficie a todos os envolvidos e mude para melhor o quadro atual da Rua Guaicurus e seu entorno. Esta composição será materializada através de abordagem das vozes da região, e convocação para desenvolvimento da base do Projeto. Posteriormente será realizado um fórum com presença de representantes locais e municipais para desenvolvimento de propostas de programas que visem desenvolvimento sócio econômico para a região respeitando suas características específicas e sua posterior transformação em DISTRITO (sic)” (DORNAS, Flávio. 2017). Disponível em: [https://issuu.com/fdornas/docs/apresentac\\_a\\_o-distrito110217](https://issuu.com/fdornas/docs/apresentac_a_o-distrito110217). Acesso em: 23 de abril de 2020.

local. Segundo os atores envolvidos, o objetivo é desenvolver uma revitalização da área a partir da criação de museus, bares, restaurantes, teatros, cinema e casas de shows abertos para todos os moradores da cidade e para turistas. Tendo em vista a desmistificação e quebra de preconceitos em relação à região, o movimento busca o fortalecimento da memória coletiva local, combatendo práticas de apagamento ou, mesmo, de perigosa romantização. Para além do cenário de prostituição, a ideia do Distrito é a de contar, a partir da arquitetura, da gastronomia e das artes em geral a história dos personagens que tradicionalmente ocuparam e ainda ocupam a Rua dos Guaicurus. É importante atentar, porém, para a necessidade de que as atividades propostas - principalmente aquelas associadas ao turismo - se desenvolvam a partir do real protagonismo dos atores e necessidades locais, tendo como finalidade impedir possíveis processos de gentrificação.

Em 2017, um dos imóveis mapeados pelo *Dossiê*, o casarão de estilo eclético localizado no número 471, foi cedido à Associação das Prostitutas (Aprosmig) para abrigar o Museu do Sexo. A Aprosmig é outro movimento que atua em prol da revitalização da Rua dos Guaicurus e região a partir da cultura, da cidadania e da consolidação de direitos humanos para as mulheres em situação de vulnerabilidade. O imóvel cedido ao grupo faz parte da história e imaginário da região por ter sido uma das primeiras casas de prostituição de Belo Horizonte. Tombada em nível municipal desde 1994, a edificação foi desapropriada em 2008. O levantamento feito para esta pesquisa não identificou sinais de intervenção e obras no casarão, que permanece em avançado processo de arruinamento.

A proposta do Museu do Sexo, encabeçada por e para atores historicamente invisibilizados e ativamente marginalizados, é outro exemplo de mobilizações populares que escancaram as contradições (e, nesse caso, a grande hipocrisia) de certas políticas públicas. Outro exemplo de espaço “invisível” na cidade, o projeto de restauração do casarão tem em vista a valorização do patrimônio a partir da cultura e identidade própria dos atores locais. Segundo a proposta, o Museu pretende instalar salas de exposição sobre a história da região, além de cursos, biblioteca 24 horas e estruturas de apoio ao público vulnerável que frequenta a Rua dos Guaicurus (como prostitutas, imigrantes, moradores de rua e catadores de material reciclável). Segundo a Prefeitura e a Aprosmig, todo o dinheiro necessário para a revitalização do casarão e instalação do Museu - cerca de R\$ 1,6 milhões - será arrecadado por meio de financiamento coletivo e eventos. Mesmo assim, por

pressões de setores conservadores, o projeto, que gera muita polêmica e divide opiniões, ainda não tem previsão de início.

### **A cultura no governo Bolsonaro**

Assim como nas pastas do meio ambiente e da educação, a cultura vem sofrendo ataques diretos e indiretos por parte do governo federal. Em uma de suas primeiras ações após assumir o cargo de presidente, em 2019, Jair Bolsonaro extinguiu o Ministério da Cultura (MinC), transformando-o na Secretaria da Cultura (SEC), sujeita ao Ministério da Cidadania<sup>27</sup>. Além da redução do orçamento, enquanto secretaria a pasta perdeu sua interlocução direta com outros ministros e seu papel simbólico, sua autoridade e autonomia no cenário nacional e internacional. A instabilidade é um padrão percebido no atual governo, revelada através de alternâncias repentinas e consecutivas dos ocupantes de cargos importantes. Desde a criação da Secretaria da Cultura, por exemplo, cinco secretários diferentes já assumiram a pasta.

No final de 2019, ainda em seu primeiro ano de gestão, Bolsonaro transferiu a Secretaria da Cultura para o Ministério do Turismo. Um dos principais objetivos do Ministério é integrar o planejamento da pasta e a gestão territorial do turismo às estratégias de atração de novos investimentos privados, nacionais e internacionais. Desse modo, a associação da Secretaria da Cultura ao Ministério do Turismo reflete não só a redução de sua autonomia, mas reforça a gestão da pasta a partir do favorecimento do setor privado, em detrimento da participação do poder público na área. À Secretaria caberá não só corrigir e atualizar as “distorções” das gestões anteriores (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020), mas se sujeitar ao posto de produto. Essa é, também, uma associação simbólica; que revela um discurso que tem como base a redução da cultura ao turismo. Saber de sua potência enquanto ferramenta emancipatória, de empoderamento, visibilidade, individualidade, politização e autonomia, mas vê-la abreviada a uma função de espetáculo, privatizações e silenciamentos é desesperador.

Nesse cenário de inconstância, restrições e ataques à cultura, o IPHAN é um dos principais alvos (e não há uma palavra melhor) da estratégia de enfraquecimento e desmantelamento de determinadas áreas, adotada pelo governo

---

<sup>27</sup> O Ministério da Cidadania foi criado em 1º de janeiro de 2019, sob o governo de Jair Bolsonaro, e é fruto da união dos antigos ministérios do Desenvolvimento Social, do Esporte e da Cultura que, reduzidos a secretarias, ficaram sujeitos ao Ministério recém criado.

em geral e por Jair Bolsonaro, em particular<sup>28</sup>. O atual jogo de cadeiras em relação à presidência do Instituto é reflexo desse discurso. Superintendentes de estados como Minas Gerais (que detém 60% dos bens federais), Paraná e Distrito Federal foram substituídos por membros da base aliada do governo, que não tem formação ou experiência na área. Além disso, de acordo com o jornal Folha de São Paulo, há previsão de redução em 72% (saindo de um orçamento de quase R\$ 230 milhões, para menos de R\$ 67 milhões) na verba destinada ao IPHAN. A alteração está prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2020, mas ainda não foi aprovada pelo Congresso.

Em agosto de 2019, Luciano Hang, presidente da loja Havan e grande apoiador de Jair Bolsonaro, divulgou um vídeo em que denuncia o dispêndio gerado pela paralisação das obras de uma de suas lojas, no Rio Grande do Sul. Segundo Hang, as atividades foram paralisadas pelo IPHAN após uma inspeção no terreno encontrar “fragmentos de pratos”<sup>29</sup>. Meses depois desse episódio, a exoneração de Kátia Bogéa, presidente do Instituto na época, reflete o atual cenário de pouca autonomia dada ao órgão, de sua sujeição a interesses da iniciativa privada e do discurso, também adotado pelo poder público, de que o patrimônio impede o desenvolvimento<sup>30</sup>. Tanto os ataques à figura do IPHAN, como o movimento constante de alteração de seus presidentes, marcas do governo Bolsonaro desde o primeiro momento, expõem um dos principais atritos entre a noção de patrimônio e as necessidades criadas pela iniciativa privada.

---

<sup>28</sup> Em reunião ministerial realizada em maio de 2020, a fala do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, resumiu a atual tentativa de enfraquecimento e intervenção de setores estratégicos do governo: “Então, para isso, precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid e ir passando a boiada e mudando todo o regimento e simplificando normas. De IPHAN, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação”.

Transcrição completa disponibilizada em:

[http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo\\_digitalizado.pdf?\\_ga=2.83543059.402550806.1596051651-689642688.1505777620](http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo_digitalizado.pdf?_ga=2.83543059.402550806.1596051651-689642688.1505777620)>. Acesso em: 29 de julho de 2020

<sup>29</sup> Em vídeo, Luciano Hang diminui as pesquisas e o trabalho dos arqueólogos; criticando o fato de que as paralisações da obra geram grandes problemas e não podem parar diante de “fragmentos de pratos”. Na época, o IPHAN divulgou nota afirmando que a paralisação foi recomendada pela própria empresa de arqueologia contratada pela Havan, que identificou, no local, cerâmicas e vestígios de civilizações antigas. O discurso de Hang, porém, foi reconhecido por Bolsonaro que, meses depois, exonerou Kátia Bogéa, presidente do IPHAN na época, substituindo-a por nomes diretamente ligados aos seus interesses pessoais e de seus aliados. Na época, Bogéa denunciou sua exoneração como fruto de pressões particulares do presidente, de sua família e de Luciano Hang.

<sup>30</sup> Na mesma reunião em que Ricardo Salles apontou a necessidade do governo “passar a boiada”, Jair Bolsonaro afirmou: “ O IPHAN para qualquer obra do Brasil, como para a do Luciano Hang. Enquanto tá lá um cocô petrificado de índio, para a obra, pô! Para a obra. O que que tem que fazer? Alguém do IPHAN que resolva o assunto, né? E assim nós temos que proceder”. Transcrição completa disponibilizada em:

[http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo\\_digitalizado.pdf?\\_ga=2.83543059.402550806.1596051651-689642688.1505777620](http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo_digitalizado.pdf?_ga=2.83543059.402550806.1596051651-689642688.1505777620)>. Acesso em: 29 de julho de 2020

Relativamente, se comparado a outros órgãos públicos, o IPHAN possui poucos recursos. Entretanto, dispõe de influência suficiente para aprovar ou reprovar empreendimentos que envolvem bilhões de reais (ANDRADE, 2019). A associação do órgão ao Ministério do Turismo e a troca de seus presidentes tendo em vista os interesses particulares de Jair Bolsonaro e aliados, mostram que a postura adotada pelo atual governo tem como principal interesse o favorecimento do setor privado. A aprovação do pedido de despejo da Kasa Invisível e de outras ocupações pela cidade é reflexo, em nível local, do discurso federal a respeito da necessidade do poder público aproveitar o cenário de teórica desatenção da população e “ir passando a boiada”.

A intenção do próximo capítulo é mostrar, através de um rastreamento de atores, formações de grupos, discursos e controvérsias, como o patrimônio cultural, enquanto conceito e conjunto de bens salvaguardados, foi construído ao longo do tempo. Discursos, disputas e ações oficiais e não oficiais, como vivenciado no governo atual, foram responsáveis, historicamente, pela construção de como percebemos e ocupamos o patrimônio e a cidade. No caso do Brasil, o patrimônio (enquanto ator não humano e em relação aos atores humanos associados a ele) sempre esteve sujeito aos movimentos do Estado, ora em sintonia com seus discursos, ora na posição de resistência. Entender esse movimento é fundamental para propor novas narrativas possíveis.

### 3 ETIMOLOGIA DO VAZIO: Espaços de Ausência - o Hipercentro em transformação e a construção do patrimônio cultural

Aqui, deparamo-nos com um dos principais e mais sensíveis pontos do campo patrimonial: quem determina o valor histórico e identitário de um bem? A partir desse primeiro questionamento, muitos outros são possíveis: o que, afinal, é "dito" quando um edifício é tombado? Por quem é "dito"? Como, por que e com que finalidade um imóvel é tombado? Quais histórias se pretendem guardar a partir de um tombamento? Edifícios de interesse histórico que são tombados representam mais a cultura de um povo do que aqueles que não o são? É o tombamento o único mecanismo capaz de garantir a preservação de uma construção e seu uso por uma comunidade? Quando os mecanismos de proteção não são suficientes, como o patrimônio pode ser realmente apropriado pela comunidade? A cartografia desenvolvida aqui aponta possibilidades de respostas para algumas destas perguntas.

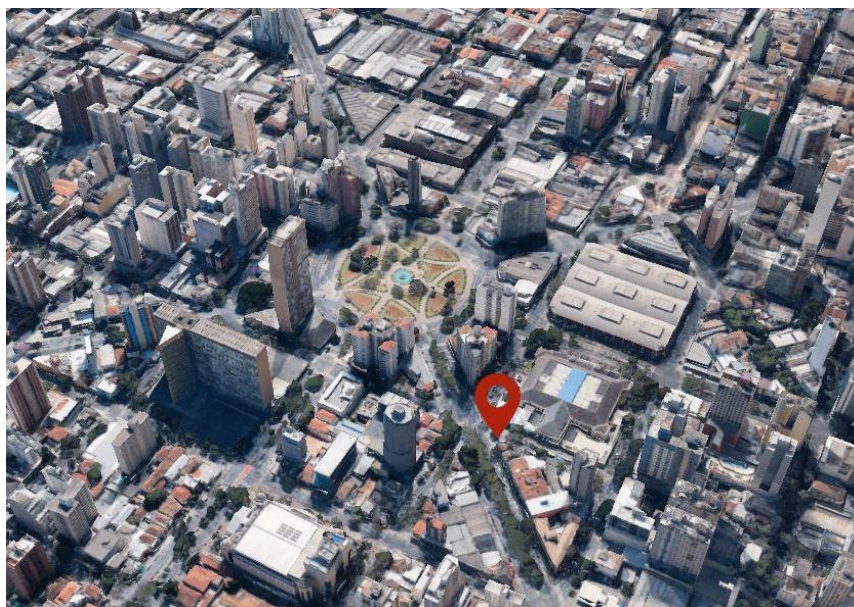


Figura 10: Vista aérea da Kasa Invisível e sua relação com os principais equipamentos do entorno. Registro coletado pela autora através do dispositivo Google Maps, 2020.

Como descrito na *Introdução*, o recorte temporal proposto pelo mapeamento, a partir do *Método Cartográfico*, recua ao ano de fundação de Belo Horizonte, em 1897, a fim de rastrear os primeiros discursos, atores, formações de grupos e controvérsias associadas ao projeto e construção da cidade. As décadas subsequentes, divididas em outros cinco períodos, são assim definidas: “O surto das

construções” (CHACHAM, 1996), representado pelas décadas de 1930 a 1950, marcam o início e fortalecimento industrial no Brasil e o crescimento e verticalização da capital; a "Renovação Urbana", entre as décadas de 1950 e 1970, "Preservação Urbana", entre 1970 e 1990, e "Reinvenção Urbana", entre 1980 e 2000, assim divididos por Vargas e Castilho (2009); e o último período, "Ocupação Urbana", entre 2000 e 2018, e que compreendem os anos imediatamente anteriores aos analisados no *Dossiê de Ausência*, caracterizados pela retomada dos espaços públicos enquanto ferramenta de construção e fortalecimento de novos (e velhos) discursos.

A *Etimologia do Vazio*, que corresponde a todo esse segundo momento, será construída a partir dos relatos escritos e do diagrama *Espaços de Ausência*. Este tem como principal objetivo dispor, visualmente, todas as camadas, atores humanos e não humanos, discursos e ações de forma a facilitar a construção da informação e sua leitura multiescalar. A partir de Latour, entendo a cartografia como um mapeamento não linear, desenvolvido por meio de atravessamentos constantes, com avanços e recuos no tempo e em suas camadas. Aqui, o que chamo de “camadas” compreende a divisão entre os contextos internacionais, federais, estaduais, municipais e locais. Na prática e na cidade real, essas camadas são simultâneas, afetam e são afetadas, movimentam e fazem movimentar umas às outras, de forma associada ou individual.

Porém, como uma decisão estrutural para um melhor desenvolvimento dos relatos, optei por construí-los a partir de duas divisões básicas, que levam em conta essa noção de camadas. A primeira divisão compreende aquela relativa aos eventos, às ações dos vários atores. Por sua vez, divide-se, ainda, entre os níveis macro e micro. Ao nível “macro” estão relacionados aqueles eventos ligados aos contextos internacionais, federais, estaduais e municipais. Penso a leitura do *Evento - nível macro* tendo em vista serem discursos “oficiais”, hegemônicos. Ou seja, envolve todas as ações relacionadas aos movimentos do Estado e do mercado, reconhecidas, aqui, a partir de sua heteronomia. Em contraste, a divisão em *Evento - nível micro* diz respeito aos discursos relacionados à autonomia dos atores envolvidos. Isso em vista, envolvem todo o contexto local, preenchido, aqui, pela Kasa Invisível enquanto prática insurgente fundamentada na noção, já discutida, de territorialidade.

A segunda divisão do diagrama compreende os *Discursos* dos atores, humanos e não humanos, suas formações de grupos e movimentos. Essa

elaboração tem o objetivo de elucidar, de forma o mais visual possível, como o posicionamento dos atores e seus respectivos discursos movimentam e fazem movimentar uma série de controvérsias que, analisadas nos relatos, ajudam a explicitar a narrativa construída em torno do patrimônio material no Brasil e de que maneira que essa narrativa contribuiu ou não para a condição de vacância dos imóveis históricos ou tombados no Hipercentro de Belo Horizonte. Os discursos são rastreados a partir de documentos oficiais, entrevistas, projetos de governo e declarações públicas. São analisados, também, os discursos por trás de projetos urbanos e arquitetônicos, ideologias políticas, econômicas e culturais e movimentos sociais.

Uma das camadas dos *Discursos* compreende o levantamento de todos os tombamentos de bens materiais imóveis feitos pelo IPHAN (nível federal), pelo IEPHA (nível estadual) e pelo CDPCM/BH (nível municipal), dispostos em três gráficos. Sendo a Casa Invisível um conjunto de imóveis de estilo Art Déco e sendo este o estilo da maioria dos imóveis mapeados no *Dossiê*, soma-se um quarto levantamento, referente aos tombamentos, em nível municipal, de exemplares desse estilo. A reunião desses dados a partir do tombamento tem como objetivo identificar os discursos proferidos por essa que é a principal ferramenta usada pelos órgãos de patrimônio, sendo também uma das principais associações ao tema, feitas da sociedade em geral. Os gráficos fortalecem, ainda, uma leitura associativa entre o que é dito e o que é praticado, entre as propostas e revisões de leis e sua aplicabilidade.

A respeito dos gráficos, cabe mais um apontamento. O principal problema encontrado durante essa elaboração foi o pouco material disponível e sua não atualização periódica. Nesse cenário, o nível municipal mostrou-se o mais carente em dados e informações; sendo necessário pesquisas paralelas ao próprio CDPCM/BH. Tendo em vista que “tudo são dados” (LATOURE, 2012, p.195), essa dificuldade também será discutida ao longo da pesquisa. Isto posto, as fontes usadas na elaboração dos quatro gráficos correspondem à “Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamentos”, elaborada pelo IPHAN e referente aos anos de 1937 e 2019; o “Guia de Bens Tombados”, volume I e II, elaborado pelo IEPHA e referente ao ano de 1971 e 2014; e o site Guia do Bem, elaborado pela Equipe B e correspondente aos anos de 1984 e 2015.

### 3.1 Um breve histórico sobre o desenvolvimento de Belo Horizonte

*"Art. 13: É decretada a mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade."*

*(Constituição Mineira)*

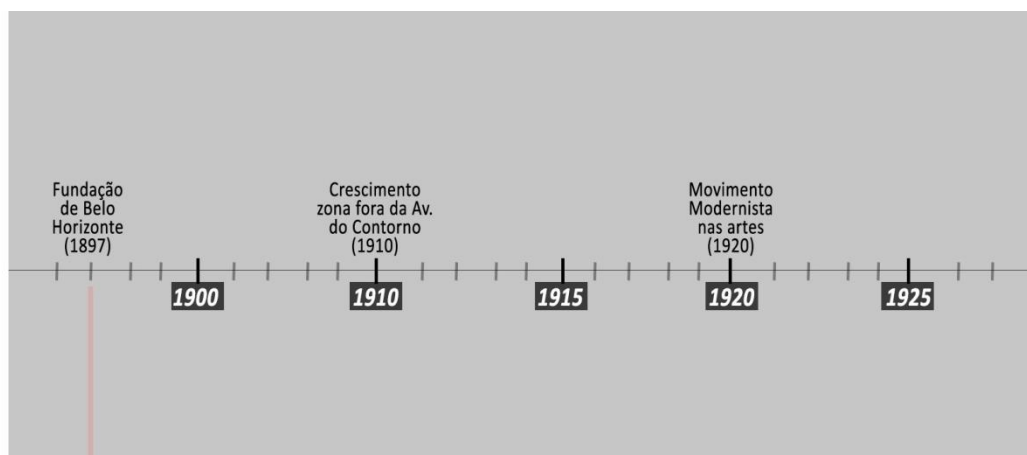


Figura 10: Diagrama - Espaços de Ausência. Eventos nível macro: primeiros anos de formação de Belo Horizonte. Elaboração da autora

Belo Horizonte foi fundada em 12 de dezembro de 1897, sob influências do movimento Positivista. O projeto do engenheiro Aarão Reis para a nova capital de Minas Gerais buscou, a partir de princípios de ordem, progresso, ciência, higiene, estética e fluidez, a materialização da tão sonhada modernidade. Sob representações do imaginário das elites da época, a nova capital trazia em suas linhas a necessidade de marcar uma ruptura simbólica com os antigos moldes sociais, econômicos, estéticos, culturais e políticos, destacando, a partir da materialidade e do espaço, o advento da República.

Embora planejada sob mando do Estado, Belo Horizonte desenvolveu-se como uma cidade tipicamente capitalista e, enquanto tal, não teve seu centro pensado em prol da exaltação do Estado burguês ou da Igreja. Segundo Flávio Villaça, "o que deve ser entendido por 'plano', no caso de Belo Horizonte, é algo muito simples: um projeto viário e a designação do local de uns poucos edifícios públicos, alguns dos quais foram efetivamente construídos como parte desse plano" (VILLAÇA, 2001, p.268). Desse modo, o projeto desenvolvido para a cidade assemelhava-se mais a um "plano abstrato de sistema viário" (VILLAÇA, 2001, p.268), que não previa nem mesmo a localização exata e estratégica do centro.

Dessa forma, o projeto proposto por Aarão Reis previa, basicamente, a criação de um bairro comercial na esplanada da Lagoinha, a localização da sede do poder na Praça da Liberdade e uma ocupação residencial para os funcionários públicos, vindos da antiga capital, no Bairro Funcionários. É clara, assim, a divisão da cidade em duas, sendo uma ligada ao poder constituído, na qual o uso residencial e institucional são vinculados à administração pública; e outra, com maior diversidade social, ligada ao comércio, serviços, lazer e moradia (PONTES, 2006). A ligação entre tais elementos era prevista por uma larga avenida, a Afonso Pena, que buscou se impor enquanto "elemento estético e simbólico da constituição e expressão do poder da cidade-capital" (MONTE-MÓR, 1994, p.14).

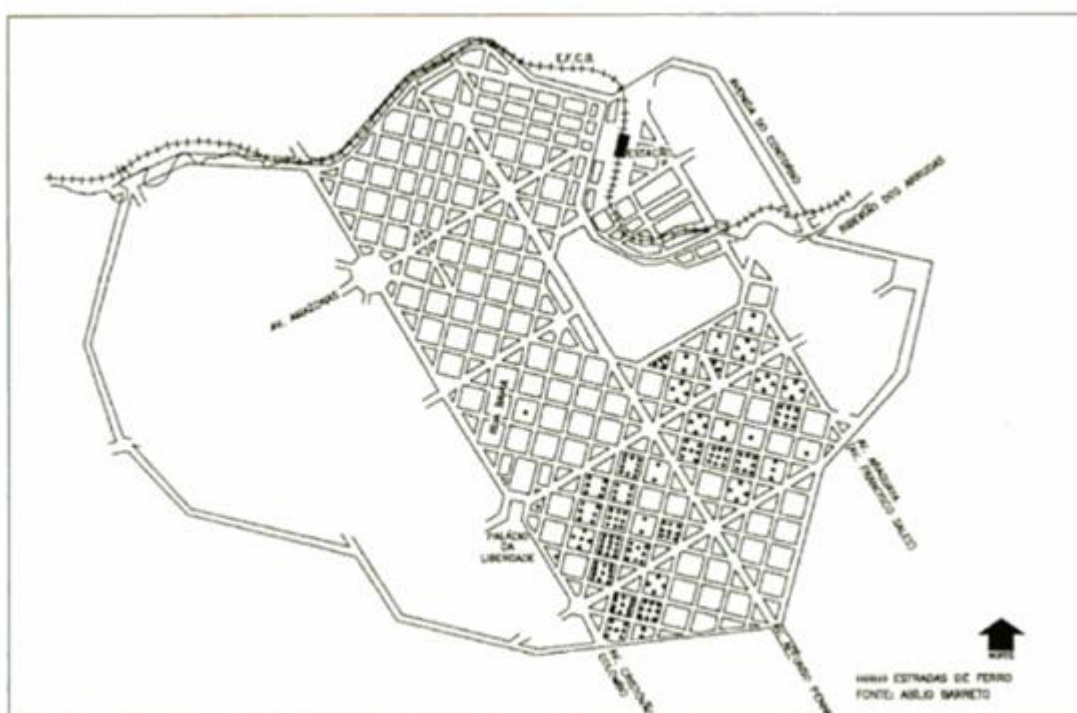


Figura 11: Localização das primeiras residências no projeto original de Belo Horizonte. Fonte: VILLAÇA, 2001

A sede de poder, representada pela Praça da Liberdade - que carregava em seu nome o objetivo maior dos republicanos e da Inconfidência Mineira -, foi projetada para abrigar o Palácio do Governo e as primeiras Secretarias de Estado. Com os edifícios construídos a partir de uma arquitetura eclética, com predominância de elementos neoclássicos, a Praça foi estrategicamente colocada no plano mais alto da cidade, tendo vista privilegiada de toda zona urbana; se fazendo "ver e sentir ao mesmo tempo" (MELLO, 1996, p.41).

Já nas primeiras décadas da cidade, a Praça da Liberdade se tornou um espaço representativo das atividades administrativas; conquistando rapidamente significado para os ainda poucos habitantes da capital (LEMOS, 1985). Diferentemente da Avenida Afonso Pena - e, posteriormente, da Rua da Bahia -, a imponência e monumentalidade da Praça, frente à própria experiência da rua, colocou-a, com o tempo, muito mais como um lugar destinado ao poder público e às manifestações políticas envoltas em obediência e civismo, do que à real apropriação popular e percepção enquanto local de civilidade (JULIÃO, 1996).

A função de eixo de ligação dado à Avenida Afonso Pena, colocou-a como principal referência e mecanismo de integração entre a área comercial (ainda em desenvolvimento) e a região de poder (representada pela Praça da Liberdade). Pensada com o objetivo de criar sentido de unidade e permitir a fruição e tráfego de indivíduos, a avenida se tornou local de passagem e intercâmbios, concentrando deslocamentos também rumo à Praça da Estação, ao Parque Municipal, ao Palácio da Justiça e aos locais de lazer, como cafés, cinemas, teatros e praças. Complementar à Afonso Pena, a Rua da Bahia concentrava outra parte significativa dos locais de consumo e cultura, assumindo, posteriormente, a função de ligação entre a zona comercial e de poder, e atraindo para si a sociabilidade pulsante que começava a se afirmar nos primeiros anos depois da inauguração da cidade. Como a avenida mais larga da cidade, a proposta inicial de Aarão Reis procurou, ainda, atribuir à Afonso Pena a missão de guiar o crescimento urbano da capital:

Apenas a uma das avenidas - que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos [sic] - dei a largura de 50 m, para constitui-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periphéria [sic], como convém à economia municipal, à manutenção da hygiene [sic] sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos technicos [sic]. (COMISSÃO Construtora da nova capital, 1895 *apud* JULIÃO, 1996, p. 59).

Contraditoriamente, porém, Belo Horizonte seguiu o caminho inverso do que proferia, ideologicamente, o discurso da Comissão Construtora. Uma das principais causas desse processo vem do fato de que o traçado original da cidade não previu, dentro de sua zona urbana, áreas destinadas aos trabalhadores e classes mais baixas, responsáveis, entre outras coisas, pela construção da própria cidade. O

professor Roberto Monte-Mór aponta que, embora pensada, de forma simbólica, como um eixo monumental entre a Serra do Curral e o Ribeirão Arrudas e, de forma prática, como uma ligação entre zonas de usos distintos, a Avenida Afonso Pena, "regionalmente, sempre teve pouca expressão funcional: nada a coisa alguma" (MONTE-MÓR, 1994, p.14).

Desse modo, e como consequência direta das escolhas dos atores envolvidos, a zona suburbana desenvolveu-se de forma muito mais acentuada do que a zona urbana, originalmente planejada (figura 12). A ocupação dessas periferias pelos "cidadãos de segunda categoria" (MONTE-MÓR, 1994), que não "cabiam" na zona urbana, junto aos altos níveis de exigência legais para se construir na cidade planejada, promoveram o crescimento de Belo Horizonte no sentido oposto: "da periferia para o centro, num processo que se repetiu em inúmeras cidades planejadas do Brasil" (MONTE-MÓR, 1994, p.15). Assim, o que se observou nas primeiras décadas desde a construção da cidade foi uma zona urbana relativamente vazia e uma zona suburbana já em grande crescimento, separadas pela Avenida do Contorno tal qual um "cinturão de isolamento sociológico" (SCHORSKE, 1986 *apud* JULIÃO, 1996).

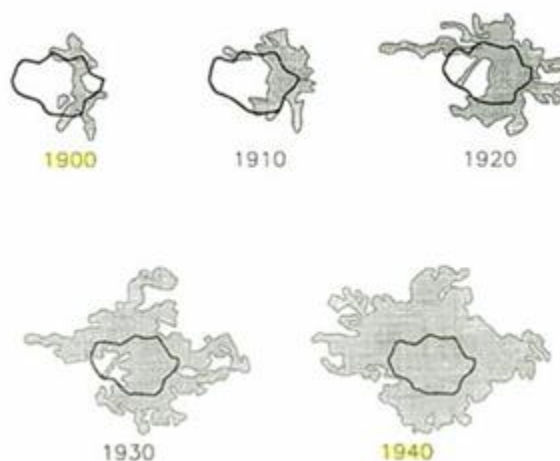


Figura 12: Áreas edificadas entre 1900 e 1940 em Belo Horizonte. Fonte: VILLAÇA, 2001

Como vimos, Villaça (2001) descreve a formação dos centros como um processo concomitante à formação da cidade, configurando-se como a região de aglomeração de funções institucionais e de consumo, e o ponto que articula as menores distâncias, tornando-se o local de mais fácil acesso geográfico para os moradores. Dentro desse arranjo espacial, pensado a partir da economia de tempo e

percurso, o plano de Aarão Reis para Belo Horizonte mostra-se, no mínimo, curioso, uma vez que prevê um centro comercial e de serviços fisicamente periférico, localizado no limite da zona urbana, às bordas da Avenida do Contorno.

Os discursos em torno das ideias de modernidade, salubridade e desenvolvimento podem, desse modo, ser rastreados desde os primeiros movimentos de formação de Belo Horizonte. Os atores responsáveis pela idealização da capital procuraram, desde as primeiras linhas de planejamento, consolidar a cidade enquanto "*locus* da experiência moderna, sendo esta especificamente urbana" (LEMOS, 1985, p.29). Dessa maneira, é possível reconhecer, desde seus primeiros traços, o movimento em direção à construção de um presente que só seria possível se pensado em termos de futuro (LEMOS, 1985). Conseqüentemente, os primeiros projetos previstos para a cidade consolidaram tal pensamento a partir de uma narrativa específica de modernidade, que previu a construção dos espaços urbanos e arquitetônicos a partir de projeções sociais segregacionistas, feitas pela e para a elite local, negando a participação - e, mesmo, presença - das camadas populares; contradizendo, desse modo, o próprio grito por "liberdade".

### 3.2 O "surto de construções": 1930-1950

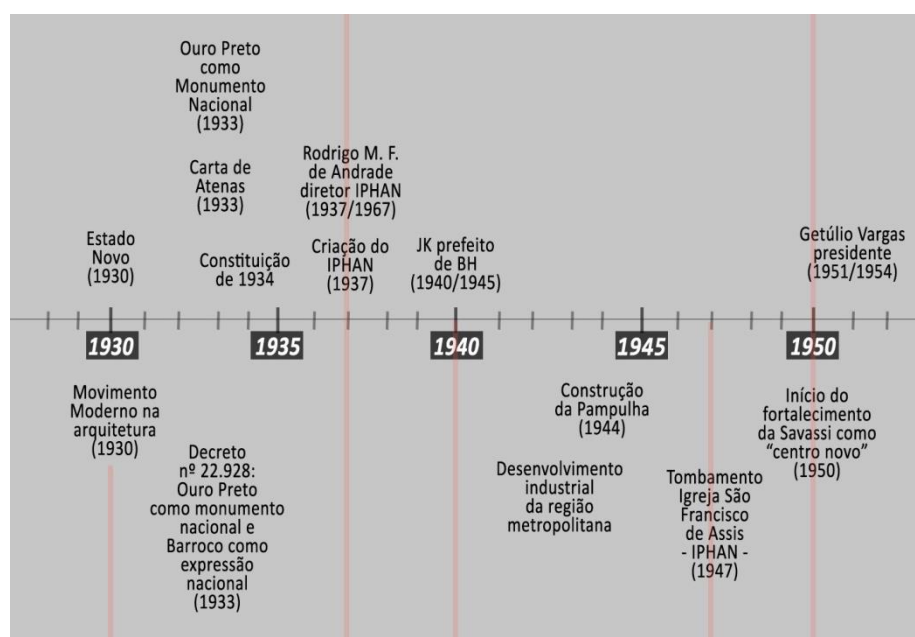


Figura 13: Diagrama - Espaços de Ausência. Eventos nível macro: décadas de 1930 e 1950. Elaboração da autora

O período entre as décadas de 1930 e 1950 marcou o surgimento e desenvolvimento do Movimento Moderno no Brasil e no mundo, influenciando a literatura, a música, o *design*, as artes plásticas, a arquitetura e o urbanismo. A década de 1930 marcou, na literatura e nas artes plásticas, segundo João Luis Lafetá (1974 *apud* FONSECA, 2005), uma mudança que migrou o foco presente em um projeto estético, característico da década de 1920, para um projeto ideológico. É essa a época dos grandes romances regionalistas, da literatura de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, das pinturas de Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Cândido Portinari e de Emiliano Di Cavalcanti, e da música de Heitor Villa-lobos.

A partir desse momento, a ideia de “identidade nacional”<sup>31</sup>, noção discutida no país desde a Independência, assume “uma positividade e tom afirmativo” (FONSECA, 2005, p.87) ainda não vistos com tanta intensidade nas décadas anteriores. É após a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder, que a ideia de identidade nacional ganha mais força. Porta-voz do discurso de “brasilidade”, Vargas torna a construção da identidade brasileira um dos projetos principais do Estado Novo. A estruturação de uma educação básica comum (com padronização de currículos), o uso dos meios de comunicação (principalmente o rádio) e a divulgação da imagem do Brasil no exterior (através do samba, do futebol, da arquitetura e de personagens como Carmem Miranda) foram alguns dos artifícios usados por Vargas para a criação e consolidação desse discurso.

Associados ao Estado Novo, os intelectuais modernistas se tornam os atores responsáveis pela curadoria e elaboração da nova ordem estética e simbólica associada ao projeto identitário de Vargas. Desse modo, artistas e intelectuais assumem um papel de crítica aos modelos político e cultural da Velha República, às importações europeias e à desvalorização dos traços da cultura brasileira, tida, ainda, como atrasada. Lúcio Costa, com sua arquitetura moderna influenciada pelo pensamento de Le Corbusier, e Mário de Andrade, com sua poesia e prosa

---

<sup>31</sup> A noção de identidade nacional, de “brasilidade”, de “tradição brasileira autêntica” é fruto de um processo histórico que data desde a Independência do Brasil, em 1822. A construção da identidade brasileira sempre foi um processo político, relacionado aos esforços de se constituir uma coesão social para todo o território nacional, unificando-o em torno de uma narrativa homogeneizadora, que se apropria de elementos como a língua, a arquitetura, a gastronomia, a música, as paisagens naturais etc. Desde os primeiros anos após a Independência, quando a repressão atuava sobre movimentos separatistas ou contrários à ordem pré estabelecida, até o governo Vargas, quando a criação de uma identidade nacional se tornou um projeto de governo, o processo de construção da brasilidade foi feito com grande violência física e simbólica. A partir de então, de forma mais ou menos declarada, mais ou menos homogeneizadora, muitos discursos retomam a ideia de identidade nacional para dar suporte a projetos de governos.

antropofágica, são exemplos de atores envolvidos na construção da identidade nacional e da “tradição brasileira autêntica”.

A tentativa de criação de uma identidade nacional consistiu um movimento de fabricação de tradições, criadas de modo a facilitar a adesão da sociedade a determinados caminhos, escolhidos de antemão como melhores, puros, originais ou originários. Nesse processo, é possível dizer que o patrimônio cultural, pensando-o como um ator não humano, funcionou como um totem ao redor do qual essas prerrogativas foram materializadas e a partir do qual foram anunciadas referências fundamentais à narrativa identitária. Há de se ter em mente que a escolha de um totem se dá por meio de renúncias e apagamentos. Escolher um referencial de identidade é, simultaneamente, escolher a quais outros totens não cabem reverências e, conseqüentemente, preservação. Muito do que hoje ainda produzimos, reproduzimos e consumimos em termos de patrimônio e estética é reflexo dos primeiros discursos sobre identidade nacional.

As décadas de 1930 e 1940, no contexto da durante a Segunda (1930-1937) e Terceira República (Estado Novo, 1937-1945), marcam o período de desenvolvimento industrial no Brasil. A reformulação administrativa, articulada por Vargas, a partir de um Estado produtor e não apenas gestor, buscou a redistribuição de recurso em benefício do setor industrial, colocado como estratégico para o país. Indústrias e empresas públicas de aço e energia elétrica, por exemplo, atuaram, consideravelmente, no crescimento da produção industrial no Brasil, que superou a renda gerada pelo setor agrícola (ANASTASIA, 2002). Desse modo, o Varguismo dá início a um grande processo de modificação das estruturas econômicas nacionais, baseadas no modelo de substituição de importações. Diretamente relacionado às modificações econômicas e à industrialização, as cidades brasileiras vivenciaram, a partir da década de 1930, seu surto de crescimento urbano. Segundo Botega (2007), neste período a população urbana saltou de 11,3%, em 1920, para 31,2%, em 1940.

É nesse contexto de mudanças culturais, políticas, econômicas, sociais, administrativas e ideológicas que surge, no Brasil, a noção de patrimônio. Construída pelos intelectuais modernistas, estruturou-se a partir de dois caminhos simultâneos: de um lado, a ruptura clara com o passado, a fim de desenvolver uma linguagem estética nova e própria; de outro, a construção de uma tradição e identidade nacionais que conferisse, ao campo cultural, um sentimento de “brasilidade”. O papel do advogado mineiro Gustavo Capanema à frente do

Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), entre os anos de 1934 e 1945, foi fundamental para a afirmação e consolidação dos projetos modernistas em relação à agenda patrimonial que começava a se institucionalizar. A associação entre Vargas, Capanema e os modernistas fez do MES um dos principais espaços de atuação desses intelectuais, que gozavam de grande autonomia dentro do Ministério. Desse modo, assumem "um papel político fundamental na construção da nação, e, no caso das instituições culturais, atuavam como organizadores da cultura, como mediadores entre o Estado e a sociedade, entre a cultura e o povo" (FONSECA, 2005, p.121).

Embora as primeiras noções sobre patrimônio e arquitetura de interesse público sejam encontradas na Constituição de 1934, é a partir da criação do IPHAN, com a lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que o patrimônio integra, oficialmente, a estrutura do Estado, junto ao MES. No mesmo ano, em 30 de novembro de 1937, o Decreto-lei nº 25 regulamenta o tombamento como ferramenta principal de salvaguarda patrimonial dos bens móveis e imóveis, qualificando o IPHAN como o órgão responsável pela curadoria e gestão do patrimônio a ser salvaguardado. Sob comando do advogado, jornalista e contista Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Instituto contou com nomes como Lucio Costa, principal responsável técnico e chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos entre 1937 e 1972; Carlos Drummond de Andrade, chefe da Seção de História; Afonso Arinos de Melo Franco e Prudente de Moraes Neto, consultores jurídicos e membros do Conselho Consultivo; e Manuel Bandeira, membro do Conselho Consultivo e colaborador em publicações.

Durante o processo de elaboração da proposta de criação do IPHAN, dois anteprojetos foram desenvolvidos. De um lado, a proposta de Mário de Andrade preconizava um pensamento pautado na valorização das manifestações populares, tendo, assim, a preocupação em perceber o "povo" como objeto e alvo das propostas culturais e patrimoniais (FONSECA, 2005). Muito à frente dos pensamentos de sua época, talvez, Mário de Andrade aproximou-se de uma concepção antropológica de patrimônio e de uma perspectiva que só começaria a ser considerada após a Carta de Veneza, em 1964, voltada às "obras modestas" que constituíssem documentos e à noção de "função útil à sociedade". Do outro lado, de forma conceitual e ideologicamente antagônicas (SANTOS, 2012), o texto de Rodrigo Melo Franco de Andrade se apoiou na ferramenta do tombamento com o qual, pela primeira vez, contornou-se o principal entrave à institucionalização do patrimônio: a disputa entre o "direito individual à propriedade e a defesa do interesse

público pela preservação de valores culturais" (FONSECA, 2005, p.105). Segundo Joaquim Falcão, até a criação do instrumento do tombamento, diversos projetos de proteção patrimonial foram recusados pelo Congresso "em nome do direito de propriedade" (FALCÃO, 1982a *apud* FONSECA, 2005, p.103). Entre as duas propostas, o texto de Rodrigo M. F. de Andrade é escolhido em oposição ao de Mário de Andrade e determina (assim como é determinado), como veremos, por uma ação patrimonial elitista e classista, voltada para os monumentos de "pedra e cal"<sup>32</sup> do Brasil colonial.

Tendo em vista a preferência pelo projeto de Melo Franco, a participação dos intelectuais no governo como um todo e no IPHAN em particular funcionou, também, como um reforço no processo de cooptação das elites (FONSECA, 2005). Enquanto as classes proletárias aderiram ao governo graças às políticas trabalhistas propostas por Getúlio Vargas, coube ao IPHAN a possibilidade de abrigar ideologias e consagrar bens reconhecidos pelas classes dominantes. Assim, o uso da arte e da cultura a partir do patrimônio buscou contrabalancear o projeto ideológico do Estado que via no rádio e no cinema instrumentos de persuasão e recurso pedagógico para as "massas" (FONSECA, 2005).

A manifestação escolhida por essa elite de intelectuais modernistas como o testemunho de um passado vivo e capaz de compor a história nacional foi a arquitetura luso-brasileira. A aproximação com o Barroco vem antes mesmo da criação do IPHAN, com a nomeação de Ouro Preto como Monumento Nacional, feita mediante o decreto nº 22928, de 1933. Solicitada e apoiada principalmente por intelectuais mineiros (LEMOS, 1981), a escolha anuncia os futuros passos do órgão que seria criado quatro anos depois. Em relação à valorização do barroco, Marisa Veloso Motta Santos diz:

Nesse momento, no que se refere à construção da nação, o barroco é emblemático, é percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação. Daí o valor totêmico que se constrói, sendo identificado,

---

<sup>32</sup> O termo é usado em referência à noção de patrimônio adotada durante a Fase Heróica do IPHAN, que priorizou o tombamento de bens materiais, em especial as edificações barrocas do Brasil colônia. Pedra e cal era a técnica usada, a partir do enriquecimento gerado pela exploração do ouro, na arquitetura oficial. Como uma forma de diferenciação funcional e social, a técnica era usada nas construções institucionais, tendo como objetivo a garantia de integridade e solidez - física e simbólica - dessas edificações. No final do século XVIII, por *expertise* técnica mais do que pela "solidez institucional" que embasou a expressão, a pedra e cal foi adotada na construção das igrejas em Minas Gerais.

sistematicamente, como representação de “autêntico”, de “estilo puro”. (SANTOS, 1992 *apud* FONSECA, 2005, p.93).

Base para uma das vertentes de pensamento dominante da época, a Carta de Atenas<sup>33</sup>, escrita alguns meses depois do tombamento de Ouro Preto, em 1933, no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), reuniu pensamentos como os que fundamentaram a relação dos arquitetos e urbanistas modernistas com a cidade - influenciando, mesmo décadas depois, a construção de Brasília. Da mesma maneira, influenciou o corpo de arquitetos e urbanistas do IPHAN, tornando-se base para o que veio a ser a forma de atuação do campo arquitetônico, urbanístico e patrimonial por muitas décadas. A crítica à "era do maquinismo", que tinha a insalubridade como uma das suas principais e negativas consequências, fundamentou e guiou as propostas higienistas e modernizantes, pautadas no zoneamento (no qual habitação e circulação eram projetados de forma independente) e na ideia de salubridade. O discurso, embora crítico ao crescimento desenfreado das grandes cidades, desenvolveu-se, na prática, a partir de pensamentos rodoviaristas e segregacionistas, regidos pela escala do carro. Nessa lógica, condenou-se bairros inteiros, vistos como mortos, "em nome da saúde pública" (CIAM, 1933, p.12):

Alguns, fruto de uma especulação prematura, só merecem a picareta; outros, em função das memórias históricas ou dos elementos de valor artístico que contêm, deverão ser parcialmente respeitados; há modos de preservar o que merece ser preservado, destruindo implacavelmente aquilo que constitui um perigo. (CIAM, 1933, p.12).

Em vista das orientações do CIAM, a palavra de ordem do momento é a “salubridade”. A urbanização de novas áreas e a gestão da cidade antiga devem, dessa maneira, prezar pela manutenção da ordem social mesmo que, para isso, “em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum

---

<sup>33</sup> Existem duas Cartas de Atenas na história da arquitetura e urbanismo. A primeira, a “do restauro”, escrita em outubro de 1931 pelo Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, expôs os princípios gerais e doutrinas relativas à proteção dos monumentos; marcando, assim, o início das primeiras diretrizes e formulações, em nível internacional, de proteção e conservação do patrimônio material. De caráter conservacionista, a carta previa a utilização dos monumentos como forma de assegurar a “continuidade de sua vida”, inovando ao apresentar “certo direito da coletividade em relação à propriedade privada”. A Carta de Atenas a qual essa pesquisa se detém refere-se à escrita no CIAM de 1933 e marca uma das linhas de pensamento urbano e arquitetônico da época, que influenciou muito o corpo técnico responsável pelo IPHAN em suas primeiras décadas.

monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável" (CIAM, 1933). Tendo em mente a subjetividade inerente e deliberada da escolha do que "merece ser preservado", este é um período de grande supressão de outras manifestações arquitetônicas e urbanísticas "não-barrocas", principalmente as relacionadas ao Ecletismo. A crítica a essa forma de atuação seletiva, higienista e extremamente estética, que marca a história do patrimônio no Brasil, sendo reconhecida ainda hoje, apóia-se no favorecimento de características técnicas e elitistas em detrimento de marcas sociais e da experiência de grupos populares e minoritários (MICELE, 1987, p.44). Esse discurso será também apropriado, posteriormente, por atores que atuam em favor da especulação urbana: a narrativa taxativa do IPHAN, ao definir o que é e o que não é patrimônio a partir do Barroco, favoreceu o contexto de preservação de Ouro Preto em detrimento de Belo Horizonte que, pela ausência de exemplares coloniais, foi regulamentada a partir da substituição e demolição de sua arquitetura.

Esses preceitos iniciais contextualizaram e fundamentaram a atuação do IPHAN que, sob o comando de Rodrigo M. F. de Andrade, construíram o período conhecido como "Fase Heróica", entre os anos de 1937 e 1967. Essa fase, principalmente quando sob influência direta da gestão de Gustavo Capanema (MES) e Getúlio Vargas, no Estado Novo, é marcada pela elaboração de novos conhecimentos a partir de cursos de formação, documentações e estudos cujo objetivo era construir uma história da arte e do patrimônio no Brasil. Para o período, Marisa V. M. Santos (1992 *apud* FONSECA, 2005) cunha a expressão "Academia Sphan", resumindo uma fase de intensa produção técnica, instrumental e pedagógica.

Todo esse processo, porém, foi comandado por funcionários e colaboradores do IPHAN, sendo mínima a participação popular ou de agentes externos na documentação ou escolha dos bens tombados. Nesse período, entendia-se que a sociedade era pouco consciente sobre os valores culturais da nação, cabendo ao IPHAN a curadoria desses bens. O quadro de funcionários predominantemente composto por arquitetos, situação essa que permanece até a década de 1970, reforça a preferência "elitista" da arquitetura como suporte da memória" e a escolha pela "técnica construtiva da 'pedra e cal' como critério de identificação, hierarquização e proteção no Brasil" (SANTOS, 2012). Formulou-se, desse modo, uma "jurisprudência" apoiada na construção do saber a partir da prática institucional

que, neste momento, volta-se basicamente aos bens imóveis do século XVI, XVII e XVIII, principalmente de arquitetura religiosa (FONSECA, 2005).

A definição do patrimônio histórico e artístico nacional como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou histórico” (IPHAN, 1937), descrito no Decreto-lei nº 25, é, como aponta Silvana Rubino (1992), vaga e imprecisa. O mapeamento elaborado na sessão *Discursos*, do diagrama *Espaços de Ausência*, permite visualizar o real significado atribuído às categorias previstas na criação do IPHAN. O período entre 1930 e 1940 é o de maior atividade do Instituto, correspondendo ao tombamento de 464 bens de natureza material, o que representa, aproximadamente, 37% do total de tombamentos federais entre 1937 e 2019. Só nos seus três primeiros anos, o IPHAN já havia tombado 284 bens; sendo o período de maior atividade do Instituto em toda sua história. Os tombamentos são, em grande maioria, de edificações barrocas, de cunho religioso, registradas no Livro de Tombo de Belas Artes. Alguns desses bens foram, posteriormente, novamente registrados em outros livros, como o de Tombo Histórico. Nas palavras de Rubino, o mapeamento dos discursos através da política de tombamento revela um “desejo por um país passado, com quatro século de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes” (RUBINO, 2012). O apreço por essa imagem de Brasil, ainda hoje, impacta noções de valor, de beleza, de história e de identidade que colhem a tradição de serem construídas a partir de ações de silenciamento.

No contexto de Belo Horizonte, as décadas de 1930 e 1940 assinalam a consolidação do projeto urbano-industrial para a cidade, assim como o desenvolvimento de uma nova ordem sócio-cultural e estética marcada simbolicamente pela construção do complexo da Pampulha (LEMOS, 1985), em 1944. Sob a gestão de um dos principais nomes associados ao discurso de modernidade, os anos de 1940 e 1945 compreendem o governo de Juscelino Kubitschek à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. O bairro da Pampulha, uma das principais imagens associadas à sua administração, teve como preceito a construção de uma área turística, de descanso e de lazer afastado do centro, buscando responder à demanda por áreas verdes, sociabilidade e prática de esportes das

classes média e alta belorizontina. Amparada pelo pensamento rodoviarista característico do Movimento Moderno e construída em torno de uma grande lagoa artificial, a Pampulha recebeu os traços de Oscar Niemeyer, que garantiram as perspectivas previstas para a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino (atual Museu de Arte), a Casa do Baile e o late Tênis Clube. O alto preço dos terrenos e seu acesso, em partes, anteposto aos carros, ligada à cidade a partir da abertura da Avenida Pampulha (atual Avenida Presidente Antônio Carlos), sustentaram o desejo inicial do projeto em criar, na região, bairros residenciais de luxo, destinados às classes de mais alta renda.

Em consonância com o discurso de Getúlio Vargas, de “modernidade e progresso”, Juscelino Kubitschek dá continuidade, força e nova cara ao sonho moderno de Brasil. Nesse contexto, “é conferido à arquitetura o papel transformador do comportamento” (BRASILEIRO, 2008, p.173) e é a partir desse entendimento que JK busca, através da arquitetura, do urbanismo e da cultura a construção e reconstrução dos espaços urbanos de Belo Horizonte. A criação de novos bairros, a reformulação dos guetos e aglomerados, o asfaltamento e ampliação de vias, o saneamento e aterramento de córregos, a Exposição Arte Moderna, a criação da Escola de Belas Artes ou as atividades previstas no complexo da Pampulha são ações dentro desse discurso.

Estimulado pela legislação que buscou o adensamento do centro, ainda muito inferior à zona suburbana, inicia-se, nesse período, o processo de verticalização da área central e a expansão da mancha urbana de Belo Horizonte. O cimento armado se torna o principal material das novas construções que, cada vez mais verticalizadas, substituem o cenário urbano e a arquitetura anterior (LEMOS, 1985). A “busca cotidiana do progresso, da modernização e do desenvolvimento” manifesta-se, inicialmente, a partir da “grande expansão dos serviços urbanos na área central, havendo predomínio das atividades comerciais e financeiras” (LEMOS, 1985, p.35). Em paralelo, o crescimento da mancha urbana da cidade e a concentração de funções na região central instituem a dependência da periferia em relação ao centro (PONTES, 2006).

Em um contexto em que cada novo edifício busca reafirmar o discurso da cidade voltada sempre para o futuro, a preocupação com a salvaguarda e a memória não assume destaque nos projetos públicos e na mentalidade geral da época. Para a historiadora Vera Chacham, torna-se necessário, ao contrário, que a cidade

mantenha "sempre nova a sua fachada, sobretudo o seu cenário central, a 'sala-de-visitadas' da cidade" (CHACHAM, 1996, p.184). Na Belo Horizonte da "eterna mudança e juventude", a transitoriedade é algo permanente (CHACHAM, 1996, p.184). A coluna "A Cidade", publicada diariamente no jornal Folha de Minas, a partir de 1938, e a edição comemorativa da revista Social Trabalhista, em 1947, serão base para a análise, a partir dos escritos de Vera Chacham, do discurso acerca da memória e do patrimônio arquitetônico e urbanístico de Belo Horizonte durante os primeiros anos de formação da cidade.

De um otimismo nacionalista declarado, a coluna "A Cidade" foi um espaço dedicado a questões relacionadas aos projetos públicos e às transformações de Belo Horizonte entre o final dos anos 30 e os anos 40. A publicação da Folha de Minas procurou abordar tais temas, muitas vezes incômodos ou aparentemente intermináveis, de forma positiva e, mesmo, eufórica. Segundo Chacham (1996), "era preciso sempre afirmar e reafirmar o sentido, a essência daquelas reformas que faziam cada vez mais parte do cotidiano e da paisagem da cidade" (CHACHAM, 1996, p.191). À vista disso, as crônicas "d'A Cidade" buscaram se posicionar de forma ativa na construção de uma imagem quase romântica (ou, por vezes, profética) de um lugar destinado a ser a grande metrópole moderna. Empenhada em construir, propagandear e, mesmo, revelar o "lado metropolitano" da capital, a coluna defendia a ideia de que "Belo Horizonte não tem a mesma marcha cotidiana das outras cidades e, portanto, nela não haveria espaço para as 'coisas velhas'" (CHACHAM, 1996, p.210).

A Revista Social Trabalhista, na edição comemorativa pelo cinquentenário da capital, é usada aqui como análise posterior do período entre 1935 e início da década de 1940. Enquanto a coluna "A Cidade" escreveu sobre a "era histórica" de transformação de Belo Horizonte de forma concomitante aos acontecimentos, a Revista Social Trabalhista, com suas observações posteriores, lidas no fim dos anos 40, mostra-se como a confirmação do "prognóstico" de progresso desejado nos anos anteriores (CHACHAM, 1996). Ao fenômeno de verticalização da cidade, somou-se a expansão de seu território para além, inclusive, dos limites originais do projeto de Aarão Reis. A esse contexto, Chacham (1996) chama "surto de construções", entendido por ela como definidor de um simultâneo reforço e visibilidade: ao mesmo tempo que o espraiamento da cidade justificava sua verticalização, os arranha-céus ganhavam sentido em um contexto para além deles mesmos.

Pelas linhas “d’A Cidade”, era possível entender como Belo Horizonte (e o próprio Brasil) se moldava a partir dos interesses e sonhos nutridos nas décadas de 1930 e 1940:

Certo jovem itinerante, regresso de recente excursão pela Europa, deu a redatora deste jornal uma longa palestra (...). Disse, por exemplo, que, ao brasileiro, habituado ao espetáculo dos andaimes e dos tijolos frescos, entulhando as calçadas de cada esquina das suas cidades, chama um pouco a atenção o espetáculo monótono de metrópoles enormes, sem uma construção em andamento. Em capitais de milhões de habitantes, durante estadias de mais de mês, não se observa o levantamento de uma casa nova, não se ouve, em bairro algum, o rumor da misturadora de cimento. E essa há de ser, forçosamente, uma impressão chocante, marcando o contraste do continente que adormece e o continente que surge, pleno de forças e de seiva, sacudido no ritmo brutal de uma vida em plena efervescência. E a alusão a tais fatos vêm pôr de relevo quanto Belo Horizonte se integra nessa inquietação germinadora, que caracteriza o nosso país, novo e rico de possibilidades. Belo Horizonte é, antes de mais nada, a cidade da picareta e dos andaimes. Habitante algum pode se lembrar do dia em que a Avenida Afonso Pena esteve quietinha, sem o calçamento revolvido em algum trecho, sem as lâmpadas vermelhas avisando, de noite, a existência de buracos e dos tropeços de uma obra qualquer. E toda a cidade é uma sucessão de obras, públicas e particulares, de trabalhos de aterros, de pavimentação, de distensão das redes subterrâneas de esgotos, da água, dos telefones. E o panorama urbano está salpicado de amarelo das construções, com caixotes de madeira que moldarão o cimento armado, se levantando, de todos os pontos, cada vez mais altos. Essa atividade febril resulta na média de três prédios diários. E eis, portanto, mais um indício da vitalidade e da movimentação intensa que marcam a nossa vida de metrópole incipiente, de grande cidade em embrião. (A CIDADE. FOLHA DE MINAS *apud* CHACHAM, 1996, p.190).

Com efeito, o “surto de construções” (CHACHAM, 1996) desse período narra sobre uma cidade em constante e eterna reforma, sempre em mutação; desejosa em se mostrar sem rugas, nova, atual: moderna. Esse surto tem os arranha-céus como o ator que discursa sobre o progresso e o futuro, construindo-se como símbolo e aproximação às outras metrópoles do país ou dos Estados Unidos (outro símbolo de modernidade e progresso). Nos escritos posteriores da Revista Social Trabalhista, o período é descrito como “o ciclo do Arranha-céu”<sup>34</sup>, marcado pelo “desenvolvimento

---

<sup>34</sup> Segundo o cronista responsável pelas linhas da Revista Social Trabalhista, o “ciclo do Arranha-céu” inicia-se em 1935, com a construção do primeiro arranha-céu em Belo Horizonte, o Edifício Ibaté, inspirado nas construções norte americanas e símbolo inquestionável do progresso. Ibaté, que significa “o mais alto” em Tupi-guarani, recebeu o primeiro elevador da cidade, instalado para vencer os dez andares do único arranha-céu da capital até então. Construído por Ângelo Murgel (o mesmo arquiteto do Cine Brasil) em estilo eclético e com influência Art Déco, na Rua São Paulo, nº 498, esquina com Av. Afonso Pena, no centro da cidade, o imóvel foi

sem limites das construções”, que se espraiam pela cidade e subúrbios por meio de “numerosos ‘caixotes’ verticais de concreto e ferro” (REVISTA SOCIAL TRABALHISTA, 1947 *apud* CHACHAM, 1996, p.193). Segundo as linhas da publicação, para os que viajam, é nítida a "volubilidade fisionômica" de Belo Horizonte, que "de oito em oito meses, está diferente em vários pontos" (REVISTA SOCIAL TRABALHISTA, 1947 *apud* CHACHAM, 1996, p.194). Nas linhas da coluna "A Cidade", toda essa troca era vista sob um aspecto um pouco mais irônico, de uma cidade percebida como "moça bonita" que, jovem, encanta-se e sujeita-se às novas tendências do momento:

É preciso não esquecer que Belo Horizonte ainda é a moça bonita, para quem o vestido de ontem já hoje está fora de moda. E um edifício de quarenta anos, para uma cidade jovem, não é mais velho do que o vestido de véspera, que as meninas em flor rejeitam por estar fora de moda. (Folha de Minas, 1939 *apud* CHACHAM, 1996, p.208).

Essa imagem de eterna juventude, associada a Belo Horizonte, está presente, inclusive, no texto "Imagem da casa velha" (1939), de Afonso Arinos de Melo Franco, no qual a "escandalosa mocidade" da cidade vê-se sujeita à noção de moda arquitetônica. Em seu texto, o jurista, escritor, político e professor explora o contraste entre as velhas cidades mineiras, "iguais há um século", e Belo Horizonte que, mesmo sendo "de ontem, se transforma a cada dia":

Eis por que posso chamar de casa velha a casa onde nasci. Embora construída há menos de quarenta anos, larga e acolhedora, no meio do seu grande jardim, já foi demolida e, no lugar dela, o seu comprador ergueu uma outra inteiramente nova. Isto é antes um bem do que um mal. É tão conveniente que Belo Horizonte vá mudando, como que Ouro Preto e Mariana fiquem sempre na mesma. É ótimo que o horrendo edifício dos Correios da Avenida Afonso Pena esteja sendo derrubado, para nele se levantar um arranha-céu de quinze andares. (FRANCO, 1939 *apud* CHACHAM, 1996, p.209).

---

tombado pelo CDPCM/BH em 1994, quando ainda estava em desuso. O edifício ficou fechado entre 1995 e 2007, quando foi comprado por dois espanhóis, que o reformaram para abrigar um hotel, em funcionamento desde 2018. Sendo o maior “espigão” da cidade até 1943 (ano da construção do Acaiaca, com 30 andares e 120 metros de altura), o Edifício Ibaté movimentou toda a cidade, que se deslumbrava frente a engenharia e arquitetura afinados com o almejado progresso do período. Em seus anos iniciais, de glamour e importância, abrigou pessoas de alto poder aquisitivo; sendo um deles o então médico Juscelino Kubitschek, que teve seu consultório no primeiro pavimento.

Vera Chacham, ao analisar os escritos de Afonso Arinos, destaca o contraste apresentado pelo autor entre Belo Horizonte e as cidades históricas. Enquanto Belo Horizonte, por ser o lugar do progresso, exhibe "a despreocupação da juventude sem história" (FRANCO, 1939 *apud* CHACHAM, 1996, p.209), Ouro Preto e Mariana são locais nos quais a memória pode ter um endereço certo, guardando-se enquanto "verdadeiros monumentos ao passado do Estado e do país" (CHACHAM, 1996, p.209). Nesses moldes, memória e futuro parecem nunca se encontrar. Cada uma, em um lugar pré-determinado, cumpre o papel que lhes cabe. Em seus versos, Afonso Arinos parece falar de uma cidade que não possui e nem mesmo há de se preocupar em preservar histórias; que, diante de um urbanismo e arquitetura progressistas, há de se transformar em diálogo com uma ideia de futuro que não reconhece a necessidade de ressignificar e preservar seu passado. Em resumo:

A juventude e o fato de ter sido Belo Horizonte uma cidade planejada são 'lugares' ideais de aplicação dessa ideia, dentro da qual a cidade já havia nascido: tratava-se de uma folha em branco... Não há o que contar, não há o que guardar. Contudo, perante esta pretensamente 'natural' descontinuidade da história da cidade, coloca-se uma também pretensamente natural descontinuidade de suas tradições, ou dos lugares dessas tradições. A ideia que vimos ser construída n'A Cidade e na prática é a de que o tempo em Belo Horizonte não tem a mesma marcha cotidiana das outras cidades e, portanto, nela não haveria espaço para as 'coisas velhas' (...). (CHACHAM, 1996, p.210).

O final da década de 1940 e início da década de 1950, com o desenvolvimento da região metropolitana de Belo Horizonte (em particular, seu setor oeste, com o crescimento das atividades industriais no município de Contagem), a Avenida Amazonas assume grande importância como eixo de ligação externa entre a Cidade Industrial, Belo Horizonte e São Paulo - já o principal mercado nacional. É a partir desse período que a Praça Sete de Setembro, enquanto eixo de cruzamento entre a Avenida Afonso Pena e a Avenida Amazonas, no Hipercentro da capital, (re)afirma-se como o coração da cidade e se desenvolve enquanto centralidade fundamental da cidade, em pleno processo de consolidação de sua vocação metropolitana (MONTE-MÓR, 1994).

### 3.3 Renovação Urbana: 1950 - 1970

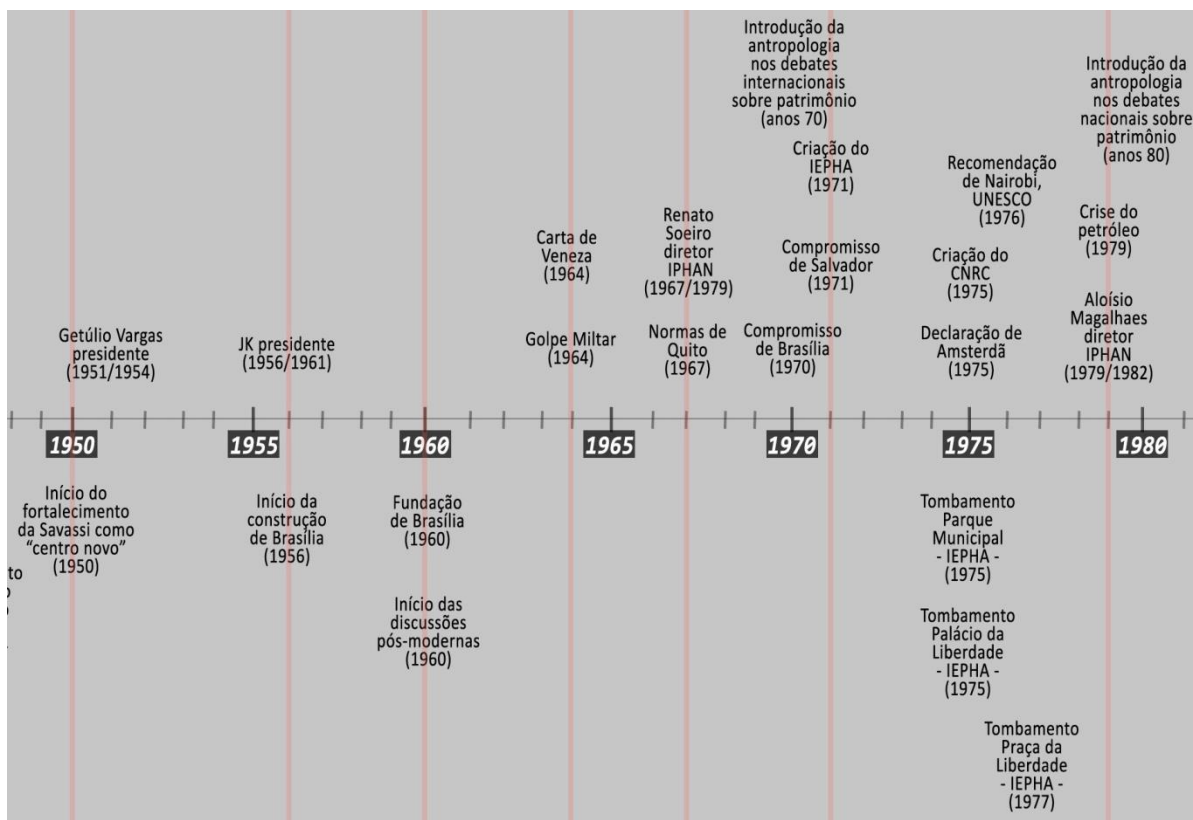


Figura 14: Eventos nível macro. Recorte da Cartografia - Espaços de Ausência entre as décadas de 1950 e 1970. Elaboração da autora

As décadas de 1950 a 1970 dão sequência ao processo de intervenção no desenho urbano a partir do discurso de "demolir e construir para renovar" (VARGAS e CASTILHO, 2009), reflexo, ainda, do caráter intervencionista proposto e fortemente desenvolvido pelo Movimento Moderno. A "Renovação Urbana" delinea, no Brasil, o movimento de criação e consolidação dos centros novos e marca a relativa perda do valor de centralidade do centro principal. O espalhamento das funções administrativas do Estado pela cidade e o deslocamento de atividades comerciais em direção aos novos centros das classes altas a partir da década de 70 - frutos, muitas vezes, de parcerias público-privadas e da associação ao pensamento segregador modernista - contribuíram significativamente para essa perda de valor. Segundo Pontes,

As relações sociais possíveis e efetivas são alteradas dentro desse contexto, ficando mais próximas das classes populares. Mas a perda da centralidade e o esvaziamento comercial levam à supressão gradativa das

atividades de lazer e do contato social nos espaços públicos, restringindo a região como área de transbordo e não como destino. A centralidade simbólica não pode ser substituída ou reconstruída nos subcentros, mas também fica prejudicada, fato demonstrado pela privatização de espaços públicos e pela desvalorização do patrimônio edificado. (PONTES, 2006, p.41).

Seguindo os ideais e ideologias de modernidade, nacionalismo e progresso iniciados por Getúlio Vargas<sup>35</sup>, os anos referentes ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ocupam lugar de destaque na cultura e imaginário brasileiros das décadas de 50 e 60 - lembradas, ainda hoje, como comumente associado à liberdade, democracia, orgulho, pioneirismo, florescimento cultural e desenvolvimento econômico. Foram anos de entusiasmo, narrados nas linhas de poetas, músicos, burocratas, governantes e jornalistas, atores diretamente responsáveis pela construção de um ideal de sociedade moderna desde a experiência varguista. Talvez os anos subsequentes, de restrição e medo criados pela Ditadura Militar, tenham contribuído em realçar e compor em "brilho" as posteriores lembranças dos anos JK (BOMENY, 2002).

Quando assumiu a cadeira de Presidente da República em 1956, JK iniciou seu projeto de internacionalização da economia e entrada maciça de capital estrangeiro no Brasil. Com seu "Plano de Metas", buscou com a máxima "50 anos em cinco" potencializar o crescimento econômico do país, com foco em setores de energia, transporte, indústria pesada e alimentação. Ancorados no pensamento rodoviarista de JK, o crescimento do setor de transportes e da indústria automobilística do período promoveu a expansão da malha rodoviária nacional, pleiteando a criação de novos mercados e a integração do território, que estaria, agora, "costurado" por dentro (ANASTASIA, 2002). O emblemático slogan de seu governo e as ações assumidas para confirmar seu projeto são exemplos da retórica de "renovação urbana", dominante no período.

Inaugurada em 1960, Brasília é um dos reflexos do discurso rodoviarista característico do governo JK e do Movimento Moderno. Construída no coração do Brasil, no ponto central de toda a rede de rodovias, a nova capital foi pensada como

---

<sup>35</sup> A década de 1950 marca o início do segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954), que retoma seu projeto nacionalista de industrialização, criando, por exemplo, a Petrobrás, em 1953. Ao assumir o governo, Juscelino Kubitschek (1956-1961) dá continuidade ao discurso de modernidade e nacionalismo a partir da industrialização do país, iniciando sua agenda desenvolvimentista baseada no novo setor industrial de bens de consumo duráveis e em novas estratégias de financiamento para a indústria nacional.

o elo responsável por interligar os principais centros urbanos do país. Isso em mente, Brasília é a suposta concretização do ideal de desenvolvimento defendido na época; o espelho de uma "utopia da sociedade moderna enraizada na utopia de uma cidade moderna" (BOMENY, 2002, p.205). Assim como a Pampulha ensaiou anos atrás, através da associação, basicamente, dos mesmos atores, o uso da arquitetura e urbanismo modernistas como linguagem oficial do Estado e estética responsável pela materialização dos discursos de nacionalismo e modernidade consolidaram o movimento Moderno, consagrando os atores a ele relacionado. Desse modo, o século da ciência, da higiene, da indústria, da República e da razão, assim como suspeitou "dos limites impostos pela obscura e barroca Ouro Preto" (BOMENY, 2002, p.206), desconfiou do desordenamento e da capital no Rio de Janeiro, migrando o centro político do país para o interior de seu território.

Diante das políticas de industrialização e urbanização adotadas no governo de Juscelino Kubitschek, as décadas de 1950 e 1960 contextualizam o período de maior crescimento urbano do país, marcado pelo forte êxodo rural direcionado, principalmente, para as capitais. Como apontado na tabela 1, nota-se um crescimento contínuo da população urbana que, entre as décadas de 1950 e 1970 registrou um crescimento de 154,41%. O grande crescimento da população urbana brasileira em tão pouco tempo, porém, ocorreu de forma desigual, descompassada e não democrática. Na prática, como aponta Lefebvre, a experiência mostrou

que pode haver crescimento sem desenvolvimento social (crescimento quantitativo, sem desenvolvimento qualitativo). Nessas condições, as transformações na sociedade são mais aparentes do que reais. O fetichismo e a ideologia da transformação (por outras palavras: a ideologia da modernidade) ocultam a estagnação das relações sociais essenciais. (LEFEBVRE, 2008b, p. 137).

Em relação ao patrimônio, o fim do Estado Novo e a instauração de um governo democrático a partir de 1945 pouco influenciaram a política federal de preservação ou o IPHAN, que permaneceu sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade. Segundo Joaquim Falcão (1984 *apud* FONSECA, 2005), essa estabilidade era reflexo da relativa desimportância dada pelos governos pós-Estado Novo ao patrimônio histórico e artístico nacional. O órgão, que ainda mantinha o mesmo modelo do final da década de 1930, por sua vez, desgastava-se em função da não

renovação de seu discurso oficial e corpo técnico, assim como do insistente tecnicismo que centralizava as ações na figura do tombamento. Segundo Fonseca (2005), o IPHAN, que inicia sua atuação em diálogo com o movimento cultural mais importante da primeira metade do século XX - o Modernismo -, torna-se “uma ilha à parte das grandes questões culturais e políticas” do país, nos anos 60.

Anos	População Urbana	População Rural
1940	31,2%	68,8%
1950	36,2%	63,8%
1960	45,4%	54,6%
1970	55,9%	44,1%
1980	67,7%	32,4%
1991	74,8%	24,5%

Tabela 1: Distribuição da população brasileira de 1940 a 1991, de acordo com os censos demográficos do IBGE. Fonte: BOTEGA, 2007

As críticas sobre a manutenção do discurso modernista, apoiadas no que veio a ser um movimento de “descolonização do Terceiro Mundo” (JAMESON, 1991 *apud* FONSECA, 2005, p.135), consumia a imagem do instituto, que se sustentava, basicamente, a partir da figura de seu diretor e do “caráter mítico do trabalho que realizara” (FONSECA, 2005, p.140). O final dos anos 60 e início dos anos 70 é, desse modo, marcado pela “crise da modernidade” (PEREIRA, 1981, p.78 *apud* FONSECA, 2005, p.135), cujo discurso contestou o *status quo* modernista, visto como elitista e segregacionista. Dá-se a partir daí, as primeiras manifestações do que viria a ser chamado Pós-modernismo; movimento que, embora não homogêneo, tinha em comum a busca por pluralidade, liberdade de expressão, espontaneidade, tradições alternativas e o ecletismo na arte, colocando-se contrário ao racionalismo cientificista e burguês do Movimento Moderno.

A Carta de Veneza, escrita em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, é o mais importante marco de inovação no campo do patrimônio e das políticas de preservação desse período, sendo resultado de mudanças político-sociais e de pensamentos quanto a cultura, as artes, a arquitetura e o urbanismo. Com o objetivo de rever os princípios propostos pela Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza torna-se a primeira grande expansão do conceito de patrimônio e de monumento, redefinindo a noção de valor

cultural ao desassociá-lo do contexto dos grandes eventos e do pressuposto de monumentalidade. Desse modo, o discurso sobre o patrimônio se aproxima das "obras modestas", da cultura popular, do cotidiano e da ideia de valor simbólico; sendo atribuído ao uso a responsabilidade pela continuidade e preservação dos bens patrimoniais. Embora o entendimento sobre "utilidade" possa ser vago e não descarte definitivamente leituras higienistas e classistas, a importância dada ao uso a partir da função social do patrimônio levanta um debate que ultrapassa a gestão tecnicista e burocrática dos bens tombados. Abre frente, ainda, para discussões sobre a relação entre a propriedade privada, seu usufruto pela sociedade e o acesso democrático à cultura, à memória e à cidade. Ou seja, discutir a função social do patrimônio é transitar pelo limite existente entre o interesse público e o privado, tendo em vista que este último não pode predominar sobre o primeiro.

As discussões propostas pela Carta de Veneza, tendo como porta-voz a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), buscaram descentralizar a gestão e conservação do patrimônio ao reconhecer o protagonismo da sociedade na escolha e valoração dos bens culturais. Conceitos como identidade e diversidade tornaram-se centrais dentro de um novo entendimento de "nação" que, mais múltiplo, buscou reconhecer as várias possibilidades de narrativas; todas elas vistas a partir do valor simbólico e da construção de memórias. Assim, um "monumento histórico", diretamente associado ao ambiente em que se encontra, pode ser uma obra arquitetônica isolada ou um sítio, urbano ou rural, cujos limites cronológicos não se encerram em época, estética ou autoria específicas ou "mais puras". Além disso, a diferenciação prevista na Carta de Atenas entre "monumento vivo" e "monumento morto", é reformulada a partir da leitura de que todos os monumentos são testemunhos ativos de uma vida comunitária em constante, natural e inevitável transformação.

Sob influência do discurso de expansão do conceito de patrimônio, oficializado pela Carta de Veneza, as Normas de Quito, escritas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1967, é uma proposta de cooperação interamericana sobre a gestão do patrimônio. Tendo em vista a aproximação dessas discussões aos países emergentes do continente, as Normas de Quito se concentram no uso do patrimônio arquitetônico como instrumento de progresso e desenvolvimento para os países. A ideia central, porém, apoiou-se na "valorização" dos bens patrimoniais através de um plano nacional com foco no "turismo

monumental". Segundo o acordo, em vista do potencial e ainda inexplorado valor econômico (mais valia) presente no patrimônio, sua exploração através do turismo seria uma forma de quebra do "domínio exclusivo das minorias eruditas" (OEA, 1967, p.5) sobre a cultura, favorecendo a fruição do patrimônio pelas minorias populares. Isso em mente, o turismo seria a ferramenta capaz de, através da "fluência crescente de visitantes", "afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais" (OEA, 1967, p.6).

O entendimento do turismo como uma forma de construção de vínculo afetivo, identitário e simbólico, assim como de consciência histórica e artística - que resultaria, de forma quase natural, na apropriação e esforço de salvaguarda pela população - é fruto de uma leitura equivocada a respeito do contexto europeu. De acordo com as Normas de Quito, a Europa "deve ao turismo, direta ou indiretamente, a salvaguarda de uma grande parte de seu patrimônio cultural, condenado à completa e irremediável destruição" (OEA, 1967, p.6). Hoje, porém, a leitura sobre os riscos e problemas ao patrimônio cultural, causados e potencializados pelo turismo de massa, são mais facilmente percebidos através da descaracterização e fetichização do patrimônio, sua segregação em relação à dinâmica cotidiana dos moradores locais, o encarecimento e gentrificação de áreas inteiras e a consequente expulsão de moradores e pequenos comércios, substituídos por redes internacionais de hotéis, restaurantes e grandes lojas<sup>36</sup>.

Além disso, as Normas de Quito parecem reforçar a antiga noção hierárquica de identificação do patrimônio através do poder atribuído aos registros e declarações do Estado. Sendo o poder público responsável pela construção e formação de uma "consciência pública favorável", o texto prevê que

Qualquer que seja o valor intrínseco de um bem ou as circunstâncias que concorram para constituir a sua importância e significação histórica ou artística, ele não se constituirá em um monumento a não ser que haja uma

---

<sup>36</sup> Veneza é um dos mais emblemáticos exemplos quanto aos efeitos sofridos pelo patrimônio e pela comunidade local em relação ao turismo massivo. Em 2016, cartazes com os dizeres "Turistas, vão embora! Vocês estão destruindo esse lugar", fixados por toda a cidade, movimentaram os já frequentes debates acerca do impacto do excesso de visitantes. A população residente, que diminui a cada ano, reclama sobre os altos valores dos aluguéis, do lixo e do mal cheiro deixados pelos turistas, pelo impacto do intenso número de cruzeiros que abala os edifícios e da onerosa manutenção paga apenas pelos moradores diante de todo esse cenário. Veneza, que recebe quase 30 milhões de turistas todos os anos, possui cerca de 8 mil apartamentos voltados (muitas vezes, exclusivamente) para hotéis ou aluguéis na plataforma Airbnb. Além disso, abandono da cidade feito por famílias expulsas pelos altos preços de moradia e custo de vida - que aumentam a cada ano -, deixam para trás o rastro de inúmeros imóveis desprendidos da rede de sociabilidade locais.

expressa declaração do Estado nesse sentido. A declaração de monumento nacional implica a sua identificação e registro oficiais. (OEA, 1967, p.2).

Embora o período em questão, em especial a partir da Carta de Veneza, aponte para o protagonismo da sociedade na gestão e valoração dos monumentos históricos, com atores como a UNESCO e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítio (ICOMOS)<sup>37</sup> à frente dos discursos sobre a aproximação do conceito de patrimônio à escala cotidiana e à pluralidade das sociedades e culturas, a Organização dos Estados Americanos, da qual o Brasil faz parte desde 1948 e é um dos seus vinte e um fundadores, retoma (ou não se desvincula), através das Normas de Quito, o entendimento de que monumentos só podem ser percebidos como tal quando e se assim declarados oficialmente pelo Estado. A passividade atribuída à sociedade, vista como inculta, cuja consciência só seria construída sob direcionamento e elucidação do poder público, fecha uma linha de pensamento que flerta com os pressupostos de um tombamento "de cima para baixo", legitimado no Brasil desde a década de 1930. Assim, enquanto a noção de cultura a partir da Carta de Veneza demanda certa autonomia da coletividade, a ideia de histórico e artístico prevista pelas Normas de Quito fomenta o discurso técnico, participativo apenas quando associado às possibilidades da mais valia através do turismo de monumento.

Como desdobramento das orientações das Normas de Quito em relação à elaboração de planos de desenvolvimento regional a partir do potencial turístico dos bens culturais, elabora-se, no Brasil, o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971). Coordenados por governadores, prefeitos, secretários e autoridades da área da cultura junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), os textos compartilham, de modo similar, a intenção de atuação conjunta entre o poder público e a iniciativa privada em favor do desenvolvimento da indústria do turismo. Isso em vista, o Compromisso de Salvador buscou articular órgãos de planejamento turístico e a iniciativa privada "à preservação e valorização dos monumentos naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei" (MEC, 1971, p.3, grifo nosso); tendo em vista a elaboração de medidas facilitadoras para "implantação de pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados"

---

<sup>37</sup> O ICOMOS, fundado em 1965 e fruto da Carta de Veneza, é uma organização internacional não governamental, associada à UNESCO, cujo objetivo é promover a conservação, proteção, uso e valorização do patrimônio cultural global e local. Desde a sua criação, esteve relacionado a diversas cartas patrimoniais e acordos internacionais.

(1971, p.3). O Compromisso de Brasília, por sua vez, priorizou a utilização do patrimônio arquitetônico para “casas de cultura ou repartições de atividades culturais” (MEC, 1970, p.3).

Coube aos compromissos, a partir da atribuição de responsabilidade do Estado sobre a formação de uma consciência nacional voltada às manifestações de caráter popular e folclórico, a reestruturação do currículo do ensino fundamental e básico. Em diálogo com esse processo, as Secretarias dos Estados tornaram-se responsáveis pela promoção e divulgação dos bens culturais nos veículos de comunicação de massa, como a imprensa escrita, a televisão e o cinema. Tendo em vista que os compromissos de Brasília e de Salvador foram elaborados no contexto da Ditadura Militar, esse processo educacional e de formação está sujeito a todas as controvérsias características do período. Tal como experienciado nos primeiros anos do IPHAN, cuja construção da “consciência nacional” se pautou em um movimento vertical e classista, há de se ressaltar que os discursos educacionais de uma fase tão complexa como o governo militar carregam em si um sem número de contradições quanto a curadoria das manifestações populares e folclóricas disponibilizadas nesses novos currículos. Embora sejam muitas as influências e revisões ao movimento anterior, a atuação dos militares guarda a mesma tendência homogeneizadora e civilizatória, quando não fetichista, identificada no Estado Novo.

O contexto dos dois compromissos, de Salvador e de Brasília, compreendem os anos da "Fase Continuista" do IPHAN, sob comando do arquiteto e intelectual modernista Renato Soeiro, que assume o cargo entre 1967 e 1979. O período é tido como uma continuação da "Fase Heróica" (FONSECA, 2005), uma antecipação da "Fase Moderna" (SANT'ANNA, 1995) ou mesmo como um período sem nenhuma mudança significativa nas políticas de patrimônio (GONÇALVES, 1996). Márcia Sant'Anna (1995) defende o fato de que, embora críticos e estudiosos da história do IPHAN coloquem a gestão e a figura de Soeiro como apagada ou, mesmo, um “hiato” entre a "Fase Heróica" de Rodrigo M. F. de Andrade e a "Fase Moderna" de Aloísio Magalhães - figuras destacadamente carismáticas -, é no IPHAN de Soeiro que se iniciam os primeiros processos de modernização do aparelho estatal de salvaguarda. Em um período em que a imagem do IPHAN está muito desgastada, Sant'Anna defende que é graças à atuação de Soeiro que as críticas nacionais e internacionais às práticas modernistas de arquitetura, urbanismo e patrimônio começam a ser analisadas e, pouco a pouco, incorporadas aos projetos e atuação

do Instituto. Apesar da reestruturação iniciada por Soeiro, os tombamentos predominantes no período ainda são de exemplares barrocos e de “grandes expoentes arquitetônicos”.

O período entre 1964 e a primeira metade da década de 1970 compreende os piores anos da Ditadura Militar e a análise de seu discurso em relação à cultura é, talvez, a mais complexa de todas. Como aponta Ruben George Oliven (2010), a relação do Estado com a cultura no período militar é muito ambígua. Embora frequentemente associada, nos anos 60 e 70, aos movimentos de esquerda e à contracultura, a cultura é simultaneamente incorporada pelo Regime como ferramenta de construção de seu projeto de hegemonia e supremacia nacional. De acordo com Oliven,

o papel do Estado em relação à cultura é complexo: ele não é apenas o agente de repressão e de censura, mas também o incentivador da produção cultural e, acima de tudo, o criador de uma imagem integrada do Brasil que tenta se apropriar do monopólio da memória nacional. (OLIVEN, 2010, p.89).

Assim, o mesmo Estado que persegue e reprime certos atores a manifestações culturais, evoca para si a missão de ser o porta-voz da salvaguarda e proteção da memória e identidade nacionais. O entendimento sobre o poder da cultura no processo de formação crítica e política de uma sociedade faz com que os militares atuem de forma incisiva no controle das produções e discursos do período, tendo como objetivo tornar-se o principal ator na construção do que deveria ser a narrativa oficial do momento. É nesse período que se cria, a partir de políticas nacionais de cultura, o Conselho Federal de Cultura (1967), a EMBRAFILME (1969), o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura (1970), o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973), a Fundação Nacional de Arte - FUNARTE (1975) e o Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC (1975). É nesse contexto, também, que a televisão afirma-se como o veículo de "cultura de massa", influenciando o cotidiano das pessoas e um número cada vez maior de residências.

Segundo Cerávolo (2010), a apropriação oficial de discursos aparentemente contraditórios é também perceptível no campo do planejamento urbano e do patrimônio. Em relação ao urbanismo, nota-se, junto à criação do Serviço Federal de

Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e do Banco Nacional de Habitação (BMH), uma descentralização baseada na contratação de empresas privadas terceirizadas. Responsáveis pelos planos e estudos de desenvolvimento dos municípios, essas empresas assumem a maioria dos planos elaborados nos anos 60 e 70 (FELDMAN, 2005 *apud* CERÁVOLO, 2010). Desse modo, o governo militar, ao mesmo tempo que buscou usar a cultura e o urbanismo como ferramenta nacionalista, permitiu, a partir do capital privado e da abertura às empresas internacionais, uma crescente desnacionalização da economia e do planejamento urbano. Embora controverso, tal discurso não é assumido como contraditório pelo Estado, "já que estas duas questões são propostas como desvinculadas" (OLIVEN, 2010, p.89). Em relação ao patrimônio cultural, em detrimento das discussões internacionais e sua perspectiva associada ao valor simbólico dos bens em nível local, assume-se, principalmente nos primeiros anos do governo militar, a gestão do patrimônio a partir do turismo e da narrativa nacionalista reafirmadas com os compromissos de Brasília e Salvador. Para Cerávolo,

Por meio de um discurso nacionalista de valorização da memória, o setor é alavancado como pauta de discussão nacional, associado ao desenvolvimento urbano de áreas já estruturadas, e ganha no turismo cultural e no planejamento regional aliados para a implantação de programas de ações integradas do governo federal. (CERÁVOLO, 2010, p.278).

Desse modo, o tom anti-imperialista do período, junto ao entendimento de "povo" como classe trabalhadora, embora comum aos discursos do governo, pouco contribuíram para a efetiva participação popular enquanto ator político, tendo em vista, principalmente, a forte repressão militar nas ruas e na vida privada das pessoas (FONSECA, 2005). Apesar dos discursos dos atores nacionais e internacionais associados à UNESCO e à Carta de Veneza apontarem para a necessidade de maior democratização do processo de construção do patrimônio cultural, o período representa, para o Brasil, a manutenção da imagem vertical do Estado como o porta-voz responsável pela seleção e gestão dos bens culturais nacionais. Embora seja possível identificar um movimento em direção à ampliação do conceito de bem cultural em textos como o Compromisso de Brasília, associando-o à outras classes sociais, na prática e tendo em vista o discurso desenvolvido pelo

poder público através do tombamento, é o patrimônio de classe, ligado à estética barroca e à excepcionalidade que compõem as principais ações públicas.

Além disso, o surgimento dos centros novos e a expansão urbana desorganizada e heterogênea marcam significativas alterações do espaço urbano, o que acentua as pressões sobre a arquitetura das áreas mais tradicionais das cidades (LEMOS, 1985). Segundo Peixoto, as modificações e reformas dos centros urbanos, que caracterizam o período de "Renovação Urbana", evidenciam "um dos grandes paradoxos da produção imobiliária: 'é sempre necessário destruir para construir'" (PEIXOTO, 2011, p.120). Se no período anterior, entre os anos 30 e 40, víamos uma maior diferenciação entre as ações do poder público e da iniciativa privada, nesse momento o espaço urbano e, conseqüentemente, o patrimônio arquitetônico sofrem com as pressões do mercado e do Estado que, cada vez mais, compartilham os mesmos discursos de submissão do público aos interesses privados. Desse modo, muito do que foi alimentado internacionalmente a partir das discussões pós-modernas das décadas de 1960 e 1970 encontram barreiras nos movimentos de repressão que dominaram muitos países em desenvolvimento na América Latina.

Sob o discurso do dito "milagre econômico", o período da Ditadura Militar revela a hegemonia do mercado de terras e da produção industrial no planejamento das cidades brasileiras. Marcado pelo aumento da segregação sócio-espacial, da desigualdade econômica e da especulação imobiliária, a ideologia do "milagre" reverberou no urbanismo de Belo Horizonte e de outras grandes cidades do país, que assistiram à proliferação das áreas periféricas e à acentuação da exclusão da população de baixa renda do centro. Como complementa o professor Monte-Mór, "o centro urbano, fechado sobre si mesmo, excluiu ainda mais fortemente do espaço do poder a população trabalhadora - o centro histórico implodiu -, adensou-se e excluiu os não-cidadãos, exceto como transeuntes." (MONTE-MÓR, 1994, p.18). O centro, cada vez mais um lugar de serviços financeiros, já não se desenvolve mais a partir do seu caráter lúdico, enquanto lugar de *footing*, cafés, cinemas e lazer em geral - que tanto caracterizou os primeiros anos do século XX (LEMOS, 1994).

O processo de metropolização de Belo Horizonte, sua consolidação como pólo estadual e nacional, o grande crescimento populacional, as transformações políticas, sociais e culturais e o espraiamento da verticalização da cidade para além da região central assinalaram as mudanças na paisagem da capital nesse período,

que já eliminava alguns marcos da vida da década de 1920 e 1930 e apresentava os primeiros sinais de saturação do centro (MONTE-MÓR, 1994). A intensa verticalização e a “expansão urbana desorganizada e heterogênea” (MONTE-MÓR, 1994, p.41) de Belo Horizonte passou a impor às experiências citadinas uma necessidade cada vez maior de rearticulação dentro do processo de metropolização urbana; do contrário, estariam fadadas ao desaparecimento.

### 3.4 Preservação Urbana: 1970 - 1990

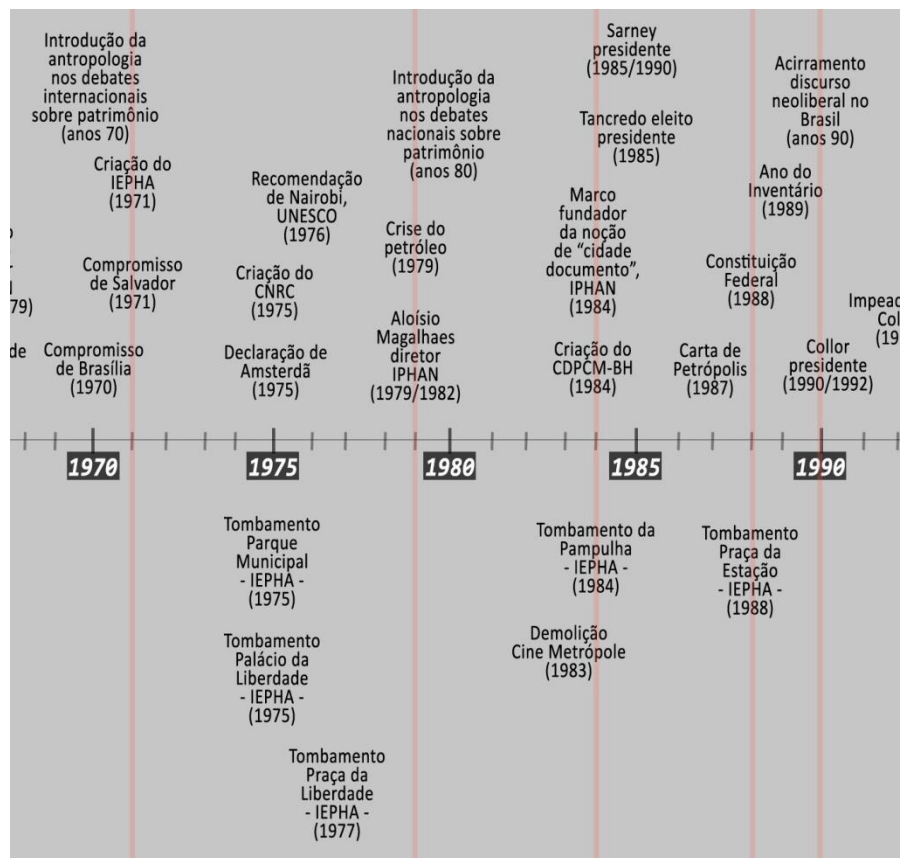


Figura 15: Eventos nível macro. Recorte da Cartografia - Espaços de Ausência entre as décadas de 1970 e 1990. Elaboração da autora

O momento entre 1970 e 1990 compreende o início das propostas de intervenção nos centros principais das grandes cidades a partir da perspectiva da “Preservação Urbana” (VARGAS e CASTILHO, 2009). Inaugurando as críticas ao Movimento Moderno, o período é fortemente marcado pela negação da cidade resultante do pensamento modernista, com seus subúrbios monofuncionais e distanciamento da rua enquanto lugar de convívio cotidiano. Em relação ao patrimônio, parte dos discursos do período se aproximam do pensamento europeu

de intervenção, pautados na necessidade de elaboração de projetos de preservação, valorização e restauração de edifícios históricos, entendidos como geradores de identidades urbanas e sociais (VARGAS e CASTILHO, 2009). Isso em vista, muitas ações nos centros principais, principalmente a partir dos anos 80, voltam-se para a noção de pequena escala e "ganham importância não como ambientes obsoletos a serem suprimidos para dar lugar ao novo, mas como lugares possuidores de uma riqueza própria, incapaz de ser reconstruída" (PONTES, 2006, p.34).

Embora a necessidade desta pesquisa em nomear cada tópico incorra no risco de sugerir algum tipo de homogeneidade, o recorte entre 1970 e 1990, talvez mais do que os outros, é ainda mais complexo e múltiplo em discursos. Compreende desde a fase de "abertura" do regime militar até os discursos liberalizantes do governo Collor. Ao mesmo tempo que as críticas encabeçadas por atores em diálogo com a Carta de Veneza estimularam as revisões de políticas urbanas e patrimoniais, as influências das Normas de Quito e, conseqüentemente, do Compromisso de Brasília e de Salvador, abordadas no tópico anterior, contextualizam movimentos como o da chamada "onda da nova arquitetura de museus" (HUYSSSEN, 2000 *apud* VARGAS e CASTILHO, 2009), com ações de restauração historicizante de centros históricos, cidades e paisagens culturais, voltadas para o turismo de massa. Apesar da complexidade dos atores envolvidos, dos discursos e das ações deste período, busco, a partir da ideia de "preservação urbana", a discussão sobre a intensificação das narrativas ancoradas nas tentativas de reestruturação das políticas patrimoniais nacionais.

O campo da cultura, como um todo, é confrontado por atores reunidos em torno das pautas de esquerda e das manifestações artísticas contrárias ao governo militar. Baseado em linguagens ambíguas, paródias, alegorias e mensagens cifradas (principais estratégias para a driblagem da censura), os contra-discursos encabeçados por grupos associados, por exemplo, ao Teatro Arena, ao Grupo Oficina, aos jornais Pasquim e Opinião, ao Cinema Novo, ao Tropicalismo e à Poesia Marginal contextualizaram mudanças sociais, econômicas e políticas fundamentais à sociedade brasileira, principalmente quanto aos grupos minoritários e às iniciativas democráticas. As diversas mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais o país passava nesse período contribuíram para que a postura centralizadora e tecnicista do IPHAN em relação ao patrimônio e à memória nacional, característica de sua atuação ao longo dos anos, fosse lida como elitista e

fruto de uma noção de história avessa à cultura popular (FONSECA, 2005). Do mesmo modo, sob influência dos discursos internacionais proferidos pela UNESCO, pesquisadores, arquitetos e sociedade civil (em menor proporção) direcionam suas críticas à figura IPHAN e sua histórica construção de identidade a partir da “cultura do colonizador”. Todas essas mudanças e pressões geram um movimento de reformulação do Instituto que, principalmente após a saída de Rodrigo M. F. de Andrade, busca reestruturar sua imagem vinculando-se ao papel de articulador, responsável pela gestão dos interesses de preservação e de desenvolvimento econômico e mercadológico. Segundo Fonseca, é nesse sentido que a

imagem do Sphan como protagonista de batalhas memoráveis em defesa do interesse público relativamente ao patrimônio, contra proprietários e setores insensíveis da Igreja e do poder público, foi substituída, em consonância com as diretrizes da Unesco, pela figura do negociador, que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores, e conciliar interesses; ou melhor, que procura demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes mas, pelo contrário, são compatíveis (FONSECA, 2005, p.142).

Os discursos sobre a construção do patrimônio, antes fundamentalmente voltados para o “valor nacional” e viabilizado apenas através da excepcionalidade, é, desse modo, substituído pela tentativa de articular o valor cultural e o valor econômico. Segundo Fonseca, porém, essa articulação pôde ser percebida em dois caminhos, associados aos dois discursos predominantes no período: de um lado, pensou-se os bens culturais a partir de seu potencial turístico; de outro, buscou-se um desenvolvimento mais apropriado e em harmonia com o contexto local. Essas duas linhas de pensamento, embora mais claramente diferenciadas quando atreladas às respectivas cartas patrimoniais, coexistiram em nível nacional e através das ações do IPHAN.

Se no período anterior as Normas de Quito influenciaram a elaboração dos Compromissos de Brasília e de Salvador; em nível internacional, a Declaração de Amsterdã e a Recomendação de Nairobi, promulgadas, respectivamente, em 1975 e 1976, vem, neste momento, como um dos principais reforços à Carta de Veneza e sua atuação em escala local. De maneira geral, os dois textos abordam a preservação patrimonial a partir de um planejamento físico-territorial amplo e horizontal; prevendo a reabilitação de bairros e conjuntos históricos de forma

complementar à proteção pontual dos monumentos. Assim, as intervenções nos bens arquitetônicos e urbanísticos devem incorporar todos os edifícios com valor cultural, "dos mais importantes aos mais modestos" (CONSELHO DA EUROPA, 1975, p.3), associando-os às necessidades simbólicas e à utilização na vida contemporânea. No contexto das duas declarações, a responsabilidade sobre a gestão dos conjuntos de bens tombados é compartilhada entre os poderes públicos locais e os cidadãos - principalmente as novas gerações -, que devem participar de forma direta nas decisões, tendo em vista o contínuo processo de transformação social, econômica e cultural das comunidades.

Nesse cenário, o Estado e institutos de patrimônio assumem o papel de mediadores, responsáveis pela elaboração e aplicação de leis que regulamentem e controlem as pressões especulativas do mercado, garantindo que todas as camadas da sociedade, no presente e no futuro, se beneficiem das operações de conservação e restauro. A salvaguarda dos conjuntos históricos deve, desse modo, ser pensada a partir da *educação patrimonial*, do planejamento urbano e de políticas socioeconômicas que combatam os perigos de uma "modernização" desordenada e uniformizadora. A Recomendação de Nairóbi, em particular, em oposição aos preceitos higienistas da Carta de Atenas, prevê a requalificação de conjuntos, quarteirões e edifícios históricos em condição de vacância e insalubridade, sendo uma das possibilidades de reuso a *habitação social*.

Nesse contexto, coexistiam, assim, em nível nacional, influências tanto a partir da Carta de Veneza, quanto das Normas de Quito; tanto do Compromisso de Brasília, quanto da Recomendação de Nairóbi; e que se refletiam em ações do governo militar e dos movimentos de resistência do período. Comum a muitos desses discursos, embora não necessariamente com o mesmo objetivo, havia o direcionamento acerca da necessidade de descentralização da gestão do patrimônio nacional, tendo em vista uma maior colaboração dos estados e municípios. Levantada pela primeira vez com o Decreto de 1937, a proposta de criação de braços estaduais e municipais do IPHAN é, desse modo, resgatada e posta em prática a partir das orientações dos compromissos de Brasília e de Salvador. É nesse cenário complexo, no qual um mesmo enunciado abre margens para ações antagônicas ou contraditórias, que é criado, em 1971, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Minas Gerais.

Se por um lado, sob influência dos discursos internacionais, a descentralização dos órgãos de patrimônio previa a aproximação dos atores locais ao processo de decisão e gestão dos bens culturais, o IEPHA é, em um primeiro momento, uma insistente repetição do que historicamente vinha sendo feito pelo IPHAN. Sob influência do governo militar e do Compromisso de Brasília, o Instituto estadual torna-se responsável pelo levantamento dos monumentos locais a serem tombados, restaurados e inseridos aos novos cronogramas e roteiros turísticos.

Segundo o professor Flávio Carsalade (2003), os primeiros anos do IEPHA repetem, através do tombamento, a imagem de um Brasil fortemente marcado pela arquitetura colonial que constrói a narrativa do patrimônio estadual através do “barroco estradeiro”. Desse modo, apesar do discurso de reestruturação da mentalidade e prática dos órgãos de patrimônio, o Instituto seguiu os mesmos caminhos do órgão federal, focando suas pesquisas no ciclo do ouro e tomando o Barroco como a manifestação de origem, fundamental à ideia de “mineiridade”. Além dos exemplares relacionados ao suposto “momento original” de Minas Gerais, o IEPHA atuou na salvaguarda da arquitetura ligada ao ciclo do café (do século XIX e início do XX, com fazendas, ferrovias, estações e galpões de serviços); às estâncias hidrominerais (da primeira metade do século XX, com edifícios de caráter eclético); e à arquitetura excepcional dos primeiros anos de Belo Horizonte enquanto nova capital<sup>38</sup> (do final do século XIX, com exemplares ecléticos e neogóticos) (CARSALADE, 2003).

Isso em mente, é inegável o fato de que o predomínio de um olhar estético, basicamente restrito à arquitetura luso-brasileira, que caracteriza o IPHAN estadonovista, chega aos anos 70 com força suficiente para impactar os primeiros anos de atuação do IEPHA. Da mesma maneira, a gestão militar e influência das Normas de Quito, constroem uma narrativa que atribui ao turismo a principal responsabilidade pelo resgate e usufruto do patrimônio cultural. Porém, principalmente a partir da década de 1980, o entendimento, antes restrito a estilos, temporalidades e histórias específicas, vinculado sempre a um ideal de excepcionalidade distanciado do cotidiano, tem, através do IEPHA, a possibilidade de ser ressignificado enquanto um conceito e prática mais próximo dos valores

---

<sup>38</sup> Já nos seus primeiros anos, o IEPHA realiza o tombamento de grandes complexos paisagísticos em Belo Horizonte ligados ao projeto inicial de Aarão Reis, como o Conjunto Paisagístico do Parque Municipal Américo René Giannetti, em 1975, e a Praça da Liberdade, em 1977.

comunitários (IEPHA, 2016). Dessa maneira, a década de 1980 marca o tombamento de grande complexos paisagísticos no Hipercentro da capital, como o Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação) e da Praça Raul Soares, ambos tombados em 1988. A análise feita pelo instituto, anos depois desse momento, caracteriza os desdobramentos dos novos discursos:

Essa atuação vem referendada pelas discussões em vários segmentos da sociedade que culminaram na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de 1989, onde três pontos devem ser ressaltados. Primeiro, o conceito de patrimônio utilizado pelas políticas públicas de proteção que passa a considerar "realidades culturais intangíveis", como as celebrações, formas de expressão, os lugares e saberes. Segundo, o "valor referencial dos bens culturais" que passa a ser considerado como mais um dos critérios de reconhecimento do patrimônio cultural. Terceiro, fica explícito o conceito de "diversidade" como princípio para a identificação dos sujeitos nas ações de proteção: os segmentos sociais são colocados como sujeitos de direito a seu patrimônio cultural. (IEPHA, 2016).

No Brasil, o período entre as décadas de 1970 e 1990 marcam muitas discrepâncias que vão desde o acirramento da repressão ditatorial até a promulgação da Constituição de 1988, passando, ainda, por uma fase de abertura democrática<sup>39</sup>. Isso em vista, cada um desses períodos afetou o campo do patrimônio de forma mais ou menos distinta; sendo este usado tanto pelo histórico discurso sobre identidade nacional (usado principalmente durante as primeiras décadas do governo militar), quanto pelas primeiras ressignificações a partir do conceito de memória (influenciadas pelo cenário internacional e pela soma de formulações de áreas como a antropologia, a sociologia e a geografia). Exemplo disso é que se por um lado o golpe militar fechava suas possibilidades de diálogo em nível nacional (como apresentado no tópico anterior), de outro, os anos 80 contextualizam os principais debates sobre conceitos que expandem a leitura do patrimônio para além de seu olhar estritamente técnico.

É durante a fase de distensão que surge, subordinado ao Ministério de Educação e Cultura, o Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975. Sob o comando de Aloísio Magalhães, o órgão buscava a modernização das políticas até

---

<sup>39</sup> Inicia-se, a partir de 1974, sob comando do general Ernesto Geisel, o período conhecido como "distensão". A partir de uma "lenta, gradual e segura" transição para a democracia, o projeto de redemocratização proposto pelo governo prevê uma série de medidas libertalizantes que são, estratégica e minuciosamente, controladas pelo Estado. Esse processo se encerra ao final do governo Geisel, em 1979, com a revogação do AI-5. Em 1979, sob comando de João Figueiredo, inicia-se a fase de "abertura", que conta com um aumento relativo da participação da sociedade. Nesse período entra em vigor a Lei da Anistia que, junto com a extinção do bipartidarismo, traz de volta exilados políticos e reorganiza as possibilidades partidárias no país.

então desenvolvidas pelo IPHAN, ampliando a noção de patrimônio cultural e reestruturando conceitos e referências fundamentais à definição dos bens passíveis de salvaguarda. Propôs, ainda, a elaboração de medidas voltadas para o protagonismo dos segmentos populares da sociedade, tendo em vista a construção de uma história nacional mais plural e democrática. Sob os ares de reformulação, o campo da cultura, em associação ao planejamento urbano, buscou desenvolver políticas de recuperação dos centros históricos das cidades brasileiras (VARGAS e CASTILHO, 2009).

Sob comando de Aloísio Magalhães, o CNRC, que surge junto a um pequeno grupo de intelectuais de Brasília, questionava a produção cultural nacional e como esta foi, durante os 30 primeiros anos do IPHAN, associada a um projeto de construção de uma identidade nacional segregadora e desenvolvida enquanto ferramenta política de homogeneização da sociedade. Próximo aos princípios que nortearam o projeto de Mário de Andrade, o grupo ligado ao CNRC buscou atualizar, em termos oficiais, a percepção nacional acerca da própria história e realidade. Ao relativizar cada contexto e reformular a compreensão cultural no Brasil do período, o grupo buscou elaborar “um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais” (FONSECA, 2005) e que tivesse como objetivo o reconhecimento, referenciamento e compreensão de manifestações culturais, desde sua expressão arquitetônica até a artesanal.

Afastado do otimismo desenvolvimentista da Era Vargas, dos anos JK e do chamado “milagre econômico”, que construiu uma imagem de cultura brasileira “além de restrita, *morta*, e tratada como mero testemunho de épocas pretéritas ou como expressões artísticas individuais” (MAGALHÃES, 1985 *apud* FONSECA, 2005, p.151, grifo do autor), Aloísio Magalhães, enquanto porta-voz do grupo responsável pelo CNRC, buscou, em um primeiro momento, “revitalizar” a noção de cultura brasileira. Entretanto, suas ações “modernizadoras” não se propuseram desvincular da leitura nacional-popular que versava os discursos sobre o patrimônio no período, fortemente apegado às suas dimensões econômicas e turísticas. Tendo em vista se tratar de um contexto de “lenta, gradual e segura” transição democrática, ao falar sobre ações “apropriadas às necessidades nacionais”, há de se supor que os projetos que ambicionavam modernizações e reestruturações internas, seguiram, principalmente em nível federal, o mesmo ritmo de mudanças.

Em 1979, o CNRC e o IPHAN se fundem, criando a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM)<sup>40</sup>. Os ideais desenvolvidos por Aloísio Magalhães - assim como o Programa de Cidades Históricas (PCH)<sup>41</sup>, criado em 1973 - alargam o entendimento acerca do patrimônio e da preservação, favorecendo pesquisas em contextos para além dos bens de *pedra e cal*. É nesse período que se formula a ideia de "bem cultural" como alternativa à noção única de "patrimônio material", como um movimento em direção ao reconhecimento do valor cultural, estético, histórico e econômico presente nas atividades e hábitos culturais de raízes populares e imateriais. Distinta da visão, muitas vezes, folclórica de outros olhares acerca da cultura popular (percebida até mesmo na proposta de Mário de Andrade, na década de 1930), é introduzido, neste período, "uma mediação politicamente relevante entre a cultura popular e o interesse nacional" (FONSECA, 2005, 151), que buscou atuar de forma relativamente menos elitista e "de baixo para cima". Desse modo, a fase conhecida como "Fase Moderna", com Aloísio Magalhães à frente do IPHAN, representa uma tentativa de leitura mais política acerca do patrimônio nacional e da cultura brasileira, aproximando-a de um protagonismo popular e da noção de continuidade; atribuindo aos valores passados a responsabilidade de servir funcional e simbolicamente à sociedade no presente, projetando-a econômica e ideologicamente para o futuro. Segundo Fonseca,

Mais que isso: era preciso que essas comunidades passassem a participar do processo de construção e de gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive do patrimônio cultural. É pela via da participação social - e não mais pela da seleção rigorosa de bens de valor excepcional - que se vai buscar legitimar a política de preservação dos anos 80. (FONSECA, 2005, p.158).

A importância simbólica dada à figura carismática de Rodrigo M. F. de Andrade durante o Estado Novo é direcionada, durante o período de abertura

---

<sup>40</sup>A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural" (REZENDE, 2015)

<sup>41</sup> O Programa de Cidades Históricas (PCH) foi implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) com vistas à recuperação das cidades históricas da região Nordeste do Brasil. Além disso, buscava a descentralização da política de preservação cultural por meio de sua execução pelos estados, aplicando recursos significativos nessa área. (...) O principal objetivo do Programa era preservar os monumentos tombados, tornando-os economicamente viáveis por meio de seu uso e, com isso, gerar renda advinda da atividade turística. A ideia era criar um círculo virtuoso de autossustentação econômica, ou seja, após os investimentos iniciais do Programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos. (CORRÊA, 2015)

proposto pelo Regime Militar, à também carismática figura de Aloísio Magalhães, que confere à política patrimonial do período uma marca própria (FONSECA, 2005). A questão que então emerge é a relação entre o desenvolvimento, a cultura e a identidade cultural do Brasil enquanto nação que, segundo Magalhães, teria na identificação e conhecimento dos bens culturais a principal referência para o desenvolvimento autônomo e fiel a uma identidade nacional mais plural. Embora avanços consideráveis sejam percebidos na postura do Instituto - como, por exemplo, o reconhecimento do patrimônio imaterial -, há, ainda, o velho discurso sobre a construção de uma identidade nacional a partir do patrimônio cultural. Que essa construção é possível e necessária não é o ponto de debate. Mas a problematização sobre como, por quem, com quais objetivos, sob quais ideologias ou por que essa identidade é criada, atenta para o risco de que o entendimento sobre “nação brasileira” seja, mais uma vez, construído por atores específicos e a partir de um contexto pré-selecionado de estética e história. Além disso, é insuficiente falar de uma conservação “de baixo para cima”, feita “para os benefícios da ‘sociedade’ - a visão de consenso - ou que é de ‘interesse público’”, se ainda houver “grupos que não são social ou fisicamente identificáveis”<sup>42</sup> (LARKHAM, 2005, p.15, tradução nossa).

Apesar disso, Fonseca (2009) aponta que as mudanças na política de preservação no Brasil e no mundo, realizadas a partir de mudanças de perspectivas internas às disciplinas de História e História da Arte, fundamentaram o desenvolvimento de novos objetivos e metodologias de identificação do patrimônio cultural. A autora ainda atenta para o fato de que o transbordamento da luta democrática como valor em campos como o sexual, étnico e de gênero, ao afirmarem direitos como o da identidade coletiva e de minorias, reverberou de forma a se sobrepôr à homogeneidade por trás da ideia, defendida nos séculos XIX e começo do XX, de identidade nacional. Assim, pensamentos de inclusão dos “patrimônios das minorias” somaram-se às reivindicações por maior participação dos múltiplos segmentos da sociedade na escolha e gestão do patrimônio. A luta emancipatória de países africanos, a resistência do movimento anti-racista norte americano e o pensamento decolonial acerca da influência econômica, política e cultural europeia sobre os países em desenvolvimento somou-se à reformulação do

---

<sup>42</sup> “It is thus insufficient to argue that conservation is for the benefits of ‘society’ – the consensus view – or that it is in the ‘public interest’, as these groups are not socially or physically identifiable.” (LARKHAM, 2005, p.15)

pensamento marxista e das questões relativas aos direitos humanos em uma outra busca: “o grande desafio nesse sentido passou a ser o de articular o universal e o particular” (FONSECA, 2009, p.169).

Gilberto Velho, em artigo na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1984, ainda destaca a importância da antropologia - presente nas discussões internacionais desde a década de 1970 - na ampliação e construção do conceito de patrimônio e de nação no Brasil da década de 1980. Segundo o autor, caberia ao momento “levar em conta com o devido peso a questão da diversidade”, assim como “os costumes e valores dos grupos e segmentos sociais que ocupam posições subordinadas e hierarquicamente inferiores na sociedade” (VELHO, 1984, p.38). Dessa maneira, o autor conclui:

A ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural e o enriquecimento e flexibilização dos meios e instrumentos de que dispomos fazem parte de um projeto mais amplo, de longo prazo, de democratização da sociedade brasileira. Está em jogo a noção de cidadania, a questão dos direitos humanos, assim como, necessariamente, a questão fundamental da memória de uma nação. (VELHO, 1984, p.39)<sup>43</sup>.

Por parte do governo federal, os fundamentos desenvolvidos junto ao IPHAN de Aloísio Magalhães, a crise de legitimidade pós-milagre econômico, a crise do petróleo e a necessidade de criação de uma imagem de abertura impulsionaram ações como a de criação do Ministério da Cultura, em 1985, na gestão de José Sarney (1985 a 1990). Desse modo, como parte do programa de governo proposto, criou-se, em substituição à SEC, o MinC, que procurou estimular a participação popular a partir da criação de assessorias especiais como a do negro, do indígena, da mulher, dos deficientes físicos e da terceira idade. Buscou-se, ainda, a realização de seminários (que reuniram intelectuais e artistas para debates sobre a criação de uma proposta de política cultural) e a implantação da Lei Sarney, de incentivos fiscais (FONSECA, 2005)<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> Um dos tombamentos mais emblemáticos do período (VELHO, 2006; FONSECA, 1997; CHUVA, 2017), que marcam as lutas por inclusão e representatividade de grupos minoritários, encabeçadas por movimentos sociais que se apropriam de instrumentos legais como brechas capazes de fortalecer e dar visibilidade aos interesses das minorias, é o caso do Terreiro da Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, de Salvador, em 1984. Além dele, exemplos de tombamentos inovadores foram o da Fábrica de Vinho de Caju, em João Pessoa, em 1984, e que incluiu as técnicas industriais utilizadas como expressão de modos de fazer popular e tradicional; e os vestígios do Quilombo dos Palmares, em Alagoas, tombado em 1986 (CHUVA, 2017).

<sup>44</sup> Com a Constituição de 1988, as assessorias foram extintas, permanecendo apenas a do negro, renomeada Fundação Palmares. A Lei Sarney (Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986), primeira lei de incentivo à cultura, foi

Um dos reflexos do pensamento que se pretendeu construir no período, principalmente a partir dos intelectuais e profissionais ligados ao IPHAN, é produto e produtor da Carta de Petrópolis, assinada em 1987. Seu texto, diferente dos dois compromissos elaborados na Fase Continuista, apoia-se em uma visão muito mais próxima dos pressupostos fundamentais à Carta de Veneza, pensando a cidade enquanto construção histórica, fruto de um processo de produção social (CASTILHO, 1998 *apud* VARGAS e CASTILHO, 2009). Desse modo, cabe aos atores responsáveis pela gestão do patrimônio um olhar que privilegie o "valor social da propriedade urbana" sobre sua condição de mercadoria (MinC, 1987). Escrita no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centro Históricos, organizado pelo MinC, a Carta busca ampliar o entendimento acerca da gestão dos sítios históricos urbanos nacionais, entendendo-os não como oposição aos espaços "não-históricos", mas como um organismo único e integrado a toda cidade, desde as paisagens naturais e construídas, às vivências de seus habitantes. Dessa maneira, a cidade - e o patrimônio nela inserido - é pensada enquanto expressão cultural que, sendo "socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória" (MinC, 1987, p.1) e sujeita a um processo constante de produção. Isso em vista, os discursos previstos pela Carta de Petrópolis colocam, pela primeira vez em nível nacional, a gestão da cidade antiga e da cidade contemporânea como uma política única e indissociada, que atribui responsabilidade quanto a coerência das intervenções nas regiões novas das cidades em relação às históricas: não há, desse modo, duas formas de se pensar a cidade; há, pelo contrário, uma única cidade que deve servir às vivências e necessidades de seus habitantes, em nível local.

Ao entender a "reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão" como o principal objetivo da preservação, o conceito de *polifuncionalidade*, em grande medida inédito no campo de discussão dos órgãos de patrimônio e do poder público em geral, torna-se fundamental em uma gestão que "não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural" (MinC, 1987, p.1). Dessa maneira, a Carta de Petrópolis ressalta a necessidade de manutenção, no sítio histórico urbano, das populações residentes e das atividades a

---

revogada em 1990, no início do governo Collor e, em 1991, substituída pela Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991).

elas tradicionais, cabendo aos órgãos federais, estaduais e municipais uma ação integrada ao fortalecimento e participação da comunidade. À flexibilização da noção de patrimônio, associa-se a diversificação de seus instrumentos de proteção, somando ao tombamento ferramentas como inventários, normas urbanísticas, isenções e incentivos fiscais, declaração de interesse cultural e mecanismos de desapropriação

Porém, o Brasil, que ainda vivia um momento de suspensão de direitos e da liberdade de manifestação, não conseguiu, como em outros países, esgotar todos os “valores da modernidade e da civilização industrial”. Aqui, embora sob uma crescente “crítica ao poder da tecnologia, aos projetos de desenvolvimento faraônico, e às metanarrativas que se propunham de amplo poder explicativo” (FONSECA, 2009, p.170), muitos foram os exemplos de cooptação do patrimônio histórico pela ideologia do lucro financeiro e da cidade enquanto mercadoria. Apesar do discurso de “anti tecnicismo”, “anti intelectualismo” e de uma “politização do cotidiano” (PEREIRA, 1981 *apud* FONSECA, 2009), a preservação inspirada no sentimento de lugar e amor pela história esteve presente na menor parte dos projetos da época (VARGAS e CASTILHO, 2009).

Assim, o que se percebe, para além da tentativa de abertura e descentralização no campo patrimonial e cultural ou da defesa pela atuação conjunta entre planejamento urbano e gestão do patrimônio, é que, muitas vezes, a administração pública favoreceu projetos de maior apelo eleitoral e midiático, agindo como empreendedores, muito mais do que como gestores urbanos. Tal postura favorece e é favorecida pelas parcerias entre o setor público e privado, nacional e internacional, sendo a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico um apoio para as intervenções integradas aos programas de empreendimento e experiências de consumo (VARGAS e CASTILHO, 2009)

Diferente dos níveis federais e estaduais, em Belo Horizonte as discussões sobre a necessidade de salvaguarda do patrimônio municipal são desencadeadas a partir de manifestações de atores locais. Em 1983, as controvérsias em torno do não tombamento e conseqüente demolição do Cine Metrópole<sup>45</sup>, apesar dos pedidos de

---

<sup>45</sup> O Cine Teatro Metrópole, localizado entre a Rua da Bahia e Rua Goiás, funcionou como cinema entre os anos de 1942 e 1983, quando, comprado pelo Banco Brasileiro de Descontos - Bradesco, foi demolido para a construção de seu edifício-sede. Construído em 1906, em estilo eclético, abrigou, até 1939, o Theatro Municipal, mas é a pedido do então prefeito Juscelino Kubitschek que o edifício é reformado e adaptado ao estilo Art Dèco pelas mãos do arquiteto Raffaello Berti, tornando-se um dos principais cinemas de rua da cidade. O pedido de demolição feito pelo Bradesco evocou a possibilidade de tombamento do edifício pelo IEPHA e gerou protestos

proteção feitos por parte dos moradores da região, de intelectuais e antigos frequentadores, gerou revolta e um amadurecimento que, segundo o historiador Carlos Henrique Rangel (2003), foi fundamental para a criação de políticas de proteção em nível municipal. Como reflexo da revolta popular desencadeada pela perda do cinema e dos consequentes debates sobre a necessidade de uma legislação patrimonial específica para o contexto da capital, cria-se, em 1984, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte que, pela lei municipal nº 3802/84, torna-se o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural de Belo Horizonte. Mesmo composto por representantes da sociedade civil organizada, por professores da Universidade Federal de Minas Gerais e de órgãos públicos - demonstrando avanços relativos à participação da comunidade -, o principal instrumento jurídico de preservação mantém-se alinhado com as primeiras leis nacionais de patrimonialização e priorizam o tombamento como mecanismo de proteção.

Os primeiros anos de atuação do CDPCM/BH são extremamente acanhados, se comparados ao IEPHA e, principalmente, ao IPHAN. A comparação entre os três níveis, tendo em vista que os institutos federais e estaduais são fruto de demandas claras do Estado e o CDPCM/BH é resultado de movimentos da sociedade civil, parece confirmar o uso da cultura e do patrimônio, no Brasil, como uma das principais ferramentas de construção e reforço da narrativa sobre identidade nacional, tradicionalmente usada pelo poder público.

É também a partir da demolição do Cine Metrópole que se iniciam novos debates em relação ao patrimônio local e sua associação a diferentes estéticas. Os movimentos iniciados neste período resultam, no início dos anos 90, nos primeiros tombamentos de arquiteturas em estilo Art Déco, em Belo Horizonte. Na capital, muitos dos imóveis tombados nessa linguagem correspondem a obras do arquiteto Raffaello Berti<sup>46</sup> e marcam a preocupação diante das perdas deste patrimônio na cidade. O prestígio do Art Déco na historiografia da arquitetura como um todo,

---

populares favoráveis à salvaguarda e um tombamento provisório, em nível estadual, do imóvel. A resistência dos proprietários e insistentes obras de descaracterização deliberada fizeram com que o IEPHA desistisse do tombamento, resultando na demolição do edifício.

<sup>46</sup> A respeito da importância de Raffaello Berti (1900 - 1972) para o "estilo moderno" de Belo Horizonte, o professor Leonardo Barci Castriota aponta que "a sua intensa produção de mais de 500 projetos marca de forma definitiva a configuração arquitetônica da capital mineira: hospitais, igrejas, cinemas e colégios, sede de clubes, repartições públicas, prédios comerciais e residenciais de sua autoria difundem o estilo moderno pelo centro da cidade e pelos seus bairros" (CASTRIOTA, 2000, p. 20). Dentre as suas obras mais importantes, temos a Prefeitura de Belo Horizonte, a sede do Minas Tênis Clube, a Casa d'Itália, a Feira de Amostras, os cinemas Metrópole, México, Santa Tereza, Renascença e Floresta, a Santa Casa de Misericórdia, os hospitais Felício Rocho e Odilon Behrens, o edifício Indaiá, entre outros.

porém, foi tardio e - ainda hoje - negligenciado. Além disso, diferente dos modernistas, que estruturariam os “verdadeiros” caminhos da modernidade, a geração de arquitetos e intelectuais vinculados ao Art Déco, pouco se dedicou à escrita de artigos e manifestos em defesa de seus ideais estruturantes o que, conseqüentemente, contribuiu para o sistemático apagamento ou para a recepção negativa do estilo na historiografia da arquitetura (CASTRIOTA, 2000). Afinal, segundo Castriota, “vão ser os modernistas vanguardistas da geração seguinte que constroem esta história, impregnando-a com a sua pregação sistemática contra a modernidade que os precedera” (CASTRIOTA, 2000, p.21), reduzindo o Déco a decorativismos, historicismos e, mesmo, a qualidades de uma “arquitetura cúbica, futurista ou estilo caixa de fósforo” (CASTRIOTA, 2000, p.22)<sup>47</sup>.

A recepção tardia do patrimônio Déco nas discussões estéticas, nas perspectivas históricas e, conseqüentemente, nos livros de tombamento aponta, ainda, o peso, para além do poder público, do grupo de intelectuais e da academia na construção e mediação da narrativa oficial e no abastecimento (ou esvaziamento) do imaginário popular geral. Exemplo disso é que muitos estilos arquitetônicos e manifestações culturais ao longo das décadas só foram tomadas com atenção pelo senso comum quando grupos de intelectuais reconheceram seu valor histórico e estético e se movimentaram em prol da divulgação de materiais e ações de salvaguarda. É um processo que revela uma construção unidirecional de valor, predominantemente verticalizada e fruto do velho discurso tecnicista de produção de conhecimento. O estilo Art Déco, por exemplo, tombado pelo IEPHA apenas treze anos depois de sua criação mostra quão sujeito a dinâmicas de poder e influência esteve a construção do conjunto de bens patrimoniais no Brasil. O descompasso em relação ao entendimento do Art Déco e da arquitetura “menor” como patrimônio é fundamental para entendermos quão pouco incômodo, até mesmo por parte expressiva da sociedade, pode ser o desuso prolongado e avançado processo de descaracterização e arruinamento de um imóvel, como aquele ocupado pelo Coletivo Kasa Invisível.

---

<sup>47</sup> Complementar ao ofuscamento produzido pelos modernistas, o episódio de torpedeamento a navios da marinha brasileira, feitos por submarinos do Eixo entre 1941 e 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, resultou em intensa revolta popular, manifesta na caça aos habitantes e referências italianas e alemãs. Em Belo Horizonte, a agitação reverberou na depredação de alguns prédios de influência italiana, como a Casa d'Itália, em estilo Art Déco. Segundo Celina Borges Lemos "esse incidente mostra o início do fim da difusão desse estilo na capital que encontra no moderno o novo sentido do seu progresso" (LEMOS, 1985, p. 37-38). Esse cenário mostra como eventos não necessariamente ligados à arquitetura são capazes de gerar impacto social, influenciando o entendimento público e midiático acerca da paisagem da cidade e de sua arquitetura.

### 3.5 Reinvenção Urbana: 1980 - 2000

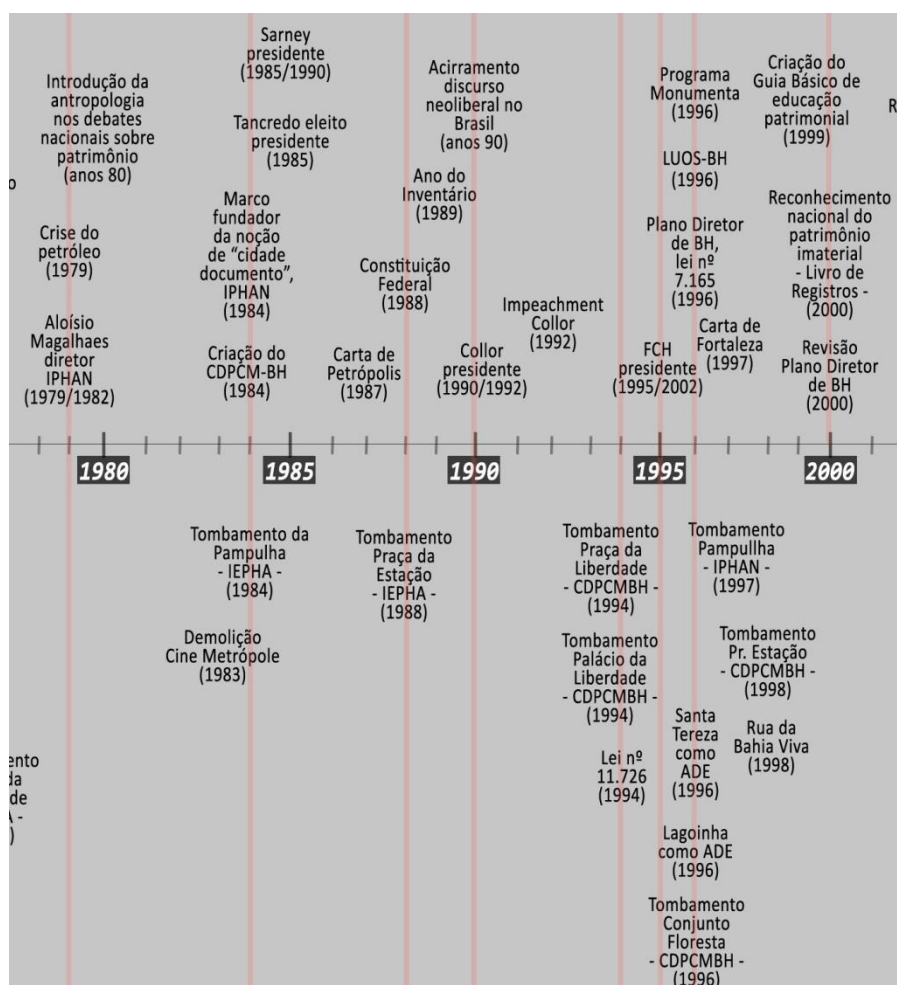


Figura 16: Eventos nível macro. Recorte da Cartografia - Espaços de Ausência entre as décadas de 1980 e 2000. Elaboração da autora.

O período chamado "Reinvenção Urbana" compreende as décadas de 1980 e 2000 (VARGAS e CASTILHO, 2009) e é caracterizado pelo contínuo e progressivo reforço da parceria entre o capital imobiliário e o poder público. Apesar dos avanços conquistados nos anos 80 e materializados na Constituição de 1988, a influência da revolução nas formas de comunicação e difusão de informações em escala global favoreceu a capitalização do patrimônio e a leitura do território ainda mais vinculada à condição de "mercadoria a ser consumida por cidadãos de renda elevada, investidores e turistas, deixando de ser prioritariamente o *locus* da produção para ser o *locus* do consumo" (GLAESER *et al.*, 2000 *apud* VARGAS e CASTILHO, 2009, p.32).

A Constituição Brasileira de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, é o marco fundamental do período e representa a materialização de todo o

cenário de discussões que se desenvolveu ao longo dos anos 80. Dentre outros pontos transformadores, o texto consagra a ampliação da noção e atuação do campo do patrimônio que, somada à tese da diversidade cultural, legitima a necessidade de proteção do patrimônio cultural, material e imaterial, pertencentes aos diferentes grupos. Segundo alguns autores, a Constituição é o maior marco de aplicação conceitual no campo do patrimônio no Brasil, condensando e sistematizando “anseios fortemente enraizados na sociedade civil nos anos 1980” (CHUVA, 2017, p.100). Dessa maneira, “a noção de ‘grupos formadores’ cumpriu um papel crucial em termos discursivos, no sentido da inclusão e do reconhecimento da diversidade cultural brasileira” (CHUVA, 2017, p.89).

Prevista desde a Constituição Brasileira de 1934, a cultura sempre foi tratada como um dever direto do Estado, cabendo à União a salvaguarda dos objetos de interesse histórico e artístico do país, subordinando mesmo a propriedade privada aos interesses sociais e coletivos nacionais. Segundo Carlos Alberto Dória (2001), desde o Estado Novo era dever do poder público federal a preservação do patrimônio nacional, o fomento e a promoção democrática de acesso e consumo da produção cultural. Desse modo, cabia ao Estado, até então, a chamada “instrução pública”, associando-o a processos educacionais, pedagógicos e formadores da sociedade. Mas é ao longo do percurso de luta, que ganha força como contra-discurso a partir dos anos 60, sendo incorporado ao longo dos anos 80 por algumas instâncias públicas (como os órgãos de cultura), que a ampliação e complexificação da noção de patrimônio e de cultura alcança, em termos de lei, grupos antes invisibilizados ou, mesmo, excluídos. Essa nova abordagem é formalizada, em especial, nos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988. Os fundamentos construídos por Aloísio Magalhães, quando no comando do IPHAN e, posteriormente, da Secretaria de Cultura no MEC (1982), serão incorporados, em certa medida, naqueles artigos.

Com a somatória dos anos de modernização do IPHAN, assim como o processo de redemocratização e abertura política que culminaram na Constituição Federal de 1988, os anos 1980 marcam a inauguração de estudos de tombamento que favorecem a elaboração de um dos mais importantes conceitos que orientam os processos de patrimonialização a partir de então: a noção de “cidade-documento”<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> A partir dos anos 80 e do processo de revisão crítica de conceitos relacionados ao patrimônio e de sua associação ao contexto urbano como um todo, o conceito de “cidade-documento” tenta romper com o

(CHUVA, 2017). Chuva aponta que esse pensamento ganhou força e aplicabilidade ao longo da década de 1980 - com efeitos, ainda, na década de 1990 -, “dando concretude a um dos cinco instrumentos de proteção do patrimônio, listados no mencionado Art. 216: inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação” (CHUVA, 2017, p.96). Desse modo, as cidades, que nas primeiras décadas do IPHAN eram pensadas e tornadas patrimônio com base na noção de excepcionalidade e valor estético, passaram a ser vistas sob a perspectiva de seu valor enquanto documentos (vestígios materiais urbanos) capazes de contar o *processo social e cultural* de ocupação do território nacional e que, por isso, deveriam ser preservadas como fonte para a produção de conhecimento sobre a história do Brasil. Assim, o valor histórico - antes hierarquicamente menos solicitado - tornou-se crucial na escolha das cidades e contextos urbanos a serem tombados (CHUVA, 2017).

O conceito de "cidade-documento" possibilitou grande ampliação da perspectiva acerca do tombamento, “resultando na proteção de sítios históricos com feições distintas das coloniais e excepcionais, e reforçou o papel da instituição como um dos agentes da regulação urbana ao empregar parâmetros urbanísticos como critérios para sua valorização e preservação” (MOTTA, 2012, p.250). Além disso, contribuiu para a revisão das salvaguardas feitas nas décadas anteriores que, nos anos 1980, apontavam problemas incontornáveis de gestão, fiscalização e conservação. As noções de monumento e “cidade-monumento”<sup>49</sup> já não eram mais capazes (se um dia o foram) de lidar com o forte e desenfreado crescimento das cidades brasileiras desde a década de 1960. As mudanças nos modos de vida, na política, na economia e na forma de se fazer cidade intensificaram, ainda, demandas variadas, “tais como: acréscimos e reformas para a adaptação no casario antigo; a construção de novas edificações dentro dos sítios tombados e no seu entorno

---

entendimento puramente estético e, mesmo, estático atribuído às cidades-patrimônio, protegidas pelo IPHAN. Para Márcia Sant’Anna, a cidade-patrimônio passa, assim, a ser concebida como um “documento histórico, um objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas, além da história da arte e da arquitetura, como era usual” (SANT’ANNA, 1995, p. 215 apud PEREIRA, 2016, p.46). Ainda segundo Sant’Anna, o marco desse processo foi o tombamento da cidade de Laguna, em Santa Catarina, em 1985. No parecer, foi atribuído valor nacional ao sítio histórico de Laguna por conformar um documento da história urbana do País.

<sup>49</sup> O conceito de “cidade-monumento”, utilizado principalmente durante a Fase Heróica, refere-se ao tratamento metodológico adotado na prática de tombamento, baseado na leitura dos espaços urbanos como monumentos. Desse modo, na prática, a cidade era supervalorizada por suas dimensões estéticas, concebida como obra de arte; em detrimento dos aspectos sociais, políticos e econômicos das cidades. Segundo Márcia Sant’Anna: “Essa identificação, além de remeter a uma preservação global do objeto urbano, implicou também a sua apreensão como obra de arte, objeto de época ou um todo fechado, cuja expansão ou modificação jamais poderia ocorrer em seu próprio âmbito, mas somente fora dele e bastante afastado.” (SANT’ANNA, 1995, p.137)

imediatos; e o desmembramento de terrenos e grandes áreas desocupadas para fazer loteamentos” (MOTTA, 2012, p.249)<sup>50</sup>.

O conceito, porém, criou, involuntariamente, uma grande “zona cinzenta” que facilitou sua posterior manipulação pelos atores envolvidos no processo especulativo urbano. Em uma cidade construída a partir de discursos neoliberais, falar sobre a preservação de documentos da sociedade, de compatibilização entre preservação e “desenvolvimento” ou da sujeição do patrimônio às práticas socioeconômicas incorre no risco de que a obsolescência, a especulação do solo e outras formas de expressão dessa cidade capitalista sejam, também, defendidas enquanto parte da cidade-documento a ser preservada. Falar desse conceito em grandes centros urbanos, como Belo Horizonte, pode cooperar com instrumentos que negligenciam a noção de memória. Se tudo é documento, se tudo é selecionável, então o desuso dos imóveis ocupados pela Kasa Invisível, por exemplo, é um dado dessa sociedade e, por isso, a denúncia do descumprimento de sua função social corre o risco de ser deslegitimada por aqueles atores. A “não-ação”, nessa zona cinzenta, seria quase um protocolo: uma possível substituição desses imóveis atestaria, apenas, sua incompatibilidade enquanto documentos deste corpo social.

Não raro, a cultura - por meio ou não de sua institucionalização - funcionou como uma tradicional moeda de troca. O discurso levantado institucionalmente pelo IPHAN e o otimismo a partir da Constituição de 1988, inegáveis frutos dos pensamentos de muitos atores do período, evidenciaram contradições e a emergencial necessidade de se estabelecer novos paradigmas para noções como cultura, patrimônio, espaço urbano, sociedade, memória, identidade, função social. Porém, como tantas vezes percebido e aqui já mapeado, a distância entre o discurso e a prática escancara o desafio de se movimentarem verdadeiras mudanças. Exemplo e reflexo dessas contradições do período, o MinC foi marcado por arranjos e rearranjos políticos mais do que por reivindicações sociais; evidenciando a posição

---

<sup>50</sup> Favorecida por esse cenário, a metodologia do Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) reforçou a tentativa dos órgãos gestores em testar novas abordagens do conceito de patrimônio cultural. A leitura dos sítios históricos como cidade-documento buscou expandir o entendimento sobre as cidades históricas, pensando-as enquanto um processo dinâmico de formação e desenvolvimento. Sujeita às práticas socioeconômicas e aos indivíduos que nela habitam, a cidade-documento é como um organismo social historicamente construído (MOTTA, 2012, p.251) e, à vista disto, torna-se necessário compatibilizar a preservação e o desenvolvimento para além da antiga noção de que um bem do passado deve “apenas” ser protegido da destruição. Pensar a partir de um processo dinâmico é pensar uma gestão que torne “um bem apropriado pelos sujeitos do presente, devendo ser negociadas as formas dessa apropriação e preservação” (CHUVA, 2017, p.97).

secundária do Ministério em relação à sociedade, assim como a indiferença da sociedade em relação ao Ministério (FONSECA, 2005).

Controverso, também, é que embora a Constituição de 1988 tenha significado e movimentado avanços inegáveis ao processo de produção cultural e do conhecimento, tornando-o mais diverso e aberto aos direitos das minorias, Fonseca (2005) aponta que o período não significou uma verdadeira e profunda ressignificação do papel da sociedade civil na elaboração e gestão de sua própria cultura. Segundo a autora, apesar dos discursos do período, não foi possível avançar em relação à politização democrática e horizontal da cultura ou em termos de mobilização de grupos e canais de representação específicos. No caso do IPHAN, os longos anos de um pensamento tecnicista e de ação impositiva e elitista não foram de todo superados, em termos práticos, com as propostas de Aloísio Magalhães, com a reformulação do corpo técnico do IPHAN ou, mesmo, com a promulgação da Constituição Federal. Noções como “referência”, “dinâmica cultural”, “indicadores culturais”, “contextos culturais específicos”, “participação popular”, “educação patrimonial” e “escala local”, embora presentes em muitos encontros, seminários, diretrizes, cartas e compromissos patrimoniais, parecem ter se desenvolvido muito mais como discurso do que como ferramenta e aplicabilidade eficientes e verdadeiramente populares - como, em teoria, pretendiam.

Talvez uma das principais contradições, tendo em vista os discursos e debates levantados desde o final dos anos 70 e que culminaram no texto constitucional em 1988 é o movimento, nos anos 90, em direção ao discurso liberalizante da economia na América Latina. Um dos pontos fundamentais a esse movimento inflamado deu-se pela queda do Muro de Berlim, em 1989 e pelo colapso da União Soviética, em 1991. Esse cenário favoreceu a expansão do capitalismo, visto, mais do que nunca, como a organização econômica padrão a todos os países, inclusive aos da “periferia”. A perspectiva modernizante associada às reformas liberais chegou à América Latina em uma “versão entusiástica” (SALLUM JR., 2011, p.259). Na expressão de Sebastian Edwards (1994), muitos países latino americanos estariam na transição “‘from despair to hope’, na medida em que abandonavam os modelos de substituição de importações e os ensaios heterodoxos de gestão econômica em favor de uma orientação mais amigável em relação ao mercado e de políticas econômicas ortodoxas” (EDWARDS, 1994 *apud* SALLUM JR., 2011, p.259).

Desse modo, em nível federal, o ano de 1990, particularizado pela primeira eleição direta desde 1960, é o “marco zero do processo de liberalização no Brasil” (SALLUM JR., 2011, p.260), considerado a partir da vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais. Assim, a figura e as promessas do novo presidente geraram expectativas quanto a superação das condições negativas acumuladas pelos longos anos de Ditadura Militar e pelo “poder alicerçado em um Estado extremamente fraco” (SALLUM JR., 2011, p.261), herdado de José Sarney. A partir das utopias liberais e de “integração competitiva”, o novo governo teve como principal bandeira e promessa a estabilização da moeda e as reformas que integrariam o Brasil, enfim, ao dito “primeiro mundo”. Diante desse quadro, Collor procurou usar o marketing neoliberal, junto ao discurso de moralidade e anti-corrupção, como suas principais armas políticas. Sua qualidade fundamental, porém, é por muitos considerada o fato de fazer frente ao já (e ainda) conhecido discurso de “ameaça comunista”, nesse contexto representada pelas figuras de Luiz Inácio “Lula” da Silva e Leonel Brizola. É junto à bandeira liberalizante que o governo aprofunda o processo de extinção e redução da participação pública em políticas de habitação e cultura. A ausência do Estado na área da habitação acentuou-se com a extinção do Ministério do Interior e com a desvinculação entre os programas de habitação, de saneamento e de planejamento urbano. Em relação à cultura, Fonseca aponta que a força política do início do governo Collor favoreceu os atos de “desmantelamento da área”, que interrompeu ações realizadas pelo Estado desde o ministério Capanema (FONSECA, 2005).

O Informativo Cultural do Conselho Federal de Cultura (CFC), do Ministério da Cultura, de novembro e dezembro de 1989, no âmbito do segundo turno das eleições daquele ano, traz em sua capa a chamada “Lula, Collor e Cultura” (figura 17). Segundo o Informativo: “maior ou menor interferência do Estado na Cultura. Este é o eixo em torno do qual giram as divergências fundamentais dos candidatos à Presidência da República”. Naquele momento, as principais pretensões do liberalismo de Fernando Collor para a área visavam “acabar com a concepção arcaica e antidemocrática do mecenato do Estado em relação à Cultura” (MinC, 1989); cujo discurso era pautado na “desburocratização da máquina estatal, devolvendo aos ‘produtores de cultura’ as funções que lhes foram retiradas pelos organismos oficiais” (MinC, 1989). Seguindo a teoria de “corte de interferência do Estado sobre as questões culturais e a política de descentralização” (MinC, 1989),

apresentada no documento de “Diretrizes de Ação do Governo Collor de Mello”, o CFC informa, em relação ao patrimônio histórico, que “os acervos museológicos deverão ser conservados, ampliados e restaurados e os núcleos urbanos históricos mantidos com a colaboração ativa da iniciativa privada” (MinC, 1989). Dessa maneira, seria a mobilização do empresariado o “mecenato das sociedades desenvolvidas” (MinC, 1989).



Figura 17: Informativo Cultural do Conselho Federal de Cultura do MinC, de novembro e dezembro de 1989

Tendo em vista o raciocínio liberal conferido à gestão da cultura e do patrimônio, a noção de “cidade-documento”, marco da década de 1980, encontra, no próprio Estado, uma barreira para sua aplicação. A dinâmica internacional, fundamentada na noção de “city marketing”, é exemplo que se soma ao enfraquecimento dos conceitos desenvolvidos no período anterior. Obras como a requalificação de Barcelona, para as Olimpíadas de 1992; a Paris da era Mitterrand (entre 1981 e 1995); a Bilbao dos anos 90; e a época do IBA (1987) e a reconstrução do Potsdamer Platz (1993), em Berlim são manifestações desse tipo de pensamento

pautado em intervenções que se afastam dos reais interesses e necessidades da cidade e cidadãos, assim como pensam o patrimônio a partir de projetos de grande impacto, realizados por arquitetos renomados (PONTES, 2006). Segundo Márcia Sant'Anna, nas grandes cidades brasileiras, em muitos casos o contextualismo e as estratégias de integração foram abandonados, “verificando-se uma espécie de retorno a uma estética patrimonial de viés modernista, baseada no contraste, na monumentalidade da intervenção e na introdução de objetos de impacto estético no espaço” (SANT'ANNA, 2003, p.166).

A “reforma administrativa” da gestão Collor é responsável pela extinção de 22 órgãos administrativos federais, entre autarquias, entidades, empresas públicas e de sociedade mista, institutos e fundações vinculadas ao governo. Nesse contexto, um dos setores mais atingidos foi, como já anunciado em campanha, o da cultura. O período representa a dissolução do MinC (reduzido à Secretaria da Cultura) e à extinção de órgãos como a EMBRAFILME, FUNARTE, FNpM e Fundação do Cinema Brasileiro (FCB); antes instituições autônomas, foram reunidos em uma única organização, o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC). Rejeitada desde a campanha por ser objeto de críticas quanto à sua eficácia, meios de fiscalização, arrecadação e distribuição dos recursos, a Lei Sarney também é extinta.

A partir da pressão de opositores, para recuperar algum prestígio junto à classe artística (SANTOS, 2009) e sob o discurso de priorizar eventos nacionais e menos comerciais, o governo Collor cria, a partir da gestão de Sérgio Paulo Rouanet à frente da Secretaria de Cultura, a Lei nº 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet. O texto fundamenta, ainda, a criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), o Fundo Nacional de Cultura e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART). Como principais objetivos, a lei previu a ampliação do direito ao acesso à cultura e à produção cultural nas várias regiões do território nacional; o apoio, valorização e difusão das manifestações artísticas nacionais; a proteção das expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira; a salvaguarda e florescimento dos modos de fazer tradicionais; a preservação dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico nacional; assim como o desenvolvimento da consciência e respeito internacional aos valores culturais do Brasil<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> De acordo com as disposições preliminares da Lei Rouanet, temos, no seu Artigo 1º: “Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a: I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais; II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com

No caso do IPHAN, o instituto teve todas as suas competências, acervos e orçamentos transferidos para o então criado Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)<sup>52</sup>. Tais mudanças contribuíram para um dos períodos mais instáveis do órgão, que “tinha perdido, inclusive, a sua identidade” (GUEDES, p.47, 2015). Na fase de intervenção de Collor no instituto, manifestações populares e da classe artística, impulsionadas por Betinho e Antônio Houaiss<sup>53</sup>, tentaram conter o processo de desmanche do Instituto. O enfraquecimento do IPHAN e as notícias sobre sua dissolução, propagadas em nível nacional, foram base para inúmeros processos de intervenções descaracterizantes em conjuntos e bens por todo o país:

(...) em Ouro Preto estava-se fazendo de tudo, e ninguém respeitava mais o Escritório Técnico de lá. As pessoas de lá diziam assim: “O IPHAN não existe mais. O IPHAN acabou. (...)” O IPHAN estava desacreditado tanto pra dentro, quanto pra fora. (MESENTIER *apud* GUEDES, p.36-37, 2015).

Como consequência direta das ações que contextualizaram o início da década de 1990, esta é a fase com o menor número de tombamentos federais em toda a história do Instituto. Como apontado pelo diagrama *Espaços de Ausência*, somam-se, entre 1990 e 1999, apenas 34 tombamentos em nível federal (em torno de 3% do total); sendo, em sua maioria, situados na segunda metade da década, após a recriação do Ministério da Cultura e contextualizados no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A segunda metade da década de 1990 é marcada pelo início do governo neoliberal de FHC, entre 1995 e 2002. Segundo Marco Aurélio Santana, o novo presidente assumiria “como insígnia de seu governo ‘o fim da era Vargas’ e de tudo o que ela representava”<sup>54</sup> (SANTANA, 2003 *apud* CHUVA, 2017). Após o desmonte

---

valorização de recursos humanos e conteúdos locais; III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores; IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional; V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira; VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro; VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações; VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória; IX - priorizar o produto cultural originário do País” (Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991).

<sup>52</sup> Novo nome dado ao IPHAN, durante a intervenção do governo Collor.

<sup>53</sup> O mineiro Herbert José de Sousa (1935-1997), mais conhecido como Betinho, sociólogo e ativista dos direitos humanos, concebeu e dedicou-se ao projeto “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. O carioca Antônio Houaiss (1915-1999), filósofo, crítico literário, tradutor, diplomata e enciclopedista, veio a ser ministro da Cultura no Governo Itamar Franco.

<sup>54</sup> Exemplo disso é que, junto à cartilha neoliberal, o governo FHC deu início, no campo da economia, ao processo de flexibilização das leis trabalhistas e ao projeto de alteração da Consolidação das Leis Trabalhistas

do setor cultural promovido por Collor, com forte impacto ainda no governo de Itamar Franco (1992-1995)<sup>55</sup>, o governo de Fernando Henrique Cardoso dá continuidade ao processo de "recuperação da cultura" que, apoiado na ideologia neoliberal, teve Francisco Weffort à frente do MinC. Este é um período fundamentalmente pautado nas leis de incentivo (ARRUDA, 2003), sendo as principais delas a Lei Rouanet e a do Audiovisual. Desse modo, o Estado estruturou-se de forma a atuar como um intermediário na dinâmica de integração entre a cultura e o mercado; apoiando-se nas políticas de incentivo fiscal e no fim dos subsídios estatais, tidos como anacrônicos e passadistas.

Consequência do discurso em favor do mecenato da iniciativa privada, áreas entendidas como menos atrativas para o mercado (como foi o caso do patrimônio cultural) continuaram a depender de recursos orçamentários públicos. Durand (2000) aponta que, embora essas leis possam ser entendidas como facilitadoras para a viabilização de projetos culturais e representem, até mesmo, uma diversificação de fontes de apoio, existem dois riscos a serem considerados. O primeiro é o de se imaginar que os financiamentos, por si só, são capazes de substituir o apoio governamental. O segundo é o de "permitir que a celebração dessa nova 'parceria' ajude na dissimulação de uma intervenção casuística do governo federal no plano da cultura" (DURAND, 2000, p.30). Brant (2003 *apud* SANTOS, 2009) complementa que, apesar do otimismo com o qual foram recebidas - principalmente frente ao recente desmanche -, as leis de incentivo moldaram um cenário muito mais favorável ao mercado do que às iniciativas culturais:

Os papéis seriam assim distribuídos: ao governo caberia a tarefa de aprovar projetos sem qualquer critério. Ao setor cultural, a condição de "esmoleiro incompetente", já que, segundo o autor, apenas 20% dos projetos aprovados conseguem patrocínio. Às empresas caberia o melhor papel, uma vez que, além de reaver 100% do "investimento", ainda podem conseguir uma dedução de até 25% desse "investimento". E ao contribuinte resta o papel de comprar ingressos ou produtos a preços extorsivos. Ou seja, um espetáculo promovido com o dinheiro público. (BRANT, 2003 *apud* SANTOS, 2009, p.12).

---

(CLT) que, segundo o presidente, tratavam-se de um "entulho autoritário" defendido por "neoretulistas fora de hora" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).

<sup>55</sup> Em 1992, condenado por improbidade administrativa, Collor sofre impeachment e é então substituído por Itamar Franco, seu vice, que assume a Presidência da República entre 1992 e 1994.

À vista disso, os primeiros quatro anos de gestão FHC marcaram carências e problemas "em matéria de artes e patrimônio artístico e histórico" (DURAND, 2000, p.31), tendo como consequência a degradação física e aumento da subutilização do patrimônio cultural. Pouco contemplado pelas leis de incentivo fiscal, os dados do Ministério da Cultura daquele período apontaram que cerca de 50% dos imóveis históricos tombados em nível federal encontravam-se degradados, sendo que 25% deles exigiam alguma obra de recuperação (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1998 *apud* DURAND, 2000). Coerente com o cenário, nenhum braço estadual do IPHAN foi criado entre 1990 e 2002; jejum interrompido apenas com a criação da Superintendência do Distrito Federal, em 2002, último ano do governo FHC. Para Chuva (2017),

Esses dados tornam-se expressivos se considerarmos a ampliação das atribuições institucionais que a Constituição Federal havia produzido. Significativos, também, comparativamente, pois nos anos 1980 haviam sido criadas as superintendências do Ceará (1982), do Amazonas (1987) e de Sergipe (1989) e, entre 2004 e 2009, foram criadas mais onze superintendências, concluindo a meta de uma representação regional em cada estado da federação. (MOTTA, 2015 *apud* CHUVA, 2017).

De acordo com Afonso Luz (2018), o projeto para o campo da cultura, pautado no "mercado de projetos culturais", transformou o MinC em uma agência de aprovações de projetos escolhidos pelos departamentos de marketing de empresas "mais interessadas em propaganda do que em sua 'responsabilidade pública' de doação" (LUZ, 2018). Segundo Luz, "Weffort tentara converter a gestão dos bens históricos e artísticos em parte do desenvolvimento urbano sob a palavra de ordem 'revitalização' de centros históricos (misto de restauração e gentrificação), através de empréstimo do BID" (LUZ, 2018). Em relação ao IPHAN, o autor complementa:

(...) visto como resíduo autoritário-estatal, foi desmobilizado para sobreviver em atividades raquíticas, apenas para chancelar circulação de bens históricos-arqueológicos e atividade acadêmica de arquivos e publicações, como compensatória aos intelectuais, apenas a distribuir prestígio e encampar nomes universitários de estima do governo, mas fundamentalmente sem função, atingindo o propósito liberalista momentâneo. (LUZ, 2018).

Marca da gestão neoliberal do patrimônio e das cidades, foi criado, em 1996, o Programa Monumenta. Apoiado na promoção do desenvolvimento econômico e social a partir do patrimônio, o projeto foi impulsionado por debates articulados por bancos multinacionais envolvidos com ações em cidades latino-americanas. Em um primeiro momento, o programa discursou sobre a auto-sustentabilidade dos projetos ao longo do tempo a partir de parcerias público-privada (GIANNECCHINI, 2014). Mas foi exatamente o desinteresse do setor privado em áreas como o patrimônio (principalmente quando em locais periféricos ou fora das capitais), somado à fragilidade de articulação entre governos federais e locais e tensões entre o IPHAN e outros atores envolvidos, que a intenção inicial do programa não prosperou na prática. Muito dos fracassos que contam com o mecenato da iniciativa privada, do mercado imobiliário formal ou de segmentos sociais mais abastados, principalmente em se tratando do patrimônio histórico nas regiões centrais, devem-se à existência de outros vetores de investimento, mais dinâmicos e lucrativos, em outras zonas da cidade (SANT'ANNA, 2003). Além disso, o projeto se restringiu apenas a cidades com tombamentos feitos em nível federal exigindo, ainda, uma contrapartida de 30% por parte dos municípios parceiros - o que limitou e desestimulou a participação em virtude da falta de recursos das administrações locais. Entre os anos de 1997 e 2003, o Monumenta voltou-se para o modelo proposto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos empréstimos destinaram ao que Luz (2018) descreveu como um "misto de restauração e gentrificação". O acúmulo de processos burocráticos e a realidade de muitos municípios impediram a consolidação do programa, a adesão dos atores locais e a própria conclusão de muitas obras<sup>56</sup>.

Apesar das fragilidades e impasses causados pelas controvérsias de um pensamento fortemente economicista, Giannecchini (2014) considera o fortalecimento da capacidade de investimentos do IPHAN, o ressarcimento de seu capital político e a criação de uma nova identidade como contribuições do Programa Monumenta, durante a gestão FHC. Segundo a autora, o impulso de descentralização tornou-se um dos principais ganhos para o Instituto, que assumiu uma postura pautada em parcerias, contratos de repasse, estruturas de coordenação local e compartilhamentos das atividades de preservação patrimonial

---

<sup>56</sup> Além disso, vale ressaltar, poucos foram os casos em que o Programa Monumenta criou escolas técnicas de formação de mão de obra local especializada. Um desses exemplos é São Luís do Maranhão, onde a escola técnica de azulejaria formou profissionais que, posteriormente, foram empregados nas obras de manutenção dos bens tombados.

em nível municipal; impulsionando indiretamente “uma renovação lenta e gradual do quadro técnico, o que não se fazia desde 1990” (GIANNECCHINI, 2014, p.15).

Embora o Programa Monumenta buscasse a efetivação de uma postura negociadora por parte do IPHAN, fora das ações propostas pelo programa, o Instituto voltou a atuar, na prática, de forma vertical e restritiva. Além disso, a renovação de seus funcionários não representou uma real transformação no quadro técnico permanente do Instituto, concentrando-se em colaborações temporárias, vindas, principalmente, de seu mestrado profissional. Os baixos salários, diante da demanda e responsabilidade dos trabalhos, são um dos desestímulos mais determinantes para a não permanência de profissionais mais qualificados. Desse modo, na maioria dos casos, o corpo técnico do IPHAN tende a se renovar de dois em dois anos, o que não contribui para a construção de uma reflexão crítica, sólida e ininterrupta dentro do órgão.

A partir de 2004, embora o Monumenta se reestruture em favor de um discurso mais social e articulado com o Ministério das Cidades, do Meio Ambiente, do Turismo e com os governos municipais, pouco se avançou em relação à centralização das ações nas mãos do poder público federal (aqui, tendo como braço de ação o IPHAN) e dos bens tombados em nível nacional, em repetida desarticulação com as comunidades e bens locais (SANTOS, 2009). As poucas obras contempladas em muitos municípios de pequeno porte, por exemplo, foram viabilizadas por recursos das próprias prefeituras. Em 2010, com o fim do programa, muitas cidades ficaram sem as verbas e iniciativas anunciadas pelo governo.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial<sup>57</sup> (PNPI), ratificado em 2000, é a materialização dos discursos e movimentos - talvez antagônicos aos que sustentaram os primeiros anos do Programa Monumenta - que marcaram positivamente o governo FHC. É a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, que amplia, definitivamente, a noção de patrimônio cultural, reconhecendo a existência de bens de natureza imaterial e a necessidade de sua salvaguarda a partir de outras formas de preservação além do tombamento. Surge e fortalece, assim, os mecanismos do registro e do inventário. Ao entender a cultura

---

<sup>57</sup> Por patrimônio imaterial entende-se todos aqueles bens culturais referentes a práticas sociais relacionadas a saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão e lugares. A ampliação da noção de patrimônio cultural e seu reconhecimento enquanto bens de natureza imaterial é introduzido no Brasil já nos primeiros escritos de Mário de Andrade, ainda durante a Era Vargas. Porém, a prioridade dada aos bens de *pedra e cal* ao longo da "Fase Heróica" do Instituto, expandindo-se ainda durante os anos de Renato Soeiro, só é visivelmente extrapolada na "Fase Moderna", sob a direção de Aloísio Magalhães.

como todas as ações que fazem referência “à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, a Constituição ratificou a noção de interação e transmissão de saberes como base para a construção das referências de identidade cultural de determinado grupo social. Dessa maneira, o patrimônio imaterial, ao ser transmitido de geração em geração, sendo constantemente criado e recriado pelas comunidades - estas diretamente ligadas a seu ambiente -, trabalha a noção de continuidade e dinâmica no campo da cultura. Isso em mente, em novembro de 1997, em vista dos 60 anos de criação do IPHAN e à luz dos preceitos definidos na Constituição, os atores envolvidos no Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção propõem a criação de instrumentos legais de salvaguarda, identificação, proteção, promoção e fomento do patrimônio imaterial brasileiro, dando origem à Carta de Fortaleza. São as recomendações propostas pelo documento que iniciam, após anos de estudos e trabalhos junto ao MinC e ao Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC), a proposta do PNPI (IPHAN, 200-).

O Programa, ao retomar debates levantados por figuras como Mário de Andrade e Aloísio Magalhães (FONSECA, 2009), foi pensado como uma forma de viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção de bens nacionais de natureza imaterial; além da captação de recursos e formação de redes de parcerias com instituições federais, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais e privadas. Desse modo, buscou estabelecer políticas de apoio e promoção de inclusão social e melhorias das condições de vida dos atores direta e indiretamente envolvidos com o patrimônio imaterial; facilitando o acesso de toda a sociedade aos benefícios gerados pela preservação e aos conhecimentos produzidos através dos bens inventariados.

O impacto das alterações propostas pelo PNPI no entendimento do patrimônio arquitetônico apoia-se na superação de uma leitura estritamente material dos bens, reorientando-se em direção às diferentes manifestações imateriais ligadas a práticas culturais coletivas, construídas junto à pujante dinâmica do cotidiano e aos atores até então excluídos da cena do patrimônio cultural brasileiro desde 1937 (FONSECA, 2009). O Livro de Registro de Lugares é uma das expressões desse entendimento e busca registrar mercados, feiras, santuários, praças e outros espaços “que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais” (IPHAN, 200-). A partir dessa

reflexão, tem-se como indissociável a participação da dimensão imaterial na construção dos bens culturais materiais e nos “sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais” (IPHAN, 200-) a ele relacionados<sup>58</sup>.

No âmbito estadual e municipal, os anos 90 são marcados pela Lei nº 11.726/1994, que teve como objetivo a ampliação das condições de prática e acesso aos bens culturais a partir do incentivo à criação cultural e à proteção e divulgação do patrimônio mineiro. Tendo como objetivo a conscientização, *atribuição de valor pela sociedade* e a descentralização das ações administrativas, o projeto buscou maior integração entre poderes estaduais, locais e a sociedade civil, tendo em vista a participação direta das comunidades no processos de salvaguarda. Desse modo, a lei orientou a conciliação da preservação e da exploração turística de áreas de interesse patrimonial através da parceria entre o governo do estado, o IEPHA e os órgãos locais de preservação, cultura e turismo. Caberia ao poder público, ainda, a elaboração de estudos sobre o impacto da expansão imobiliária no patrimônio edificado das grandes, médias e pequenas cidades do estado.

O período iniciado pela lei, alongando-se até o fim da década, correspondeu a uma fase de muitos tombamentos em Belo Horizonte, feitos pelo CDPCM/BH, compreendendo 69% de todos os tombamentos feitos pelo Conselho, sendo 1994 o ano de maior atividade desde a sua criação. Desses tombamentos, 281 edificações encontram-se na área central de Belo Horizonte e compreendem pequenos imóveis públicos e privados, em especial aos associados aos conjuntos da Rua da Bahia, da Av. Afonso Pena, da Rua dos Caetés e da Praça Rui Barbosa. Importante ao período e ainda hoje, toda essa movimentação contribuiu para que se pensasse o tombamento de conjuntos urbanos por toda a cidade<sup>59</sup> (RIVERO e VEIGA, 2016).

Em Belo Horizonte, o ano de 1994 sinalizou o início de mudanças na prática do tombamento, fundamentando-se na concepção de bem cultural proposta pela

---

<sup>58</sup> A opção pela construção de uma política patrimonial indissociável do patrimônio imaterial e da sua relação com o contexto ambiental, social, cultural, histórico e econômico das comunidades brasileiras fixou-se, de forma ainda mais clara e definitiva, com a ratificação, em março de 2006, da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, escrita 2003. A Convenção, amparada nos preceitos já iniciados e desenvolvidos pela “Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular”, de 1989, assim como pela “Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural”, de 2001, e pela “Declaração de Istambul”, de 2002, considerou a interdependência existente entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio cultural material e natural. Diante disso, a Convenção definiu a cooperação internacional, nacional e local com a salvaguarda das tradições e expressões orais, das expressões artísticas, das práticas sociais, dos rituais, dos atos festivos, das práticas e conhecimentos relacionados à natureza e ao universo e as técnicas artesanais tradicionais (Convenção da UNESCO, 2003).

<sup>59</sup> Esse período corresponde ao tombamento do Conjunto Urbano do Floresta, do Palácio da Liberdade e do Conjunto da Praça da Liberdade, assim como o reconhecimento dos bairros Santa Tereza e Lagoinha como áreas de diretrizes especiais (ADE).

Declaração de Amsterdã, embasada no conceito de conjunto urbano e ambiência (SOUZA e CAJAZEIRO). Junto à noção de conservação integrada, a preservação dos conjuntos urbanos e de sua ambiência buscou ultrapassar o levantamento casa a casa e lote a lote, entendendo o patrimônio a partir de sua coesão junto ao cenário urbano total. Reflexo desse pensamento é o Eixo Cultural da Rua da Bahia Viva, projeto iniciado em 1993 e instituído em 1998 pela Lei nº 7620. A proposta teve como objetivo a preservação, revitalização, reabilitação, promoção e divulgação da memória e do patrimônio cultural, artístico, histórico, simbólico, urbanístico, turístico, paisagístico e ambiental da Rua da Bahia, no centro da capital. O projeto que definiu a ADE Rua da Bahia Viva buscou, ainda, a requalificação e gestão especial dos edifícios históricos da região, tendo em vista o incentivo à circulação de pedestres e a requalificação das áreas livres do conjunto. Sob influência do projeto “Rua 24 horas”<sup>60</sup> (1991), em Curitiba, o projeto Rua da Bahia Viva buscou a estruturação dos comércios em regime de 24 horas. Todo esse processo, pensado como um dos primeiros passos para o resgate e consolidação da vida cultural de Belo Horizonte, a ser conduzido através de um trabalho conjunto entre o poder público municipal e a sociedade civil, desenvolveu-se, porém, de forma irregular e precária, com intervenções pontuais e restaurações fachadistas; demonstrando a descontinuidade de muitas propostas públicas.

Os discursos que contextualizaram as mudanças nas práticas de tombamento e de gestão do patrimônio, na primeira metade dos anos 90, foram, de certo modo, absorvidas pelo Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, criados em 1996, pela PLAMBEL. O Plano definiu a preservação, proteção e recuperação do patrimônio histórico da capital a partir de conceitos trabalhados desde os anos 80, nos quais a salvaguarda de “conjunto” e “ambiência” deveria ser priorizada em detrimento de ações focadas em edificações isoladas. Um dos objetivos do texto, tendo em vista a função social da propriedade reforçada na Constituição de 1988, era a coibição de ações de destruição de bens protegidos e o favorecimento de medidas de manutenção das qualidades paisagísticas do entorno imediato dos imóveis e conjuntos tombados. Como resultado do zoneamento

---

<sup>60</sup> A Rua 24 Horas é uma galeria que liga as ruas Visconde de Nacar e Visconde do Rio Branco, localizadas no centro da cidade de Curitiba. A Rua foi inaugurada em 1991 pelo arquiteto urbanista e então prefeito Jaime Lerner. A proposta inicial de Lerner, pautada na dinamização e ocupação das ruas do centro por meio da ampliação de seu horário de uso a partir do comércio foi gerida pela Prefeitura até 2010, quando o espaço passou por um processo de “revitalização” e, sob regime de consórcio, passou a ser administrada, em 2011, pela empresa M. Camargo Corretora de Imóveis Ltda. Atualmente, menos como um espaço de reavivamento do centro, a Rua 24 horas tornou-se um “pólo gastronômico, de comércios e turístico”.

previsto pelo Plano (que definiu pela primeira vez a área do Hipercentro), o desenvolvimento de outras regiões da cidade foi favorecido, o que contribuiu, paralelamente, com o processo de estagnação populacional e comercial da área central da capital.

Apesar dos debates, iniciados ainda em 1993, que influenciaram o projeto do Eixo Cultural Rua da Bahia Viva e a ocupação do centro em um período de 24 horas, o Plano Diretor definiu rumos práticos completamente opostos. A ampliação das possibilidades de implementação de atividades não residenciais no Hipercentro contribuiu para a baixa diversidade de uso da região que, conseqüentemente, favoreceu dinâmicas e fluxos majoritariamente ativos em apenas uma parte do dia. Influência direta dessa decisão, a sensação de insegurança, principalmente fora do “horário comercial”, é, ainda hoje, uma das principais características do centro: na prática, tornou-se mais um local de passagem quanto menos foi visto como local de permanência.

Desse modo, em geral, os anos 90 ficaram marcados por uma certa quebra de expectativas diante do que vinha sendo discutido na década anterior e a partir da Constituição de 1988. O raciocínio de liberalização da cidade, por intervenções pontuais, não pensadas enquanto planejamento urbano, guiaram e foram guiadas por uma lógica de “dinamização econômica, valorização imobiliária e controle da presença popular” (SANT’ANNA, 2003, p.161). As intervenções que se pautaram na dinamização, intensificação e reforço do uso do patrimônio das áreas centrais das grandes cidades buscaram fazê-lo de modo a “transformar o perfil de uso popular que havia se instalado ou que ameaçava se instalar em setores considerados econômica e simbolicamente importantes” (SANT’ANNA, 2003, p.160). Seja a partir do turismo, do comércio ou dos grandes equipamentos culturais, em geral “essas intervenções de melhoramento da qualidade urbana foram conjugadas a medidas de controle do acesso e do uso dos espaços requalificados” (SANT’ANNA, 2003, p.160) ou ainda se movimentaram entre projetos fachadistas, apoiados na produção de pastiches, ou em novas construções totalmente contrastantes em ambiência e paisagem<sup>61</sup>. As iniciativas que, por outro lado, pensaram um uso mais plural do

---

<sup>61</sup> Nas cidades estudadas por Sant’Anna, ela observa: “Em Salvador, a população pobre residente no Pelourinho foi retirada do setor por meio da instalação de atividades comerciais nos imóveis que ocupava, do oferecimento de indenizações ou da simples transferência para outros locais. No Rio de Janeiro, moradores de rua foram expulsos do centro mediante ações policiais drásticas ou por meio da implantação de obstáculos ao uso e acesso de determinados espaços. Apenas em São Paulo, no final da década de 90, projetos de assistência e

centro e do patrimônio nele localizado, foram executadas de forma descontínua ou em curto prazo:

Uma vasta empresa de criação de áreas centrais mais ordenadas, visualmente agradáveis, seguras e preservadas, foi posta em marcha, com vistas à atração de atividade e usuários capazes de dinamizá-las economicamente e promover a valorização do parque imobiliário. Essas intervenções de natureza física foram acompanhadas de medidas de controle do uso dos espaços, como a eliminação ou o ordenamento do comércio informal, a instalação de barreiras para controlar o acesso e o trânsito em logradouros e vias, a mudança de uso, o deslocamento de moradores, a implantação de segurança pública ou privada especial e a realização de eventos culturais e de lazer em logradouros requalificados. (SANT'ANNA, 2003, p.161).

Dessa maneira, esse período, tendo em vista o estudo de Márcia Sant'anna, assim se resume:

Na última década [anos 90], especialmente em decorrência de seu uso como veículo promocional, o patrimônio urbano foi grandemente despojado de profundidade histórica e concentrado na superfície e na aparência das formas. Foi lugar de um novo tipo de renovação urbana, que na realidade não preserva - apenas lança mão das formas antigas e usa a noção de patrimônio como mote para um novo tipo de homogeneização espacial. A cidade histórica brasileira, concebida, em outras épocas, como monumento artístico e como testemunho dos processos históricos de formação da nação, fechou o século XX como mais uma atração urbana. O patrimônio produzido e preservado nessa "cidade-atração" foi o que sobrou dessa nova e, ao mesmo tempo, já velha abordagem. (SANT'ANNA, 2003, p.170-171).

### 3.6 Ocupação Urbana: 2000 - 2018

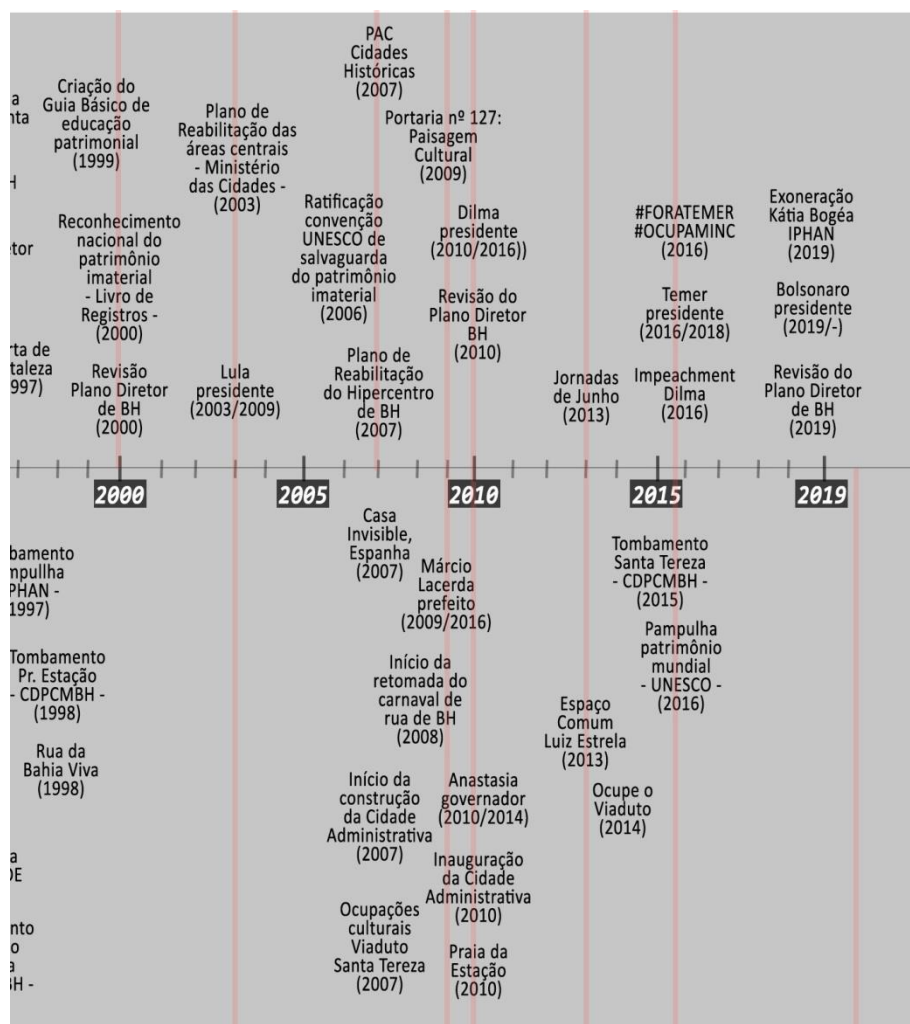


Figura 18: Eventos nível macro. Recorte da Cartografia - Espaços de Ausência entre as décadas de 2000 e 2018. Elaboração da autora

O período de “Ocupação Urbana”, entre os anos de 2000 e 2018, representa uma fase de retomada das ruas e do espaço público como ferramenta de luta por direitos sociais, políticos e culturais. É um momento em que grupos sociais, formados por diversos atores e discursos, reencontraram no espaço urbano o principal suporte para a construção de novas narrativas - sejam elas realmente reestruturantes ou apenas a repaginação de velhos discursos. Desse modo, as décadas de 2000 e 2010 marcam um crescimento da participação da população em questões políticas diversas, tanto apoiando-se em iniciativas com Estado, quanto pressionando-o ou superando, de forma autônoma e popular, sua ausência. Em termos políticos, o cenário federal orientou mudanças estaduais, municipais e locais, principalmente durante os dois mandatos de Luiz Inácio “Lula” da Silva, entre 2003 e

2010. O período engloba, ainda, os dois mandatos de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016, o segundo deles interrompido pelo impeachment que deu início ao governo de Michel Temer, entre 2016 e 2018.

Desde seus primeiros movimentos, o governo Lula buscou fazer oposição e crítica à narrativa pautada no afastamento do Estado enquanto produtor e gestor cultural. Sob comando de Gilberto Gil (2003 a 2008) e Juca Ferreira (2008 a 2010), a ação do Ministério da Cultura no período representou a quebra do discurso iniciado nos primeiros anos da década de 1990 e adotado pelos dois governos antecessores. A atuação do poder público, tendo como porta-voz o MinC, pretendeu, desse modo, colocar o governo continuamente à frente da formulação e implementação de políticas de cultura. Assim, caberia a ele expandir os conceitos e práticas culturais para além de sua histórica construção enquanto "cultura culta", associada basicamente a grupos eruditos. Essa orientação teve como foco a luta contra o autoritarismo e elitismo a partir do protagonismo da sociedade e de uma abordagem antropológica e aberta a contextos culturais afro brasileiros, indígenas, de gênero, orientação sexual e periféricos (RUBIN, 2008). Diferente da postura de outros governos, como o Estado Novo e a Ditadura Militar, que pensaram a divulgação da cultura nacional através de estereótipos de brasilidade, a gestão de Gil e Ferreira na pasta da cultura buscou a exportação da imagem de um Brasil orgulhoso de sua pluralidade cultural inerente. Nesse contexto, a aproximação com o Ministério das Relações Exteriores torna-se essencial na difusão da nossa cultura em nível internacional<sup>62</sup> (SANTOS, 2009).

Como aponta o diagrama *Espaços de Ausência*, o período relativo ao governo Lula representa um aumento significativo no número de tombamentos realizados pelo IPHAN; principalmente quando comparado aos anos 90. Reflexo da abordagem antropológica e voltada para outros grupos e atores culturais, a fase é marcada pelo registro e tombamento de diversos centros religiosos de matriz africana, indicando, na prática, os novos caminhos tomados pelo campo do patrimônio e da cultura.

Uma mudança essencial ao período diz respeito aos recursos financeiros destinados ao Ministério da Cultura. Em 2002, no último ano do governo FHC, o orçamento da União para a pasta era de apenas 0,14%. Segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), essa

---

<sup>62</sup> A exemplo, temos o Ano do Brasil na França, que, fruto de um acordo entre os dois países, levou, em 2005, mais de dois mil artistas brasileiros para a França, sendo uma das maiores manifestações culturais sobre o Brasil em um país estrangeiro.

porcentagem representou 52 milhões de reais. Os oito anos seguintes apresentaram um crescimento de 400%, alcançando 0,7% em 2010. Ainda segundo o SIAFI, esse valor correspondeu a 1,68 bilhões de reais (IPEA, 2012). É este o maior orçamento da história do Ministério. O gráfico 1, elaborado pelo IPEA a partir dos dados disponibilizados pelo SIAFI/SIDOR, apresenta a evolução dos gastos públicos em porcentagem diante do PIB e em valores brutos.

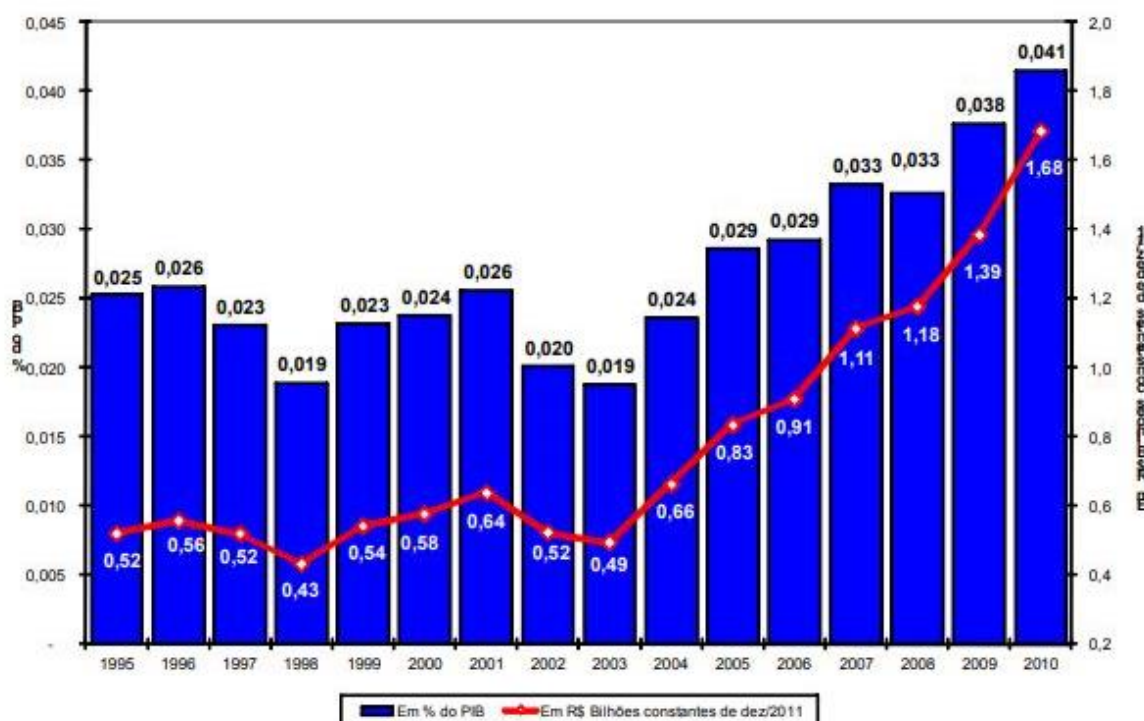


Gráfico 1: Trajetória do Gasto Social Federal, 1995 e 2010: Cultura. Fonte: SIAFI/SIDOR e Ipeadata. Elaboração: Disoc/Ipea, 2012.

Parte das justificativas que fundamentaram os discursos dos governos anteriores em defesa da diminuição do papel do Estado na gestão e produção da cultura, apoiaram-se na narrativa de sufocamento tradicionalmente associado aos processos burocráticos públicos. Alguns dos planos e programas criados ou reestruturados, principalmente no governo Lula, buscaram, em certa medida, solucionar o senso comum da “burocratização imobilizante”. Exemplo dessa reestruturação são os Pontos de Cultura, principal instrumento criado a partir da Lei Cultura Viva<sup>63</sup> e que facilitou o reconhecimento dos grupos participantes ao não

<sup>63</sup> A Lei Cultura Viva foi criada em 2004 pelo Ministério da Cultura e, em 2014, tornou-se política de Estado, reconhecida como Política Nacional de Cultura Viva. O projeto, que tem os Pontos de Cultura como principal instrumento de atuação, buscou simplificar e desburocratizar o acesso dos cidadãos e de organizações da sociedade civil às políticas públicas de cultura. A política buscou, ainda, promover uma gestão compartilhada

exigir registros e comprovações formais que os “legitimassem” previamente. Os Pontos são uma iniciativa de apoio financeiro e tecnológico a entidades, associações e coletivos culturais em todo o país.

Outro exemplo elaborado sob a ideia de facilitação e democratização dos processos públicos em relação à cultura é o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas<sup>64</sup> (PAC-CH), criado pelo MinC em 2009. Herdeiro, em certa medida, das avaliações e experiências do Monumenta (GIANNECCHINI, 2014), o PAC-CH foi pensado como uma "ação intergovernamental", articulada entre os ministérios da Cultura, do Turismo, da Educação, das Cidades, o IPHAN, os governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, o BNDES, as universidades públicas e a sociedade civil. Seu principal objetivo era pensar a salvaguarda do patrimônio brasileiro em simultâneo compasso com o desenvolvimento econômico, cultural e social local, associando-se aos projetos de requalificação urbana, de desenvolvimento econômico e social e de recuperação, promoção e acesso público aos bens culturais. Enquanto os programas anteriores selecionavam previamente, de forma vertical, hierárquica e, mesmo, política, as cidades a serem beneficiadas, o PAC-CH estruturou-se a partir da adesão voluntária dos municípios às propostas lançadas pelo governo. Além de romper com o histórico favorecimento de cidades turísticas ou já reconhecidas por seu acervo colonial, tal postura foi tomada como um manifesto de disposição dos poderes locais em atuar em parceria (PORTA, 2012). Entretanto, o objetivo de se pensar o patrimônio junto ao desenvolvimento socioeconômico e cultural local não se efetivou e o PAC-CH atuou, sobretudo, em obras de recuperação dos bens culturais e monumentos já reconhecidos.

Em retrospectiva, o filósofo, crítico de arte e ex-secretário adjunto de Políticas Culturais da gestão Gil, Afonso Luz (2018), resumiu as estratégias do governo Lula como uma tentativa de tornar-se equivalente o investimento da iniciativa privada e do poder público na área da cultura; com um volume de investimento inédito na história do país. Segundo Luz, porém, o montante pensado para a área nunca chegou a mais de um oitavo do investido anualmente pela iniciativa privada. Mesmo assim,

---

entre poder público e sociedade, estimulando o protagonismo de grupos sociais na elaboração e promoção de cultura.

<sup>64</sup> O PAC-CH é um desdobramento do primeiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007. O PAC teve como objetivo a execução de grandes obras de infraestrutura urbana, social e de logística, tais como saneamento, habitação, transporte e energia. O programa baseou-se na associação do crescimento econômico nacional a partir da retomada dos investimentos públicos em infraestrutura.

com a receita abaixo do planejado, a transformação do modelo de investimento (com editais de seleção, concursos públicos e participação direta da sociedade civil) permitiu o redesenho dos muitos institutos e do próprio MinC, de maneira a gerir, pela primeira vez, “um orçamento público fora da gestão pessoal do ministro, passando os recursos a cumprir planejamento e meta de alcance na execução de projetos e programas, descentralizados através de uma rede MinC” (LUZ, 2018). As políticas de institucionalização da cultura, implementadas pelo Ministério foram, ainda, diretamente beneficiárias e potencializadoras de certa politização da sociedade, ao facilitarem a participação de diversos agentes em grande parte dos municípios brasileiros, em todas as regiões do país (BARBALHO, 2018).

As contradições entre os discursos iniciais do governo (materializados em projetos, leis e planos que realmente avançaram com as discussões conceituais, alargaram o acesso e a participação da sociedade e tornaram parte do processo um pouco mais horizontal e democrático) e os resultados processuais e finais dos programas propostos é, para além de problemas de responsabilidade fiscal e corrupção, fruto da implementação incompleta ou superficial de projetos públicos. Resultado do hábito de se pensar políticas complexas como as de planejamento urbano, de educação e de cultura, a partir de um olhar de curto prazo, impaciente e que perde consistência e foco durante o processo, programas como o PAC-CH sofreram com esse pensamento que parece acompanhar nossa administração pública há décadas (senão, séculos). O discurso sobre a indisponibilidade de verba impactou o desenvolvimento do PAC-CH, que foi reestruturado em 2013. Ao restringir o número de municípios, o programa priorizou as cidades Patrimônio Cultural da Humanidade (em sua maioria, cidades barrocas, como Ouro Preto e Congonhas) e, assim como o Monumenta, limitou-se aos monumentos e sítios tombados em nível federal. Desse modo, o campo do patrimônio se viu novamente à mercê do padrão de favorecimento dos bens de importância federal e estilo colonial, em detrimento dos exemplares estaduais, municipais e de outros estilos arquitetônicos e períodos históricos.

O contexto dos grandes planos urbanos pensados pelo Ministério das Cidades<sup>65</sup>, durante o governo Lula, é experienciado em nível municipal a partir do

---

<sup>65</sup> O Ministério das Cidades foi criado em 2003 com o objetivo de combater a desigualdade social e promover o desenvolvimento urbano. O Ministério atuava na elaboração de políticas de habitação, transporte público urbano, trânsito e saneamento básico e ambiental. Em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, o Ministério das

Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte<sup>66</sup> (2007), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas durante a gestão do também petista Fernando Pimentel. O Plano tinha como objetivo principal o apontamento de soluções de planejamento, desenho urbano e paisagismo que melhor pensassem o uso e ocupação do solo do Hipercentro em benefício da valorização de suas áreas públicas. Em consonância com a redação acrescida ao Plano Diretor, em 2000 (que buscou a valorização urbanística do centro a partir do resgate da habitabilidade e sociabilidade, da criação de condições de preservação, proteção e recuperação de seu caráter histórico-cultural e de seus marcos urbanos de valor histórico, artísticos e culturais, assim como de sua formação e vivência simbólica enquanto centralidade)<sup>67</sup>, o Plano de Reabilitação do Hipercentro propôs a reordenação do tráfego de veículos em favor do transporte coletivo e de pedestres; a volta de instituições públicas municipais, estaduais e federais para a região; a reestruturação da paisagem urbana a partir da valorização do patrimônio cultural, da identidade e do valor simbólico da região; a reocupação de imóveis vazios e áreas urbanas degradadas a partir de políticas fiscais e mecanismos de favorecimento a obras de recuperação de bens tombados (inclusive para uso residencial); e a elaboração de um plano de *marketing e educação patrimonial* como ferramentas para reverter a imagem negativa do Hipercentro no imaginário dos moradores da cidade (PBH, 2007).

É importante destacar que o contexto de elaboração do Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte talvez represente uma das principais controvérsias do período, em se tratando da relação e integração entre os níveis federal, estadual e municipal no Brasil. O período representa a coexistência, na prática e em teoria, de

---

Cidades e o Ministério da Integração Nacional foram fundidos em uma única pasta, o Ministério do Desenvolvimento Regional.

<sup>66</sup> O projeto foi finalizado em 2007, mas é fruto do Plano de Requalificação de Áreas Urbanas Centrais, desenvolvido pelo Ministério das Cidades, em nível nacional, em 2003. A área contemplada pelo Plano corresponde ao Hipercentro Legal (Lei nº 7.166/96), acrescidos o Parque Municipal e alguns quarteirões ao longo do Ribeirão Arrudas, da área hospitalar e da Avenida Bias Fortes. O Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte, com consultoria da empresa Práxis Projetos e Consultoria Ltda.

<sup>67</sup> Entre diversos aspectos, a redação acrescida no ano 2000 pela Lei nº 8137/2000 buscou, ainda, expandir a noção de patrimônio passível de salvaguarda pelo município, viabilizando a proteção de manifestações culturais populares, conduzindo a gestão patrimonial de forma integrada entre os níveis municipais, estaduais e federais; junto a ações educativas focadas na construção de uma cultura de preservação e identidade associada às comunidades. Como forma de estímulo a essas melhorias na região central, a segunda revisão do Plano Diretor, dada pela Lei nº 9959/2010, acrescenta o mecanismo da Operação Urbana Simplificada: um instrumento de planejamento urbano desenvolvidos a partir da cooperação entre o setor público e a iniciativa privada. O mecanismo apoia-se na contrapartida exigida à iniciativa privada frente o uso de parâmetros diferenciados, dados pela Prefeitura, a determinados empreendimentos. A compensação imposta retorna à sociedade a partir de obras de qualificação de áreas públicas, melhorias do sistema viário, implantação de programas habitacionais de interesse social, recuperação do patrimônio cultural, entre outros (PBH, 2010).

dois discursos antagônicos - e, mesmo, concorrentes - de se pensar o acesso à cidade e a valorização simbólica do centro. Enquanto em nível federal e municipal a teoria e, em parte, as práticas refletiram um discurso em defesa da construção de uma narrativa pautada na reapropriação dos centros antigos como paisagem simbólica, cultural e pública; o governo do estado, sob comando do então governador Aécio Neves, volta-se para a construção da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves que carrega, em si mesma, todas as contradições de uma cidade pensada em detrimento de seu caráter público e social. A Cidade Administrativa é a atual sede do governo do Estado de Minas Gerais e foi pensada com o objetivo de reunir os órgãos administrativos do estado. O projeto, elaborado por Oscar Niemeyer, teve início em 2007, sendo concluído em 2010 e custou o total de R\$ 2,1 bilhões (ESTADO DE MINAS, 2020), sendo uma das principais fontes de despesa para o Estado ainda hoje. Localizada às margens da MG-10, no bairro Serra Verde, nos limites municipais de Belo Horizonte, Vespasiano e Santa Luzia, está a quase 20 km do centro da capital, representando simbólica e funcionalmente o distanciamento do poder público da cidade e do acesso dos cidadão.

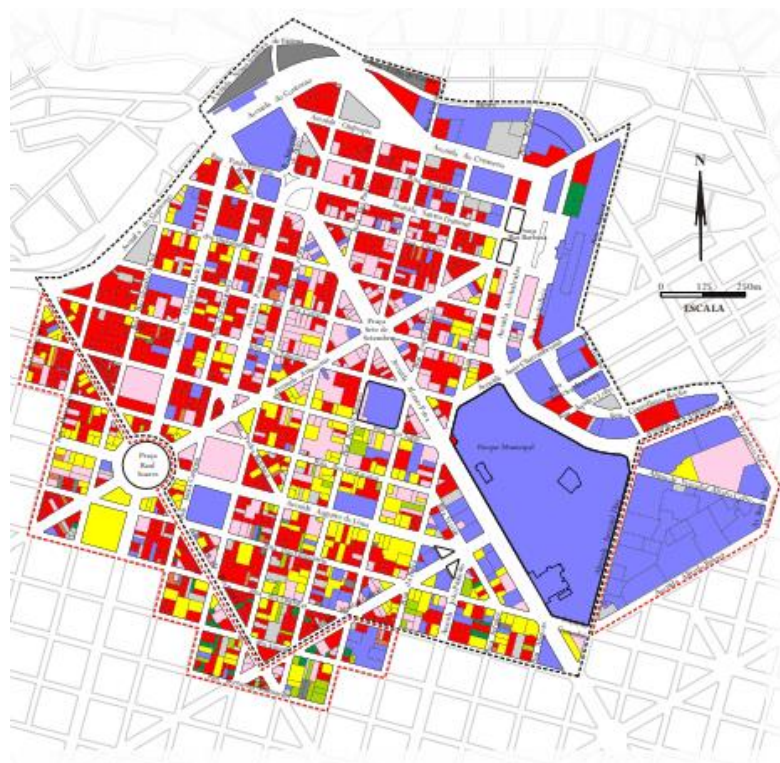
Além dos impactos financeiros e de logística, causados pela criação da Cidade Administrativa, o deslocamento do centro de poder estadual de dentro da cidade, fruto de um processo também simbólico, impactou, direta e indiretamente, o caráter político das manifestações que historicamente ocuparam a Praça da Liberdade, quando ainda centro administrativo do governo do estado. Se em 1979, durante os anos da Ditadura Militar, milhares de professores - em sua maioria, mulheres - tomaram a Praça para reivindicar aumento salarial e melhores condições de trabalho, sendo recebidos por jatos d'água e bombas de gás lacrimogêneo (O ESTADO DE MINAS, 2015), em 2019 e 2020, as manifestações encabeçadas por organizações conservadoras, de direita (relacionadas, em sua maioria, às pautas do presidente Jair Bolsonaro) e por atores ligados às classes média e alta ocuparam a Praça com discursos liberais e anticomunistas, pronunciando reivindicações a favor do fim do voto eletrônico, contrários ao Supremo Tribunal Federal e em defesa da implementação de um novo Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>68</sup>. À vista disso, é possível afirmar que a mudança para a Cidade Administrativa esvaziou a Praça da Liberdade de atividades políticas reivindicativas diversas, rompendo, definitivamente, com o

---

<sup>68</sup> O AI-5 foi, dos dezessete grande atos emitidos pelo Governo Militar, o mais duro de todos os Atos Institucionais. Emitido em 1968, marcou o endurecimento do regime mediante suspensão de direitos constitucionais e parlamentares, assim como a institucionalização da tortura como instrumento do Estado.

caráter popular presente em muitas manifestações que tradicionalmente a ocuparam ao longo de sua história.

O Hipercentro mapeado pelos estudos que fundamentaram as propostas do Plano de Reabilitação definiram a imagem da região na segunda metade dos anos 2000. O levantamento, como indicado na figura 19, reconheceu a predominância do uso comercial e de serviços em 84% das ocupações da área, enquanto os 19% residenciais se concentram na porção sul do Hipercentro (conseqüentemente, são unidades de melhor padrão e com maior número de garagens). Na porção norte da área, delimitada pelas Av. Afonso Pena, Av. Amazonas e Av. do Contorno, o uso residencial é praticamente inexistente. O uso misto se dá de maneira pulverizada, mas prevalece nas regiões de maior altimetria, relativa às proximidades das avenidas Amazonas, Augusto de Lima e Rua da Bahia, em especial da Praça Sete e ao longo da Avenida Afonso Pena.



LEGENDA	
-----	Área pesquisada em 2002
-----	Área pesquisada em 2006
■	Comércio e serviços - conjuntos de salas e lojas (281)
■	Comércio e serviços - unidades autônomas (873)
■	Edificação inteiramente vazia (92)
■	Lote vago sem uso algum (15)
■	Misto - Residência multifamiliar e lojas (232)
■	Misto - Residência unifamiliar e lojas (28)
■	Residência multifamiliar (30)
■	Residência unifamiliar (32)
■	Equipamento de uso coletivo (149)

Figura 19: Uso dos imóveis. Fonte: Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, 2007

A partir do Plano ainda é possível identificar a predominância do desuso em imóveis do tipo residencial, sendo que dos 92 edifícios inteiramente vazios levantados, 48 são residenciais (figura 20). Nesse contexto, o estudo apontou inúmeros imóveis parcialmente vazios ou subutilizados, principalmente nos andares superiores, sendo grande parte deles relacionados a “imóveis tombados ou de interesse cultural, ocupados com usos que não contribuem para a sua valorização e conservação” (Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, 2007, p.4). Desse modo, o *Dossiê de Ausência*, elaborado em 2020, aponta a permanência de uma situação já indicada pelo Plano de Reabilitação, ainda nos anos 2000. Tendo em vista se tratar de uma região com grande número de bens tombados ou históricos (localizados, em sua maioria, ao longo dos conjuntos urbanos tombados da Praça da Estação, da Av. Afonso Pena, da Av. Álvares Cabral e da Praça da Liberdade), muitos dos edifícios em condição de vacância ou subutilização são, também, patrimônio da capital e seu desuso impacta toda a paisagem cultural da região (figura 21). O Plano atribui a condição de vacância e subutilização dos imóveis da região ao histórico processo de fuga de alguns usos do centro (como o residencial, sedes bancárias e cinemas), à criação de outras centralidades (como Savassi, Barreiro, Venda Nova, Buritis e os grandes shoppings), à baixa qualidade ambiental e física dos imóveis e espaços públicos e às baixas condições de circulação e segurança (principalmente no quadrante norte).

O Hipercentro de Belo Horizonte também experienciou, na segunda metade dos anos 2000, um processo dinâmico, espontâneo e autogestionado de ocupações urbanas de caráter cultural e lúdico, encabeçadas por diferentes grupos sociais. Um dos locais mais importantes nesse cenário é, talvez, o Viaduto Santa Tereza. Tombado pelo município em 1996 e pelo IEPHA em 1988 (como parte do Conjunto Urbano da Praça da Estação), o Viaduto sempre foi local de apropriações culturais e políticas na capital e, durante as décadas de 2000 e 2010, recebeu ocupações como o “Domingo Nove e Meia” (2007), o “Duelo de MC’s” (2007), o “Família de Rua Game of Skate” (2008), o teatro “Espanca!” (2010) e o “Samba da Noite” (2012). A maioria desses eventos estão contextualizados em um momento de grande abertura e politização da cultura iniciado na gestão de Gilberto Gil, assim como são resultado de um movimento de resistência e embate de demandas populares locais e minoritárias contra a gestão, apoiada no discurso de privatização da cidade, do

prefeito Márcio Lacerda (2009 a 2016) e do governador Antônio Anastasia (2010 a 2014)<sup>69</sup>.

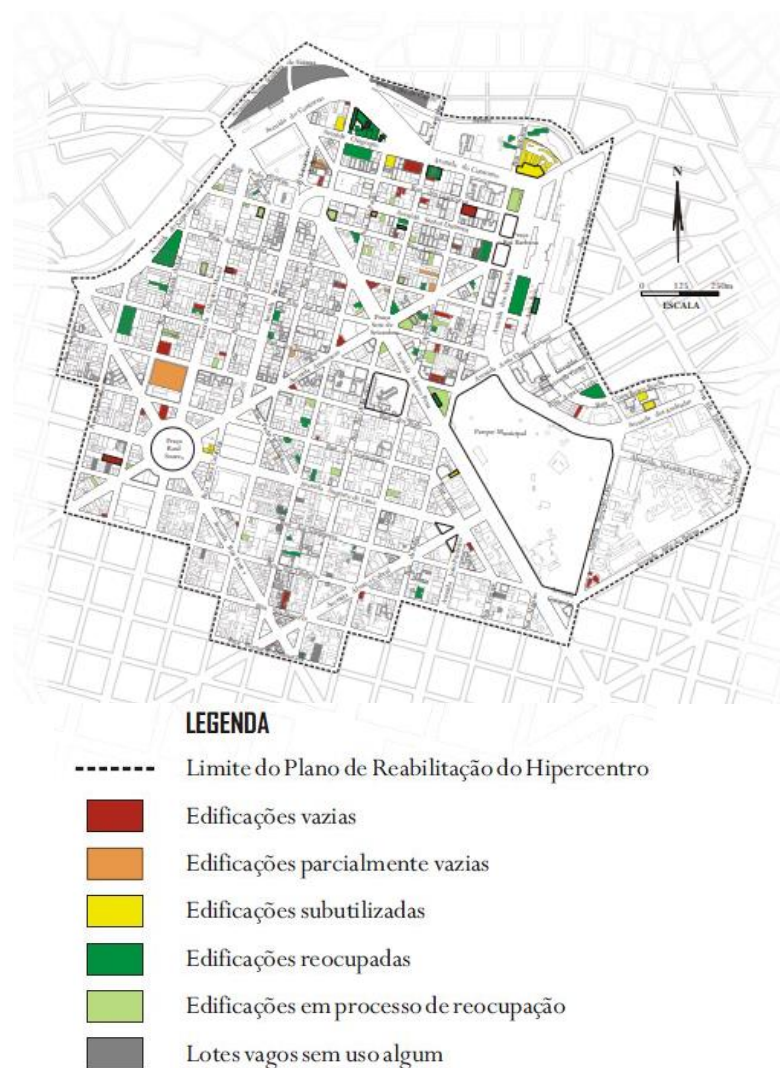


Figura 20: Imóveis vazios, subutilizados, reocupados e em processo de reocupação . Fonte: Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, 2007

<sup>69</sup> Exemplo do discurso estadual e municipal, em 2014, iniciou-se, a partir de uma parceria entre o governo do Estado e a Prefeitura, o “Projeto de Requalificação do Viaduto Santa Tereza”. Todo o processo foi desenvolvido com pouca transparência e mínima participação popular; prevendo intervenções contrastantes com os usos e apropriações já existentes no local. Produto das Operações Urbanas Consorciadas, de projetos higienistas, segregadores e desmobilizantes, a requalificação ordenava, ainda, a criação de uma legislação específica para uso dos vãos do viaduto. Durante as obras, a Prefeitura de Belo Horizonte alegou a necessidade dos movimentos, como o Duelo de MC’s, pagarem uma taxa semanal para funcionamento após as reformas. Reflexo da insatisfação dos grupos diante da arbitrariedade do projeto e da falta de diálogo da Prefeitura e do governo do Estado, os ativistas do “Ocupe o Viaduto” retiraram os tapumes que cercavam o vão do Viaduto Santa Tereza e iniciaram uma ocupação permanente que teve como objetivo pressionar o poder público e reivindicar a participação da sociedade e dos atores direta e tradicionalmente envolvidos na ocupação do espaço no processo de requalificação.



#### LEGENDA

- Limite do Plano de Reabilitação do Hipercentro
- Bens tombados
- Rua / Viaduto tombados
- Imóveis de interesse histórico-cultural

Figura 21: Imóveis tombados e de interesse cultural. Fonte: Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, 2007

Um dos grupos envolvidos nessas ações e que protagonizou movimentos de enfrentamento e crítica às políticas adotadas pelo então prefeito de Belo Horizonte foi o Movimento Fora Lacerda, criado em 2011 e mobilizado a partir das redes sociais. Dentre as pautas principais, os atores envolvidos confrontavam a ação violenta da Guarda Civil, as medidas higienistas em relação às pessoas em situação de rua, o boicote às manifestações públicas e culturais, o despejo de ocupações urbanas, a financeirização do espaço público e sujeição da cidade à especulação imobiliária e a tentativa de nomeação de Tiago Lacerda, filho do prefeito, ao cargo de presidente do Comitê Executivo Municipal da Copa do Mundo<sup>70</sup>. Muitos dos

<sup>70</sup> Na época, a então relatora Independente das Nações Unidas sobre o Direito a Moradia Adequada, Raquel Rolnik, que atuava no âmbito do reassentamento de famílias - em sua maioria, ocupantes de assentamentos informais - impactadas pelas remoções para a realização da Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil, incluiu a prefeitura de Belo Horizonte na lista de cidades que realizavam despejos forçados, com disponibilização

atores envolvidos no Movimento Fora Lacerda encabeçaram práticas insurgentes anteriores, como a Praia da Estação<sup>71</sup> (2010), e posteriores, como a própria Kasa Invisível.

As ocupações do Viaduto serviram à mobilização de milhares de pessoas em torno de debates sobre o direito à cidade, ao patrimônio, ao uso dos espaços urbanos, ao lazer gratuito e à produção cultural autônoma. Quando a crise de representatividade já sentida em relação ao governo municipal e estadual se estendeu ao nível federal, a partir do governo de Dilma Rousseff, o baixio do Viaduto Santa Tereza reforçou-se enquanto espaço político e de discussão no centro da capital. Durante as Jornadas de Junho de 2013, o local foi ocupado pela “Assembléia Popular Horizontal”, que teve a educação, a arte, a cultura, a mobilidade, a desmilitarização da polícia e a reforma urbana como algumas das principais pautas.

O discurso dos grandes planos urbanos, que previam a integração de projetos de desenvolvimento econômico, social e cultural, característicos da reestruturação dos Ministério da Cultura e da criação do Ministério da Cidade durante o governo Lula, sujeitam-se, na gestão de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016, ao Plano de Aceleração do Crescimento, principal programa do segundo mandato de Lula e que, em partes, viabilizou a eleição de Rousseff (RODRIGUES, 2011). Segundo Afonso Luz, essa sujeição representou a implosão do MinC e o retorno da velha disputa pela máquina administrativa, pondo fim aos anos de “porosidade e abertura do Estado ao fluxo da sociedade civil” (LUZ, 2018). A prioridade dada ao PAC, a partir de um discurso desenvolvimentista pautado no incentivo de investimentos privados, públicos e Parcerias Público-Privadas (PPPs), não necessariamente (antes, pelo contrário) rompeu com os discursos neoliberais que orientaram as políticas econômicas, urbanas, culturais e sociais desde os anos 90, no Brasil.

---

insuficiente de informações e que violavam os direitos humanos e os próprios acordos internacionais dos dois eventos.

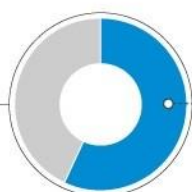
<sup>71</sup> A Praia da Estação surgiu em janeiro de 2010, em reação ao Decreto Municipal 13.798/2009, sancionado por Márcio Lacerda, que suspendeu a autorização para a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. Na época, a dificuldade de limitar o número de pessoas (e garantir a segurança nos eventos) e a depredação do patrimônio público foram os motivos apresentados, pela Prefeitura, para a decisão. Convocada pelas redes sociais, a primeira ocupação da Praça, realizada por artistas, universitários e atores envolvidos em outros movimentos sociais atuantes na capital, iniciou o que veio a ser um dos principais marcos da retomada das manifestações políticas e lúdicas que ocuparam a cidade a partir de então. As ações e discursos dos atores envolvidos na Praia da Estação - que a cada novo encontro reunia um número maior de pessoas - revogaram o Decreto mas, para além dele, o Movimento assumiu diversas outras pautas, como a luta contra a privatização do espaço público e sua sujeição a empresas privadas.

Exemplo da contradição entre o discurso de retomada do papel do Estado no incentivo à cultura e a postura neoliberal durante os governos petistas, é a manutenção da responsabilidade pela gestão cultural dada à Lei Rouanet, que se manteve sob as mesmas bases e lógicas de quando foi criada, dando continuidade à privatização dos recursos públicos e do dirigismo cultural pelo mercado. Isso porque a ilusão criada pela lei, de que haveria uma verdadeira parceria público-privada no financiamento da cultura, não se tornou realidade. A concentração de propostas na região Sudeste (principalmente no eixo Rio-São Paulo), a recorrência de investimentos nos mesmos proponentes, o pouco espaço dado aos artistas independentes, o desvio de verbas e a subversão da iniciativa como estratégia de marketing das empresas são algumas das principais críticas à Lei. Em relação ao patrimônio, o levantamento feito pelo jornal O Globo, em 2018, mostra que, dos 152 projetos com captação acima de 1 milhão de reais, apenas 18 referem-se ao tema (gráfico 2).

## LEI ROUANET

Números relativos a 2018

Total captado  
**R\$ 687,603 milhões**



57% dos recursos ficaram concentrados nos 152 projetos que captaram mais de R\$ 1 milhão

### Projetos com captação acima de R\$ 1 milhão por área

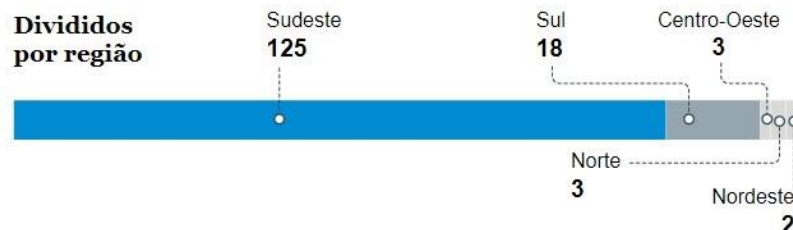
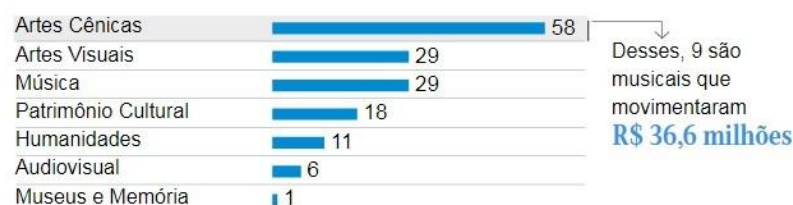


Gráfico 2: Total captado com a Lei Rouanet e áreas de captação, em 2018. Fonte: Jornal O Globo

Em entrevista ao jornal O Globo, em 2015, Juca Ferreira (que retoma ao cargo de ministro da cultura no governo Dilma) apontou a necessidade de revisão da

Lei Rouanet que, para ele "dá a aparência de parceria público-privada, mas é a empresa decidindo onde vai aplicar o dinheiro, é a privatização de recursos públicos para construir imagens de empresas, algumas delas altamente lucrativas" (FERREIRA, 2015). Dessa maneira, segundo Rubin,

As leis de incentivo, ao ganharem tanto protagonismo, parecem esgotar o tema das políticas de financiamento da cultura, quando não das próprias políticas culturais. Elas agridem a democracia, ao introduzir uma enorme distorção no poder de decisão do Estado e do mercado no uso das verbas públicas. Apesar dos avanços inegáveis, com a instituição de uma política de editais para a cultura no ministério (Fundo Nacional de Cultura) e nas empresas estatais (A Petrobrás é o maior exemplo), o tema ainda demanda um grande esforço para superar a lógica neoliberal que entronizou o mercado como o poder de decisão acerca da cultura brasileira. A revisão ainda não aplicada das leis de incentivo demonstra os limites da atuação neste campo. Mais que isto, a ausência de uma política de financiamento da cultura em plenitude corrói muitas das iniciativas do ministério, inclusive aquela primordial de fazer o Estado assumir um papel mais ativo na cultura. (RUBIN, 2008, p.199).

Para Alexandre Barbalho (2018), ainda que o governo Dilma representasse uma continuidade do projeto petista, mudanças significativas marcaram as políticas culturais, desde os primeiros anos de seu governo. A escolha da artista Ana Hollanda e, posteriormente, de Marta Suplicy, para o cargo de ministra da cultura, por exemplo, inicia um processo que, fruto de fortes oposições externas e internas ao Partido dos Trabalhadores, marca os primeiros momentos do que viria a ser um cenário de grande insatisfação, imobilismo e déficit de representatividade e legitimidade generalizada que, "uma vez restrita a um setor, foi sentida em outros subcampos do Estado" (BARBALHO, 2018, p.246).

O espalhamento da crise interna ao governo, assim como a polarização e disputa por projetos e ideologias políticas distintas, somou-se e é fruto do que Barbalho (2018) chama de "politização do campo cultural". Favorecida pelo processo participativo iniciado na gestão de Gilberto Gil e estabelecido ao longo do governo Lula, essa politização representa o "fortalecimento de valores próprios ao campo político (representação, participação, deliberação, produção ideológica etc) no campo cultural e que passam a guiar as posições e tomadas de posição de seus agentes" (BARBALHO, 2018, p.242). Desse modo, embora a associação entre cultura e política não seja inédita na história do país (como revela a forte ligação entre os dois campos nos anos 60), essa relação se diferencia por seus

desdobramentos em níveis estaduais e municipais em um período democrático (CASTELLO, 2002; MENDES, 2015 *apud* BARBALHO, 2018). Segundo Barbalho,

Este é o elemento novo: a conjunção de democracia e de presença do Estado na cultura por meio de políticas públicas, conjunção esta ausente nos governos anteriores (Collor/Itamar e Fernando Henrique Cardoso), posto que abdicaram, em grande parte, do papel do governo na condução de tais políticas, delegando-as para o jogo do mercado, via leis de incentivo. (CASTELLO, 2002; MENDES, 2015 *apud* BARBALHO, 2018, p. 242).

Essa estreita conexão entre política e cultura, facilitada por políticas públicas ao longo dos anos 2000, é percebida, como pauta e ferramenta de ação, também dentro da sociedade. O século XXI vem sendo marcado por uma série de protestos e movimentos sociais em todo o mundo, sobretudo nos países ditos periféricos, como o Brasil. Com características mais ou menos compartilhadas, os movimentos latino-americanos são fruto, em geral, de uma politização e insatisfação crescentes, tanto das classes populares quanto da nova classe média, em relação ao funcionamento do Estado, à administração pública e à classe política atuante. Embora encabeçada por grupos e subgrupos diferentes entre si, os movimentos tem em comum, no mínimo, duas questões: uma de viés econômico e outra político-ideológica (ZIZEK, 2013), estruturando-se a partir da ausência de liderança e agenda partidária, da pluralidade de bandeiras e do uso da internet como a principal arma de comunicação, divulgação, atuação e resistência.

Esses movimentos são, no caso brasileiro, reconhecidos simbolicamente a partir das Jornadas de Junho de 2013. As manifestações, que tiveram como estopim a insatisfação em relação aos reajustes das tarifas dos transportes públicos em várias cidades<sup>72</sup>, ocupou as ruas do país e se alimentou de outras bandeiras e reivindicações diversas, como a insatisfação com os gastos exorbitantes e episódios de corrupção relacionados à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo no Brasil. O movimento, inicialmente encabeçado por estudantes, logo atraiu a classe média e baixa, revelando um descontentamento e frustração generalizada, embora não homogênea e nem com os mesmos objetivos.

---

<sup>72</sup> Na cidade de São Paulo, a notícia de que o preço da passagem de ônibus subiria de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 levou às ruas da capital paulista milhares de manifestantes, insatisfeitos por mais um reajuste na passagem do transporte público. Com o slogan “Não são só 20 centavos”, os grupos entoaram protestos que, para além do aumento da tarifa, representou a insatisfação coletiva com as altas taxas transferidas à sociedade, que quase nunca vê a compensação pública através de verdadeiras melhorias urbanas e sociais.

Nesse cenário, a internet tornou-se a principal marca das manifestações do século XXI. Vista como uma plataforma mais democrática, sem interferências da grande mídia, de fácil acesso e difundida entre as novas gerações, a internet converteu-se em um lugar de troca de informações, de convocação, de investigação e de protesto. Além disso, potencializados para além dos limites físicos dos próprios países, aumentou, também, as possibilidades de participação de diferentes atores. Para Sakamoto (2013) e Castells (2013), as redes sociais virtuais representam um espaço de articulação e de invenção, alterando nossa maneira de fazer política e participação social. Entretanto, embora iniciada na internet, a “#VemPraRua” logo se transformou em um dos principais gritos dos manifestantes, que viram na ocupação do espaço físico urbano (principalmente marcos simbólicos dos centros principais) a potência de construção e reconstrução da realidade a partir do espaço público<sup>73</sup>.

Ao extravasar o espaço cibernético e ocupar a cidade, as manifestações sociais do nosso tempo elaboram uma constante articulação entre a rede virtual e o espaço urbano, valendo-se das ruas como o lugar da concretização dessas reivindicações (CASTELLS, 2013). O espaço físico urbano torna-se, assim, o lugar de questionamento político e social, de revisão das perspectivas neoliberais e de governos privatizantes (HARVEY, 2013); de transformação da indignação em esperança e, principalmente, em utopia - aqui entendida como o momento de conscientização de que as coisas podem ser mudadas a partir da exploração do conceito de “público” (ROLNIK, 2013). Nesse sentido, as manifestações brasileiras buscaram nas ruas, junto à internet e potencializada por ela, a possibilidade de lutar pelo que seria por eles entendido como uma verdadeira democracia; imaginada, aqui, a partir da *autonomia* em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2013). É nesse contexto que se inicia, atravessando e em diálogo com todas essas questões e as diversas outras mapeadas ao longo desta pesquisa, a ocupação Kasa Invisível.

Desse modo, a Kasa é reflexo dos discursos de modernidade e segregação dos projetos formadores da paisagem de Belo Horizonte; da seletividade estética dos órgãos de patrimônio; da decadência do Hipercentro; da parceria entre poder público e iniciativa privada na especulação do solo urbano; da “cultura livresca” do país; da intencional falta de criatividade do mercado; da excepcionalidade ainda

---

<sup>73</sup> No episódio de maior aderência popular, no dia 20 de junho de 2013, as ruas do país receberam 1.405.200 pessoas (SANTOS E SANTOS, 2013). À época, os meios de comunicação chegaram a comparar o momento às “Diretas Já”, entre 1983 e 1984, e aos “Caras Pintadas”, em 1992.

atribuída ao patrimônio material; da supremacia da propriedade privada sobre o interesse público; da abstenção do Estado em relação aos seus deveres; da indiferença, alienação e desconhecimento de grande parte da sociedade em relação ao patrimônio; mas, também, do poder e potência de mudanças de iniciativas emancipatórias e autogestionadas na luta pelo direito à cidade, à memória e ao Centro.

À vista disso, a Kasa articula, através do seu próprio território, grande parte dos discursos e atores rastreados na cartografia, revelando-se como um nó fundamental à contextualização das controvérsias aqui mapeadas. Ela acumula a ausência de aplicabilidade de planos como a Carta de Veneza, a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Declaração de Amsterdã, a Recomendação de Nairobi, o Plano Diretor de Belo Horizonte e o Plano de Reabilitação do Hipercentro que, em teoria, prevêem o cumprimento da função social da propriedade e do patrimônio, a possibilidade de uso de imóveis tombados em regiões centrais no âmbito das políticas de habitação social, o acesso ao centro e a lugares de produzir e consumir cultura e mesmo a necessidade do Estado em assumir o papel de regulamentador dos limites da iniciativa privada em relação aos direitos públicos. Mas assume, também, a utopia descrita por Raquel Rolnik, baseada na conscientização de que mudanças são possíveis se e quando ancoradas ao conceito de “público”. Igualmente, recebe os ventos dos movimentos dos Okupas espanhóis e de uma de suas inspirações, a Casa Invisible, em Málaga<sup>74</sup>; das Jornadas de Junho; dos debates sobre direito à cidade, habitação social, cultura, lazer, função social, autogestão, patrimônio cultural e a apropriação popular e autônoma no centro - todas estas, pautas que também sustentaram os movimentos no baixo do Viaduto Santa Tereza, da Praia da Estação, do carnaval ou do Espaço Comum Luiz Estrela, por exemplo.

O sentimento de insatisfação geral logo mostrou que, de fato, o movimento de Junho de 2013 nunca compartilhou, entre seus atores e grupos, finalidades

---

<sup>74</sup>A Kasa Invisível tem, como uma de suas inspirações, o Okupa Casa Invisible, em Málaga, na Espanha. Os Okupas, que surgiram na Inglaterra, no final da década de 1960, com o nome Squatter, logo se expandiram para o resto da Europa como um movimento de protesto em prol de moradia e cultura acessíveis. Na Espanha, os anos 80 marcam as primeiras experiências de ocupação, encabeçada por um centro social okupado em Madrid. O movimento renovou suas forças e ganhou o noticiário espanhol e mundial em maio de 2011, após as históricas ocupações realizadas no 15M, movimento comandado pelos "Indignados espanhóis". Todo esse arranjo se deu por meio de assembleias populares em praças públicas, convocadas pela internet, que reuniram milhares de pessoas por toda Espanha em favor de debates, reivindicações e proposições. A ocupação dos espaços e edifícios abandonados pelas cidades desenhou-se como oportunidade de continuação dessas discussões e como tática de ação direta contra a especulação imobiliária e em favor do crescimento de iniciativas e atividades culturais para a comunidade.

semelhantes. A associação entre atores conservadores, políticos da direita e parte da classe média levantou discursos, apoiados em pautas econômicas e políticas, que resultaram no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. O governo de Michel Temer é, então, resultado do imobilismo e crise de representatividade do governo Dilma; mas que, de forma controversa, tomou rumos que os atores inicialmente envolvidos nas Jornadas não buscavam. Isso porque os discursos e ações fundamentais ao próprio movimento de cassação da presidenta e que serviram à manutenção do governo Temer revelam-se exatamente contrários às pautas sociais, culturais e econômicas entoadas pelos estudantes no início das Jornadas de Junho, sendo, ainda, o prenúncio do cenário que favoreceu o fortalecimento da figura de Jair Bolsonaro e sua consequente vitória nas eleições de 2018.

O governo Temer, diante da crise política, econômica e de representatividade generalizada, procurou “estruturar-se, entre outros meios, pela implementação de uma pauta reformista de viés liberal, em vez de criar condições para um papel mais ativo do Estado” (BARBALHO, 2018, p.240). Desse modo, segundo Barbalho, mesmo que o projeto político dos governos petistas, pautado pelo “neodesenvolvimentismo com participação popular”, não tenha rompido com a lógica centralizadora de um Estado forte e protagonista, típico do velho desenvolvimentismo - o que, conseqüentemente, limitou suas experiências participativas -, o governo interino buscou demarcar seu projeto, diferenciando-o do imediatamente anterior, através da “não valorização e conseqüente enfraquecimento das instâncias participativas de políticas públicas” (BARBALHO, 2018, p. 240).

No contexto da crise herdada do governo Dilma, a gestão de Michel Temer elabora, em 2015, o manifesto “Uma ponte para o futuro” e, em 2016, de forma mais sistematizada, o documento “A travessia social”; ambos produzidos e publicizados pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB (partido do presidente). As propostas tinham, como objetivo, definir projetos e orientações para a preservação da economia brasileira e a devolução ao Estado de sua “capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidade para todos” (BRASIL, 2015). Como estratégia principal, o plano se concentrou em políticas de desenvolvimento focadas no apoio e fortalecimento da iniciativa privada. Nesse cenário, Barbalho aponta para o fato de que

contempladas em momento algum - o que, longe de significar o resguardo da área das políticas liberais e reformistas, sinaliza o desconhecimento ou o não reconhecimento de seu papel estratégico para o país. (BARBALHO, 2018, p. 241).

Em vista disso, a gestão de Michel Temer, entre 2016 e 2018, mostra-se como um dos períodos mais críticos para o campo da cultura. Seu governo é marcado por inúmeros cortes, pressões, escolhas políticas e pela tentativa de extinção do Ministério da Cultura. O objetivo de incorporar o MinC ao Ministério da Educação ou reduzi-lo ao status de Secretaria aproximou o governo Temer da mesma narrativa adotada por Fernando Collor, na década de 1990. Na posição de resistência, porém, as ações do governo movimentaram atores políticos, artistas, intelectuais, estudantes e movimentos sociais, que saíram em defesa da permanência do MinC e ocuparam os prédios ligados ao extinto ministério por todo o Brasil (como o do IPHAN e da Funarte). O episódio conhecido como “#OcupaMinC”, também sob a toada “#ForaTemer”, resultou no recuo da decisão do presidente e retomada do Ministério.

Representativo do que veio a ser o governo Temer, tanto quanto preliminar do que é a gestão Bolsonaro, o episódio da demissão de Marcelo Calero do Ministério da Cultura, em 2016, expõe a crise da cultura iniciada no período. Durante pouco menos de seis meses no comando da pasta, Calero revelou o forte esquema de pressão interno ao Ministério, que teve como estopim a tentativa de revisão de um parecer do IPHAN desfavorável à construção do projeto imobiliário La Vue Ladeira da Barra, do então ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. A tentativa de coerção de Calero a favor dos interesses pessoais de Geddel remetem ao esforço do governo Temer em “esvaziar” o IPHAN, redefinindo-o como Secretaria Nacional de Patrimônio Histórico, a ser presidida por Carlos Amorim<sup>75</sup>, indicado por Geddel. Com a nova medida, o IPHAN perderia a responsabilidade de aprovação de licenciamentos de obras, que seriam, então, controladas pela nova Secretaria. Sob protestos do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico, de órgãos de cultura e manifestantes da sociedade civil, a tentativa de Temer e Geddel foi negada pela Câmara dos Deputados.

---

<sup>75</sup> Em 2014, Amorim era superintendente do IPHAN na Bahia e, naquele ano, aprovou a construção do La Vue Ladeira da Barra, obra a ser construída em uma área tombada pelo Instituto, em Salvador. A decisão foi posteriormente revogada pela direção nacional do IPHAN.

Para Afonso Luz, tanto o governo Dilma, quanto Temer, assinalam um tempo de retorno ao “antigo regime mental dos militares, no qual a Cultura volta a ser um querela de gosto pessoal do mandatário” (LUZ, 2018). No contexto de uma crise econômica mal administrada, da implosão de figuras públicas, da ineficácia de partidos na condução para novos horizontes e da dissolução do ambiente político e de consensos democráticos mínimos, os atores públicos federais reduzem campos como o da cultura e do planejamento urbano a uma condição figurativa (LUZ, 2018). Subjugados, são realocados em posicionamento secundário no processo de desenvolvimento nacional. Subsidiários, são posicionados não enquanto necessidade ou ferramenta possível de emancipação social, política e econômica, mas como arremate dos discursos dos mandatários.

O momento político atual, que colhe frutos dos movimentos em torno do impeachment de Dilma Rousseff e da gestão Temer, é delicado para a cultura no Brasil, principalmente em relação ao governo federal. As propostas do atual presidente, Jair Bolsonaro, são marcadas, desde sua campanha eleitoral, pela estratégia de desmembramento e sujeição da cultura a particularismos e ideologias próprias. Sujeita a uma política anunciada como contingenciamento de gastos, a pasta da cultura vem sofrendo, de forma mais ou menos velada, tentativas de silenciamento. É certo que muitas indicações na área foram feitas, ao longo da história nacional, mediante escolhas políticas. Além disso, as pressões e parcialidades no setor foram visivelmente intensificadas a partir do governo de Dilma Rousseff e, principalmente, de Michel Temer. Porém, é na gestão Bolsonaro que a escolha do corpo técnico de órgãos importantes da área vem sendo feita sem nenhuma razoabilidade quanto às qualificações dos nomeados.

#### 4 Narrativa Possível: a sociedade e a gestão do patrimônio

*De quem é a herança que está sendo conservada e para quem?*

(Peter Larkham)

Em sua teoria Ator-Rede, Bruno Latour questiona-se: “(...) poderá a materialidade de um relato no papel, uma história ou uma ficção - não há por que evitar uma palavra tão próxima da fabricação de fatos - ampliar a exploração das conexões sociais?” (LATOURE, 2012, p.188). Este é o objetivo deste último capítulo: tendo em vista todas as controvérsias, atores, grupos e mediações apresentadas e discutidas até aqui, debruçar, através do relato escrito, sobre as forças sociais que favoreceram o estado de vacância do patrimônio material no Hipercentro de Belo Horizonte e de que maneira novas forças podem contribuir para uma perspectiva mais democrática e popular de gestão. Refletir sobre o mapeamento das relações de força em jogo de maneira a dar visibilidade a saberes nem sempre evidentes e enunciados (LOPES et al., 2019) é, sem dúvidas, o maior desafio a que me proponho nesta dissertação.

É importante ressaltar que a *Narrativa Possível* não pretende compor qualquer tipo de conclusão, encerrar as discussões levantadas ou, ainda, encontrar respostas certas e suficientes para as questões desenvolvidas até aqui. Mais como um desdobramento, este capítulo busca avaliar como os movimentos e especificidades dos relatos produzidos e conectados durante toda a pesquisa podem ser contornados ou potencializados. Após explorar as conexões sociais criadas pelos atores, os acontecimentos que os levaram a agir, os objetos usados para criar e estabilizar agrupamentos e as controvérsias em torno das questões de interesse aqui mapeadas (LATOURE, 2012), a *Narrativa* discutirá um possível caminho para a gestão do patrimônio na cidade contemporânea por meio do protagonismo de atores ligados à escala local, pensados à luz do conceito, introduzido por Marcelo Lopes de Souza (2010; 2012a; 2012b), de pensamento estadocrítico.

Ao longo da *Narrativa Possível*, as noções de valor e de memória irão permear as controvérsias produzidas pelos grupos e antigrupos, incidindo luz sobre o rastro deixado por suas associações. Tomando o patrimônio como um objeto construído socialmente ao longo da história, ao mesmo tempo que é um objeto de construção de uma determinada história, os conceitos de valor e memória servem

como suporte crítico e teórico para a análise das dinâmicas sociais e desdobramentos mapeados. Como base bibliográfica para a discussão sobre valor, tomo Henri Lefèbvre, com os livros “Espaço e Política” (2008a) e “Direito à Cidade” (2008b); e Giulio Carlo Argan, com o livro “História da arte como história da cidade” (2005). A discussão sobre memória tem como aporte teórico Maurice Halbwachs, com “A Memória Coletiva” (1990) e Pierre Nora, com “Entre memória e história: a problemática dos lugares” (1993).

Proponho, inicialmente, um “contrato de leitura” que tem como objetivo esclarecer a dinâmica através da qual a *Narrativa Possível* foi construída. Tendo em vista que o patrimônio no Brasil é, originalmente, fruto de uma demanda direta do Estado, este parece ser sempre uma espécie de pêndulo, que se movimenta, através de associações e formações de grupo, ora próximo das classes populares, ora das classes dominantes, ora do intelectuais, ora do mercado. Através desse movimento, os discursos e controvérsias que fundamentam o patrimônio cultural são revelados e os rastros por ele deixados indicam de quais maneiras a *rede* que o envolve favoreceu a condição de vacância do patrimônio arquitetônico no Hipercentro de Belo Horizonte. É dizer que, tendo em vista a gestão do patrimônio no Brasil, seja através de um “Estado civilizatório”, de um “Estado mínimo” ou, ainda, de um “Estado mediador”, o poder público sempre foi um ator central e revelador de todo o processo.

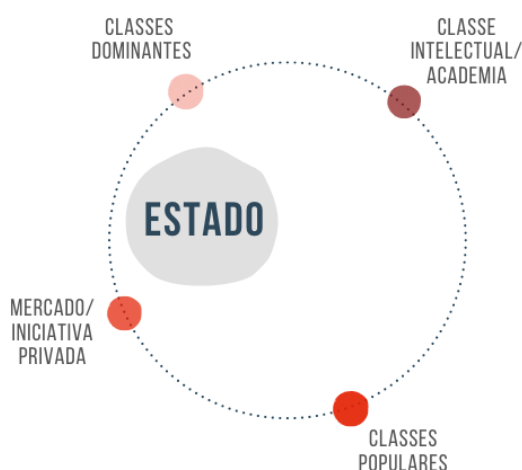


Figura 22: Diagrama explicativo do “contrato de leitura”. O movimento do Estado em direção aos diferentes atores revela, a partir das diversas formações de grupos (e, conseqüentemente, antigrupos), os discursos e controvérsias presentes na construção da narrativa do patrimônio cultural no Brasil. Diagrama elaborado pela autora.

### **A fabricação do “povo brasileiro”**

Entre nós, brasileiros, é fácil - e há muito tempo já mais naturalizado - perceber como o Estado, independente de seus ocupantes e ideologias, fabricou o mercado ou manipulou a economia. Em contrapartida, como aponta Carlos Alberto Dória, “não é tão simples se dar conta de como ele inventou a cultura” (DÓRIA, 2011). O Estado foi, ao longo de toda a história do Brasil, o principal ator responsável pela fabricação do patrimônio cultural nacional. O uso do termo “fabricação” é intencional tendo em vista a reflexão foucaultiana a respeito do regime de construção da informação e da verdade ao longo da história. Como afirma o autor, “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 1979, p.12), sendo que, em nossa sociedade, ela é alicerçada e construída, preferencialmente, através do discurso científico.

Tendo em vista o que foi discutido ao longo da *Etimologia do Vazio*, a construção do conceito de patrimônio, no Brasil, se deu exatamente por meio da associação entre o poder (na forma de um governo ditatorial) e a ciência (a elite intelectual modernista) que buscaram, a partir de uma ideia própria de cultura, da “institucionalização de um lugar de fala” (SANTOS, 1996), materializar a desejada identidade nacional e a memória coletiva do “povo brasileiro”. Nesse primeiro momento, o uso da classe intelectual, revestida de autoridade pelo Estado Novo, contribuiu com a necessidade do “estado civilizatório” construir uma nação, um espelho, uma origem, uma tradição, um passado e um futuro (BRASILEIRO, 2008); desse modo, o patrimônio material e a arquitetura tornaram-se o ator não humano responsável pela fabricação de uma identidade tangível: de um lado, construindo a memória coletiva e um passado de origem, de outro, propondo um único caminho para o futuro.

Nesse sentido, e assim como Larkham aponta em seus estudos, até recentemente - o que no Brasil podemos retomar à década de 1980 -, as manifestações artísticas e culturais retratadas e salvaguardadas como referências sociais e identitárias correspondiam às definições e reações de uma pequena, educada e influente elite (LARKHAM, 2005). Larkham justifica tal fato a partir da tese da ideologia dominante, defendida por Marx e Engels, a qual determina que, em todas as épocas, são as ideias da classe dominante as ideias dominantes. Dessa maneira, em uma sociedade na qual coexistem ou polarizam diversas ideologias, é o

controle da classe dominante sobre mecanismos e instrumentos simbólicos e ideológicos que determinam, justificam e legitimam os interesses gerais da nação. Enquanto construção política eminentemente seletiva, a noção de “memória coletiva”, como elaborada nas primeiras décadas de criação do IPHAN, revelaram-se, desse modo, como ações de silenciamento e esquecimento de outras memórias (BRASILEIRO, 2008). A escolha de uma única forma de ser brasileiro, associada às heranças portuguesas e, estas, adotadas pelas classes dominantes, colocou às margens da história formal todas as outras manifestações minimamente distantes desse ideal: “Pode-se dizer, portanto, que ao longo dos séculos XIX e XX o Estado brasileiro definiu para a sociedade o que reconhece como cultura, instituiu-a legalmente e organizou em torno dela uma complexa e variada máquina administrativa” (DÓRIA, 2001).

No Brasil, a ideia de patrimônio moldou-se, durante muito tempo, a partir de valores imobilizados. Se não o fez em discurso, mostrou-se na prática, firmando-se no imaginário comum. Embora tenha testemunhado inquestionáveis lutas de preservação e salvaguarda, os ideais que contextualizaram o tombamento, inicialmente interpretado como uma “cristalização do tempo” (DÓRIA, 2001), fez-se tão rígido quanto a memória e a identidade a qual procurou formar. Isso porque a criação de algo que na verdade não existe requer muito esforço para que se mantenha estável. Aquilo que é natural, que permeia as dinâmicas cotidianas, não exige tamanho e enrijecido esforço para ser lembrado e é, conseqüentemente, mais facilmente experienciado (LATOURET, 2012). O tombamento e a patrimonialização, tal como foram forjados, construíram mais uma maneira de consumir o patrimônio, do que de vivê-lo. Talvez, por isso, seja tão estranho à maioria dos ouvidos, tentativas como o Museu das Putas, que lembram a memória de uma rua e região marginalizadas, ocupada por um grupo marginalizado. Talvez, por isso, seja tão estranho à maioria dos ouvidos o tombamento de um conjunto Art Déco, residência de um comerciante qualquer, feito por um arquiteto “menor” nos anos 30, cujo terreno, localizado entre o bairro de Lourdes e o Hipercentro, poderia receber mais um prédio comercial “moderno e lucrativo”.

Maria Cecília Londres Fonseca (2005) aponta que, embora tanto atores como a Constituição de 1988, quanto o decreto sobre o patrimônio imaterial reconheçam a necessidade de parceria entre o Estado e a sociedade no trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, ao nos aproximarmos dos níveis práticos, vemos

que o envolvimento de grupos sociais na preservação, em conselhos locais, associações civis ou órgãos de patrimônio sempre foi muito tímido no Brasil. Segundo Fonseca,

O fato é que, até o momento, o poder público continua sendo, no Brasil, o protagonista das políticas de preservação, sendo responsabilizado mais pelos limites de sua ação do que por eventuais sucessos. Ainda é pouco perceptível para a sociedade brasileira tanto a presença do patrimônio histórico no seu cotidiano como a importância do envolvimento dos cidadãos na busca por soluções para sua preservação. A essa constatação se acrescenta o fato de que as ações de preservação – como tantas outras nas áreas social e cultural – dependem da continuidade de esforços a longo prazo e do apoio e cooperação da população. (FONSECA, 2005 p.161).

Quando analisamos os discursos levantados durante a *Etimologia do Vazio*, outro ponto importante deve ser considerado e que diz muito sobre o histórico distanciamento da maioria dos brasileiros em relação ao patrimônio arquitetônico: a arquitetura, seja vista como manifestação artística ou como necessidade funcional, nunca foi pensada para o “povo”, muito menos com ele. Às classes baixas sempre destinaram outros tipos de manifestações, “mais populares”, como o rádio e a televisão - aqui, também, muito mais como público do que como produtor. O projeto de criação de Belo Horizonte é um dos exemplos que escancara essa situação, quando nem mesmo prevê lugar, na cidade planejada, para as classes mais baixas e trabalhadores que participaram de sua construção. A arquitetura, no Brasil, sempre foi uma manifestação voltada para o setor mais privilegiado da sociedade, desde sempre feita por ele e para ele.

O que não torna estranho, então, que entre as propostas de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, durante as primeiras discussões sobre a salvaguarda do patrimônio brasileiro, ainda nos anos 30, tenha-se escolhido o discurso mais conservador, cujo objetivo era salvaguardar, também, o direito inalienável da propriedade privada. Com o passar das décadas e o enfraquecimento do Estado em questões como cultura e urbanismo, muitas vezes esse direito prevaleceu em detrimento de sua função social. A construção da arquitetura e do patrimônio a partir de uma memória elitista - vendida como coletiva - é, dessa maneira, um dos fatores de enfraquecimento do interesse popular pela preservação da arquitetura histórica: se essa arquitetura não fala sobre grande parte da sociedade, como despertar nesta um “sentido de patrimônio” (FONSECA, 2005,

p.162)? Como exigir que ela se identifique ao ponto de lutar por sua preservação ou se indignar com seu desuso?

No livro “Architectural Research Methods” (2013), Linda Groat aponta que “a preservação histórica é motivada pela necessidade de preservar a identidade comunal antes de qualquer motivação em preservar um objeto físico ou para elaborar padrões de preservação” (GROAT, 2013, p.165, tradução nossa)<sup>76</sup>. Ou seja, a salvaguarda de artefatos físicos é motivada não em si mesma, mas tem como razão primeira a preservação de identidades historicamente reconhecidas como fundamentais a uma comunidade. É a vontade de alimentar tais memórias, já compartilhadas, que motiva a salvaguarda desses referenciais - e não o contrário. Dessa maneira, é a noção de identidade que nutre, justifica e dá sentido a todo movimento necessário para que esses objetos perpetuem ao longo das próximas gerações; servindo muito mais como recordação de um elo já reconhecido, do que carregando em si a responsabilidade pela fabricação de tangências culturais.

No caso do Brasil, seguimos o sentido contrário. Primeiro preservamos os objetos para, a partir deles, criarmos e, posteriormente, preservarmos as memórias ditas nacionais. O impacto disso na formação de uma consciência patrimonial é que ela, frequentemente, se faz de forma fragmentada, frágil e rígida, raramente abraçando sua própria diversidade ou sendo resiliente o suficiente para caminhar junto às necessidades da sociedade ao longo da história. Se são fragmentadas, não revelam os diversos grupos, costumes e discursos formadores. Se são frágeis, precisam de um ator central e forte para fazê-las importantes. E se são rígidas, seguem os poucos caminhos e usos que tradicionalmente reconhecem. Junto desses cenários, a obsolescência e o desuso se repetem enquanto realidade.

No Brasil, o patrimônio não nasce enquanto demanda de toda uma população necessitada de um sentido de identidade ou cansada dos velhos e rígidos moldes de classes dominantes. Nasce, porém, da necessidade de um Estado ditatorial instituir políticas de coesão - e que atraíssem, principalmente, as elites. Se até o início do século XX ainda éramos “desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1971 *apud* FONSECA, 2005, p.167), com uma arquitetura e urbanismo ainda muito influenciados por padrões e mentalidades majoritariamente européias, a tentativa modernista de ressignificar o movimento Barroco e obras de arte coloniais como o

---

<sup>76</sup> “(...) historic preservation is motivated by a need to preserve communal identity prior to any motivation to preserve a physical object or to craft preservation standards.” (GROAT, 2013, p.165)

primeiro estilo artístico tipicamente brasileiro, embora tenha caminhado com o propósito de preservar uma memória, caminhou, também, a partir de escolhas preconceituosas que, focadas na arquitetura luso-brasileira, excluiu manifestações de outros povos e etnias formadoras (FONSECA, 2005).

Em seu texto “Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural” (2009), Maria Cecília Londres Fonseca dá quatro exemplos muito explicativos no que tange as primeiras décadas de construção do patrimônio cultural no Brasil e sua seletividade quanto às memórias que procurou salvaguardar. Um deles, muito revelador, diz respeito à Praça XV de Novembro, no centro do Rio de Janeiro:

Quando se olha, por exemplo, a Praça XV, no centro do Rio de Janeiro, um dos ícones do patrimônio histórico nacional, a evocação mais óbvia é a do poder real, suscitada pelo Paço Imperial, sede da Corte. Ao fundo, a antiga catedral, hoje igreja de Nossa Senhora do Carmo, atesta a importância, no Brasil colonial e imperial, do poder da Igreja. Esses são testemunhos materiais imponentes, tanto do ponto de vista da ocupação e permanência no espaço da cidade, quanto dos padrões estéticos hegemônicos, valorizados como expressões de cultura à época do tombamento desses bens pelo SPHAN. Essa leitura da Praça XV, no entanto, está longe de evocar plenamente o passado, a sociedade da época e a vida que se desenvolvia naquele espaço. Poucos foram os registros que, como os deixados por Debret, Hildebrandt (FUNDAÇÃO ..., 2000) e outros, captaram ainda a presença, nesses espaços, de mercadores, escravos domésticos, negros de serviço e alforriados, enfim, da sociedade complexa e multifacetada que por ali circulava. Era sobretudo, o olhar distante dos viajantes estrangeiros, movido menos pela necessidade de construir uma imagem ideal, em moldes europeus, do país, que pelo interesse em documentar o que lhes parecia peculiar, e próprio daquelas terras, que costumava “incluir” na paisagem os “excluídos”, não apenas daqueles espaços, que também ocupavam, mas da memória coletiva. O exemplo da Praça XV é significativo. Nesse local não é possível encontrar nenhuma marca ou menção, atualmente, à presença constante dos escravos pegando água no Chafariz do Mestre Valentim, que lá ainda permanece apenas como mera extensão do Paço Imperial. Se, como pesquisas históricas vêm comprovando, o Rio de Janeiro foi uma cidade quase africana durante a primeira metade do século XIX, essa informação não ficou registrada nos bens que ali são identificados como patrimônio cultural brasileiro, nem na leitura que deles fazem os órgãos de preservação. (FONSECA, 2009 p.56-57).

O tombamento isolado, a partir de 1938, de alguns edifícios do antigo Paço Imperial, deu-se em razão de seu aspecto arquitetônico e relevância histórica, oriundos do período colonial e imperial. Sua preservação, realizada de forma pontual, favorecendo aspectos monumentais e de excepcionalidade, cumpriu-se, também, a partir da justificativa de não gerarem dificuldades ao desenvolvimento

econômico e urbano da região (SANT'ANNA, 1995 *apud* NASCIMENTO, 2018), desprendendo-se, assim, de sua histórica compreensão enquanto paisagem única. Assim como a leitura da Praça como um espaço urbano uno e complexo, os vestígios de sua ocupação diversa, múltipla em termos de classes e etnias, como visível nas aquarelas de Debret (figura 23), perderam-se ao longo do tempo, quando excluídas da história formal. Esses discursos, comuns aos tombamentos no Brasil, podem ser razões “para a baixa capilaridade das políticas de patrimônio na sociedade brasileira até os dias de hoje” (FONSECA, 2005, p.168). O “povo”, colocado às margens dessa história, não reconhece, em grande parte do patrimônio cultural, sua própria história. Dessa maneira, muitos espaços pelo Brasil sobrevivem enquanto fragmentos de tempos passados que, em algum livro escolar, contou-se ser importante para a identidade do brasileiro.



Figura 23: “Refresco no início da noite na Praça do Palácio” é uma das centenas de aquarelas feitas por Jean-Baptiste Debret quando trabalhou no Brasil, entre os anos de 1816 e 1831. Fonte: Wahooart. Disponível em: <[encurtador.com.br/sFMP5](http://encurtador.com.br/sFMP5)>. Acesso: 09 de jul. de 2020

### **A financeirização da cultura e da cidade**

Se em um primeiro momento, o patrimônio e a cultura são forjados a partir da associação entre um Estado centralizador e a elite modernista, o que se desenvolveu no Brasil, principalmente a partir dos anos 50, foi um enfraquecimento gradual do protagonismo do poder público no campo da cultura. Embora uma associação ainda não tão clara nos anos 30, diante de um governo ditatorial e

populista, a evolução dos preceitos liberais no Brasil da segunda metade do século XX fez com que a associação entre mercado e Estado se tornasse, gradativamente, mais evidente na cultura. Não caberia mais aos intelectuais, porta-vozes da ciência e do saber do começo do século, o poder de definir os rumos culturais. Ao contrário, inclusive: tornaram-se, em grande parte, resistência contra a gestão liberal da cidade e da cultura. É o mercado, ora mais, ora menos associado ao Estado, o responsável por ditar o ritmo de preservação, demolição e obsolescência. A partir dos anos de 1990, a busca por um “modelo de financiamento da cultura” apoiado na expansão da indústria cultural e dos novos vínculos entre Estado, mercado, produção e consumo de cultura (DÓRIA, 2001) tornaram-se cada vez mais evidentes. Segundo Dória,

No novo modelo de financiamento, em que o recurso ao mercado tornou-se peça-chave para praticamente dobrar os investimentos em cultura, o que se vislumbra é uma submissão crescente ao gosto médio do empresariado – nesse sentido, temos a afirmação de uma cultura de massa, pasteurizada, espetaculosa e em oposição à vertente patrimonialista e passadista que marca as ações diretas da administração federal diante da cultura, além de uma crescente alienação das políticas culturais que decorre da inclusão das grandes corporações no processo de decisão sobre investimentos cada vez mais vultosos. (DÓRIA, 2001).

Esse segundo momento é fruto do claro movimento do Estado, em termos de cultura e cidade, em direção à iniciativa privada. Como aponta Dória (2001), quanto mais o mercado tomou protagonismo na definição do que é cultura e nos rumos de sua produção, mais as ações dos órgãos de preservação caminharam no sentido de serem taxadas como “passadistas”, distantes das novas e inquestionáveis demandas pelo novo. Se antes o poder público, junto à classe de intelectuais, atuavam como os principais atores responsáveis pela produção cultural, com o fortalecimento dos ideais liberais, a transformação do Estado no “árbitro neutro” da ideologia liberal (POULANTZAS, 1985 *apud* SOUZA, 2010) e o aumento da participação privada na área, as iniciativas públicas foram associadas a características conservadoras, totalitárias, retrógradas e anti desenvolvimentistas<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> O professor e pesquisador Fernando Atique, em debates desenvolvidos durante um curso por ele ministrado, em 2020, e organizado pela Casa Mário de Andrade, apresentou-nos a expressão “tombunismo” (a soma da palavra tombamento com Comunismo), usada por opositores às medidas de tombamento. Muitas são as camadas que envolvem uma expressão como essa. No contexto do curso, discutiu-se acerca da atual resistência de grande parte da população e de representantes do poder público - principalmente durante os governos Temer e Bolsonaro - quanto às políticas de salvaguarda agenciadas por institutos como o IPHAN. Resistentes, forjaram a expressão como uma forma de ataque e crítica às posturas por eles taxadas como impositivas, verticais, conservadoras e passadistas; e que se opõem à renovação urbana e ao “desenvolvimento econômico” do Brasil

Além disso, “a limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo ‘preservação’, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento” (FONSECA, 2009, p.61). Junto à histórica resistência a qualquer aspecto ligado à burocracia pública, tal situação reforça a ideia de que as políticas de salvaguarda são restritivas, rígidas e inoperantes; além de ainda serem compreendidas por parte da população apenas sob critérios de excepcionalidade.

Neste momento, é preciso abrir um parêntese a fim de reconhecer e reafirmar o Estado não enquanto um ator único, homogêneo e coerente em seus diferentes níveis - o que, como levantado pelas ações e movimentos identificados na *Etimologia do vazio*, é impossível afirmar em qualquer período da história do Brasil. Desse modo, o movimento cada vez mais declarado da figura do Estado em direção ao mercado expõe, de forma ainda mais complexa, a necessidade de reconhecer seus porta-vozes principais que, agora, tornam-se um pouco mais claros e com objetivos mais discerníveis entre si. Se a leitura do IPHAN e do Estado Novo como um grupo que compartilha os mesmos discursos é assumida no contexto das primeiras discussões sobre patrimônio no Brasil, a partir dos anos 60, principalmente, é possível perceber que os institutos de preservação muitas vezes se colocaram como antigrupos, contrários a decisões tomadas por outros porta-vozes do Estado, mais associados à iniciativa privada, por exemplo. Os conflitos entre o governo Temer ou Bolsonaro e o IPHAN deixam bem clara essa cisão.

Porém, apesar da descentralização dos institutos de preservação, da ampliação da noção e prática do patrimônio e da tentativa de aproximação e diálogo com atores locais, há ainda uma lacuna entre os institutos e a sociedade, que muitas vezes posiciona-se com distanciamento, desconhecimento ou, mesmo, hostilidade no tocante ao patrimônio. Além disso, há um grande protagonismo da figura do IPHAN em detrimento dos órgãos estaduais e municipais de patrimônio. Isso é perceptível, inclusive, pela carência de informações, textos e pesquisas, principalmente em relação aos tombamentos feitos pelo CDPCM/BH. As pesquisas de campo realizadas pelo *Projeto Recipientes* e reforçadas ao longo deste estudo

---

a qual a iniciativa privada diz se dedicar. Embora, hoje, o IPHAN não ocupe seu protagonismo de origem, suas decisões interferem diretamente - podendo até mesmo embargar - obras que envolvem orçamentos bilionários. Por isso, inclusive, tamanha resistência às suas ações. Exemplos disso não faltam. Aqui, por exemplo, foram mencionados os casos de Geddel Vieira Lima, durante o governo Temer, e de Luciano Hang, no governo Bolsonaro. Esses e outros episódios são exemplos da atual luta entre os órgãos de preservação e os interesses encabeçados por próprios representantes do Estado.

apontam que o desconhecimento acerca dos direitos e limitações previstos na legislação patrimonial é outro fator que sustenta a oposição em relação às políticas de salvaguarda<sup>78</sup>.

Nosso percurso político parece estar sempre entre a centralização nas mãos do Estado e a “mão invisível” do mercado. Poucas foram as vezes, na história do Brasil, em que se tentou equilibrar essa balança. Em momentos como o da criação de Belo Horizonte ou do governo Vargas, orbitamos a lógica de um Estado forte (e, mesmo, ditatorial) que vetou das mãos da sociedade a capacidade de criar sua própria história, memória, identidade e tradição. Outros, como o governo Collor, Temer ou Bolsonaro, não só das mãos da sociedade foram denegadas certas decisões, mas também do próprio Estado, que busca se tornar cada vez “menor”, em favorecimento da iniciativa privada e da financeirização da cultura. Se tendemos a orbitar nessa lógica, não raro ou tratamos o patrimônio como algo rígido e ensimesmado, incapaz (ou impedido) de acompanhar as transformações da sociedade; ou a ele atribuímos o peso exclusivo da produtividade e retorno financeiro, tornando-o, basicamente, um bem de consumo.

Sobre esse consumo, Giulio Carlo Argan, em “A História da Arte como História da Cidade” (2005), afirma que os fenômenos artísticos, em se tratando de coisas às quais atribuímos valor, podem ser abordadas de duas maneiras diferentes:

Pode ter preocupação pelas coisas, procurá-las, identificá-las, classificá-las, conservá-las, restaurá-las, exibi-las, comprá-las, vendê-las; ou, então, pode-se ter em mente o valor: pesquisar em que ele consiste, como se gera e se transmite, se reconhece e se usufrui. (ARGAN, 2005, p.13).

---

<sup>78</sup> Durante o ano de 2008, por exemplo, representantes do Mercado Central e dos condomínios JK e Casa Blanca posicionaram-se contra à iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte de tombar esses locais; localizados no que viria a ser o Conjunto Urbano Praça Raul Soares. As falas de alguns moradores dos edifícios e comerciantes do Mercado refletem um posicionamento recorrente de recusa ao processo de tombamento que aponta para um entendimento de que políticas patrimoniais resultam no engessamento dos imóveis, na sua desvalorização imobiliária e na burocratização de sua manutenção e reforma periódicas. Em entrevista ao jornal O Tempo, a síndica do JK, representando grande parte dos moradores, afirmou: “Precisamos saber o que vai acontecer com o tombamento. Temos obras urgentes e não podem esperar meses por licenças” (O TEMPO, 2008). O presidente do Mercado Central, Macould Patrocínio, da mesma maneira, enfatizou ao diário de notícias da UOL o receio de o tombamento, lido como um fator limitante em relação ao espaço, comprometer financeiramente os comerciantes, completando: “Se não pudéssemos evoluir, o Mercado já teria quebrado há muitos anos (...). Se não tivéssemos diversificado as nossas atividades, o Mercado teria ficado só na lembrança dos mais velhos” (UOL, 2008). O entendimento em relação ao mecanismo de tombamento, como mostram as falas dos entrevistados, revela duas preocupações básicas percebidas, também, durante as pesquisas de campo feitas durante o *Projeto Recipientes*: o prejuízo financeiro e o excesso de burocracia das políticas públicas. Nessa concepção, reconhecida, muitas vezes, pelo senso comum, tombar um imóvel significa impedir que ele evolua de acordo com as necessidades econômicas e funcionais de seus usuários. A partir desse raciocínio, se um bem tombado, invariavelmente, está fadado a “parar no tempo”, tombar um espaço vivo, naturalmente dinâmico, é condená-lo ao desaparecimento. A fala do presidente do Mercado Central, que o reconhece apenas como “um enorme galpão, estritamente comercial, que não pode ser tombado por causa disso” (UOL, 2008), transparece, ainda, a noção mais comum de patrimônio associado à monumentalidade, à estéticas específicas e à excepcionalidade. Isso em vista, a construção “cotidiana”, desmistificada, não teria razão de ser distinguida e individualizada por seu valor histórico e cultural.

Analisando o campo do patrimônio material a partir dessa lógica, historicamente, as políticas de preservação no Brasil construíram-se voltadas para as coisas: primeiro, pela forma com que foi inicialmente pensada, servindo-se dos bens como os objetos ao redor dos quais se construiria nossa memória; segundo, como resultado da necessidade de se resistir às pressões de destruição física dos bens, sejam elas por fatores naturais, seja por imposição humana (FONSECA, 2005); e terceiro, generalizados como objetos de consumo e especulação. Nesse cenário, se por um lado as políticas de proteção acabam absorvidas unicamente pela proteção física dos bens, sendo reduzidas ao tombamento; por outro, o patrimônio, subordinado à ideologia de consumo, torna-se a retórica de uma linguagem cujo valor é predominantemente o valor de troca.

O espaço é político, estratégico e ideológico. Embora modelado a partir de elementos históricos e naturais e anunciado, muitas vezes, como neutro, homogêneo, objetivo, científico ou inocente, sua representação e formação é repleta de ideologia, tendo em vista que o espaço é um produto social (LEFEBVRE, 2008a). Desse modo, o espaço não é nem ponto de partida, nem ponto de chegada. Antes, funciona como um intermediário: “um modo e um instrumento, um meio e uma mediação” (LEFEBVRE, 2008a, p.44). Pensar o espaço como esse instrumento que impacta tão diretamente no nosso comportamento - físico e mental - é, decerto, poderoso. Como mediação, o espaço carrega em si potência de transformação.

Como um “instrumento político intencionalmente manipulado” (LEFEBVRE, 2008a, p.44) por um ator, seja ele coletivo ou individual, o espaço sempre serviu, porém, segundo Lefebvre, a uma estratégia deliberada, uma vez que as relações que nele se inscreveram e se construíram deram-se a partir de ideologias e decretos de classes que ocuparam o poder. Historicamente, os bens patrimoniais - inclusive enquanto criação e criadores dos espaços urbanos - também foram esse instrumento político, intermediador, produto social que serviu às estratégias dos atores responsáveis direta ou indiretamente por sua construção. Além disso, no que tange o patrimônio, essa ideologia sempre foi, de forma mais ou menos declarada, a do consumo - seja ele sob o signo da “identidade nacional”, seja a partir da mais valia.

A arquitetura e o urbanismo do nosso tempo constroem e gerem a cidade a partir da especulação do terreno e da privatização da cidade. A financeirização do patrimônio cultural e a especulação do espaço urbano refletem, nada menos, do que

os valores que regem nossa sociedade. O lugar ao qual destinamos a cultura, como Argan mencionou em relação à arte, é exatamente aquele ao qual destinamos a “fenomenização ou visualização” dos nossos valores, onde o valor se torna preço e a utilidade social é confundida com o lucro privado (ARGAN, 2005). Ao colocar a cultura e o espaço como bens de consumo, afirmarmos o valor de troca como um dos nossos valores fundamentais. Sobre esse aspecto, Argan ainda complementa:

O que a especulação imobiliária fez com as cidades históricas é o resultado de um juízo, ainda que inconsciente, de não-valor e de uma vontade destruidora substancial e perversa, ainda que inconfessa. A luta não é entre cultura e incultura, mas entre duas culturas, a segunda das quais tem como meta a destruição da primeira, tida como oposta e como obstáculo a seu desenvolvimento. (ARGAN, 2005, p.86).

Nesse cenário, mesmo um pequeno proprietário escolhe ver seu imóvel se deteriorar ao longo do tempo, em detrimento de investimentos e melhorias que garantam o uso. Isso porque, especulando sobre o terreno, sabe que em decorrência de obras, transformações e investimentos futuros, tanto públicos, quanto privados, a possibilidade de alcançar lucros com sua propriedade irão se elevar em relação à venda ou aluguel; principalmente se o terreno for demandado para fins comerciais (RIBEIRO, 1997). A grande presença de imóveis vazios na área central tem como uma de suas razões as dinâmicas desse processo especulativo, cujo proprietário, à espera de maior segurança para o retorno de seus investimentos, não vê na reocupação desses imóveis a mesma garantia de lucratividade que futuras alterações na região podem fornecer (BOMFIM, 2004). O impasse presente nesse cenário é que parte do que fundamenta e movimenta esse raciocínio está ligada a questões do direito à propriedade que, no Brasil, às vezes coloca o direito do indivíduo acima do direito do povo. “Aí, o instituto do tombamento esbarra com o direito de propriedade e com o esquecimento do valor social do bem cultural protegido” (LEMOS, 1981, p.85).

O problema de pensar a cidade como produto - e o patrimônio como coisa - é que a “cidade é uma obra” e, como tal, “contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca” (LEFEBVRE, 2008b, p.12). Segundo Lefebvre, a dependência da cidade em relação ao valor de uso, mas sua gestão em direção ao valor de troca, é o que tende a

destruí-la, generalizando-a como mercadoria. Por isso, é tão necessário reconhecer a cidade a partir das mulheres e homens que a compõem, até porque, como retoma Argan a partir da fala de Marcilio Ficino, a cidade não é feita de pedras, logo, “não é a dimensão de uma função, é a dimensão da existência” (ARGAN, 2005, p.223).

Mas diante disso, uma das principais questões é: “como se passa da interpretação individual, e em grande parte inconsciente, à interpretação coletiva, consciente, com claras perspectivas sobre o passado e sobre o futuro, do significado e do valor urbano?” (ARGAN, 2005, p.233-234). Para tentar responder a essa pergunta, talvez o urbanismo, na gestão dos valores urbanos e culturais, precise falar sobre memória. Porque falar sobre memória exige que se saia da cômoda e histórica posição que definiu o critério de qualidade apenas pela estética idealista que alimentou a prática de salvaguardar apenas as “obras primas”; e a partir de critérios de valia, que sobrepujaram a lucratividade ao uso. Porque tratar de memória é lidar com a potência do espaço urbano, ampliando e desmistificando o que, hoje, entendemos ser possível dentro da gestão do espaço e do patrimônio arquitetônico.

### **A (re)construção do patrimônio: entre a memória e a ação coletiva**

Trabalhar a partir da memória, diferente do que muitos técnicos e o próprio senso comum, muitas vezes, acreditam, não é recorrer ao tombamento enquanto cristalização do tempo. Pelo contrário, gerir o patrimônio a partir do conceito de memória é assumir que a conservação integral dos bens patrimoniais é impossível: não há como esperar que um ambiente vivo permaneça idêntico ao passado. Até porque assumir uma única representação desse passado é recair no erro da seletividade que tanto insiste em colocar o urbano, a cultura e a apropriação da arquitetura histórica como algo estático, passível de ser selecionado por especialistas e congelado no tempo em prol do consumo. Ou seja, algo muito próximo, por exemplo, do que hoje é a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, se comparada às aquarelas de Debret. É preciso pensar a memória como o valor que permita uma preservação conservacionista, mas nunca conservadora (ARGAN, 2005). Um valor que constantemente alimente e seja alimentado pelo vínculo, pela ressignificação e pela reminiscência típicas de comunidades em constante movimento - ou seja, realmente vivas. Pensar em termos de memória é manifestar que

Interessa-nos menos que àqueles objetos sejam conservados ou imposto o valor que lhes é reconhecido pelos especialistas (o Coliseu não é necessariamente, na experiência ou no pensamento das pessoas, o Coliseu dos arqueólogos), do que a possibilidade de serem continuamente reavaliados, reinterpretados pela comunidade urbana. (ARGAN, 2005, p.220).

Para isso, antes de tudo, é preciso diferenciar o conceito de história e de memória e é, para isso, tomo como base o pensamento de Pierre Nora, em “Entre a Memória e a História” (1993):

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrotam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivo. (...) O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. (NORA, 1993, p.9).

À luz da diferenciação de Nora e tendo em vista tudo o que foi mapeado e discutido até aqui, talvez seja possível reconhecer, em muitos bens patrimoniais tombados no Brasil, o reflexo do movimento de uma sociedade que, sob o signo da história, criou para si museus, medalhas, monumentos, datas, santuários, arquivos e festividades que funcionam como lugares para ancorar uma memória não mais vivida. São esses os “lugares de memória”, aos quais o autor descreve. Esses lugares, estéreis em relação à própria memória e, conseqüentemente, às dinâmicas coletivas da vida, nada mais são do que restos, frutos das ilusões de eternidade que,

nostálgicos e glaciais, negam qualquer tipo de espontaneidade em relação à memória (NORA, 1993). Por não vivermos mais dessas lembranças - se é que as compartilhamos em algum momento -, esses lugares, investidos de uma aura simbólica, precisam ser defendidos a partir de uma “vigilância comemorativa” que constantemente os reafirme. Talvez essa vigilância seja uma tentativa de que tais lugares superem sua condição de fragmentos da memória de uma minoria, como se não denunciasses uma “unanimidade sem unanimismo” ou não fossem “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupos numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993, p.13).

Pierre Nora é categórico ao afirmar que o fascínio moderno e contemporâneo pela materialização da memória se justifica porque ela não existe mais. Segundo o autor, “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.7) e, desse modo, tudo o que chamamos de memória, quando justificamos certos tombamentos ou insistimos em certas celebrações, já não são nada mais do que história. Se vivêssemos a partir da memória e não da história, como em gestos de continuidade, não precisaríamos consagrar-lhes lugares, nem teríamos a “necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p.14). A história, por ser frágil, é exatamente a necessidade de lhe dedicar lugares que mostra o quão distantes estamos de vivenciá-la em nosso cotidiano, a partir dos nossos hábitos, corpos e sentidos. E é frágil porque, como o sociólogo Maurice Halbwachs aponta em “A Memória Coletiva”, “não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança” (HALBWACHS, 1990, p.34).

Desse modo, para repensar o patrimônio em termos de reconhecimento e reconstrução é preciso fazê-lo a partir da memória coletiva. Sua potência é clara quando pensamos que às classes e grupos dominantes, sempre foi importante “tornar-se senhores da memória e do esquecimento” (LE GOFF, 1990, p.368) por ser esse um mecanismo - sempre violento - de manipulação da memória. Esta foi posta em jogo, como objeto, moeda de troca nas lutas sociais pelo poder. Tão cientes do peso de conduzi-la quanto o são de comandar o espaço, não por acaso a história do patrimônio no Brasil foi construída por atores particulares que fizeram de si mesmos “homens-memória” (NORA, 1993), guardando objetos e construções de seus

próprios clãs, construindo uma visão distorcida da memória coletiva que, “justamente por serem excepcionais não tem representatividade” (LEMOS, 1981, p.22).

A memória coletiva, porém, embora envolva memórias individuais, não pode ser confundida ou reduzida a elas. Embora ajude a construir a história, não é, como esta, única ou universal; é, pelo contrário, múltipla e diversa. Desse modo, é construída a partir do que há de comum, dos pontos de contato, do que passa tanto “no nosso espírito como no dos outros” (HALBWACHS, 1990, p.34). É reconstrução e reciprocidade. É reconhecimento não enquanto história aprendida, mas como história vivida - sendo esta, onde realmente se apóia nossa memória (HALBWACHS, 1990). Se pensar o patrimônio a partir da história é se interessar pelo passado, fazê-lo enquanto memória é voltar-se para o presente, movendo-o de sua histórica condição de consumo para uma posição em que é vivido, apropriado e reapropriado a partir do cotidiano. Discutir o patrimônio a partir, por exemplo, da educação patrimonial, da chancela de paisagem cultural ou dos inventários participativos são formas de se construir outras narrativas possíveis de ressignificação do patrimônio a partir da memória.

A noção de educação patrimonial, embora uma preocupação, no Brasil, desde o começo da década de 1980, só é estruturada a partir da publicação do “Guia Básico de Educação Patrimonial”<sup>79</sup> (1999) que, pela primeira vez, desenvolveu uma metodologia e ensaio de política pública educacional. Ao partir do reconhecimento do patrimônio cultural como fonte primária para o desenvolvimento do conhecimento coletivo e individual e da cultura como todas as ações, materiais e imateriais, através das quais um povo se expressa, o Guia entende a construção dos bens culturais como um processo dinâmico, aprendido por meio do contato e transmissão entre gerações, criado e recriado no presente e responsável pela socialização e formação das nossas identidades enquanto indivíduos e membros de grupos sociais<sup>80</sup>. Dessa maneira, pensar e construir criticamente as noções de educação patrimonial, como produto e produtora da identidade de um grupo, é fundamental às ações de

---

<sup>79</sup> O Guia é fruto do “1º Seminário Sobre o Uso Educativo de Museus e Monumentos”, realizado dezesseis anos antes, em 1983. Publicado originalmente em 1999, o Guia foi produzido pelo IPHAN até 2006 e editado em parceria com o Museu Imperial (cuja diretora e principal organizadora do Guia era Maria de Lourdes Parreiras Horta) e o Ministério da Cultura. Muito do que se construiu a respeito do que é educação patrimonial e de como aplicá-la ainda colhe os frutos da metodologia e dos conceitos desenvolvidos pelo Guia. O Guia Básico de Educação Patrimonial também é base bibliográfica e metodológica para a maioria dos materiais encontrados, disponibilizados digitalmente pelo IEPHA.

<sup>80</sup> Segundo o Guia, “Descobrir esta rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização é a tarefa específica da Educação Patrimonial. (HORTA *et. al.*, 2006, p. 7)

reinserção dos bens no tecido urbano e social. Como ferramenta de empoderamento, de sociabilidade, do direito à cidade, à memória e ao poder de narrativa, a educação patrimonial deve, desse modo, atuar no sentido de fazer emergir memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), sempre como um contínuo processo de apropriação e ressignificação.

Desenvolver essa discussão à luz do conceito de *nacional popular*, descrito por Paulo Freire e Antonio Faundez no livro “Por uma Pedagogia da Pergunta” (1985), parece-me, ainda, uma possibilidade de, através da educação patrimonial, estabelecer uma posição dialógica, democrática, sem antagonismos entre dominantes e dominados, na qual nenhuma expressão cultural imponha seu poder e valores em relação à outra. Diferente do que fizemos até hoje, principalmente em períodos como o Estado Novo e a Ditadura Militar (que, juntos, contextualizam um terço de toda a nossa história de lida com o patrimônio, o que tem inegável peso em como ainda o entendemos), em que a ideia de nacional esteve sempre associada a noções como “universal”, “atemporal” ou “interesse geral”, a leitura de uma educação patrimonial a partir da noção de *nacional popular* estaria atrelada ao direito de todos os grupos formadores da sociedade brasileira, o que inclui “todo o popular e tudo que não é popular” (FREIRE e FAUNDEZ, 1985, p.51), construírem e salvaguardarem suas memórias; entendendo que “fazer História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado” (FREIRE, 1989, p.24). Nesse caminho, se faz necessário superar o “conservadorismo discricionário” (SCIFONI, 2016, p.58) no que diz respeito às práticas de tombamento, ainda focadas em ações de fiscalização e no poder de polícia a ela conferida (PEREIRA, 2018) e que avancemos mais com a discussão iniciada nos anos 80 que, embora tenha ampliado as noções de cultura e patrimônio cultural, não repercutiu, como poderia, nas práticas oficiais de preservação de bens materiais.

A chancela da paisagem cultural, regulamentado pelo IPHAN em 2009, é outro instrumento que ainda hoje pode ser considerado inovador, tendo em vista a leitura do território a partir de um olhar de valorização das dimensões cotidianas, afetivas, sociais, micro econômicas, simbólicas, imateriais e naturais. Apesar do insucesso em relação a sua continuidade e protagonismo dentro do IPHAN, o conceito de paisagem cultural destaca-se como exemplo por ser uma “política com compromisso social” (SCIFONI, 2017 *apud* PEREIRA, 2018, p.189), que busca “realizar diagnósticos das cadeias de produção e das condições de sobrevivência

desses grupos sociais”, criando, assim, redes de proteção e fortalecimento de saberes tradicionais e dinâmicas cotidianas que, combinadas a ações públicas, pensam direitos e deveres “por meio de ações compartilhadas, pactuadas” (PEREIRA, 2018, p.189).

O Manual de Aplicação de Inventários Participativos, por sua vez, é fruto do trabalho do IPHAN junto ao Programa Mais Educação, lançado pelo Ministério da Educação em 2016, talvez seja a metodologia que mais se aproxima de uma superação da tendência vertical e não reflexiva da maioria dos exercícios e trabalhos de educação patrimonial em se tratando de bens materiais. Como aponta, o Manual “considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca do patrimônio cultural” (IPHAN, 2016, p.5). A intenção com o processo é expandir as pesquisas e discussões para além do patrimônio formalmente reconhecido pelos órgãos públicos; direcionando o inventário a bens materiais e imateriais “não oficiais” que façam parte do cotidiano dos diferentes grupos e gerações de uma comunidade. Abrir o debate para se pensar quais outras manifestações, ligadas afetiva e simbolicamente à memória coletiva, poderiam compor a lista de bens culturais, permite discutir quais características devem ser levadas em conta no processo de identificação de um patrimônio cultural e como um mesmo assunto ou objeto pode ter diferentes formas de apropriação e memórias, dependendo do grupo ou geração entrevistada para a atividade.

A proposta do Manual é, dessa maneira, diferente do que prevê grande parte das metodologias educacionais - nas quais a lista de bens a serem estudados já é algo previamente elaborado pelos educadores, limitando o debate sobre a real identificação da sociedade com os bens selecionados. Embora o material aponte que “não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo” (IPHAN, 2016, p.7), pensar as políticas de salvaguarda a partir de sua metodologia permite abrir outras possibilidades de discussão e participação - o que é desejável em se tratando de uma ferramenta educacional - ao extrapolar a noção de que participação social é sinônimo apenas de enquetes, audiências, consultas públicas via internet, gráficos quantitativos e qualitativos, dados

estatísticos etc., uma vez que tais mecanismos não são garantia de um processo significativo de interlocução (SCIFONI, 2016).

Os avanços nas discussões a respeito da educação patrimonial, da chancela da paisagem cultural ou dos inventários participativos caminham, quando minimamente bem feitos, em direção à crítica do processo de construção do patrimônio, denunciando sua utilização histórica enquanto instrumento ideológico de legitimação da cultura dominante. Desse modo, centram em propostas de democratização a partir da ampliação do conceito de bem cultural e da participação da sociedade em sua gestão (FONSECA, 2005). Isso é essencial. Mas, como também aponta Fonseca, “fica de fora a questão da democratização da apropriação simbólica desses bens” (FONSECA, 2005, p.44). Isso porque, embora essas ações, muitas vezes, busquem a problematização do caráter elitista e tecnicista presente na escolha dos bens tombados, esse olhar não parece suficiente para lidar com o presente em toda sua complexidade: o que fazer com aquela lista de bens que não são apropriados pela sociedade, não geram um suposto interesse do mercado e sofrem descaso do Estado? Mesmo que a resignificação do que é cultura e patrimônio seja fundamental na formação crítica dos cidadãos e seus efeitos sejam potencialmente sólidos e duradouros, ainda há de se pensar na democratização daqueles bens em desuso, espalhados pelas diversas cidades brasileiras. Uma contranarrativa tem a necessidade de resignificar não só a maneira como construímos o corpo de bens patrimoniais, mas, também, a forma como nos apropriamos dele hoje. E essa apropriação deve, necessariamente, ser construída em acordo com a pluralidade e particularidade dos diversos grupos sociais; levando em conta as múltiplas camadas identitárias, históricas, afetivas e sociais dos grupos e dos bens. Como complementa Fonseca,

A democratização de apropriação não deve, no entanto, ser entendida como mera difusão das significações produzidas pelos agentes institucionais. Como observa Roger Chartier, uma abordagem que leve em conta a complexidade do processo de recepção vai chamar a atenção para os usos diferenciados que são feitos dos mesmos bens, o que possibilita, inclusive, sua apropriação diferenciada pelos grupos sociais, mesmo em situação de desigualdade econômica e social. (FONSECA, 2005, p.44-45).

Diante do que foi analisado até aqui, parece fundamental, enquanto narrativa possível e instrumento de ressignificação do patrimônio cultural a partir do cotidiano e da memória, discutir sua apropriação e gestão por meio da ação coletiva e local. Já está claro, diante, por exemplo, dos movimentos que (re)ocuparam o centro de Belo Horizonte a partir do final da década de 2000, das manifestações que se espalharam por todo o país em 2013, das *hashtags* contra os grandes eventos de 2014 e em favor do MinC, em 2016, e de todas as ocupações efêmeras e permanentes aqui citadas, que há uma descrença cada vez mais generalizada na capacidade de resposta verdadeiramente democrática da maioria dos espaços institucionais. Há muito tempo é visível - e cada vez mais urgente - a necessidade de reinventar os mecanismos de participação e intensificar os instrumentos de pressão populares. Como defende Boaventura de Souza Santos, é preciso construir diferentes meios de participação que

podem surgir também sob formas contra hegemônicas, organizadas “de baixo para cima”, com critérios mais amplos de inclusão, admissão de uma diversidade de modos de expressão, de conhecimentos e de competências, de experiências, afirmação do caráter agonístico dos exercícios de participação, inclusão de temas considerados irrelevantes ou “fora de limites” pelos atores hegemônicos, pressão sob a decisão, articulação com outras formas de mobilização e de ação coletiva. (SANTOS, 2005, p.70).

Para Lefebvre (2008b), essa participação, real e ativa, tem um nome: autogestão. É por isso que parece possível falar da ressignificação do patrimônio abandonado ou subutilizado na cidade contemporânea a partir de iniciativas como o Espaço Comum Luiz Estrela, a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, o movimento da Praia da Estação, o Duelo de MC's ou a ocupação Kasa Invisível. São, estes, exemplos de grupos que buscam, a partir de iniciativas revolucionárias e autogestionadas, sanar problemas urbanos e sociais gerados pela ausência do Estado e pela produção capitalista da cidade. Isso porque, segundo Halbwachs (1990), para que a resistência se manifeste, ela precisa emanar de um grupo. Não que as transformações da cidade, a demolição de casas, a falta de certas alternativas de lazer ou a presença de imóveis em desuso nos centros urbanos não incomodem alguns indivíduos em particular. Porém, segundo o autor, esse mal-estar ou pesar individuais não têm efeito, pois não significam um movimento em prol do coletivo: “um grupo, ao contrário, não se contesta em manifestar que sofre, em

indignar-se e protestar na hora. Resiste com todas as forças de suas tradições, e essa resistência não permanece sem efeito” (HALBWACHS, 1990, p.137).

Há muito o que aprender com iniciativas como o Espaço Comum Luiz Estrela e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, por exemplo. Movimentos vitoriosos, hoje reocupam edifícios públicos tombados pelo município que, antes, descumpriam sua função social. A luta dos dois Coletivos repercutiu nas concessões de uso e gestão de espaços pertencentes ao conjunto patrimonial da cidade que anteriormente encontravam-se abandonados. São movimentos que, a partir de iniciativas comuns, devolvem à cidade usos culturais e sociais que suprem a própria ausência do poder público. A proposta de maior aproximação com a Kasa Invisível, como já mencionado, justifica-se pela soma de outras duas camadas importantes no discurso sobre o direito à cidade e ao patrimônio. Levantados, em particular, pelo Coletivo, a Kasa complementa o debate sobre a ressignificação do patrimônio e de sua condição de vacância com os temas da função social da propriedade *privada* e a habitação social no Hipercentro das grandes cidades.

O contato inicial com a Kasa levantou uma série de questões que serviram aos desdobramentos desta dissertação. De alguma maneira, mesmo nos momentos em que a Kasa não era o objeto central da minha escrita, ela se revelava como a materialização das controvérsias levantadas ou como possibilidade de incluir possíveis ensinamentos a serem aplicados na gestão do patrimônio cultural. O interesse nessa aproximação se deu a partir de seu reconhecimento como um importante nó em uma complexa *rede* de atores humanos e não humanos, formações de grupos, discursos e controvérsias que, a cada nova movimentação, revelava, em si mesma, a maioria dos pontos rastreados nesta pesquisa. E é exatamente por convergir em si mesma uma quantidade tão representativa de controvérsias e problemas, lidando com eles a partir da ação local e coletiva, que arrisco partir desta - a ação local e coletiva - como uma narrativa possível de ressignificação do patrimônio a partir do cotidiano. Além disso, analisar sua atuação à luz do pensamento estadocrítico de Marcelo Lopes de Souza (2010; 2012a; 2012b) parece ser uma possibilidade de pensar a Kasa Invisível para além de seu território imediato; entendendo-a como um dos nós na “ecologia de agentes e organizações” associado às “práticas espaciais que se vinculam a uma perspectiva de transformação emancipatória da realidade socioespacial - em uma palavra, à práxis” (SOUZA, 2010, p.25).

Marcelo Lopes de Souza (2010; 2012a; 2012b) diferencia as posturas do “campo crítico-radical” em três: a “estodocêntrica”, representada pelo leninismo; a “estadófoba”, simbolizada pelo anarquismo clássico; e a “estadocrítica”, que tem como referência autores neoanarquistas e autonomistas, como Cornelius Castoriadis, filósofo e economista cujos pensamentos fundamentaram a perspectiva de Souza acerca do poder como algo ao mesmo tempo não-negativo e libertário ou, em resumo, sua possibilidade de leitura como “poder autônomo” (CASTORIADIS, 1975, 1983a, 1990, 1996, 1999 *apud* SOUZA, 2010). Diferente do marxismo típico e do leninista, o pensamento autonomista mantém uma postura crítica em relação à figura geral do Estado. Ao mesmo tempo, afasta-se da atitude de “completa desqualificação da luta institucional” (SOUZA, 2012a), assumida pelos anarquistas clássicos que, embora fruto de um temor justificável, não dá conta de compreender, de forma sutil, toda a realidade. Desse modo,

A partir de uma perspectiva libertária "estadocrítica", ao mesmo tempo em que se incorporam uma crítica e uma prudência essenciais em relação ao aparelho Estado, aceita-se que é impossível, simplesmente, ignorá-lo, ou mesmo desconhecer que iniciativas estatais ou patrocinadas pelo Estado podem, às vezes (via de regra quando fruto de pressão de baixo para cima), ter efeitos potencialmente positivos para a luta emancipatória. (SOUZA, 2010, p.27).

Em outras palavras, o pensamento estadocrítico reconhece que nem sempre é possível colocar-se contra o Estado, negando-o ou não admitindo que pressões sociais podem criar boas parcerias e acordos com o poder público. Da mesma maneira, é inocente pensar que o Estado sempre dará conta das complexidades e contradições da sociedade, sendo que, muitas vezes, não há nem mesmo interesse que essa dinâmica se dê de forma democrática. Assim, caberá à sociedade colocar-se atenta e em constante movimento, reconhecendo, a cada circunstância, qual postura - com o Estado, apesar do Estado ou contra o Estado - renderá maiores ganhos sociais e autonomia, sendo que esta implica uma democracia radical “ou, como Castoriadis várias vezes insistiu, uma autêntica democracia, simplesmente” (SOUZA, 2010, p.19).

No contexto do patrimônio cultural, pensar em consonância com as propostas autonomistas é entender que, embora o poder público seja essencial no processo de ressignificação do patrimônio e na garantia do direito à memória - principalmente no

tocante à educação patrimonial -, não há como esperar que esse movimento seja feito apenas a partir de lutas institucionais. Mesmo porque, como rastreado ao longo desta pesquisa, a zona cinzenta que envolve muitos discursos oficiais permitiu, em diversos momentos da história, a descaracterização ou precarização de conceitos potencialmente transformadores. Diante disso, movimentos como a Kasa Invisível mostram que a ação direta é ferramenta fundamental na pressão “de baixo para cima”. E no contexto de crítica e não-negação simultâneos, o pensamento estadocrítico reconhece a ação direta como necessidade (SOUZA, 2012a, 2012b) e principal estratégia (SOUZA, 2010).

De forma mais abrangente do que historicamente foi definida pelos anarquistas, a ação direta se constrói a partir de propagandas, agitações e organizações cuja finalidade é “promover a resolução social e eliminar a exploração de classe e o Estado que lhe dá respaldo” (SOUZA, 2012a, 2012b). Em relação à Kasa, o uso de uma forte identidade visual, da realização de eventos, reuniões abertas e de uma comunicação ativa, periódica e direta marcam as estratégias de fortalecimento da ocupação e dos ideais que a envolvem. Se em seus primeiros anos o Coletivo buscou, a partir de uma atuação silenciosa, a garantia do lapso temporal necessário ao pedido de propriedade por usucapião, passados o período necessário, a comunicação nas redes sociais se tornou um dos principais recursos de ação, resistência e transmissão dos ideais que promovem e são promovidos pela ocupação (figura 24).

A emergência da ação direta, vista como estratégia, não elimina, porém, a luta institucional, que pode ser a ela subordinada como uma possível tática. Como aponta Souza (2010; 2012), dependendo das circunstâncias e se resguardando de eventuais perdas por meio de “cooptação estrutural” - principal risco que se corre por “jogar no campo do adversário” - o uso de brechas legais, de recursos públicos e o envolvimento com instâncias participativas podem complementar a ação direta ao serem explorados por movimentos sociais de forma que um “contra o Estado” se desdobre, “na prática ou mesmo na intenção tática, em um ‘com o Estado’, ao se forçar o Estado não somente a ceder e conceder, mas também a sentar-se à mesa de negociações e a instituir novos canais de diálogo” (SOUZA, 2010, p.29). O Espaço Comum Luiz Estrela e a Tina Martins são exemplos bem sucedidos de ações diretas que se valeram da luta institucional para atuarem em um contra e apesar do Estado que se desdobrou em ações com o Estado. No caso da Kasa

Invisível, o dispositivo da ação de usucapião foi a estratégia usada como tentativa de assegurar a posse do imóvel. Além disso, tendo em vista a decisão judicial favorável à reintegração de posse do conjunto, proferida em março de 2020, atualmente o Coletivo mobiliza uma campanha pública na mídia e redes sociais contra o despejo das ocupações em Belo Horizonte. A ação tem como objetivo a elaboração de uma petição, com no mínimo cinco mil assinaturas, a ser encaminhada ao prefeito Alexandre Kalil e ao governador Romeu Zema<sup>81</sup>.



Figura 24: Materiais produzidos pelo Coletivo Kasa Invisível. (1) Acima, à esquerda: “Ação Antifascista” é um dos capítulos do livro “Receitas Para o Desastre - Um Livro De Receitas Anarquista”, do coletivo CrimethInc., que foi editado e disponibilizado pela Kasa, para leitura e impressão. (2) Abaixo, à esquerda: Chamada para artistas, músicos e outros atores independentes interessados em participar da Feira Okupa Skina, realizada periodicamente pelo Coletivo. (3) Acima, à direita: Convite aberto para as oficinas de restauração em patrimônio, responsáveis pela reabilitação estrutural e funcional do conjunto. (4) Abaixo, à direita: Convite aberto para as reuniões com o “Grupo de Estudos Libertários”, um evento periódico, aberto e gratuito que tem como objetivo a ampliação do debate acerca de autores de tradição autonomista, anarquista e marxistas não-ortodoxos. Imagens coletadas nas redes sociais do Coletivo. Disponível em: <<https://www.instagram.com/kasainvisivel/>>. Acesso: 05 de set. de 2020

Um dos pontos estruturantes desta dissertação, reforçado por autores como Lefebvre (2008a; 2008b), Nora (1993), Halbwachs (1990) e, em especial, Marcelo

<sup>81</sup> Disponível em: <[https://www.change.org/p/prefeito-alexandre-kalil-contra-o-despejo-e-pela-suspens%C3%A3o-de-todos-os-processos-de-remo%C3%A7%C3%A3o-na-rmbh?utm\\_source=share\\_petition&utm\\_medium=custom\\_url&recruited\\_by\\_id=d3645e40-a803-11ea-b6eb-45fbc643e9b5](https://www.change.org/p/prefeito-alexandre-kalil-contra-o-despejo-e-pela-suspens%C3%A3o-de-todos-os-processos-de-remo%C3%A7%C3%A3o-na-rmbh?utm_source=share_petition&utm_medium=custom_url&recruited_by_id=d3645e40-a803-11ea-b6eb-45fbc643e9b5)>. Acesso em: 05 de set. de 2020.

Lopes de Souza (2010; 2012a; 2012b), baseia-se no fato de que o poder não é exercido apenas no espaço, “mas também através do espaço e por meio do espaço - isto é, por meio das formas do substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de ‘lugar’” (SOUZA, 2010, p.26). Exemplos de ocupações permanentes, exercidas mediante territorialização, como a Kasa Invisível, o Espaço Comum Luiz Estrela e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins; e de ocupações temporárias como a Praia da Estação, o Carnaval e o Duelo de MC's são manifestações do entendimento de que grupos oprimidos, formados por atores humanos (como mulheres, artistas independentes, negros e moradores da periferia) e não humanos (como baixios de viadutos, praças no Hipercentro da capital, o Hip Hop e o patrimônio material “não excepcional”), invisibilizados e marginalizados, tem o poder de exercer “(contra)poderes” e desenvolver “(contra)projetos” (SOUZA, 2010) capazes de movimentar toda uma realidade só possível a partir da ação direta, local e coletiva. É o poder da ação local em estabelecer uma “revitalização de baixo para cima”:

Em contraste com a linguagem amplamente difundida do planejamento urbano conservador, o qual fala de “revitalização” referindo-se a processos durante os quais áreas “degradadas” (...) e/ou bairros pobres são submetidos a uma “gentrificação” e tornados úteis para propósitos capitalistas (como se antes esses espaços estivessem “mortos”, “sem vida”, o que, especialmente no caso de áreas residenciais populares, chega a ser uma afronta), uma “revitalização de baixo para cima” equivale a uma situação na qual alguns agentes (como squatters, sem-teto etc.) assumem o controle de espaços “abandonados” com a finalidade de lhes dar alguma função social legítima. “Revitalização de baixo para cima” parece ser, com efeito, uma expressão adequada para designar o que acontece com espaços ociosos (prédios vazios, por exemplo) que sofrem a ação de práticas espaciais insurgentes. (SOUZA, 2010, p.41).

Muito do que foi cartografado durante a *Etimologia do Vazio* revelou que as práticas espaciais tem servido, ao longo de toda a nossa vida, à dominação, à alienação, à domesticação dos corpos, à imposição de noções de cultura, de estética e de história e ao apagamento de memórias de grupos invisibilizados. O que os discursos que fundamentam essas contranarrativas apontam é que a ocupação dos espaços pode servir, também, à materialização de memórias coletivas diversas, à emancipação e autodeterminação de grupos sociais colocados à margem da história, às práticas lúdicas e cotidianas e à autonomia; considerando-as, ainda,

como possibilidades e caminhos “pelos quais uma demanda ou luta local pode se tornar visível e articulada supralocalmente” (SOUZA, 2010, p.34). Como esta pesquisa apontou e Lefebvre afirma, mesmo diante das contradições do poder estatal e do mercado (seja como rivais ou como concorrentes) ou das desigualdades sociais, econômicas, políticas, espaciais e simbólicas,

a sociedade urbana e “o urbano” persistem e mesmo se intensificam. As relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer. A realidade urbana no próprio âmago de sua deslocação, persiste e se densifica no centro de decisão e de informação. Os habitantes (quais? cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. (LEFEBVRE, 2008b, p. 84) .

Dessa maneira, é sempre importante lembrar que "o poder coletivo dos corpos no espaço público ainda é o instrumento mais eficaz de oposição quando todos os outros meios de acesso encontram-se bloqueados" (HARVEY, 2014, p.281). Assim, espaços autônomos, ocupações temporárias, práticas insurgentes são outros caminhos, também, de educação patrimonial e revitalização “de baixo para cima”. Essa retomada dos monumentos, do patrimônio arquitetônico e sítios históricos é uma narrativa possível de reconstruir a cidade a partir das diferenças, do valor de uso; escapando, assim, “às existências da troca, do valor de troca” (LEFEBVRE, 2008b, p.84).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impulso original desta pesquisa é reflexo do levantamento iniciado pelo Projeto Recipientes que constatou a predominância de exemplares históricos ou tombados no corpo de imóveis em condição de vacância na região central de Belo Horizonte. Tal situação expõe, além das controvérsias acerca da gestão do patrimônio cultural na cidade contemporânea, a histórica contradição de uma cidade que, mesmo carente de espaços para habitação e iniciativas cidadãs, segue com o descumprimento da função social da propriedade e de seu patrimônio.

Como objetivo geral desta pesquisa, buscou-se verificar porque os edifícios históricos ou tombados compõem a maioria dos imóveis em desuso na região central de Belo Horizonte, investigando as condições históricas e contemporâneas que favoreceram ou ainda favorecem tal situação. Da mesma maneira, buscou-se identificar e discutir acerca de uma outra narrativa possível, favorável à construção de uma gestão e usufruto verdadeiramente democráticos da cidade que, ao entender o espaço como uma construção social, propôs investigar como os atores, grupos, discursos e eventos relacionados à produção do espaço e da cultura impactaram a maneira como lidamos com o patrimônio no Hipercentro da capital.

Desdobramento dessas questões, esta pesquisa questionou, ainda, o processo de formação e desenvolvimento do conceito de patrimônio no Brasil, refletindo a respeito dos discursos por trás da ferramenta do tombamento; sobre os atores responsáveis por essa identificação; assim como a narrativa oficial acerca da cultura, da história e da identidade e como esta pode (ou tende) a silenciar diversas outras manifestações e memórias.

A fim de investigar esse processo, a pesquisa apoiou-se no Método Cartográfico desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar, da Universidade Federal de Minas Gerais. O Método permitiu iluminar o tema, evidenciando seu processo de formação e as relações de poder que atravessaram sua construção ao longo do tempo e recorte propostos. Facilitada pela Cartografia, a possibilidade de um mapeamento construído a partir de atores não hegemônicos contribuiu para uma leitura multiescalar acerca dos discursos e eventos relacionados ao patrimônio. O Método favoreceu, ainda, o processo de rastreamento da rede de conexões entre os diversos elementos e ideologias, permitindo a investigação sobre uma narrativa possível a partir de tais atores “não oficiais”.

Junto à bibliografia selecionada foi possível reconhecer, na figura do Estado, o ator central no processo de fabricação e desenvolvimento do conceito e prática de patrimônio no Brasil. O estudo permitiu distinguir o histórico movimento do poder público ora em direção às classes populares, ora às classes dominantes, ora aos intelectuais e ora ao mercado que, ao longo da história, afastou o campo do patrimônio cultural de uma leitura fundamentada no valor de uso e na noção de memória. Assim, seu entendimento a partir de conceitos como excepcionalidade e valor de troca favoreceu sua interpretação, predominantemente, enquanto um bem de consumo. Desse modo, seja pela pressão de atores responsáveis pela especulação imobiliária dos terrenos, seja pelo desinteresse do Estado e da iniciativa privada em pensar novos usos que superem o meramente turístico ou institucional, o patrimônio arquitetônico no Hipercentro de Belo Horizonte segue em desuso e ao arbítrio da pouca ou inexistente manutenção.

Além das referências bibliográficas básicas aqui investigadas, entrevistas com membros do Coletivo Kasa Invisível e com atores associados aos movimentos de ocupação e insurgências da capital foram fundamentais para a estruturação das narrativas e controvérsias desenvolvidas em Nível Micro. Do mesmo modo - e tendo em vista a condição excepcional imposta pelo contexto da pandemia do COVID-19 - as redes sociais se tornaram uma das principais ferramentas de rastreamento de atores, grupos, eventos e discursos investigados ao longo do Dossiê de Ausência.

As pesquisas junto ao Arquivo da Cidade, ao Museu Abílio Barreto, à imprensa oficial e as visitas de campo foram fundamentais para a elaboração da pesquisa. Porém, um estudo qualitativo dos imóveis históricos em condição de vacância mapeados no Dossiê, previsto inicialmente, foi impossibilitado pelo fechamento dos órgãos públicos e pelas recomendações de confinamento desencadeados pelo contexto da pandemia, iniciada no primeiro semestre de 2020. O estudo tinha como objetivo somar ao levantamento quantitativo uma imagem mais particular desses edifícios, rastreando seus antigos usos, sua relação com a cidade e com os atores do entorno. Diante das condições atípicas impostas pelo cenário, o levantamento proposto pelo Dossiê priorizou as condições identificadas nas visitas de campo anteriores ao isolamento e em pesquisas realizadas a partir de ferramentas digitais.

O interesse acerca das condições particulares de cada edifício apóia-se no anseio de entender o processo histórico de uso, provável reuso e posterior

abandono desses imóveis em relação aos eventos rastreados em nível internacional, nacional, municipal e local. Do mesmo modo, tinha como objetivo discutir os possíveis obstáculos funcionais e simbólicos para o reuso tendo em vista o uso original de cada imóvel (ou seja, para qual função inicial ele foi projetado) ou seu estilo arquitetônico, por exemplo.

As restrições impostas pelo tempo também limitaram o desenvolvimento de linhas de pesquisa importantes como a teoria do valor e a educação patrimonial. Tendo em vista tudo o que foi abordado até aqui, parece-me fundamental um maior aprofundamento no conceito de valor, tanto no campo da arte como no da arquitetura e do urbanismo. Da mesma maneira, entendo a educação patrimonial como uma ferramenta primordial para a construção de toda e qualquer política pública sobre patrimônio e cultura no Brasil. Assim, parece-me importante, à vista de possíveis desdobramentos, explorar melhor tais abordagens.

Diante disso e tendo em vista possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas futuras, acredito que o aprofundamento sobre o contexto particular de cada um dos edifícios mapeados possa contribuir para a construção de outras hipóteses que ajudem a reconhecer possíveis e prováveis dificuldades associadas ao reuso de imóveis históricos ou tombados no Hipercentro de Belo Horizonte. Isso em vista, seria possível ampliar a investigação das necessidades, dificuldades, discursos, controvérsias, atores e grupos relacionados ao campo do patrimônio cultural e sua gestão junto à cidade contemporânea.

A partir dos estudos sobre as ocupações urbanas em Belo Horizonte e, em especial, a Kasa Invisível, esta dissertação propôs construir uma outra narrativa possível que supere a ausência do Estado e a pressão especulativa da iniciativa privada sobre a cidade. Seria importante que futuras contribuições e desdobramentos expandam, junto a outras práticas insurgentes, as discussões aqui iniciadas. A partir de seus contextos e discursos específicos, caberia aos novos estudos a investigação de outras ferramentas capazes de construir narrativas que lutem pela função social da propriedade e do patrimônio nos grandes centros urbanos.

Por fim, tendo em vista as discussões mais recentes acerca do patrimônio cultural, parece-me fundamental que os desdobramentos futuros desta pesquisa e sua investigação sobre o patrimônio arquitetônico em condição de vacância no centro das grandes cidades se faça a partir de uma maior exploração do conceito de

paisagem cultural. Desse modo, reforça-se uma leitura da cidade enquanto um conjunto único, em que cada processo contemporâneo de intervenção no espaço urbano deve ser pensado como parte da história da cidade, logo, não indissociável de seu passado e altamente responsável por seu futuro.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Carla Maria Junho. De Drummond a Rodrigues: venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK. *In: MIRANDA, Wender Melo (org.). Anos JK: margens da modernidade.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002

ANGIOLILLO, Francesca. Governo troca técnicos do Iphan por conveniência política e prevê cortes de 72%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/governo-nomeia-tecnicos-do-iphan-conforme-lhe-convem-em-goias-cargo-foi-sorteado.shtml>>. Acesso em: 28 de ago. de 2020

ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de ; ANDRADE, Leonardo Batista de. **Entre o público e o privado: reflexões sobre as Operações Urbanas Simplificadas em Belo Horizonte.** *In: XVIII Encontro Nacional da ANPUR, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR - Natal, 2019, 2019*

ARANTES, Otília. VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2002

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005

BARBALHO, Alexandre. **Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no governo Temer.** *Revista de Políticas Públicas.* V. 22, nº 1 (2018). Disponível em <http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9230> Acesso em 18 de Julho de 2018

BH teve 4,5 milhões de foliões no carnaval, sendo 211 mil turistas. **G1**, 04 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/03/04/belo-horizonte-teve-45-milhoes-de-folioes-211-mil-eram-turistas-segundo-belotur.ghtml>>. Acesso em: 02 de abril de 2020

BOMENY, Helena. Utopias de cidades: as capitais do modernismo. *In: GOMES, Ângela de Castro (org). O Brasil de JK.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 2. ed., p.144-161

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil.** *Revista Espaço Plural.* Ano VIII, nº 17, p.65-72, 2º semestre 2007

BRAGON, Rayder. Plano de tombar Mercado Central desagradado a comerciantes e vira polêmica em BH. **Portal UOL**, Belo Horizonte, 09 de mai. de 2008. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/05/09/ult23u2215.jhtm>>. Acesso em: 14 de abril de 2020

BRASIL. **Constituição de 1934.** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 16 de março de 2020

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 16 de março de 2020

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial União** - Seção 1 - 6 dez. 1937, p.24056. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2020

BRASIL. **Estatuto das Cidades**, 2001. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6%20Calizaya>>. Acesso em: 16 de março de 2020

BRASIL. Ministério da Cultura. Lula, Collor e Cultura. **Informativo Cultural do Conselho Federal de Cultura**. Rio de Janeiro, Ano I, n.3, p.4-7, nov-dez 1989.

BRASIL. **Ministério da Cultura. Programa de Aceleração do Crescimento** - Cidades Históricas: Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Brasil, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cidades%20Hist%C3%B3ricas%20-%20Noticias%201%202009.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2019

BRASIL. **Lei nº 7.165 de 27 de agosto de 1996**: Institui o Plano Diretor de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/Lei\\_7165\\_Plano\\_Diretor.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/Lei_7165_Plano_Diretor.pdf)>. Acesso em: 16 de março de 2020

BRASILEIRO, Vanessa Borges. **Sylvio de Vasconcellos**: um arquiteto para além da forma. 2007. 432f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008

BREVE Histórico da gestão Metropolitana da RMBH. **Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar**. Belo Horizonte, s/d. Disponível em: <<http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/pt-br/content/rmbh.htm>>. Acesso em: 28 de ago. 2020

CANÊDO, Felipe. Iphan critica governo e diz que PAC das Cidades Históricas não saiu do papel. **Estado de Minas**, 11 de novembro de 2012. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/11/11/interna\\_politica,329040/iphann-critica-governo-e-diz-que-pac-das-cidades-historicas-nao-saiu-do-papel.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/11/11/interna_politica,329040/iphann-critica-governo-e-diz-que-pac-das-cidades-historicas-nao-saiu-do-papel.shtml)>. Acesso em: 16 de março de 2020

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Itinerário dos órgãos estaduais de preservação do patrimônio histórico: o caso do IEPHA-MG**. In: Urbanização Brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2003, p.207-219.

CARVALHO, Jonas. Os 15 maiores captadores de recursos da Lei Rouanet em 2015. **Exame**, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-15-maiores-captadores-de-recursos-da-lei-rouanet-em-2015/>>. Acesso em: 16 de março de 2020.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. São Paulo: Zahar, 2013

CASTRIOTA, Leonardo Barci. in FONSECA, Maria Alice de Barros Marques (org). **Raffaello Berti - Arquiteto. Projeto Memória. Mario Berti obra póstuma**. Belo Horizonte: Silma Mendes Berti/AP Cultural, 2000, p.17-23

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do Patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlo, 2010

CHACHAM, Vera. **A memória urbana entre o Panorama e as Ruínas**. A Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de Freitas. (Org.). BH. Horizontes Históricos. 1ed. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, v. , p. 183-239.

CHEREM, Carlos Eduardo. BH terá Museu do Sexo das Putas para abrigar memória de sua zona boêmia. **UOL**, Belo Horizonte, 14 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/07/14/bh-tera-museu-do-sexo-das-putas-para-abrigar-memoria-de-sua-zona-boemia.htm>>. Acesso em: 23 de abril de 2020

CHUVA, Márcia. Possíveis Narrativas sobre duas décadas de Patrimônio: de 1982 a 2002. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 35, 2017, p.79-103. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat\\_35.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf)>. Acesso em: 01 de set. de 2020

CIRCUITO URBANO DE ARTE - CURA. **Cura.art**, c2020. Página inicial. Disponível em: <<https://cura.art/>> Acesso em: 02 de abril de 2020

CLT se tornou "entulho autoritário", diz FHC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 de dezembro de 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1112200116.htm>>. Acesso em 16 de março de 2020

COELHO, Polyana Pereira; GONÇALVES, Raquel Garcia. **Ocupar a cidade, as ruas, as praças e os espaços**: os limites da institucionalidade e as possibilidades de ação direta. Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2017

CONSELHO DA EUROPA. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. **Declaração de Amsterdã**. 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2019

CONOFRE, Fernanda. Em rua boêmia de BH, 'museu das putas' vira disputa ideológica. **Gauchazh Geral**, Belo Horizonte, 24 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2019/08/em-rua-boemia-de-bh-museu-das-putas-vira-disputa-ideologica-cjzptynz3004e01n7zbatvgk3.html>>. Acesso em: 23 de abril de 2020

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

CURA: Tudo sobre o circuito artístico que está colorindo Belo Horizonte. **Blog Lokamig Rent a Car**, 2019. Disponível em: <<https://blog.lokamig.com.br/cura-tudo-sobre-o-circuito-artistico-que-coloriu-belo-horizonte/>> Acesso em: 02 de abril de 2020

DEMARCHI, João Lorandi. **O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial**. USP. Rev. CPC, v.13, n.25, p.140–162, jan./set. 2018.

DÓRIA, Carlos Alberto. A Merencória Luz do Estado. In: Cultura: Vida e Política. São Paulo: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, abr-jun de 2001

DURÃES, Mariana. Carnaval de Belo Horizonte em 2019 recebeu 4,3 milhões de foliões. *Jornal Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 12 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www. hojeemdia.com.br/horizontes/carnaval-de-belo-horizonte-em-2019-recebeu-4-3-milh%C3%B5es-de-foli%C3%B5es-1.700211>>. Acesso em: 02 de abril de 2020

DURAND, José Carlos Garcia. Política e gestão cultural: Brasil, EUA e Europa. **Relatório de Pesquisa NPP nº 13**. São Paulo: FGV-EAESP, 2000.

ÉBOLI, Evandro. Existiam 'interesses mil' em esvaziar o Iphan, diz relatora de MP que recriou o MinC. **O Globo**, 21 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/existiam-interesses-mil-em-esvaziar-iphan-diz-relatora-de-mp-que-recriou-minc-20509220>>. Acesso em: 16 de março de 2020

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2020

FARIA, Nathalie Danif Moreira de; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. A Educação Patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VI, n. 2, p. 49-72, jun.- dez. 2009. p. 53)

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989 (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4)

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Educação e Comunicação: v. 15, 1985. Disponível em: [encurtador.com.br/dotPW](http://encurtador.com.br/dotPW). Acesso: 01 de ago. 2020

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **A travessia social: uma ponte para o futuro**. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2016. Disponível em: [https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/TRAVESSIA-SOCIAL-PMDB\\_LIVRETO\\_PNTE\\_PARA\\_O\\_FUTURO.pdf](https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/TRAVESSIA-SOCIAL-PMDB_LIVRETO_PNTE_PARA_O_FUTURO.pdf). Acesso em: 02 de agosto de 2020

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2020

GIANNECCHINI, Ana Clara. **O Iphan e o Programa Monumenta**. Lições para a gestão do patrimônio cultural. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialista em Gestão Pública. Brasília: Enap, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 1996

GRAGNANI, Juliana. **Setores culturais reagem ao uso da lei Rouanet na moda**. Folha de São Paulo. São Paulo, 28 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/08/1332741-setores-culturais-reagem-ao-uso-da-lei-rouanet-na-moda.shtml>. Acesso em: 18 de março de 2020

GROAT, Linda N. **Architectural Research Methods**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2013

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008)**/ Maria Tarcila Ferreira Guedes. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2015. 148 p. – (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 7)

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1991. (Tese, Doutorado).

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 25-32.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. 1964. Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. 1964 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 23 de junho de 2019

INDISCIPLINAR. **Blog Indisciplinar**: Em Breve Aqui, UFMG. Disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/em-breve-aqui/>>. Acesso em: 23 de junho de 2019

IPEA. **Gasto Social Federal**: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. Nota Técnica nº 11. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5695/1/NT\\_n11\\_Gasto-social-federal-prioridade\\_Disoc\\_2012-set.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5695/1/NT_n11_Gasto-social-federal-prioridade_Disoc_2012-set.pdf)>. Acesso em: 17 de março de 2020

IPHAN. **Bens Tombados e processos em andamento**. 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf>>. Acesso em: 28 de junho de 2019

IPHAN. **Carta de Petrópolis**. 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2020

IPHAN. **Compromisso de Brasília**. 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2020

IPHAN. **Compromisso de Salvador**. 1971. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2020

JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). *In*: DUTRA, Eliane de Freitas; MELLO, Ciro Flavio Bandeira de (Org.). **BH: Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p. 49-119

KNEVITT, Charles. **Space on earth: architecture, people and buildings**. London: Thames Methuen, 1985, 232p

LANA, Ricardo. Arquitetos do jardim: Roberto Burle Marx e Henrique Lahmeyer de Mello Barreto. *In*: SOUZA, Eneida Maria de (Org.). **Modernidades tardias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 91-92 apud OLIVEIRA, Lúcia Lippi, 2002, p.37 livro Anos JK: margens da modernidade, organizado por Wender Melo Miranda. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social. Uma introdução à teoria do Ator-Rede**. São Paulo: EDUFBA e EDUSC, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a. 190 p. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2008b.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é o patrimônio histórico**. Editora Brasiliense S.A., São Paulo, 1981

LEMOS, Celina Borges. **Savassi**: a consolidação de um centro urbano. 1985. 150p. Trabalho final do curso de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985

LEMOS, Celina Borges. Savassi: a consolidação de um centro urbano. *In*: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (org). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR / PBH, 1994

LICHFIELD, Nathaniel. **Economics in urban conservation**. New York: Cambridge University Press, 2009

LIMA, Juliana Domingos de. O que faz o Iphan. E o esvaziamento do órgão sob Bolsonaro. **Nexo Jornal**, 01 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/01/O-que-faz-o-Iphan.-E-o-esvaziamento-do-%C3%B3rg%C3%A3o-sob-Bolsonaro>>. Acesso em: 28 de ago. de 2020

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **VIRUS**, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 14 Mai. 2020.

LOPES, Valquiria. Tombamento na área da Raul Soares enfrenta resistência. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 25 de jun. de 2008. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/tombamento-na-area-da-raul-soares-enfrenta-resistencia-1.286754>>. Acesso 14 de abril de 2020

LUZ, Afonso. Opinião: Acertos e fracassos do governo na Cultura. **SeLect**. Edição: 12, 04 maio 2018. Disponível em: <<https://www.select.art.br/critica-gestos-minc/>>. Acesso em: 29 jan 2020

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. **As Manifestações no espaço público: a rua como lugar de expressão política**. *In*: Pensamento Plural. Pelotas, jan./jun. de 2013. pg 7-35

MAIA, Tatyana de Amaral. **O patrimônio como expressão da nacionalidade**: a função do Estado no setor cultural. Políticas Culturais em Revista, 1(1), p. 88-103, 2008

MANSUR, Carolina. Polêmica sobre preservação de antigos cinemas de BH também já ocorreu há 30 anos. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2013. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/28/interna\\_gerais,482985/polemica-sobre-preservacao-de-antigos-cinemas-de-bh-tambem-ja-ocorreu-ha-30-anos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/28/interna_gerais,482985/polemica-sobre-preservacao-de-antigos-cinemas-de-bh-tambem-ja-ocorreu-ha-30-anos.shtml)>. Acesso em: 16 de março de 2020

MARIA, Laura. A edificação da resistência. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/a-edificacao-da-resistencia-1.1575272>>. Acesso em: 15 de abril de 2020

MARICATO, Ermínia. Entrevista Brasil tem obra sem plano e plano sem obra. **Ermínia Maricato.net**, 2013. Disponível em <<https://erminiamaricato.net/2013/05/28/entrevista-brasil-tem-obra-sem-plano-e-plano-sem-obra/>>. Acesso em: 03 de abril de 2020

MARQUES, Yara Landre e MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Metropolização, meio ambiente e qualidade de vida. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (org). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR / PBH, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A dialética do método regressivo - progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo**. 35ª Reunião Anual da Anpocs . MR-17 – Vinte anos sem Henri Lefebvre. Minas Gerais, 2011.

MENDONÇA, Ana Carolina; LIMA, Déborah. Belo Horizonte recebe título de Cidade Criativa da Gastronomia pela Unesco. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 30 de out. de 2019. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/10/30/interna\\_gerais,1097123/belo-horizonte-recebe-titulo-de-cidade-criativa-da-gastronomia-unesco.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/10/30/interna_gerais,1097123/belo-horizonte-recebe-titulo-de-cidade-criativa-da-gastronomia-unesco.shtml)> Acesso em: 02 de abril de 2020

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG,2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1) [online] Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES\\_Ulpiano\\_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf). Acesso em: 21 de julho de 2020

MICELI, Sérgio. SPHAN: **Refrigerio da cultura oficial**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, 1987, p.44-47

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (org.); LEMOS, Celina Borges; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MARQUES, Yara Landre. **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994.

NEGRISOLI, Lucas. BH em seus 120 anos sempre foi palco de manifestações. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 04 dez. de 2017. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/12/04/interna\\_politica,921678/bh-em-seus-120-anos-sempre-foi-palco-de-manifestacoes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/12/04/interna_politica,921678/bh-em-seus-120-anos-sempre-foi-palco-de-manifestacoes.shtml)> Acesso em: 31 de março de 2020

NIKLAS, Jan. Governo publica Nova Lei de Incentivo à Cultura; saiba o que muda. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 2019 . Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/cultura/governo-publica-nova-lei-de-incentivo-cultura-saiba-que-muda-23617978>>. Acesso em: 16 de março de 2020

NUNES, Rodrigo. Liderança Distribuída. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 09, página 10 - 19, 2016

OLIVEIRA, Junia. Praça Sete: o coração das passeatas na capital mineira. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29 de jun. de 2013. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/29/interna\\_gerais,414565/praca-sete-o-coracao-das-passeatas-na-capital-mineira.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/29/interna_gerais,414565/praca-sete-o-coracao-das-passeatas-na-capital-mineira.shtml)> Acesso em: 31 de março de 2020

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, 2002. *In*: MIRANDA, Wender Melo (org.). **Anos JK: margens da modernidade**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.

OLIVEIRA, Raquel Elizabeth Byrro; ZANQUETTA, Vitória Ramirez. **Projeto Recipientes: Edifícios Centrais em Desuso**, 2017. 128p. Dissertação (trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Política urbana e movimento de favelas em Belo Horizonte (1947-1964). **sÆculum - Revista de História**, João Pessoa, número 24, página 39-54, jan/jun 2011.

OLIVEN, RG. **Violência e cultura no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, 94p

OMMAR MOTTA. **Praça Livre BH: Postagens de "Qualquer Natureza"** sobre a Praça da Estação, c2010. Sessão sobre. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/>>. Acesso em: 04 de set. de 2020.

ORENSTEIN, José. O que muda com as novas regras da Lei Rouanet. **Nexo**, 22 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/03/22/O-que-muda-com-as-novas-regras-da-Lei-Rouanet>>. Acesso em: 16 de março de 2020

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Normas de Quito**. 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2020

PEIXOTO, Ana Paula Maciel. **Vacância residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte: mobilização do estoque vago para a promoção de habitação de interesse social** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, 221p

PEIXOTO, Mariana. Hotel Imperial Palace, na rua Guaicurus, vira palco para o espetáculo Rua das camélias. **UAI**, Belo Horizonte, 03 de nov. de 2016. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/teatro/2016/11/03/noticias-teatro,196823/vida-meretricia-da-capital.shtml>>. Acesso em: 17 de abril de 2020

PENNA, Alícia Duarte. Belo Horizonte: um espaço infiel. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, número 18, p. 101-1021, set. 1997

PEREIRA, Danilo Celso. **Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI**. IPHAN, RJ, Brasil. *Rev. CPC*, São Paulo, n. 21, p.36-70, jan./jul. 2016

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudo Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados - 2000/2010**. Brasília, DF : Iphan/Monumenta, 2012. 344p. : il. ; 28 cm.

PONTES, Mateus Moreira. **Requalificação do Hipercentro de Belo Horizonte: Possibilidades de inserção do uso residencial**. Orientador: Maria Lúcia Malard. 2006. 144 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Listagem de Bens Tombados, 2017. Disponível em: <

[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/noticia/Listagem\\_bens\\_tombados\\_BH-atualizada\\_em\\_27-11-2014\\_e\\_sujeita\\_a\\_atualizacao.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/noticia/Listagem_bens_tombados_BH-atualizada_em_27-11-2014_e_sujeita_a_atualizacao.pdf)>. Acesso 28 de junho de 2019

QUEM ganha com o novo Plano Diretor?. **Folha de São Paulo**, 02 de jul. de 2002. Disponível em:

<<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=15394&keyword=plano&anchor=189119&origem=busca&pd=22a424fa184b51ec827460766b11e4dd>>. Acesso em: 28 de ago. de 2020

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. *In: \_\_\_\_\_*. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

RIVERO, Elena Lucía; VEIGA, João Marcos. Praça da Estação e Rua da Bahia: lugares e discursos em disputa no patrimônio de Belo Horizonte a partir da década de 1980. *In: Cadernos de pesquisa Revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História Instituto de História*. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, v. 29, n. 2, 2016

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilásio. **As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais**. *In: SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. *In: VAINER, Carlos. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 5-11.

RUA das Camélias estreia em novembro no Hotel Imperial Palace, da Guaicurus. **BH Eventos**, Belo Horizonte, 10 de mar. de 2016. Disponível em: <<https://www.bheventos.com.br/noticia/10-03-2016-rua-das-camelias-estreia-em-novembro-no-hotel-imperial-palace-da-guaicurus>>. Acesso em: 17 de abril de 2020

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. 1992. [209]f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 31 de jul. 2020

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e Enfrentamentos**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Facom/UFBa, 2008.

SÁ, Fátima; TARDÁGUILA, Cristina. Juca Ferreira abre fogo contra a Lei Rouanet. **O Globo**, 06 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/juca-ferreira-abre-fogo-contr-lei-rouanet-15258675>>. Acesso em: 16 de março de 2020

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. *In*: VAINER, Carlos. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 92-98.

SALLUM, Brasílio. **Governo Collor: O Reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 2, 2011, p.259-288.

SANTOS, Bárbara Ferreira. O que faz o Iphan, órgão envolvido em crise de ministros de Temer. **Exame**, 22 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-que-faz-o-iphan-orgao-envolvido-em-crise-de-ministros-de-temer/>>. Acesso em 16 de março de 2020

SANTOS, B. S., MENESES, M. P., NUNES, J. A. **Para ampliar o cânone da ciência: A diversidade epistemológica do mundo**. *In*: SANTO, Boaventura de Souza (org.). Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil. **Vitruvius**. 13 de outubro de 2012. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528>>. Acesso em: 30 de julho de 2020

SANTOS, José Erimar dos; SANTOS, Valmaria Lemos da Costa. **Geografia dos protestos e meio comunicacional: redes sociais digitais e manifestações populares**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 02, n. 02, 2013.

SANTOS, Mariza Veloso. Nasce a Academia Sphan. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, 1996, p.77-95. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>>. Acesso em: 04 de set. de 2020

SANT'ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 35, 2017, p.139-155. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat\\_35.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf)>. Acesso em: 01 de set. de 2020

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights**: From Medieval to Global Assemblages. 4.ed. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SCIFONI, Simone. Práticas da preservação na França, México e Brasil: convergências de um debate. **Revista CPC**, (esp21), p. 49-66, 2016. [online] Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p49-66>>. Acesso em: 28 de ago. de 2020

SILVA, Ana Cristina Mota. **A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre**: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 025-043, 2015.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira; CAJAZEIRO, Karime Gonçalves. **Dossiê de Tombamento**: Rua Pouso Alegre, 404. Conjunto Urbano Bairro Flores. Diretoria de Patrimônio Cultural/Fundação Municipal de Cultura. Belo Horizonte, 2009

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? (primeira parte). **Passa Palavra**. Brasil e Portugal, Abril, 2012a. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2012/04/56901/>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? (segunda parte). **Passa Palavra**. Brasil e Portugal, Abril, 2012b. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2012/05/56903/>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v.7, n.11, 2010, 14-47

TEÓFILO, Sarah. Ex-chefe do Iphan diz que perdeu o cargo por pressão de Flávio Bolsonaro. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 25 de mai. de 2020. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/25/interna\\_politica,1150497/ex-chefe-do-iphan-diz-que-perdeu-o-cargo-por-pressao-de-flavio-bolsona.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/25/interna_politica,1150497/ex-chefe-do-iphan-diz-que-perdeu-o-cargo-por-pressao-de-flavio-bolsona.shtml)>. Acesso em 28 de ago. de 2020

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 2003. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por)>. Acesso em: 16 de março de 2020

UNESCO. **Recomendações de Nairóbi**. 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2020

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. 2º ed. re. e atual. Barueri, SP: Manole, 2009

VELHO, Gilberto. **Antropologia e patrimônio cultural**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, p. 37-39, 1984.

VENTURINI, Tommaso. Diving in Magma: how to explore controversies with actor-network theory. *In: Public Understanding of Science*, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo, Edição do autor, 2005. [online]. Disponível em: <http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf>>, Acesso em: 03 de abril de 2020

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012

WERNECK, Gustavo. Nossa História: Praça da Liberdade, palco de lutas e conquistas. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 21 de março de 2015. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/21/interna\\_gerais,629817/nossa-historia-praca-da-liberdade-palco-de-lutas-e-conquistas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/21/interna_gerais,629817/nossa-historia-praca-da-liberdade-palco-de-lutas-e-conquistas.shtml)>. Acesso em: 03 de setembro de 2020

ZIZEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. *In: VAINER, Carlos. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 98-139.

